



PLANO DE MANEJO

FASE II

ENCARTES TEMÁTICOS

Florianópolis, maio de 2014

VOLUME II

CRÉDITOS INSTITUCIONAIS

Governador do Estado de Santa Catarina

João Raimundo Colombo

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS

Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo

Presidente da Fundação do Meio Ambiente – FATMA

Alexandre Waltrick Rates

Diretor de Proteção dos Ecossistemas

Alexandre Simioni

Gerente de Unidades de Conservação e Estudos Ambientais

Arno Gesser Filho

Coordenação da Equipe Técnica de Supervisão

Eduardo Mussatto

Equipe Técnica de Supervisão

Eduardo Mussatto

Beloni Terezinha Pauli Marterer

Maria de Fátima Bleyer Bresola

Elaine Zuchiwschi

CRÉDITOS INSTITUCIONAIS E TÉCNICOS

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

Diretoria de Proteção dos Ecossistemas - DPEC

Supervisão Geral – FATMA/DPEC

Eduardo Mussatto

Coordenação Geral – CAIPORA Cooperativa para Conservação da Natureza

Eduardo Hermes Silva

Equipe de Planejamento

Davis Anderson Moreno – CAIPORA

Eduardo Hermes Silva – CAIPORA

Luis Augusto Reginato Costa – Ortus Consultoria Ltda.

Equipe Técnica de Execução – CAIPORA Cooperativa para Conservação da Natureza

André Leão – Estagiário ECOPEF

Carlos Salvador de Oliveira - Mastofauna

Carolina Isoppo – Organizacional das Instâncias de Gestão e Cooperação

Claudio Henchel de Matos – Geoprocessamento

Dámaris Núñez Gómez – Voluntária CAIPORA, Análise de efetividade do Plano de Manejo Fase I

Davis Anderson Moreno – Mapeamento e caracterização de atores

Desirrê S. M. Pinto – Administração financeira

Eduardo Hermes Silva – Coordenação e Planejamento

Elaine Maria Lucas Gonsales – Herpetofauna

Fernando Hermes Lehmkuhl – Potenciais atividades agropecuárias e arranjos produtivos amigáveis da Zona de Amortecimento

Ivo Rohling Ghizoni Jr. – Avifauna

Luis Augusto Reginato Costa - Análise de efetividade do Plano de Manejo Fase I

Marcio Soldateli – Turismo e uso público

Murilo A. Nichele – Organizador de pesquisas e estudos de campo

Rafael Garzeira Perin – Flora e vegetação

Rafael Leão – Monitoramento da qualidade da água

Velumalalú Molinari de Bastiani – Herpetofauna

Laura Tajés Gomes – Revisão ortográfica

Este trabalho foi realizado pela CAIPORA Cooperativa para Conservação da Natureza, com recursos oriundos da Chamada 01/2011 do FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), no âmbito do Programa TFCA (*Tropical Forest Conservation Act*), em parceria com a FATMA (Fundação do Meio Ambiente) e ECOPEF (Equipe Cogestora do Parque Estadual Fritz Plaumann), com apoio da TRACTEBEL Energia Suez.

Execução:



Financiado por:



Parceiros:



Apoio:



FICHA CATALOGRÁFICA

S231p

Santa Catarina. Fundação do Meio Ambiente (FATMA).
Plano de Manejo Fase II do Parque Estadual Fritz Plaumann.
Volume II: Encartes temáticos. / Florianópolis: FATMA, Caipora
Cooperativa para Conservação da Natureza, 2014.

341 p.: il, col.

Conteúdo: Volume I: plano básico. Volume II: Encartes temáticos.
Resumo executivo

1. Parque Estadual Fritz Plaumann (SC). 2. Unidades de
conservação – Santa Catarina. I. FATMA II. Título.

CDU: 502.72(816.4)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
1. PLANEJAMENTO GERAL.....	23
1.1. Objetivos de Manejo.....	23
1.1.1 Objetivo Geral:	23
1.1.2 Objetivos Específicos	23
1.2. Missão e Visão	24
1.2.1 Missão	24
1.2.2 Visão.....	24
1.3. Normas Gerais	24
2. PLANEJAMENTO ESPACIAL	29
2.1. Zoneamento	29
2.2. Zona de Amortecimento	45
2.2.1. Normas da ZA	51
2.3. Áreas estratégicas.....	61
2.3.1. Centro de Visitantes	66
2.3.2. Trilha do Lajeado Cruzeiro	74
2.3.3. Trilha das Marrequinhas	76
2.3.4. Trilha do Mirante	78
2.3.5. Trilha da Canafístula	81
2.3.6. Área de lanche ao ar livre	83
2.3.7. Mirante do Centro de Visitantes	85
2.3.8. Células de Administração, Alojamento e Conhecimento	87
2.3.9. Complexo náutico	91
2.3.10. Estrada de acesso e portaria	97
2.3.11. Trilha das Marrequinhas II	99
2.3.12. Circuito de arvorismo.....	102
2.3.13. Caminhada esportiva	105
2.3.14. Tirolesa.....	108
2.3.15. Trilha da Ponta Norte.....	111
3. PROGRAMAS DE MANEJO	117
3.1. Programa Operacionalização	118
3.1.1. Subprograma Administração.....	118
3.1.2. Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos	137
3.1.3. Subprograma de Relações Públicas e Institucionais	151

3.2.	Programa de Conhecimento.....	169
3.2.1.	Subprograma de Gestão do Conhecimento	169
3.2.2.	Subprograma de Pesquisa	181
3.3.	Programa de Manejo	192
3.3.1.	Subprograma de Proteção.....	193
3.3.2.	Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais	201
3.4.	Programa de Uso Público	216
3.4.1.	Subprograma de Recreação	217
3.4.2.	Subprograma de Educação Ambiental	227
3.4.3.	Subprograma de Eventos	235
3.5.	Programa de Integração com Entorno	243
3.5.1.	Subprograma de Desenvolvimento Territorial Integrado	243
3.5.2.	Subprograma de Envolvimento Comunitário.....	277
4.	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	287
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	321
	ANEXOS	323

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1-I: Mapa de Zoneamento do Parque Estadual Fritz Plaumann.....	31
Figura 2.2-I Mapa dos limites da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Fritz Plaumann Fase I e Fase II	47
Figura 2.2-II: Mapa de critérios de delimitação da Zona de Amortecimento do Parque.....	49
Figura 2.3-I: Mapa de Áreas Estratégicas do Parque Estadual Fritz Plaumann	63
Figura 2.3-II: Mapa mental das Áreas Estratégicas	65
Figura 3-I: Programas e Subprogramas de Manejo.....	117
Figura 3.1.1-I: Mapa mental do Subprograma de Administração.....	119
Figura 3.1.2-I: Mapa mental do Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos	138
Figura 3.1.3-I: Mapa mental do Subprograma de Relações Pública e Institucionais	153
Figura 3.2.1-I: Mapa mental do Subprograma de Gestão do Conhecimento.....	171
Figura 3.2.2-I: Mapa mental do Subprograma de Pesquisa	183
Figura 3.3.1-I: Mapa mental do Subprograma de Proteção	194
Figura 3.3.2-I: Mapa mental do Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais	203
Figura 3.4.1-I: Mapa mental do Subprograma de Recreação	218
Figura 3.4.2-I: Mapa mental do Subprograma de Educação Ambiental	229
Figura 3.4.3-I: Mapa mental do Subprograma de Eventos.....	237
Figura 3.5.1-I: Mapa metal do Subprograma de Desenvolvimento Territorial Integrado.....	247
Figura 3.5.2-I: Mapa mental do Envolvimento Comunitário	278

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1-I: Descrição dos critérios de Zoneamento do Parque Estadual Fritz Plaumann...	33
Quadro 3.1.1.14-I: Modelo de Plano Operacional	127
Quadro 3.1.1.15-I: Modelo de planilha para mapeamento de fontes de recursos	128
Quadro 3.1.1.20-I: Lotes e recomendações de concessão e/ou terceirização de serviços...	132
Quadro 3.1.1.24-I: Linhas de treinamento e capacitação emergenciais recomendados.....	135
Quadro 3.1.2.23-I: Modelo de controle de fluxo patrimonial	150
Quadro 3.1.3.3-I: Modelo de matriz de comunicação com exemplos de planejamento de estratégias	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.3.1.7: Sugestão de mobiliário e equipamentos complementares para o auditório .	67
Tabela 2.3.8.3-I: Sugestão de mobiliários e equipamentos para as Células.....	86
Tabela 3.1.1.22-I: Controle semestral do fluxo de caixa como projeção de entradas e saídas de recursos do Parque	333
Tabela 3.1.1.22-II: Planilha para registro semanal de entradas e saídas de recursos	334
Tabela 3.1.1.22-III: Planilha para o controle bancário do Parque.....	334
Tabela 3.1.1.22-IV: Planilha controle de recursos de diferentes fontes	334
Tabela 3.1.1.22-V: Planilha controle de pagamentos	335
Tabela 3.1.3.3-I: Exemplos de demandas estratégicas de comunicação dos Subprogramas de Manejo	155
Tabela 3.2.1.5-I: Temáticas ou demandas de monitoramento dos Subprogramas de Manejo	174
Tabela 3.2.2.6: Linhas de pesquisas prioritárias identificadas no Plano de Manejo Fase II..	188
Tabela 3.2.2.7: Programa contínuo de linhas de pesquisa prioritárias identificadas neste Plano de Manejo	189
Tabela 3.5.1.35: Sugestões de critérios para certificação	270

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UC	- Unidade de Conservação
ZA	- Zona de Amortecimento
FATMA	- Fundação do Meio Ambiente
PEFP	- Parque Estadual Fritz Plaumann
UHE	- Usina Hidroelétrica
CV	- Centro de Visitantes
SNCU	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SEUC	- Sistema Estadual de Unidades de Conservação
RPPN	- Reserva Particular do Patrimônio Natural
PSA	- Pagamento Serviços Ambientais
ECOPEF	- Equipe Cogestora do Parque Estadual Fritz Plaumann
CCIR	- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CAR	- Cadastro Ambiental Rural
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
APP	- Áreas de Preservação Permanente
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
CONSEMA	- Conselho Estadual do Meio Ambiente
IN	- Instrução Normativa
MS	- Ministério da Saúde
ANVISA	- Agência de Vigilância Sanitária
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
TAC	- Termo de Ajustamento de Conduta
EIA	- Estudo de Impacto Ambiental
RIMA	- Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
CRF	- Cota de Reserva Florestal
AEI	- Áreas Estratégicas Internas
EVEF	- Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira
AGG	- Ação Gerencial Geral
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SC	- Santa Catarina
TIR	- Taxa Interna de Retorno
VPL	- Valor Presente Líquido
C/B	- Relação Custo Benefício
PN	- Ponto de Nivelamento
GT	- Grupo de Trabalho
CT	- Câmara Técnica
PO	- Plano Operacional
ABCR	- Associação Brasileira de Captadores de Recursos
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
ABETA	- Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
DPS	- Departamento de Suprimentos e Serviços
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
INMETRO	- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
DNIT	- Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes
GERUC/FATMA	- Gerência de Unidades de Conservação da FATMA
DPEC/FATMA	- Departamento de Proteção de Ecossistemas da FATMA
IAI	- Informativo Anual de Implementação



C&VB	- Convention & Visitors Bureau
AVIPE	- Associação de Vizinhos do Parque Estadual Fritz Plaumann
BD	- Banco de Dados
EPAGRI	- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Investigação Agropecuária
AMAUC	- Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense
PACAM	- Posto Avançado de Controle Ambiental
M&A	- Monitoramento e Avaliação
PROJUR	- Procuradoria Jurídica
RL	- Reserva Legal

APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

O Volume II do Plano de Manejo Fase II do Parque Estadual Fritz Plaumann, também intitulado de Encartes Temáticos, apresenta o escopo de planejamento da Unidade de Conservação para os próximos cinco anos de implementação.

Este escopo foi construído à luz da análise de efetividade do primeiro Plano de Manejo, da compilação e avaliação das pesquisas científicas e trabalhos técnicos desenvolvidos na Unidade e em seu entorno e, principalmente, da atualização dos conhecimentos sobre o patrimônio natural, físico e organizacional da UC de acordo com os diagnósticos temáticos realizados. De fundamental contribuição nesse sentido também foram as informações, percepções e críticas fornecidas pelos parceiros do projeto de revisão do Plano de Manejo, em especial representantes da ECOPEF, FATMA e Conselho Consultivo, bem como das associações e moradores do entorno do Parque, por meio de oficinas, reuniões técnicas e entrevistas, entre outros meios de participação instrumentalizados.

Todos esses elementos que serviram de referência ao planejamento exposto ao longo do documento se encontram detalhados nos relatórios técnicos que compõem o acervo digital da revisão do Plano de Manejo e sintetizados no Plano Básico (Volume I), os quais constituem as principais fontes de consulta para a sociedade em geral e para os gestores e colaboradores do Parque.

No intuito de tornar essa ferramenta de planejamento prática e eficiente, o presente documento foi subdividido em cinco capítulos. No primeiro são apresentadas as novas diretrizes gerais de planejamento, construídas em conjunto com as instâncias de gestão e cooperação do Parque, sendo compostas pelos objetivos de manejo, pela missão e visão e pelas normas gerais do Parque. O segundo capítulo, denominado de planejamento espacial, traz o zoneamento detalhado da Unidade, com a delimitação e descrição das novas zonas de manejo, a nova proposta de Zona de Amortecimento, com seus critérios de delimitação e seu conjunto normativo, e ainda pelas áreas estratégicas do Parque, constituídas pelos novos espaços de intervenção e manejo, com o detalhamento de resultados esperados, indicadores de desempenho, atividades, orientações e indicadores operacionais.

O quarto capítulo compõe o cerne de planejamento do Plano, formado pelos programas e subprogramas de manejo, os quais descrevem os resultados esperados, indicadores de desempenho, as ações gerenciais gerais e suas orientações e indicadores operacionais. Para facilitar a visualização do conjunto de ações de cada subprograma, seus vínculos internos e suas interações com os demais subprogramas, foram criados mapas mentais também expostos no quarto capítulo.

A estimativa de custos e os prazos de execução das atividades das áreas estratégicas e ações gerenciais gerais dos subprogramas de manejo são apresentados no cronograma físico-financeiro do quinto capítulo. Todos os custos foram estimados considerando cotações e valores de referência, os quais se encontram dispostos numa memória de cálculo dentro do acervo digital do Plano para auxiliar no planejamento operacional dos gestores quando da execução das atividades e demandas ao longo dos cinco anos de implementação, seja dentro de projetos executivos ou isoladamente.

Por fim, o sexto e último capítulo traz as referências bibliográficas, seguidas dos importantes anexos citados ao longo do presente documento, entre os quais se destaca a matriz de atividades e ações, que deverá servir de instrumento de visualização e monitoramento da implementação do Plano de Manejo Fase II pelos gestores e colaboradores, e o Protocolo de Intenções construído durante a Oficina de Nivelamento e Capacitação das Instâncias de Gestão e Cooperação do Parque.

PLANEJAMENTO GERAL



1. PLANEJAMENTO GERAL

Este item descreve o planejamento geral do Parque Estadual Fritz Plaumann (doravante denominado PEFP ou Parque), traduzido nos objetivos de manejo, na missão e visão da UC e nas normas gerais de funcionamento do Parque.

1.1. Objetivos de Manejo

1.1.1. Objetivo Geral:

Contribuir para a conservação, valorização e regeneração dos remanescentes e atributos da Floresta do Rio Uruguai (Floresta Estacional Decidual), distribuídos no Parque e em seu entorno, através do envolvimento da sociedade em ações de proteção, educação e interpretação ambiental, pesquisa científica, ecoturismo, esportes de aventura, recreação em contato com a natureza e de desenvolvimento rural sustentável.

1.1.2. Objetivos Específicos

- I. Garantir a adequada disponibilização e manutenção de recursos humanos, materiais e financeiros e do contínuo envolvimento e cooperação com diferentes segmentos da sociedade.
- II. Conservar amostras representativas da Floresta do Rio Uruguai, formação florestal altamente ameaçada do Bioma Mata Atlântica.
- III. Promover a proteção e manutenção da integridade do patrimônio natural e material do Parque.
- IV. Preservar e valorizar os atributos de significância do Parque e do seu entorno, com ênfase nas espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção, raras e endêmicas e outras de especial interesse para conservação.
- V. Promover e acompanhar a regeneração das formações florestais secundárias da Unidade e de seu entorno, através da geração e difusão de conhecimentos técnicos, científicos e empíricos.
- VI. Potencializar o papel do Parque como um importante banco genético da Floresta do Rio Uruguai na região sul do Brasil.
- VII. Estimular a ampliação e integração da matriz florestal do Alto Uruguai, adotando o Parque, as áreas protegidas colocalizadas e os remanescentes florestais dos reservatórios e tributários da bacia como elementos chaves na paisagem.
- VIII. Contribuir no monitoramento, proteção e melhoria da qualidade dos recursos hídricos da Bacia do Queimados e, em especial, da Microbacia do Lajeado Cruzeiro.
- IX. Incentivar a pesquisa científica e o monitoramento ambiental em consonância com as prioridades de conservação e manejo dos atributos de biodiversidade do Parque e demais remanescentes florestais da região do Alto Uruguai.
- X. Estimular o desenvolvimento de trabalhos técnicos e científicos voltados à geração e valorização de conhecimentos entomológicos e históricos associados ao legado do naturalista Fritz Plaumann.
- XI. Promover, dentro e fora da UC, programas e ações qualificados e diversificados de educação e interpretação ambiental, ecoturismo, esportes de aventura e recreação em contato com a natureza, valorizando os atributos de biodiversidade do Parque e os aspectos históricos e culturais da região do Alto Uruguai Catarinense.
- XII. Estimular o desenvolvimento territorial sustentável no entorno do Parque, em especial na Zona de Amortecimento, de forma sinérgica à conservação e valorização dos atributos de significância da Unidade e da Floresta do Rio Uruguai.

1.2. Missão e Visão

A Missão e Visão do Parque foram construídas de forma participativa na última oficina da revisão do Plano de Manejo, conjuntamente com os parceiros do Projeto e com o Conselho Consultivo, no intuito de possibilitar aos participantes uma maior compreensão e assimilação dos atributos e do papel do Parque no contexto de conservação da Floresta Estacional Decidual e de integração com seu entorno.

A Missão é o propósito de existência do Parque. Em outras palavras, traduz o que se quer conservar com o funcionamento da Unidade. Já sua Visão foi definida com base na Missão, orientando “aonde se quer chegar” com a adequada gestão da UC, de forma ousada, porém tangível, através de uma mensagem clara das aspirações do Parque.

1.2.1. Missão

Conservar e restaurar importantes atributos de biodiversidade da Floresta do Rio Uruguai, na condição de porção representativa do contexto histórico e atual do território oeste catarinense e do ameaçado bioma Mata Atlântica, por meio da geração e socialização de conhecimentos e experiências.

1.2.2. Visão

Consolidar-se até 2018 como Unidade de Conservação nacionalmente reconhecida pela gestão participativa, pelas relações positivas estabelecidas com seu entorno, pelo fortalecimento de uma rede institucional de colaboradores e pelas ações de educação ambiental desenvolvidas em prol da conservação e restauração da Floresta do Rio Uruguai.

1.3. Normas Gerais

A execução do Plano de Manejo e o funcionamento da Unidade de Conservação são orientados pelo estabelecimento de um conjunto de normas de caráter geral. As mesmas foram elaboradas e catalogadas de forma participativa com as instâncias de gestão e cooperação do Parque de acordo com a análise de funcionalidade e de lacunas normativas da primeira versão do Plano de Manejo (Plano de Manejo Fase I), em função da experiência de manejo transcorrida no período, conforme seguem apresentadas abaixo.

- a) O Parque estará aberto ao público de quarta a domingo, com horário de funcionamento a ser definido e publicado nos meios de comunicação da FATMA e/ou do Parque, bem como devidamente sinalizado nos pontos de entrada de visitantes na UC.
- b) É proibida a permanência de visitantes na Unidade fora do horário de funcionamento, exceto nos casos de pesquisadores, de conveniados e de colaboradores autorizados pela administração do Parque, ou de participantes de atividades especiais oferecidas ou autorizadas expressamente pela gestão.
- c) É expressamente proibido o desembarque de pessoas e fixação provisória de cabos ou outras estruturas nas áreas do Parque banhadas pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Itá, exceto em locais apropriados para essa finalidade, mediante

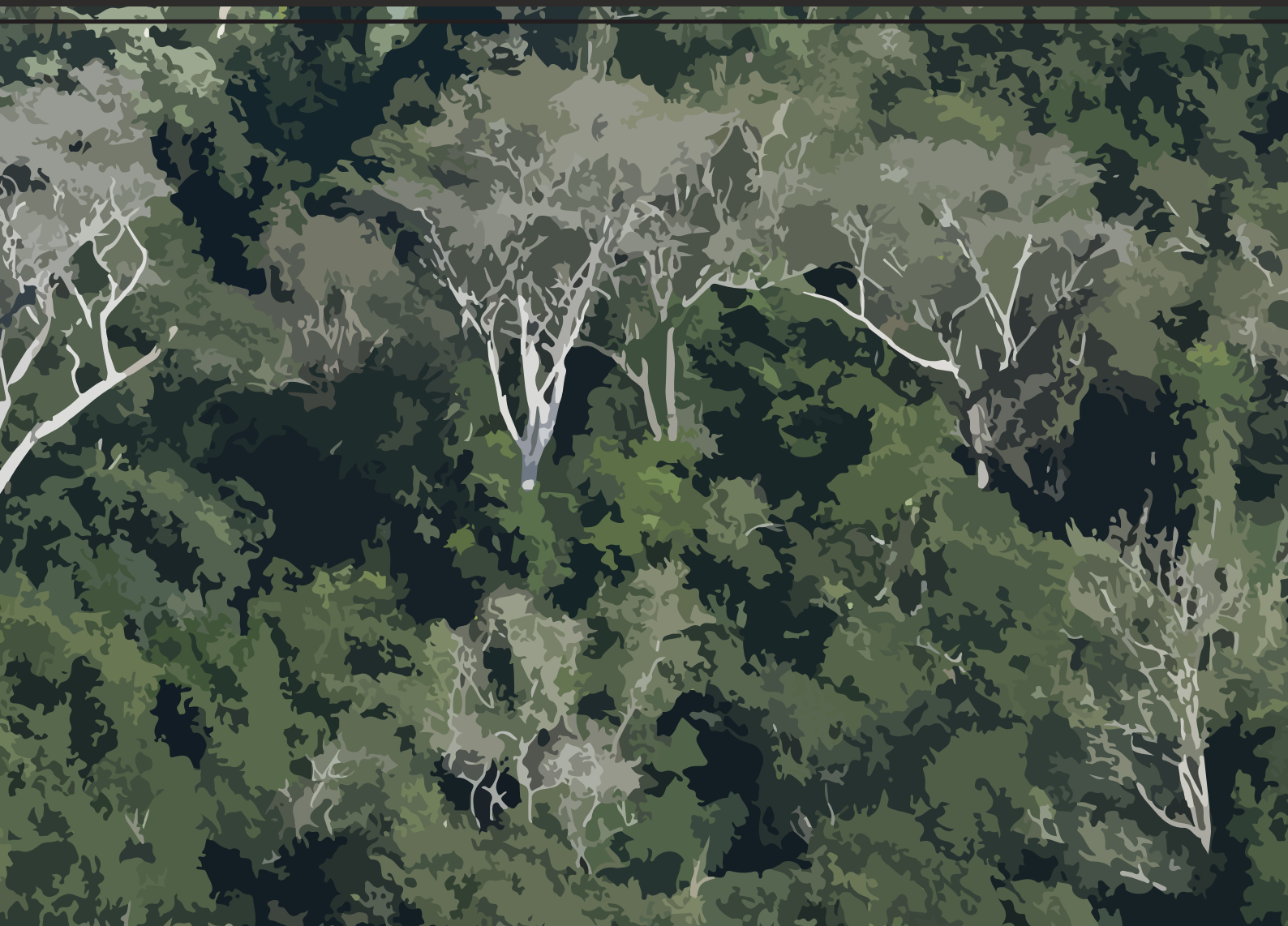
autorização da gestão para fins específicos de manejo e atividades de uso público permitidas no Parque.

- d) É expressamente proibida a entrada de pessoas nos limites terrestres do Parque, exceto em locais apropriados para uso público ou exclusivamente para atividades de manejo e pesquisa, mediante anuência da gestão do Parque.
- e) É proibido o ingresso e a permanência no Parque de pessoas portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou a quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna ou à flora, salvo aqueles necessários exclusivamente para atividades de manejo e pesquisa, mediante anuência da gestão do Parque.
- f) Será permitido o uso público da UC, na forma de pesquisa científica, esportes de aventura, recreação, educação e interpretação ambiental, entre outras modalidades de visitação com interesse técnico e profissional, adotando-se sempre os princípios de conservação da natureza e respeitando-se os objetivos geral e específicos de manejo do Parque.
- g) Não é permitida a visitação pública acompanhada de animais domésticos no interior da UC, informação que deve ser disponibilizada nos pontos de entrada de visitantes no Parque, salvo sua utilização temporária para fins de manejo, desde que condicionada à prévia autorização da gestão da Unidade.
- h) É proibido o uso de equipamentos sonoros, salvo portáteis que não exteriorizem o som, e equipamentos para fins de pesquisa, monitoramento, educação e interpretação ambiental e fiscalização, estes últimos quando autorizados pela gestão do Parque.
- i) Não é permitido o consumo de bebida alcoólica e de quaisquer outras substâncias consideradas entorpecentes no interior da Unidade.
- j) Somente será permitido fumar nas áreas abertas do entorno do Centro de Visitantes, do estacionamento e das células de administração, conhecimento e alojamento, sendo obrigatória a disposição adequada da guimba em local apropriado, devidamente sinalizado.
- k) O acampamento de grupos organizados no Parque é permitido exclusivamente para finalidade de pesquisas científicas cujas atividades necessitem ser realizadas fora do horário de funcionamento e em locais de difícil acesso da UC, condicionado à assinatura de termo de responsabilidade pelos riscos pessoais e de danos ao ambiente, à autorização prévia da FATMA e à anuência da gestão da Unidade.
- l) Possíveis efeitos das atividades de uso público permitidas no Parque devem ser monitorados para possibilitar a avaliação de danos ao ambiente, de eficiência de serviços, de segurança de visitantes, pesquisadores, funcionários e colaboradores e de capacidade de suporte, de forma a garantir o planejamento e desenvolvimento de ações de manejo.
- m) A instalação de obras e equipamentos no interior do Parque deve utilizar tecnologia ambientalmente adequada e materiais de baixo impacto visual que mantenham a harmonia com a paisagem, observando aspectos arquitetônicos pertinentes.
- n) A implantação de infraestruturas físicas no interior da Unidade deve ser precedida de projeto executivo detalhado, com a anotação de responsabilidade técnica, e de avaliação de impacto ambiental e paisagístico, proporcional à dimensão da obra e à fragilidade do ambiente.
- o) Não são permitidas a introdução e a dispersão, mesmo que acidentais ou involuntárias, de espécies exóticas no interior da UC, sendo obrigatória a disponibilização de informação preventiva dos riscos associados às atividades de uso público em geral.
- p) As atividades de captura e/ou coleta de material biológico na UC somente serão permitidas mediante autorização específica da FATMA e anuência da gestão do

Parque, observados os objetivos dos Subprogramas de Pesquisa e Manejo de Recursos Naturais deste Plano de Manejo.

- q) Atividades de reintrodução de fauna somente poderão ocorrer após a aprovação de pareceres técnicos e científicos favoráveis pela FATMA e a anuência da gestão do Parque.
- r) O uso de produtos químicos para atividades de manejo somente poderá ocorrer após a aprovação de pareceres técnicos e científicos favoráveis pela FATMA e a anuência da gestão do Parque.
- s) O controle de organismos vivos responsáveis por comprovado dano às estruturas físicas do Parque somente será permitido mediante autorização da FATMA e anuência da gestão da UC.
- t) Os resíduos sólidos devem ser armazenados adequadamente e destinados ao serviço público de coleta e/ou em aterros sanitários licenciados localizados fora dos limites do Parque, sendo expressamente proibida a queima e o enterramento dos mesmos dentro da UC, salvo para o caso de projetos de compostagem de resíduos orgânicos previamente aprovados pela FATMA, respeitando-se os seguintes parâmetros: i) tipos de resíduos permitidos: orgânico de origem vegetal e animal, exceto restos ou derivados de carne, produtos lácteos e medicamentos; ii) adoção de tecnologia ou estrutura de isolamento para evitar atração e contato da fauna nativa e emissão de maus odores; iii) comprovada utilização dos compostos fora da Unidade de Conservação.
- u) O uso da logomarca ou imagens da Unidade de Conservação, exceto quando estabelecido por meio de instrumento legal (contrato, convênio ou parceria) com colaboradores e/ou conveniados, depende de autorização prévia da FATMA e anuência da gestão do Parque, independentemente do uso (científico, educativo-cultural e comercial) sendo obrigatório o preenchimento de formulário e pagamento das respectivas taxas fixadas pela FATMA no caso de exploração para fins comerciais.
- v) A exploração comercial de bens e serviços na Unidade de Conservação deve ser associada exclusivamente ao suporte físico e logístico do uso público previsto para a UC, nas formas definidas pelo presente Plano de Manejo, e viabilizada por meio de licitação pública, na modalidade adequada conforme valor do bem ou serviço, devendo ser adotado, obrigatoriamente, o tipo de avaliação de preço e qualidade técnica fundamentada em estudos de viabilidade econômica promovidos pela FATMA, colaborador ou parceiro não participante da licitação, com apreciação da mesma pelo Conselho Consultivo.
- w) A construção ou ampliação de benfeitorias pelos concessionários ou terceirizados dependerá de prévia autorização da FATMA e anuência da gestão do Parque.
- x) A gestão compartilhada do Parque somente poderá ser realizada mediante publicação de edital com 60 dias de antecedência em jornal circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme termo de referência definido pela FATMA, ouvido o Conselho Consultivo, direcionado exclusivamente a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público com objetivos institucionais de proteção da biodiversidade e comprovada experiência de atuação no bioma Mata Atlântica, preferencialmente na Floresta Estacional Decidual e na própria Unidade de Conservação.
- y) A fiscalização da Unidade deverá ser contínua e sistemática, abrangendo a totalidade da área da mesma e sua Zona de Amortecimento, de acordo com as estratégias estabelecidas no presente Plano de Manejo.
- z) O Plano de Manejo constitui o principal documento normativo de referência para atividades realizadas no Parque e em sua Zona de Amortecimento, sendo responsabilidade exclusiva da FATMA a regulamentação complementar para casos não previstos neste documento técnico.

PLANEJAMENTO ESPACIAL



2. PLANEJAMENTO ESPACIAL

Este item traz as novas diretrizes de planejamento espacial da UC, constituídas pela delimitação e descrição das zonas de manejo do zoneamento, pelos critérios de delimitação e normas da zona de amortecimento do Parque e pela descrição dos resultados esperados, indicadores e atividades das áreas estratégicas, as quais representam as demandas de manejo delineadas em função de vocações e fragilidades de determinadas porções territoriais da Unidade.

2.1. Zoneamento

O zoneamento constitui uma ferramenta de ordenamento territorial que faz uso do artifício de segmentar a Unidade de Conservação em setores ou zonas que apresentem certa similaridade ou homogeneidade de características, sejam elas fragilidades ou vocações. A segmentação facilita a definição de objetivos de manejo, estratégias de implementação, definição de normas e regulamentos, entre outros aspectos (Lei nº 9.985 de 18/07/2000, artigo 2º, inciso XVI).

O estabelecimento das zonas aqui apresentadas baseou-se inicialmente no zoneamento definido no Plano de Manejo Fase I, no grau de interferência e conservação dos ambientes, atualizados pelos diagnósticos temáticos e fundamentalmente no potencial das áreas para atender aos diferentes objetivos de manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann, em especial, baseados nos diagnósticos de vegetação e de turismo e uso público.

De acordo com os parâmetros mencionados, foram definidas doze zonas de manejo que estão espacializadas na **Figura 2.1-I** e descritas no **Quadro 2.1-I**, sendo elas: Zona Primitiva, Zona Semiprimitiva, Zonas de Uso Intensivo Consolidado e de Uso Intensivo Potencial, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Conflitante, Zona de Uso Especial e quatro Zonas de Recuperação que serão detalhadas a seguir.

Para servir de instrumento de ordenamento territorial, além da descrição das zonas, são apresentados seus critérios de delimitação, sua vocação principal e as atividades permitidas, não permitidas e passíveis de permissão mediante autorização prévia da gestão do Parque.

Em relação à denominação das zonas, vale esclarecer que se adotou como base de referência o Roteiro Metodológico de Planejamento (IBAMA, 2002) e a própria nomenclatura definida na primeira versão do Plano de Manejo. A Zona Semiprimitiva, no entanto, foi proposta como uma nomenclatura própria para diferenciá-la sucintamente da Zona Primitiva, em função do critério de concentração de espécies exóticas invasoras (alto na Semiprimitiva e baixo na Primitiva). Já as zonas de recuperação foram diferenciadas numericamente em função das particularidades do estágio de regeneração da vegetação e/ou do grau de degradação do solo, que requerem distintas técnicas e estratégias de recuperação ambiental.

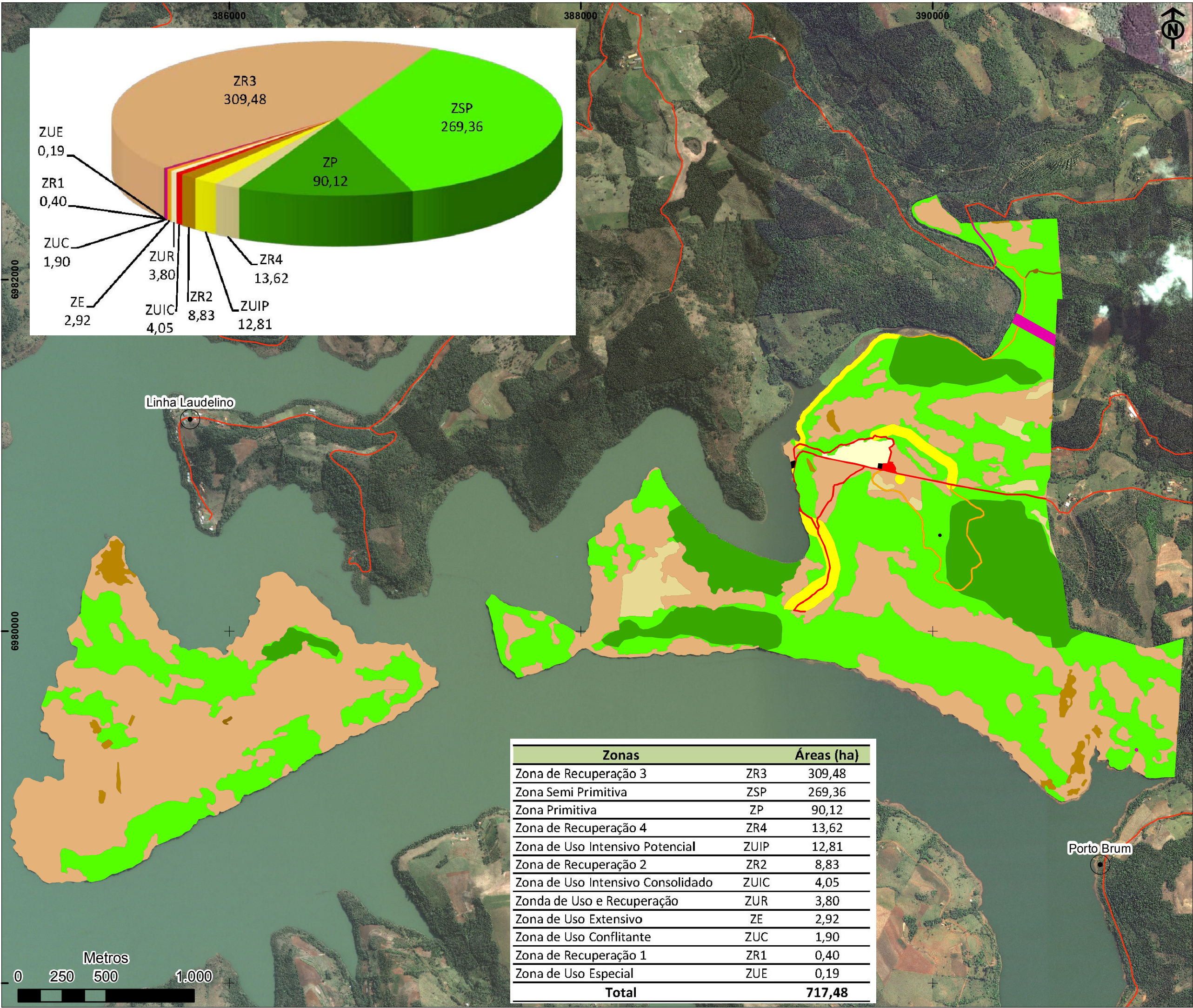


Figura 2.1-I: Mapa de Zoneamento do Parque Estadual Fritz Plaumann

Legenda

- Localidades
- Estradas
- Zoneamento**
 - Zona de Uso Especial
 - Zona de Uso Conflitante
 - Zona de Uso Intensivo Consolidado
 - Zona de Uso Extensivo
 - Zona de Uso Intensivo Potencial
 - Zona de Uso e Recuperação
 - Zona de Recuperação 4
 - Zona de Recuperação 3
 - Zona de Recuperação 2
 - Zona de Recuperação 1
 - Zona Semi Primitiva
 - Zona Primitiva



Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann e fortalecimento dos seus mecanismos de gestão

Quadro 2.1-I: Descrição dos critérios de Zoneamento do Parque Estadual Fritz Plaumann

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
USO CONFLITANTE	É constituída pelos espaços localizados dentro da UC, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da mesma, conflitam com os objetivos de conservação da Unidade. Seu objetivo geral de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a UC.	Buffer de 10 m ao longo do trecho da estrada municipal em uso que corta a ponta norte da UC.	Monitoramento ambiental; Fiscalização; Articulação institucional e comunitária.	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento de transgressões ambientais; • Instalação de sinalização orientadora e de advertência; • Contatos sistemáticos com moradores e instituições; • Estabelecimento de acordos e compromissos; • Fiscalização de atividades e usos ilegais; • Circulação de veículos e pessoas; • Visitação acompanhada; • Pesquisa científica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura ou alargamento de acessos ou trilhas; • Diversificação/ ampliação dos usos existentes. • Acampamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento provisório de água; • Corte ou supressão de vegetação; • Movimentação de terra; • Manutenção de estradas e trilhas já existentes; • Instalação de infraestruturas; • Medição e demarcação topográfica; • Instalação de marcos e cercas; • Uso de agrotóxicos para controle de espécies exóticas; • Atividades de manutenção de estruturas existentes.
	No Parque, esta zona está dividida em três núcleos/polígonos com diferentes tipos de usos, incluindo estrada municipal, captação de água para abastecimento de propriedade vizinha e linha de transmissão, que, somados, representam 1,90 ha ou 0,26% do Parque.	Ponto (raio 10m) de captação de água por morador da comunidade Porto Brum (Agenor Ruch), no setor sul da Unidade.				
	Alguns setores desta zona têm caráter temporário, até que os conflitos sejam sanados.	Faixa de segurança de 60m (30m para cada lado) da linha de transmissão que corta o setor norte do Parque.				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
USO ESPECIAL	É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da UC. Seu objetivo principal de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural da UC.	Ponto (raio 10m) de captação de água do Centro de Visitantes em aflente do Lajeado Cruzeiro no setor central da UC.	Controle de visitantes; Administração; Implantação e manutenção de infraestrutura; Pesquisa; Educação e interpretação ambiental; Concessão de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Captação de água para uso exclusivo da UC; • Sinalização orientadora e de advertência; • Paisagismo com espécies nativas; • Instalação e manutenção de estruturas e equipamentos; • Permanência de pessoal autorizado (funcionários, colaboradores, pesquisadores, etc.); • Depósito de resíduos sólidos; • Compostagem; • Monitoramento de qualidade de água para abastecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de bebidas alcoólicas e substâncias entorpecentes; • Visitação pública sem autorização e/ou acompanhamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentação de terras; • Execução de obras; • Concessão de serviços e produtos; • Pernoite de pessoal autorizado; • Consulta ao acervo da UC; • Uso do refeitório e seus equipamentos; • Supressão e corte de vegetação; • Depósito temporário de bens e equipamentos de colaboradores.
	No Parque, esta zona está espacializada em três núcleos que somam 0, 19 ha (apenas 0,03 % da UC), sendo que apenas a captação de água constitui um uso consolidado, enquanto os demais constituem propostas para ampliação das estruturas administrativas, de alojamento, biblioteca e garagem náutica.	Área de 1000m ² ao lado do estacionamento, prevista para a futura implantação da sede administrativa, alojamento e biblioteca.				
		Área compreendida entre o lago e o trecho final do Caminho do Lago, depois do entroncamento com a Trilha do Lajeado Cruzeiro, prevista para futura construção da garagem náutica.				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
RECUPERAÇÃO ¹ 1	É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem, caracterizando-se como uma zona provisória que, uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação da área e o controle às espécies exóticas, permitindo o uso público somente para educação e pesquisa. No Parque, ela é composta por antigas estradas rurais abandonadas, sem uso atual, situadas no setor norte da UC, e por duas antigas cascalheiras, uma no setor norte e outra na gleba insular da Unidade, o que representa um total 0,06% do Parque (0,40 ha). Todas estas áreas estão situadas em zonas de alta concentração de exóticas invasoras, sendo caracterizadas pelo solo compactado, com elevada dificuldade de regeneração natural o que demanda ações de recuperação de caráter experimental intensivo.	Buffer de 10 metros ao longo da estrada de uso rural abandonada no setor norte da UC.	Recuperação experimental intensiva; Monitoramento; Pesquisa; Proteção.	<ul style="list-style-type: none"> Sinalização alusiva; Implantação e manutenção de infraestruturas; Plantio de mudas nativas; Monitoramento da recuperação da vegetação e transgressões ambientais; Atividades de uso público monitoradas. 	<ul style="list-style-type: none"> Abertura ou alargamento de acessos ou trilhas existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Intervenções experimentais de recuperação e pesquisa científica; Uso de maquinário para descompactação do solo; Transposição de solo; Adubação e correção do solo; Supressão de vegetação exótica invasora; Trânsito de veículos.
		Polígono de duas cascalheiras abandonadas, uma no setor norte não insular da UC e outra na área central da gleba insular.				
		Zona de elevada concentração de espécies exóticas invasoras.				

¹O que distingue e individualiza as diferentes zonas de recuperação são os estágios sucessionais ou de degradação do solo, o grau de contaminação por espécies exóticas invasoras e o requerimento de ações de manejo para a efetiva recuperação das áreas. As orientações para as ações e projetos de recuperação estão especificadas no Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais.

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
RECUPERAÇÃO ^{1 2}	É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem, caracterizando-se como uma zona provisória que, uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação da área e o controle das espécies exóticas, permitindo o uso público somente para educação e pesquisa. No Parque, é composta por áreas com histórico de uso para silvicultura e pastagem de espécies exóticas. Todas estas áreas estão situadas em zonas de alta concentração de exóticas invasoras. É caracterizada pela presença de pinus e eucaliptos em diversos núcleos das duas glebas do Parque e por pastagem com gramíneas exóticas em uma grande mancha na gleba insular. No conjunto totaliza 8,83 ha, o que equivale a 1,23% da Unidade.	Pequenos núcleos de antigas silviculturas de pinus e eucalipto, distribuídos nas duas glebas da UC.	Recuperação experimental intensiva; Monitoramento; Pesquisa; Proteção.	<ul style="list-style-type: none"> • Plantio de mudas nativas; • Utilização de espécies exóticas mortas como poleiros artificiais; • Monitoramento da recuperação da vegetação; • Atividades de uso público monitoradas; • Sinalização alusiva. 		<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções experimentais de recuperação e pesquisa científica; • Corte e supressão de vegetação exótica invasora; • Utilização de maquinaria pesada para tarefas de supressão de espécies; • Uso de produtos químicos para controle de exóticas invasoras; • Beneficiamento de produtos madeiráveis; • Movimentação de terras; • Abertura e manutenção de acessos.
		Polígono formado por pastagem com gramíneas exóticas invasoras, localizado majoritariamente no setor norte da gleba insular.				
		Zona de elevada concentração de espécies exóticas invasoras.				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
RECUPERAÇÃO ^{1 3}	É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem, caracterizando-se como uma zona provisória que, uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação da área e o controle das espécies exóticas, permitindo o uso público somente para educação e pesquisa. No Parque, é constituída pelas áreas com vegetação em estágio inicial de porte herbáceo e arbustivo-arbóreo que resultam da regeneração natural de antigas áreas agrícolas, sendo que estão situadas em zonas de elevada concentração de exóticas invasoras. Esta é a maior zona de recuperação do Parque totalizando 43,13% da área (309,48 ha) distribuídas nas duas glebas da Unidade.	Polígonos de vegetação em estágio inicial de porte herbáceo, distribuídos majoritariamente no setor central da gleba insular e, em menor parte, no setor não insular do Parque.	Recuperação extensiva; Recuperação experimental; Monitoramento; Pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> • Plantio de mudas nativas; • Instalação e manutenção de infraestruturas e equipamentos; • Atividades de uso público monitoradas; • Monitoramento da recuperação; • Monitoramento de transgressões ambientais; • Sinalização alusiva. 		<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções experimentais de recuperação e pesquisa científica; • Supressão de vegetação exótica invasora; • Coleta de sementes para pesquisa dos processos de regeneração dos ecossistemas; • Uso de produtos químicos para controle de espécies exóticas invasoras; • Acampamento científico; • Abertura ou alargamento de acessos ou trilhas.
		Polígonos de vegetação em estágio inicial de porte arbustivo-arbóreo, que cobre grandes áreas da gleba insular, e pequenos polígonos espalhados pela gleba não insular do Parque.				
		Zona de elevada concentração de espécies exóticas invasoras.				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
RECUPERAÇÃO ¹ 4	É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem, caracterizando-se como uma zona provisória que, uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação da área e o controle às espécies exóticas, permitindo o uso público somente para educação e pesquisa. Esta zona é constituída por antigas áreas de plantio de erva-mate, atualmente constituída por vegetação nativa em estágio secundário de regeneração, sendo que estas áreas estão situadas em zonas de elevada concentração de exóticas invasoras, e representam 1.89% da UC (13.62 ha).	Núcleos de silvicultura de erva-mate abandonados, com vegetação secundária, localizados na porção central e centro-leste da gleba não insular da UC.	Recuperação experimental; Monitoramento; Pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalização alusiva; • Plantio de mudas nativas; • Monitoramento da recuperação; • Monitoramento de transgressões ambientais; • Atividades de uso público monitoradas. 		<ul style="list-style-type: none"> • Corte e supressão de vegetação; • Abertura ou alargamento de acessos ou trilhas; • Aproveitamento de produtos madeiráveis de espécies exóticas; • Intervenções experimentais de recuperação e pesquisa científica; • Uso de produtos químicos para controle de espécies exóticas invasoras; • Implantação de infraestrutura.
		Zona de elevada concentração de espécies exóticas invasoras.				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
USO EXTENSIVO	<p>É aquela constituída em sua maioria por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. Seu objetivo de manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso ao público com facilidade, para fins educativos e recreativos. No Parque, esta zona possui uma área já implantada conforme o Plano de Manejo Fase I, a trilha da Canafístula, localizada no setor central da Unidade, e outra como proposta de implantação futura na região norte da UC. Esta última corresponde à trilha da Ponta Norte, que percorre a margem do rio dos Queimados em seu trecho de corredeiras, conectando a futura Trilha das Marrequinhas II até a estrada municipal, que corta o Parque no setor norte. Ambas representam 0,41% do Parque, o que corresponde a uma área de 2,92 ha. Cabe destacar que estas zonas atravessam áreas de elevada concentração de exóticas, assim como de baixa concentração.</p>	<p>Buffer de 5m na Trilha da Canafístula no setor central do Parque.</p>	<p>Implantação e manutenção de infraestrutura; Educação e interpretação ambiental; Recreação; Pesquisa; Monitoramento; Proteção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e manutenção de trilhas e infraestruturas; • Sinalização alusiva; • Fiscalização; • Monitoramento de transgressões ambientais; • Manejo com vistas à recuperação da fauna, flora e da paisagem; • Atividades de uso público monitoradas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trânsito de bicicletas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de material biológico; • Abertura ou alargamento da trilha; • Intervenções experimentais de recuperação e pesquisa científica; • Supressão e corte de vegetação.
		<p>Buffer de 5m representando a proposta da Trilha da Ponta Norte.</p>				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
USO INTENSIVO CONSOLIDADO	É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, onde o ambiente deve ser mantido o mais próximo possível do natural, mas permitindo a instalação de infraestruturas, equipamentos e facilidades, como o Centro de Visitantes, sala de exposições, dentre outros. Seu objetivo de manejo é o de facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o meio ambiente. No Parque, abrange as áreas de uso intensivo definidas e implantadas conforme o Plano de Manejo Fase I, divididas em sete polígonos que compõem o pátio de entrada, a estrada de acesso ao CV, a estrada de acesso ao lago da UHE Itá, a área de lanche anexa ao CV e as trilhas do Lajeado Cruzeiro, do Mirante e das Marrequinhas, todos localizados na gleba não insular da UC. Cabe destacar que estas áreas estão situadas em zonas de elevada concentração de exóticas invasoras. Esta zona apresenta uma área total de 4,05 ha, o que corresponde a 0,56% do Parque.	Área do estacionamento do Centro de Visitantes no setor central do Parque.	Implantação e manutenção de infraestruturas; Educação e interpretação ambiental; Recreação; Proteção; Manejo de impactos Pesquisa; Monitoramento; Ciclismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Uso público intensivo; • Trânsito de veículos, bicicletas e pedestres; • Sinalização alusiva; • Manutenção de trilhas; • Fiscalização; • Monitoramento de transgressões ambientais; • Implantação e manutenção de infraestruturas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mergulhar ou nadar no reservatório. 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentação de terras; • Uso de animais de carga; • Circulação de bicicletas; • Introdução de espécies vegetais nativas para paisagismo; • Corte e/ou supressão de vegetação; • Coleta de material biológico; • Intervenções experimentais de recuperação e pesquisa científica; • Abertura de trilhas e/ou acessos.
		Buffer de 5m que engloba o Pátio e a estrada de acesso ao CV, localizados no setor centro-leste do Parque, no limite com a Zona de Uso Conflitante.				
		Buffer de 5m no trecho da estrada do Parque, denominado Caminho do Lago da UHE Itá.				
		Buffer de 5m na Trilha do Lajeado Cruzeiro no setor central da UC.				
		Polígono da área de lanche anexa ao Centro de Visitantes.				
		Buffer de 5m na Trilha do Mirante no setor sul do Parque.				
		Buffer de 5m na Trilha das Marrequinhas ao longo do trecho de palafitas sobre o reservatório da UHE Itá.				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
USO INTENSIVO POTENCIAL	É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, onde o ambiente deve ser mantido o mais próximo possível do natural, mas permitindo a instalação de infraestruturas, equipamentos e facilidades. Seu objetivo de manejo é o de facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o meio. No Parque, esta zona divide-se em cinco polígonos, todos localizados na gleba não insular e correspondem a áreas previstas para futuros atrativos a serem implantados, tais como a Trilha das Marrequinhas II, que se estenderá da Trilha do Lajeado Cruzeiro e percorrerá toda a margem alagada do rio dos Queimados até o trecho sem influência do reservatório; o Circuito de arvorismo contemplativo, que será localizado no trecho de conexão da Trilha do Lajeado Cruzeiro até a estrada de acesso ao CV, próximo ao final da trilha da Canafistula; o Mirante paisagístico, a ser localizado próximo ao CV; a Tirolesa a ser implantada no final da trilha das Marrequinhas; e, por último, o Trapiche que será localizado ao final do Caminho do Lago. O polígono destinado à tirolesa se estende até o Mirante (trilha consolidada), prevendo uma possível alteração de traçado para correção de trechos mais íngremes. No total, esta zona representa 1,78% da UC, o que equivale a 12.81 ha.	Buffer de 30m para implantação da Trilha das Marrequinhas II no setor norte do Parque.	Implantação e manutenção de infraestrutura; Educação e interpretação ambiental; Recreação; Proteção; Manejo de impactos; Pesquisa; Monitoramento.	<ul style="list-style-type: none"> • Uso público intensivo; • Esportes de aventura monitorados; • Implantação e manutenção de trilhas e infraestruturas; • Sinalização alusiva; • Fiscalização; • Monitoramento de transgressões ambientais; • Uso náutico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mergulhar ou nadar no reservatório. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concessão e terceirização de serviços; • Uso de animais de carga; • Uso de maquinário pesado; • Movimentação de terras; • Corte e/ou supressão de vegetação; • Coleta de material biológico; • Intervenções experimentais de recuperação e pesquisa científica; • Abertura de trilhas e/ou acessos.
		Buffer de 50m para circuito de arvorismo no setor centro-norte da Unidade.				
		Polígono para implantação de mirante paisagístico próximo ao Centro de Visitantes.				
		Polígono para implantação da Tirolesa e para alteração do traçado da trilha do Mirante no setor centro-sul da gleba não insular.				
		Polígono para implantação de trapiche de embarque e desembarque no setor central da UC.				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
USO E RECUPERAÇÃO	Esta zona é uma inovação dentro do contexto metodológico de planejamento de Unidades de Conservação, pois possui as mesmas características da zona de recuperação, descrita anteriormente, entretanto, ela permite o uso intensivo de acordo com futuro projeto executivo, previsto para a atividade de caminhada esportiva, visando ao uso público da zona, concomitantemente à sua recuperação.	Área composta por relevo de baixa declividade e proximidade com o estacionamento e o Centro de Visitantes do Parque.	Implantação e manutenção de infraestrutura; Recreação; Recuperação extensiva; Recuperação experimental.	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e manutenção de infraestruturas e acessos; • Uso público intensivo; • Paisagismo com espécies vegetais nativas; • Sinalização alusiva; • Monitoramento da regeneração/recuperação. 		<ul style="list-style-type: none"> • Movimentação de terras; • Circulação de bicicletas; • Corte e/ou supressão de vegetação; • Coleta de material biológico; • Abertura ou alargamento de acessos ou trilhas; • Beneficiamento de produtos madeiráveis; • Intervenções experimentais de recuperação e pesquisa científica; • Uso de produtos químicos para controle de espécies exóticas invasoras.
	Esta zona abrange grande parte da área compreendida entre o Centro de Visitantes, a Trilha do Lajeado Cruzeiro e o Caminho do Lago. Situa-se em área de alta concentração de espécies exóticas invasoras e com estágios iniciais de regeneração de porte herbáceo e arbustivo-arbóreo. Sua área é de 3,80 ha, o que representa 0,53% do Parque. Após definição e aprovação do traçado da trilha de caminhada esportiva, um buffer delimitará a área de uso público. O restante da área deverá ser incluído nas ações de manejo previstas para a Zona de Recuperação, conforme sua condição de regeneração florestal.	Área identificada no mapeamento do uso do solo como em estágio inicial de regeneração, com acentuado grau de exaustão do solo causado pelo intenso uso agrícola.				
		Zona de elevada concentração de espécies exóticas invasoras.				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
SEMIPRIMITIVA	É aquela que, embora tenha sofrido perturbações antrópicas, ainda apresenta poucos sinais dessas perturbações, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais expressivos. É nomeada como zona semiprimitiva por serem áreas de floresta em estágio médio e avançado de regeneração, porém, com alta concentração de espécies exóticas invasoras. Possui características de transição entre a Zona Intangível e Zona de Uso Extensivo. Seu objetivo de manejo é preservar o ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental, permitindo formas primitivas de recreação sem alterações aos recursos naturais existentes. Está distribuída de forma fragmentada por toda área da UC, mas com predomínio no setor não insular, o que representa 37,54% do Parque com 269,36 ha.	Áreas com floresta em estágio médio e avançado, distribuídas por toda a Unidade, mas de forma majoritária na gleba não insular.	Manejo experimental (prioridade na retirada, coleta e enriquecimento); Pesquisa; Monitoramento; Proteção;	<ul style="list-style-type: none"> • Uso público monitorado; • Monitoramento da evolução da vegetação; • Sinalização alusiva; • Fiscalização; • Plantio de espécies nativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de estruturas e equipamentos, com exceção daquelas temporárias, necessárias aos trabalhos de recuperação, manejo experimental, ou ligadas às atividades de pesquisa científica, fiscalização e monitoramento; • Movimentação de terras; • Uso de maquinaria pesada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manejo e controle de espécies exóticas e invasoras; • Uso de produtos químicos para controle de espécies exóticas invasoras; • Corte e/ou supressão da vegetação; • Coleta de material biológico; • Abertura de trilhas e/ou acessos; • Acampamento científico.
		Zona com elevada concentração de espécies vegetais exóticas invasoras.				

ZONA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	VOCAÇÕES	ATIVIDADES		
				PERMITIDAS	NÃO PERMITIDAS	COM AUTORIZAÇÃO
PRIMITIVA	É aquela que, embora tenha sofrido perturbações antrópicas, ainda apresenta poucos sinais dessas perturbações, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais expressivos. Possui características de transição entre a Zona Intangível e Zona de Uso Extensivo. Seu objetivo de manejo é preservar o ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental, permitindo formas primitivas de recreação sem alterações dos recursos naturais existentes. No Parque, elas são áreas florestais em condição primária e em estágio secundário avançado de regeneração, porém, com menor concentração de espécies exóticas invasoras do que na Zona Semiprimitiva, o que confere uma maior importância e diferentes ações de manejo e conservação. No total, representa 12,56% do Parque, o que equivale a 90,12 ha.	Polígonos de floresta em estágio secundário médio e avançado, distribuídos em quatro núcleos na área não insular e um pequeno núcleo no setor insular.	Manejo experimental (prioridade no enriquecimento) Pesquisa Monitoramento Proteção	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa científica monitorada; • Monitoramento da evolução da vegetação; • Monitoramento de transgressões; • Sinalização alusiva; • Fiscalização; • Plantio de espécies nativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de estruturas; • Movimentação de terras; • Acampamento científico; • Uso de maquinaria pesada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manejo e controle de espécies exóticas e invasoras; • Corte e/ou supressão de vegetação; • Abertura de trilhas e/ou acessos; • Coleta de material biológico.
		Área de floresta primária, localizada no setor central do Parque, no entorno de parte do traçado da trilha da Canafístula.				
		Zona com baixa concentração de espécies exóticas invasoras.				

2.2. Zona de Amortecimento

A Zona de Amortecimento (ZA) é o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão submetidas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar a pressão e os impactos decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas à área protegida, conforme estabelece a Lei Federal 9.985/2000 do SNUC e a Lei Estadual nº. 14.675/09, que Institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

Em outras palavras, a ZA deve receber de forma mais efetiva a fiscalização e monitoramento por parte dos órgãos competentes quanto à legislação vigente (federal, estadual e municipal), além de normas específicas que visem à conservação dos recursos naturais.

No Plano de Manejo original, a Zona de Amortecimento do Parque foi definida seguindo os critérios estabelecidos pela Lei 9.985/2000 do SNUC e pelo Decreto Estadual 14.250 (Cap. III, Seção I), que determina como Área de Proteção Especial a faixa de terra de 500 metros de largura no entorno dos parques estaduais. Assim, ficou definido como limite da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Fritz Plaumann *“uma faixa de 500 (quinhentos metros) do entorno do Parque e o limite de pequenas bacias hidrográficas, que, mesmo indo além dos 500 metros, drenam suas águas para o interior da UC. Portanto, em alguns trechos, a Zona de Amortecimento excede a faixa dos 500 metros. Esta zona possui uma área total de 2.142,09 ha, sendo que o Parque possui 735,11 ha”*.

Para o Plano de Manejo Fase II foi avaliada a possibilidade de adequação desta Zona com base no histórico da própria UC, sob a luz dos novos conhecimentos adquiridos pelos diagnósticos temáticos que nortearam a tomada de decisão, bem como a operacionalidade efetiva da fiscalização quanto aos seus limites (**Figura 2.2-I**). Destarte, foram considerados os seguintes aspectos para a redefinição dos limites da ZA:

- **Inclusão de fragmentos florestais** – Esse critério foi considerado nos setores noroeste, norte e sudeste da UC de forma a agregar outros núcleos florestais considerados importantes dentro do fragmentado contexto do entorno do Parque. Nesse sentido, o critério adotado foi a delimitação pela borda dos núcleos;
- **Inclusão da comunidade Linha Laudelino** – Os principais motivos que levaram a esta proposição foi a mitigação de uma forte tendência ou pressão de especulação e ocupação imobiliária, com parcelamento irregular do solo, bem como a possibilidade de ampliar esta comunidade em possíveis benefícios previstos no SEUC para comunidades localizadas dentro de Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação (prioridade em empréstimos financeiros rurais, criação de RPPN e desenvolvimento de projetos socioambientais, pagamento por serviços ambientais - PSA, etc.), além da inclusão de pequenos núcleos florestais presentes nesta comunidade. Neste caso, os critérios técnicos utilizados foram estabelecidos com marcos notáveis, como estrada, limite de propriedade, riacho e buffer de 50m da margem do lado, conforme descrição abaixo;
- **Estabelecimento de limites “notáveis”** – No setor norte da ZA, havia dificuldade de identificação visual de seu limite. Isto foi discutido com as entidades participantes do projeto (FATMA, ECOPEF e Conselho Consultivo) e, posteriormente, foi aprovada uma nova delimitação da ZA após reuniões técnicas participativas, com base em marcos notáveis identificados no entorno. Utilizou-se o material cartográfico com os limites de propriedades do entorno da UC, produzido através do Projeto Filó para delimitar grande parte do limite norte da Zona de Amortecimento, dois trechos descontínuos da estrada municipal de acesso à comunidade Linha Laudelino e um pequeno trecho do riacho que deságua diretamente no lago da UHE Itá;

- **Adequação do limite aquático** – Da mesma forma que o ponto anterior, o buffer de 500m (critério estabelecido no Plano de Manejo Fase I) tornava difícil a identificação e controle do limite da ZA na área aquática, o que refletia diretamente na efetividade das ações de fiscalização. Além disso, esse limite se sobrepunha ao território do Rio Grande do Sul (meio do rio Uruguai), dificultando ainda mais a ação fiscalizadora pela sobreposição de competências. Neste caso, o critério adotado foi de caráter ecológico que resguarda os 50 metros da margem do lago por ser uma zona de importância para desova e abrigo da fauna aquática, conforme orientação de especialista, além de facilitar a identificação de distância (medição simples com trena de 50 metros) e consequentemente a certeza da competência e responsabilidade do Estado de Santa Catarina, já que agora a ZA está completamente inserida no território catarinense.

Com base nos novos critérios estabelecidos para a Zona de Amortecimento do Parque, sua área total passou de 2.142,09 ha para 2.481,61 ha, conforme mostra a **Figura 2.2-II**, que apresenta o limite antigo e o atual da ZA.



Figura 2.2-I: Mapa de critérios de delimitação da Zona de Amortecimento do Parque

Legenda

- ZA Fase II - Critérios
- Azimute
- Cumeada
- Estrada
- Fragmentos
- Margem do Lago 50m
- Propriedades
- Rios

Executado por:



Financiado por:



Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann e fortalecimento dos seus mecanismos de gestão

Escala: 1:20.000
Datum Horizontal: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S



Figura 2.2-II: Mapa dos limites da Zona de Amortecimento do Parque Fase I e II

Legenda

- ZA Fase II
- ZA Fase I

Executado por:



Financiado por:



Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann e fortalecimento dos seus mecanismos de gestão

Escala: 1:20.000
Datum Horizontal: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S

2.2.1. Normas da Zona de Amortecimento

Para facilitar a consulta e aplicação, as normas da Zona de Amortecimento foram organizadas em temas, mas ordenadas em uma sequência numérica única, com a devida referência legal para embasamento e pesquisas complementares, se necessário, conforme exposto abaixo.

Da função social e dos cadastros dos imóveis rurais

1. Todo imóvel rural inserido na Zona de Amortecimento deve exercer plenamente a função social que lhe impõe o § 2º do art. 182 da Constituição Federal, combinado com o disposto nos capítulos pertinentes da Lei Federal nº 4.504/64 - Estatuto da Terra.
2. Todo imóvel rural inserido na ZA deve regularizar e apresentar à gestão do Parque o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com vistas ao conhecimento da situação legal e ambiental das propriedades e ao armazenamento das informações no banco de dados da Unidade de Conservação, contando, para tanto, se necessário, com o apoio da gestão e dos meios de comunicação da mesma (*ver norma 56 – Dos incentivos*).

Do parcelamento e ocupação do solo rural

3. O parcelamento de imóveis rurais para fins de exploração econômica da terra, após a retificação de propriedades na Zona de Amortecimento (ZA), não deverá ser inferior a 18 (dezoito) hectares, ou 01 (um) módulo rural, conforme estabelecido na Instrução Especial do INCRA nº 20 de 28 de maio de 1980², sendo obrigatória a apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) à gestão da UC.
4. O parcelamento de imóveis rurais para constituição de minifúndio, conforme a retificação de propriedades familiares, somente será permitido com vistas à formação de núcleo urbano, sítios de recreio ou à industrialização, desde que a área seja própria para localização de serviços comunitários, seja oficialmente declarada zona de turismo ou caracterizada como de estância hidromineral ou balneária, e tenha perdido suas características produtivas, conforme Instrução nº 17-B/80 do INCRA, não podendo ser inferior a 1 (um) hectare ou 10.000 m², sendo obrigatória a apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) à gestão da UC.
5. É obrigatória a implantação e comprovação de sistema de tratamento de efluentes domésticos nos imóveis rurais da Zona de Amortecimento através de filtro biológico, fossa e sumidouro ou outras soluções tecnológicas unifamiliares ou coletivas que comprovem, por meio de parecer técnico, a inexistência de riscos de contaminação do lençol freático e corpos d'água, sendo terminantemente proibido o despejo direto dos efluentes somente através de sumidouro ou diretamente sobre cursos d'água.

Das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APP)

6. Toda propriedade rural da Zona de Amortecimento é obrigada a instituir uma Reserva Legal com cobertura de vegetação nativa de, no mínimo, 20% da área do imóvel, que deverá ser devidamente averbada em cartório e/ou regularizada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo permitido computar as Áreas de Preservação Permanentes existentes no imóvel desde que:
 - a. Este benefício não implique em conversão de novas áreas para uso alternativo do solo;

² Código 814067 para o Município de Concórdia.

- b. As áreas de APP computadas estejam preservadas ou em processo de regeneração, e devidamente cercadas, conforme comprovação da gestão do Parque;
 - c. O proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR.
7. A localização da Reserva Legal deverá levar em consideração a formação de corredores ecológicos com outras Reservas Legais, com Áreas de Preservação Permanentes, com os fragmentos florestais do Parque e com áreas de maior fragilidade ambiental ou importância para proteção da biodiversidade, contando, para tanto, com apoio e anuência da gestão da UC.
8. No caso de parcelamento de imóveis rurais, especificados pelas normas 3 e 4, poderá ser instituída uma Reserva Legal em regime de condomínio entre as propriedades fracionadas, respeitando-se o percentual mínimo de 20% em relação à área original do imóvel (antes do parcelamento).
9. O proprietário ou possuidor de imóvel rural que mantiver Reserva Legal conservada e averbada em área superior aos 20% exigidos na norma supracitada poderá instituir servidão ambiental sobre a área excedente, nos termos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e Cota de Reserva Ambiental, observando as normas que tratam dos incentivos na Zona de Amortecimento.
10. É permitido o manejo florestal sustentável das Reservas Legais da Zona de Amortecimento somente em atendimento aos seguintes aspectos:
- a. A Reserva Legal não pode ter sido desmatada após 22 de julho de 2008, utilizando para tanto o mapeamento do uso e ocupação do solo da ZA disponível na presente revisão do Plano de Manejo;
 - b. O proprietário deve apresentar e receber aprovação da gestão do Parque de um Plano de Manejo Florestal Sustentável, onde conste o propósito ou finalidade do manejo (comercial ou subsistência) e as práticas de exploração sustentáveis a serem adotadas;
 - c. A exploração de produtos madeiráveis que tenha exclusivamente a finalidade não comercial, limitada à exploração anual de 20 (vinte) metros cúbicos, sendo expressamente proibido o corte de espécies vegetais ameaçadas de extinção.
11. Deverá ser mantida a vegetação nativa e seus processos de sucessão natural, a título de Área de Preservação Permanente, nas seguintes áreas dos imóveis rurais da ZA:
- a. As faixas marginais de quaisquer cursos d'água perenes e intermitentes, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 (trinta) metros;
 - b. O entorno de nascentes e olhos d'água perenes, qualquer que seja a situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;
 - c. Os topos de morros com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, especificamente as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação, sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;
 - d. A faixa de proteção ciliar compreendida entre o nível de operação do reservatório da Usina Hidrelétrica Itá – cota 370m – e os 30 (trinta) m medidos

horizontalmente a partir deste nível, respeitadas as normas específicas incidentes sobre as áreas situadas acima desta faixa, conforme respectivo zoneamento do Plano Diretor da Usina.

12. Nas faixas marginais de cursos d'água perenes e intermitentes, consideradas como áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008³, é permitida a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, mas é obrigatória a recomposição florestal com espécies nativas das faixas marginais, independentemente da largura do curso d'água, conforme os seguintes tamanhos de imóveis rurais:
 - a. Para imóveis com área de até um módulo rural (<18 hectares): faixas marginais de 5 metros;
 - b. Para imóveis com área superior a um módulo rural e de até dois módulos rurais (18 até 36 hectares): faixas marginais de 8 (oito) metros;
 - c. Para imóveis com área superior a dois módulos rurais e de até quatro módulos fiscais (36 até 72 hectares): faixas marginais de 15 metros;
 - d. Para imóveis com área superior a quatro módulos rurais (>72 hectares): faixas marginais de no mínimo 20 (vinte) metros e no máximo 100 (cem) metros.
13. No entorno de nascentes e olhos d'água perenes, considerados como áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008⁴, é permitida a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, mas é obrigatória a recomposição florestal com espécies nativas das faixas marginais, independentemente da largura do curso d'água, conforme os seguintes tamanhos de imóveis rurais:
 - a. Para imóveis com área de até um módulo rural (<18 hectares): faixas marginais de 5 metros;
 - b. Para imóveis com área superior a um módulo rural e de até dois módulos rurais (18 até 36 hectares): faixas marginais de 8 (oito) metros;
 - c. Para imóveis com área superior a dois módulos rurais e de até quatro módulos fiscais (36 até 72 hectares): faixas marginais de 15 (quinze) metros.
14. Somente será permitida, sob autorização prévia do órgão ambiental competente e anuência da gestão da UC, a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente inseridas na ZA do Parque em casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental considerados na Resolução do CONAMA nº 369 de 28 de março de 2006.
15. O corte de vegetação exótica localizada em Áreas de Preservação Permanente será permitido somente mediante autorização expedida pela FATMA⁵ com anuência da gestão da UC, condicionada à posterior recuperação ambiental da área de acordo com o Art. 255 da Lei nº 14.675/2009⁶.

³ Entende-se por área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

⁴ Entende-se por área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

⁵ Instrução Normativa da FATMA nº 43.

⁶ Código Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina.

Do corte, supressão e manejo da vegetação nativa

16. É proibido o corte e a supressão de fragmentos de vegetação nativa primária ou secundária nos estágios médio e avançado de regeneração, situados em contiguidade aos limites do Parque, quaisquer que sejam seus tamanhos, conforme Art. 11 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006⁷.
17. O corte ou supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração na ZA será permitido somente mediante autorização da FATMA, com anuência da gestão do Parque, conforme o Art. 25 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, respeitando-se as normas de proteção, manejo e recomposição florestal das Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais.
18. O corte ou supressão de vegetação nativa secundária em estágio médio de regeneração na ZA será permitido nas seguintes condições:
 - a. Excepcionalmente em caso de utilidade pública⁸, interesse social⁹, pesquisa científica ou prática conservacionista¹⁰;
 - b. Quando considerado necessário ao exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais para subsistência de pequeno produtor rural e de sua família;
 - c. Conforme a comprovação de inexistência de alternativa locacional ao empreendimento pretendido para a área de vegetação a ser suprimida na propriedade;
 - d. Mediante autorização da FATMA, com anuência da gestão do Parque, conforme o Art. 23 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, respeitando-se as normas de proteção, manejo e recomposição florestal das Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais.
19. O corte ou supressão de vegetação nativa primária e secundária em estágio avançado de regeneração na ZA será permitido nas seguintes condições:
 - a. Excepcionalmente em caso de utilidade pública, pesquisa científica ou prática conservacionista, mediante realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental;
 - b. Mediante aprovação do Estudo supracitado pela FATMA e pela gestão do Parque, conforme o Artigos 20 e 21 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006,

⁷ Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

⁸ Entende-se por utilidade pública atividades de segurança nacional e proteção sanitária e as obras essenciais de infraestrutura de interesse nacional, destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público federal ou dos estados.

⁹ Entende-se por interesse social as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA; as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área; demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

¹⁰ Entende-se por prática conservacionista atividade técnica e cientificamente fundamentada, imprescindível à proteção da integridade da vegetação nativa, tal como controle de fogo, erosão, espécies exóticas e invasoras.

respeitando-se as normas de proteção e recomposição florestal das Áreas de Preservação Permanente e de cadastramento ou averbação de Reservas Legais;

- c. Sob a condição de compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas e na mesma bacia hidrográfica.
20. O corte, a supressão e o manejo de espécies arbóreas pioneiras nativas em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração, em que sua presença seja superior a 60% (sessenta por cento) em relação às demais espécies, poderão ser autorizados pelo órgão estadual competente sempre com permissão da gestão do Parque, observado o disposto na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e conforme o Art. 28 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006¹¹.

Do emprego do fogo e da queima controlada

21. É proibido o emprego do fogo em vegetação nativa primária e secundária, qualquer que seja seu estágio de regeneração, dentro da Zona de Amortecimento.
22. A queima controlada¹² em áreas agrícolas situadas em contiguidade aos limites do Parque deve respeitar uma faixa de segurança mínima de 50 (cinquenta) metros a partir de aceiro, que, em caso de queima controlada, deve ser preparado, mantido limpo e não cultivado, com 10 (dez) metros de largura ao redor da Unidade de Conservação, conforme Art. 1º do Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998.
23. Toda queima controlada na ZA deverá ser licenciada pela FATMA obedecendo a Instrução Normativa nº 30, com anuência da gestão do Parque, respeitando-se o disposto no Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, e demais normas da Zona de Amortecimento.

Do uso dos recursos hídricos

24. É obrigatório o cadastramento de todos os proprietários e usuários que realizem a coleta de água proveniente de fontes superficiais e subterrâneas na ZA, com armazenamento de informações a respeito da localização e finalidades dos usos no banco de dados do Parque.
25. Não é permitido qualquer tipo de canalização, construção de canais de drenagem ou retificação dos cursos d'água naturais perenes e intermitentes existentes na ZA, exceto em obras de utilidade pública e interesse social, conforme Resolução CONAMA nº 369/2006, respeitadas as demais normas gerais do zoneamento, em especial aquelas que tratam de implantação de infraestrutura.
26. Toda obra ou intervenção para construção ou manutenção de barragem ou açude que utilize ou escoe água de/para cursos d'água naturais na ZA deve ser previamente aprovada e cadastrada pela gestão do Parque, que avaliará os riscos de contaminação, erosão e/ou redução de vazão.

¹¹ Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

¹² Considera-se queima controlada o emprego do fogo como fator de produção e manejo em atividades agropastoris ou florestais, e para fins de pesquisa científica e tecnológica, em áreas com limites físicos previamente definidos.

27. É proibido o lançamento direta ou indiretamente de efluentes líquidos nos corpos hídricos, rede de manejo de águas pluviais ou diretamente sobre o solo sem tratamento adequado e em desobediência aos seguintes padrões de qualidade¹³:
- a. pH entre 6,0 e 9,0;
 - b. Ausência de materiais sólidos visíveis;
 - c. Concentrações máximas dos seguintes parâmetros em miligramas por litro (mg L⁻¹):
 - Óleos vegetais e gorduras animais: 30,0 mg L⁻¹;
 - Cromo hexavalente: 0,1 mg L⁻¹;
 - Cobre total: 0,5 mg L⁻¹;
 - Cádmio total: 0,5 mg L⁻¹;
 - Mercúrio total: 0,005 mg L⁻¹;
 - Níquel total: 1,0 mg L⁻¹;
 - Zinco total: 1,0 mg L⁻¹;
 - Arsênio total: 0,1 mg L⁻¹;
 - Prata total: 0,02 mg L⁻¹;
 - Selênio total: 0,02 mg L⁻¹;
 - Manganês⁺² solúvel: 1,0 mg L⁻¹;
 - Fenóis: 0,2 mg L⁻¹;
 - Substâncias tensoativas que reagem ao azul de metileno: 2,0 mg L⁻¹;
 - Compostos organofosforados e carbamatos: 0,1 mg L⁻¹;
 - Sulfeto de carbono, etileno: 1,0 mg L⁻¹; e
 - Outros compostos organoclorados: 0,05 mg L⁻¹.
28. É proibido o lançamento direta ou indiretamente de resíduos sólidos de qualquer tipo nos corpos hídricos da ZA.
29. Quando verificado e registrado o lançamento de efluentes líquidos ou resíduos sólidos em desacordo com as normas e padrões aqui estabelecidos, como resultado das atividades de monitoramento da qualidade de água realizadas pela gestão do Parque e/ou seus colaboradores, será obrigatório ao proprietário ou morador responsável providenciar a imediata interrupção do lançamento e promoção do adequado tratamento, contando com apoio da gestão do Parque para identificação da melhor alternativa.
30. Caberá ao proprietário ou morador que não concordar com a responsabilidade sobre o lançamento de efluentes líquidos ou resíduos sólidos em desacordo com as normas e padrões aqui estabelecidos comprovar, por meio de laudo técnico, a adequação de seu sistema de tratamento ou atividade emissora dos respectivos efluentes.

Do uso do reservatório da Usina Hidrelétrica Itá

31. A navegação comercial dentro da ZA somente será permitida para transporte de visitantes, mediante autorização formal do Consórcio Itá, sendo obrigatória a informação prévia do plano de rotas e horários de desembarque à gestão do Parque.

¹³ Artigo 177 do Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina (Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009).

32. A navegação recreativa dentro da ZA será permitida por meio de embarcações de pequeno porte, sendo expressamente proibida a realização de competições náuticas para embarcações a motor.
33. Não é permitida a pesca amadora e profissional, embarcada e desembarcada, de qualquer apetrecho na área do reservatório da UHE Itá e na do rio dos Queimados abrangidas pela ZA, em consonância com a Instrução Normativa do IBAMA nº 193 de 02 de outubro de 2008¹⁴.
34. Não é permitida a implantação de tanques rede na área do reservatório da UHE Itá abrangida pela ZA.
35. A construção de trapiches fixos ou flutuantes será permitida mediante autorização formal do Consórcio Itá, observadas as condições impostas pelo Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá e licenças ambientais pertinentes.
36. A implantação de rampas de acesso ao reservatório é permitida exclusivamente para fins recreativos e de lazer, mediante autorização formal do Consórcio Itá, observadas as condições de implantação do Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá.

Da proteção e monitoramento da fauna nativa

37. É expressamente proibida a caça, captura, perseguição e a perturbação de quaisquer espécies da fauna nativa, silvestre e/ou em rota migratória na Zona de Amortecimento, exceto para finalidade de pesquisa científica ou programas de manejo devidamente justificados e autorizados pela FATMA e gestão do Parque.
38. É obrigatório o cadastramento de ataques da fauna nativa, silvestre e/ou em rota migratória em cultivos e criações agropecuárias dentro da Zona de Amortecimento, sendo responsabilidade dos agricultores ou proprietários informar à gestão do Parque sobre o ocorrido para fins de confirmação e armazenamento das informações no banco de dados da UC e identificação conjunta de alternativas e medidas de mitigação dentro das práticas de produção adotadas, quando for o caso.
39. Toda e qualquer reintrodução ou translocação à natureza de indivíduos da fauna nativa somente será permitida na ZA do Parque mediante anuência da gestão da Unidade e atendendo à Instrução Normativa nº 62 da FATMA e da Lei Complementar Federal 140/11 do IBAMA.
40. A destinação de indivíduos da fauna nativa para cativeiro ou instituição de pesquisas, encontrados debilitados por atropelamentos ou acidentes de qualquer natureza na ZA, será permitida somente quando não atender às condições de retorno imediato à natureza, mediante anuência da gestão do Parque.

Do controle das espécies exóticas invasoras

41. É proibida a introdução, soltura ou translocação em ambiente natural de espécies de fauna exótica com potencial invasor, listadas na Resolução CONSEMA nº 08 de 2012.
42. É proibida a criação comercial ou de subsistência de espécies de mamíferos, répteis, anfíbios e moluscos exóticos com potencial invasor, listados na Resolução CONSEMA nº 08 de 2012, à exceção da cabra *Capra hircus*, do cachorro doméstico *Canis familiaris*, do gato doméstico *Felis catus*, e do coelho *Oryctolagus cuniculus*, que poderão ser criados sob condições controladas de manejo dentro das propriedades, sendo obrigatório, nesse caso, o cadastramento dos proprietários e dos rebanhos criados.

¹⁴ Estabelecer normas de pesca para o período de defeso na área de abrangência da bacia. Hidrográfica do rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

43. A criação comercial ou de subsistência de espécies de peixes exóticos invasores, listados na Resolução CONSEMA nº 08 de 2012, somente será permitida sob condições controladas de manejo dentro das propriedades, mediante autorização e cadastramento prévio da gestão do Parque, à exceção do bagre africano *Clarias gariepinus*, que é expressamente proibida.

Dos riscos e impactos das atividades econômicas produtivas

44. É proibida a implantação e o funcionamento de benfeitorias de criação e manejo de bovinos (estrebrias) e suínos (granjas) em sistema confinado sem adoção de esterqueiras para armazenamento, tratamento e/ou beneficiamento de dejetos, bem como situadas em Áreas de Preservação Permanentes.
45. A quantidade máxima de dejetos pulverizados em áreas de lavouras na ZA é de 50 m³/ha/ano, respeitando-se a Instrução Normativa - IN 11 da FATMA.
46. É proibida a utilização na ZA de qualquer ingrediente ativo de agrotóxico, domissanitário¹⁵ e preservante de madeira considerado no **Anexo I**, por não possuir autorização de uso no Brasil¹⁶.
47. Toda embalagem de agrotóxico vazia deverá ser devolvida ao estabelecimento comercial, onde foi adquirida, devendo este último contar com local adequado para o recebimento e armazenamento das embalagens, até que sejam recolhidas pelas empresas responsáveis pela destinação final, conforme previsto na Lei¹⁷, devendo as mesmas atender à Resolução CONAMA nº 334, de 03 de abril de 2003.
48. É proibida a lavagem dos equipamentos de aplicação dos agrotóxicos diretamente nos corpos d'água ou em locais da propriedade com escoamento ou drenagem aos mesmos.
49. É proibido o descarte a céu aberto, em cursos d'água ou em remanescentes florestais de animais domésticos mortos, suas carcaças e/ou partes em qualquer imóvel rural da Zona de Amortecimento, sendo obrigatório ao produtor ou proprietário responsável enterrá-lo em local adequado da propriedade, exceto em Área de Preservação Permanente, ou destiná-lo para aterro sanitário licenciado.

Do licenciamento de empreendimentos e atividades

50. Toda solicitação de licenciamento realizada na Zona de Amortecimento, independentemente do empreendimento ou atividade, deve ter uma cópia protocolada na Unidade de Conservação pelo solicitante, sendo responsabilidade da gestão do Parque acompanhar e anuir, quando for o caso, com o processo de avaliação e emissão das respectivas licenças nos órgãos públicos pertinentes.

¹⁵Entende-se por saneantes domissanitários as substâncias destinadas à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento de água.

¹⁶ A Lei de Agrotóxicos e Afins nº 7.802, de 11 de julho de 1989, estabelece que os agrotóxicos somente podem ser utilizados no país se forem registrados em órgão federal competente. Neste sentido, o Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamentou a Lei, estabelece as competências para os três órgãos envolvidos no registro de agrotóxicos: Ministério da Saúde (MS) por meio da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA.

¹⁷Art. 6, inciso IV § 2º da Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989 e da Lei 9.974 de 6 de junho de 2000

51. Os empreendimentos ou atividades propostos para a ZA deverão apresentar os estudos ambientais condizentes ao seu porte e abrangência, seguindo o estabelecido na Resolução CONSEMA nº 13¹⁸, de 23 de janeiro de 2013 (**ver Anexo II**).
52. O licenciamento de empreendimentos ou atividades de significativo impacto ambiental, que possam afetar o Parque e sua Zona de Amortecimento, só será concedido após avaliação dos estudos desenvolvidos e autorização do órgão responsável pela gestão da UC, segundo o disposto nas Resoluções do CONAMA nº 013/1990¹⁹ e nº 428/2010²⁰.
53. As atividades *da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental* (CONSEMA nº 13²¹, de 23 de janeiro de 2013) com porte abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental, estarão sujeitas ao cadastro ambiental no Sistema de Informações Ambientais – SinFAT, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 34 da FATMA.
54. O processo de licenciamento ambiental de atividades da suinocultura e avicultura, estabelecido na Resolução do CONSEMA nº 15, de 25 de janeiro de 2013²², deverá contar com a anuência da gestão da Unidade, atendendo ainda ao Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, da FATMA, correspondente²³.

Da pavimentação e manutenção de estradas

55. A pavimentação de estradas públicas dentro da ZA dependerá de licenciamento compatível ao seu porte, sendo obrigatória a anuência da gestão do Parque, bem como a observação de normas técnicas relacionadas ao manejo de águas pluviais, à permeabilidade do solo e ao controle da velocidade dos veículos, entre outros aspectos considerados pertinentes à mitigação de impactos ambientais e socioeconômicos no Parque e nas comunidades rurais do seu entorno.
56. A manutenção, reforma ou adequação de estradas públicas deve seguir padrões técnicos de urbanização para o sistema viário, adotando princípios de manejo sustentável de águas pluviais, com controle de escoamento na fonte, redução do escoamento por infiltração do excesso de água no subsolo e armazenamento temporário, quando necessário, evitando impactos diretos e indiretos sobre as nascentes e cursos d'água naturais.

¹⁸ Aprova a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental de impacto local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dispõe sobre a possibilidade de os Conselhos Municipais do Meio Ambiente definirem outras atividades de impacto local não previstas nas Resoluções do CONSEMA.

¹⁹ Resolução CONAMA nº 013, de 06 de dezembro de 1990. Dispõe sobre normas referentes ao entorno das UCs.

²⁰ Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do Artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC, no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA, e dá outras providências.

²¹ Aprova a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental de impacto local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dispõe sobre a possibilidade de os Conselhos Municipais do Meio Ambiente definirem outras atividades de impacto local não previstas nas Resoluções do CONSEMA.

²² Reconhece e dá publicidade à atribuição dos municípios para o exercício do Licenciamento Ambiental de atividades com impacto ambiental local, suinocultura e avicultura.

²³ Instrução Normativa FATMA nº 41 e nº 42 para suinocultura e avicultura respectivamente.

Dos incentivos

57. O Cadastro Ambiental Rural das propriedades da ZA será incentivado pela gestão do Parque por meio da captação de coordenadas geográficas, da elaboração de croqui indicando o perímetro do imóvel, as Áreas de Preservação Permanente e os remanescentes que formam a Reserva Legal e do apoio na consulta de dúvidas e no cadastramento das informações, respeitando-se a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.
58. A conservação e a valorização das Áreas de Preservação Permanentes e das Reservas Legais na ZA serão incentivadas pela gestão do Parque por meio do apoio na elaboração e monitoramento de projetos de manejo florestal sustentável, de cercamento de áreas e de planejamento ambiental das propriedades, entre outros temas relacionados à adoção e melhoramento de práticas produtivas ambientalmente amigáveis.
59. A criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em propriedades privadas da ZA, tanto na forma de imóvel único quanto de condomínio, será incentivada pela gestão do Parque por meio da divulgação, da articulação de créditos, da isenção de tributos, da seleção e delimitação de áreas e do apoio nos demais processos de criação, implantação, planejamento e gestão, respeitando-se os procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa 51 (IN 51) e pelo Programa Estadual de Incentivo às RPPNs Estaduais da Fundação do Meio Ambiente (FATMA).
60. A instituição de Servidão Ambiental permanente ou temporária em áreas de vegetação nativa da ZA será incentivada pela gestão do Parque por meio da divulgação, da seleção e delimitação de áreas, do apoio nos processos de averbação e cadastramento, respeitando-se o disposto na Seção IV do Código Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina²⁴.
61. A obtenção do título de Cota de Reserva Florestal (CRF) para áreas de vegetação nativa da ZA, averbadas como Reserva Legal, sob regime de Servidão Ambiental ou criadas como RPPNs será incentivada pela gestão do Parque por meio da divulgação e do apoio nos processos de cadastramento e registro, respeitando-se o disposto na Seção V do Código Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina, bem como pela articulação e mediação entre proprietários e adquirentes do CRF, priorizando-se aqueles situados na ZA e cadastrados no banco de dados do Parque.
62. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na ZA será incentivado pela gestão do Parque por meio do apoio na elaboração e habilitação de projetos específicos, na articulação de pagadores de serviços ambientais públicos e privados, na formalização de instrumentos contratuais e no monitoramento, planejamento, avaliação e divulgação dos resultados obtidos, respeitando-se o disposto na Lei nº 15.133, de 19 de janeiro de 2010.

Das disposições gerais e transitórias

63. A vigência destas normas terá início depois da aprovação e publicação da Portaria do Plano de Manejo.
64. A gestão do Parque deverá promover ampla divulgação das normas da Zona de Amortecimento aos seus moradores e proprietários.

²⁴Lei nº 14.675 de 13 de abril de 2009.

65. Após a aprovação e divulgação do Plano de Manejo, é responsabilidade de todos os proprietários e moradores o efetivo cumprimento das normas da Zona de Amortecimento, cabendo à FATMA e ao Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina a fiscalização de sua aplicação.
66. A cada dois anos, a contar da aprovação do presente Plano de Manejo, a gestão do Parque deverá avaliar adequações pertinentes e atualizar as normas da Zona de Amortecimento em função de alterações na legislação incidente e de novos cenários ambientais e socioeconômicos do território abrangido pela ZA.

2.3. Áreas estratégicas

Áreas Estratégicas são porções territoriais do Parque cuja vocação ou fragilidade, existente ou potencial, requer ações específicas de manejo para aproveitamento das forças e mitigação das fraquezas do Parque, tendo em vista os objetivos de manejo da UC e os resultados especializados pelos diagnósticos temáticos.

O Plano de Manejo Fase II definiu 15 (quinze) Áreas Estratégicas, todas elas internas aos limites do Parque (**Figura 2.3-I**), com detalhamento de intervenções pautadas em vocações e fragilidades espacialmente delimitadas e circunscritas. Algumas dessas Áreas são porções com ações de manejo em andamento ao passo que outras são potencialidade para uso futuro.

As informações destas Áreas Estratégicas Internas (AEI) estão organizadas da seguinte forma:

- a) Inserção no Zoneamento: zona(s) de manejo na(s) qual(ais) a Área Estratégica se insere.
- b) Descrição: representa a descrição espacial da Área Estratégica e de sua demanda ou expectativa de intervenção, bem como da situação atual de implementação.
- c) Resultados esperados: consiste no conjunto de situações concretas a serem atingidas ou de produtos a serem gerados pela execução das ações do Subprograma.
- d) Indicadores de desempenho: representam as principais evidências gradativas para monitoramento do alcance dos resultados esperados.
- e) Atividades: conjunto de ações, ordenadas numericamente, consideradas necessárias para alcançar os resultados esperados da Área Estratégica.
 - Orientações operacionais: representam informações sobre o caráter das atividades e recomendações de como elas podem ser operacionalizadas à luz das informações disponíveis durante a revisão do Plano de Manejo, assumindo apenas caráter indicativo ou referencial, tanto sobre as atribuições e responsabilidade quanto sobre o encadeamento com outras ações gerenciais gerais e atividades das Áreas Estratégicas também. Por outra parte, deve ser destacado que, na lógica adotada, o caráter contínuo envolve atividades de implementação de projetos, embora estes tenham uma duração temporal específica.
 - Indicadores operacionais: representam as principais evidências de execução parcial e final das atividades, as quais podem corresponder à memória de cálculo do cronograma físico-financeiro do Plano de Manejo (tempo de dedicação e ordem de grandeza dos recursos envolvidos).

Para facilitar a sua compreensão e acompanhamento, auxiliando na gestão estratégica e implementação do Plano de Manejo Fase II, foram criados um mapa mental das Áreas Estratégicas (**Figura 2.3-II**) e uma matriz de consolidação das atividades (**Anexo III**).

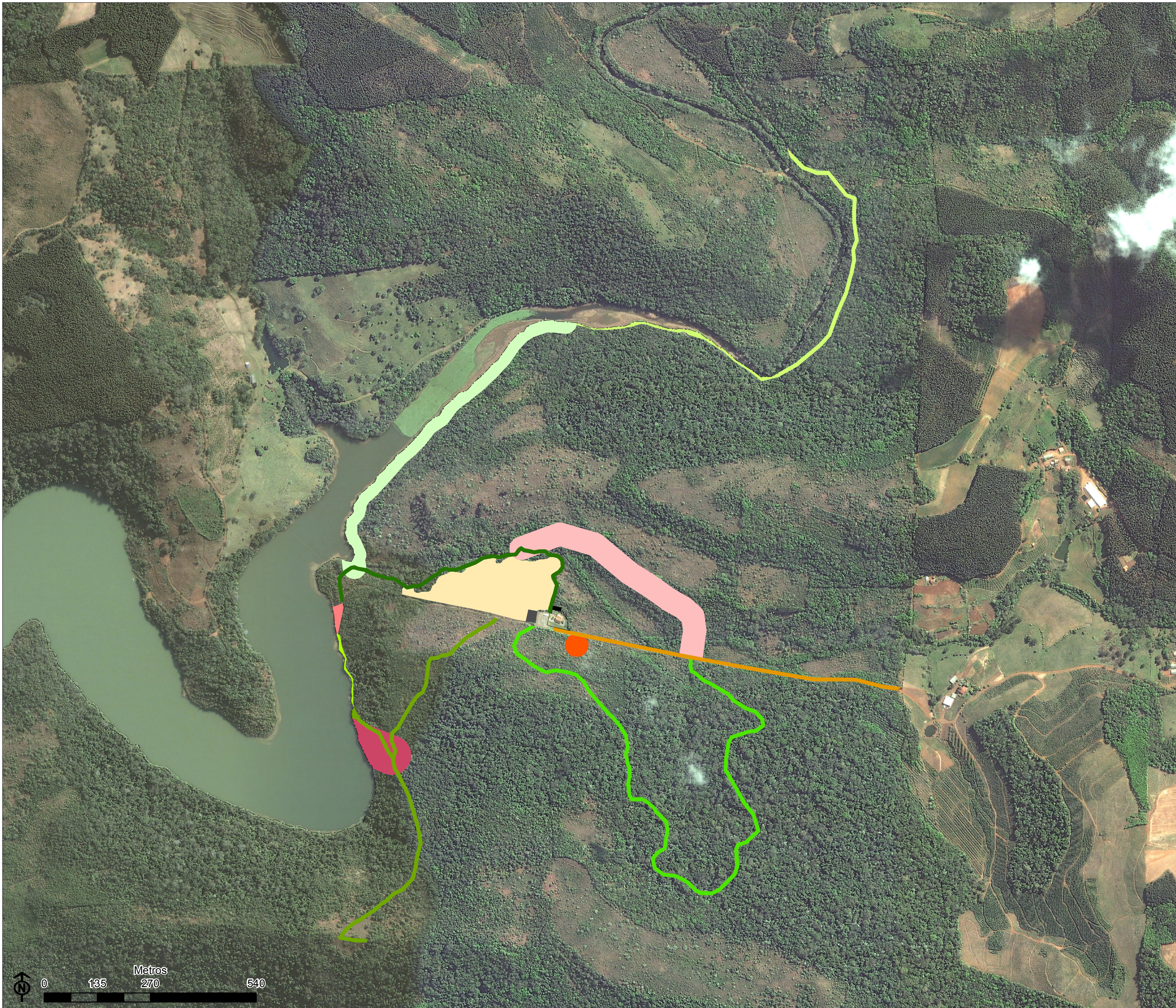
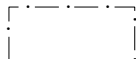











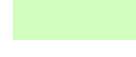





Figura 2.3-I: Mapa das Áreas Estratégicas do Parque

Legenda

 Limite do Parque

Áreas Estratégicas

-  AE Centro de Visitantes
-  AE Celula Adm
-  AE Lanche ao ar livre
-  AE Mirante do CV
-  AE Estrada de acesso e portaria
-  AE Caminhada Esportiva
-  AE Trilha Lajeado Cruzeiro
-  AE Trilha do Mirante
-  AE Trilha da Canafistula
-  AE Trilha das Marrequinhas
-  AE Trilha da Ponta Norte
-  AE Trilha das Marrequinhas 2
-  AE Circuito de Arvorismo
-  AE Complexo Nautico
-  AE Tirolesa

Executado por:

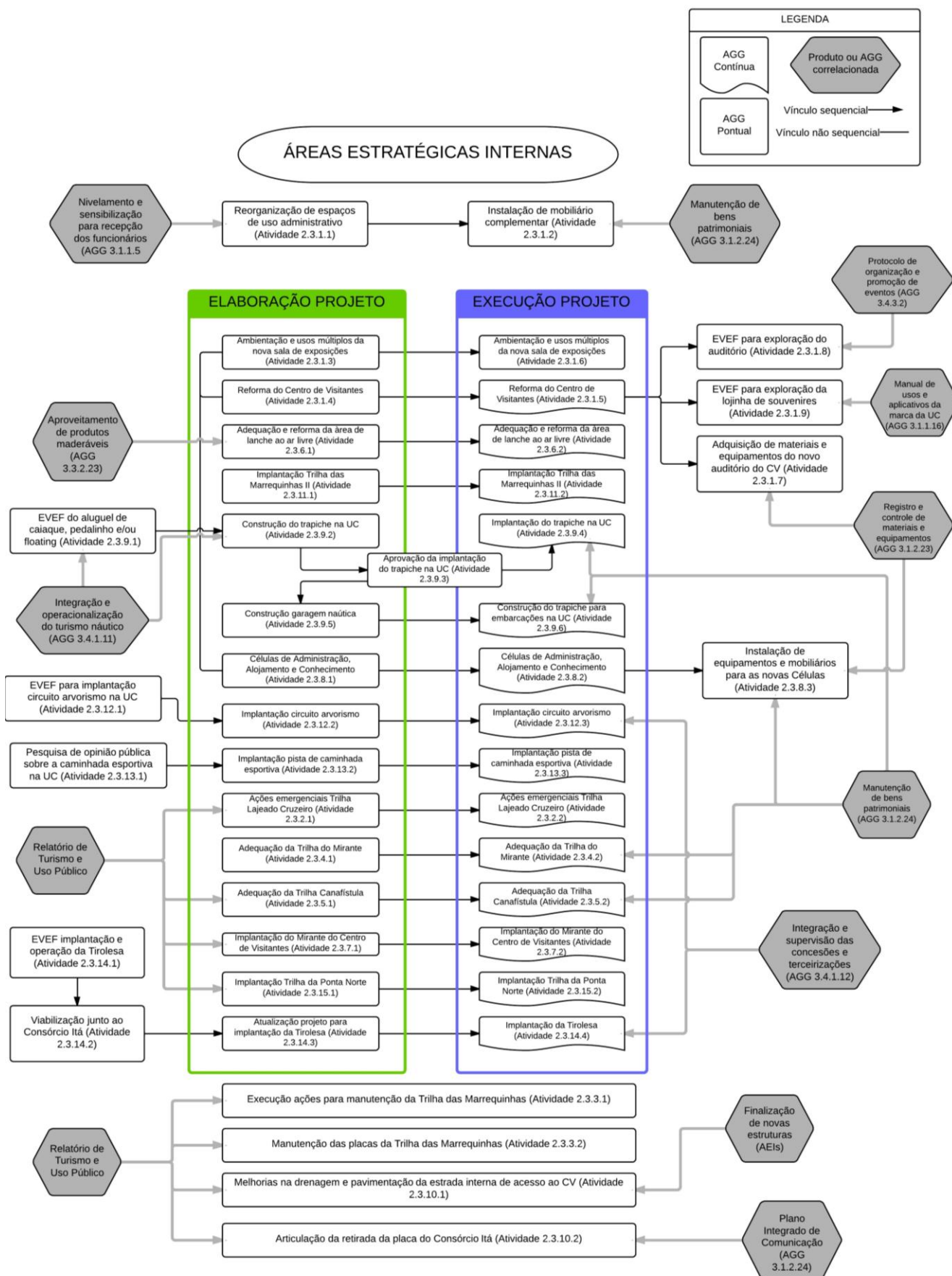


Financiado por:



Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann e fortalecimento dos seus mecanismos de gestão

Figura 2.3-II: Mapa mental das Áreas Estratégicas



2.3.1. Centro de Visitantes

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Consolidado.
- b) Descrição: corresponde à atual (2013) edificação do Centro de Visitantes e seus anexos, situados na porção central da gleba não insular do Parque, ao lado do estacionamento de veículos. O pavimento superior comporta uma sala de exposições e três salas de uso administrativo, sendo que a maior delas possui um banheiro utilizado para arquivo, e as outras duas são utilizadas pelos colaboradores e voluntários do Parque (uma delas originalmente estava prevista para locação da lojinha de *souvenirs*). No pavimento inferior, há um auditório com banheiro, uma biblioteca, um alojamento de pesquisadores com dois beliches, banheiro, refeitório e cozinha, ligados por meio de um sistema de rampa externa e escada interna. Possui ainda, em anexo, uma edificação que comporta os banheiros para visitantes (um masculino e um feminino), um almoxarifado e uma garagem. Estes diferentes espaços concentram atualmente diversos usos, tanto de caráter público (circulação de visitantes) quanto interno ou exclusivo (alojamento, lavanderia, cozinha e almoxarifado para funcionários, colaboradores e pesquisadores), apresentando conflitos de uso e sobrecargas que justificaram tanto as atividades desta AEI quanto a proposição de AEI complementares.
- c) Resultados esperados:
- Salas administrativas temporariamente adaptadas para integração de funcionários e colaboradores;
 - Centro de visitantes reformado;
 - Nova sala de exposições implantada;
 - Novo auditório implantado;
 - Viabilidade da exploração econômica da lojinha de *souvenirs* e do novo auditório analisada.
- d) Indicadores de desempenho:
- Salas administrativas adequadamente funcionais para funcionários e colaboradores;
 - Aumento da capacidade (pelo menos 50%) e qualidade da visita nova da sala de exposições em até 12 meses após a implantação do projeto;
 - Ampliação em pelo menos 100% de eventos internos e externos no novo auditório em até 12 meses após a implantação do projeto;
 - Critérios e valores de investimentos, manutenções e tarifas de retorno da exploração comercial da lojinha de *souvenirs* e do novo auditório definidos em até 3 meses dos EVEF.
- e) Atividades:

2.3.1.1 Planejar e reordenar os espaços de uso administrativo para adequada locação e trabalho dos funcionários da FATMA e colaboradores em atividade no Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa ordenar os espaços administrativos do atual Centro de Visitantes frente ao cenário de efetivação dos funcionários da FATMA para o Parque e de andamento dos trabalhos que vêm sendo desempenhados pela equipe de colaboradores.
- O planejamento deve levar em conta a atual sala administrativa, a sala do chefe e a lojinha de *souvenirs*, bem como o mobiliário disponível frente à quantidade de pessoal envolvido com a gestão (funcionários da FATMA e colaboradores) da UC e suas atribuições funcionais.
- Recomenda-se a articulação de apoio dos arquitetos da sede da FATMA para definição de layout dos espaços administrativos.
- O planejamento e reorganização dos espaços administrativos apresentam caráter temporal, em função da previsão de construção de novas instalações previstas na AEI Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.

- Esta atividade está diretamente relacionada à AGG 3.1.1.5 do Subprograma de Administração, cujo nivelamento deverá resultar numa matriz de atribuições funcionais para o pessoal envolvido com a gestão da UC.
- Layout de mobiliários necessários para atender à demanda administrativa de funcionários da FATMA e colaboradores.

2.3.1.2 Orçar, adquirir e instalar mobiliário complementar para adequada locação e trabalho dos funcionários da FATMA e colaboradores em atividade no Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual e está condicionada à definição do layout de mobiliários necessários para atender à demanda administrativa de funcionários e colaboradores.
- Recomenda-se que os mobiliários sigam a mesma linha de especificação daqueles já em uso nos espaços administrativos, de modo a manter padrão visual e de qualidade, tendo vista o futuro aproveitamento na Célula de Administração a ser construída.
- Lista com especificação e três orçamentos dos mobiliários;
- Nota fiscal de compra dos mobiliários;
- Registro patrimonial dos mobiliários instalados.

2.3.1.3 Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto de ambientação e usos múltiplos da nova sala de exposições.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada previamente à elaboração e contratação do projeto de reforma do Centro de Visitantes, de forma a permitir a incorporação das novas demandas elétricas e luminotécnicas durante a referida reforma, bem como outras recomendações de layout da ambientação e usos múltiplos definidas no projeto.
- A proposta da nova sala de exposições deve abranger todo o pavimento superior do atual Centro de Visitantes
- Importa ressaltar que essa atividade só deve ser realizada conforme a previsão de elaboração e execução dos projetos das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento, previstas na respectiva AEI.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Previsão de espaços distintos para lojinha de *souvenirs* (preferencialmente na saída da sala de exposição e/ou em local de acesso externo), para oficinas e atividades lúdicas (especialmente destinadas ao público infantil) e para exposição permanente (que deverá ocupar a maior parte do pavimento);
 - Avaliação para aproveitamento da estrutura dos painéis, mobiliários e equipamentos existentes na atual sala de exposições;
 - Consideração de acessibilidade total de pessoas com necessidades especiais ou limitações motoras e/ou sensitivas a todos os espaços;
 - Vistoria de reconhecimento durante a elaboração do projeto da sala de exposições do Parque Natural Mata do Rio Uruguai Teixeira Soares, em Marcelino Ramos, com vistas a estimular detalhes complementares entre as ambientações (sem reproduções);
 - Previsão de profissional habilitado para desenvolvimento de conteúdo a partir das informações atuais levantadas nos novos diagnósticos, pesquisas e monitoramentos temáticos do Parque, incluindo dispositivos de interação com os visitantes e que permitam constante atualização de dados;
 - Previsão de profissional habilitado para registro e montagem de acervo fotográfico complementar ao banco de imagens do Parque;
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;

- Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar na condição de etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final em planta baixa, perspectiva, maquete eletrônica, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, orçamento detalhado e contato de fornecedores qualificados.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Projeto Executivo de Ambientação da Sala de Exposições.

2.3.1.4 Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo de reforma do Centro de Visitantes.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada posteriormente à contratação da elaboração do Projeto de Ambientação da Sala de Exposições.
- Importa ressaltar que essa atividade só deve ser realizada após a previsão de elaboração e execução dos projetos das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento, previstas na respectiva AEI.
- O projeto de reforma deve ter por objetivo a adequação do pavimento superior ao projeto de ambientação e usos múltiplos da nova sala de exposições; a ampliação do auditório sobre todo pavimento inferior do atual CV (2013); a ampliação dos banheiros de visitantes sobre a área do almoxarifado e garagem e a viabilização de acessibilidade plena para todos os espaços do CV.
- No caso do auditório, o projeto deve prever layout com dimensionamento para atender entre 60 e 80 pessoas sentadas, espaço de apresentação, de apoio para disponibilização de materiais e coffee break (que pode aproveitar e adequar a atual bancada de trabalho) e uma pequena sala de apoio separada do auditório (que pode aproveitar e adequar a atual biblioteca). Além disso, a distribuição e localização dos pontos luminosos deve objetivar o máximo aproveitamento funcional e conforto do auditório.
- Para a ampliação dos banheiros de visitantes sobre a área do almoxarifado e garagem, devem-se considerar banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais, assim como a instalação de mictórios no banheiro masculino.
- O mesmo escopo da reforma deve prever os projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, de climatização, de pavimentação e de Prevenção e Controle de Incêndios do Centro de Visitantes.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:

- Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
 - Avaliação do grau de conservação da edificação e cálculo estrutural das adequações arquitetônicas e de engenharia propostas na reforma (sobretudo quanto à substituição de colunas e/ou vigas do auditório);
 - Identificação de alternativa para isolamento acústico entre os pavimentos superior e inferior;
 - Avaliação de fluxo de visitantes e propostas para adequação dos acessos a ambos os pavimentos e aos banheiros, bem como suas interligações com o estacionamento de veículos;
 - Adequações arquitetônicas e de engenharia do pavimento superior conforme projeto de ambientação e usos múltiplos;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final, planta baixa e demais desenhos técnicos, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, orçamento e cronograma físico-financeiro detalhado, curva ABC e contato de fornecedores qualificados.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais.

2.3.1.5 Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada posteriormente à elaboração do projeto de reforma do Centro de Visitantes e conforme a previsão de elaboração e execução dos projetos das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento, previstas na respectiva AEI.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
- Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;

- Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, incluindo boletim de medição para pagamento proporcional aos serviços executados;
 - Indicação de um interlocutor técnico para o processo de execução das obras, o qual será responsável pelo preenchimento do boletim de medição;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Elaboração do projeto “as built” como etapa final da obra, correspondendo à incorporação das adequações realizadas durante as obras no projeto executivo.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- O orçamento do projeto deve servir como referência para a homogeneização e análise comparativa entre as propostas comerciais.
- A supervisão das obras deve ser feita regularmente, com periodicidade mínima mensal, por meio de acompanhamento do boletim de medição, que deverá ser preenchido pelo interlocutor responsável pela execução dos serviços e avaliado pelo fiscal das obras, preferencialmente funcionário do Parque ou profissional por ele indicado.
- O boletim de medição deverá contemplar um registro fotográfico, a medição quantitativa e outras avaliações qualitativas necessárias, tendo sempre como referência o Cronograma de Execução, os Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos. Também deverá indicar a efetivação da etapa e/ou das subetapas de serviço, bem como eventuais incoerências das obras em relação aos Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos.
- Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Boletim de medição;
 - Projeto “as built”.

2.3.1.6 Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de ambientação e usos múltiplos da nova sala de exposições do Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada concomitantemente à finalização da execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes e de acordo com a previsão de elaboração e execução dos projetos das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento, previstas na respectiva AEI.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
- Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;

- Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico financeiro;
- Indicação de um interlocutor técnico para o processo de execução das obras.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- O orçamento do projeto deve servir como referência para a homogeneização e análise comparativa entre as propostas comerciais.
- A supervisão da execução do projeto deve ser feita regularmente, por meio de registro fotográfico, acompanhamento do projeto e memoriais descritivos e teste dos equipamentos e dispositivos interativos da ambientação.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Registro fotográfico da sala de exposições.

2.3.1.7 Elaborar especificação técnica, orçar, adquirir e supervisionar a instalação dos equipamentos e mobiliários para o novo auditório do Centro de Visitantes.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada concomitantemente à finalização da execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes e depois da previsão de elaboração e execução dos projetos das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento, previstas na respectiva AEI.
- O layout do projeto de reforma do Centro de Visitantes deve servir como referência para o dimensionamento do mobiliário do auditório.
- O dimensionamento dos equipamentos e mobiliários deve levar em conta o aproveitamento daqueles materiais em uso atualmente (2013) no auditório do Parque, avaliando a compatibilidade de marcas e modelos com o layout definido e as necessidades do novo projeto.
- Recomenda-se a elaboração de uma especificação técnica em formato tabular, com o detalhamento dos itens, suas dimensões ou especificações materiais ou técnicas e a quantidade desejada, complementando e/ou adequando pelo mínimo as recomendações abaixo especificadas (**Tabela 2.3.1.7**).
- O formato de compra dos equipamentos e mobiliários deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, prospecção e lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada credibilidade de serviço.
- Para orçamento, a especificação técnica deve ser encaminhada para, no mínimo, três fornecedores previamente prospectados, com planilha aberta para preenchimento dos valores unitários e totais, com discriminação de valores de desconto, custo de entrega e instalação, quando necessário.
- A supervisão da entrega e instalação deve incluir detalhada análise dos quantitativos, marcas e modelos discriminados na especificação técnica e na nota, bem como das condições de aparência e funcionalidade dos bens.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);

- Propostas comerciais;
- Nota fiscal dos bens.

Tabela 2.3.1.7: Sugestão de mobiliário e equipamentos complementares para o auditório

ITENS	DIMENSÕES / ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE
Cadeira fixa em tecido azul	Conforme modelo existente	50
Mesa para autoridades	Em concordância com layout definido	01
Mesa de trabalho	Conforme modelo existente (retangular, cor bege)	02
Púlpito	Em acrílico ou madeira com a logomarca do Parque	01
Mesa de som	Com 08 canais	01
Amplificador	Com 180 Watts RMS de potência máxima	02
Cabos	Conforme projeto	-
Microfone	-	01
Apresentador multimídia	Passador de slide wireless com apontador laser	01
Tela de projeção	Retrátil de 2,40 x 1,80 (ou conforme layout)	01
Tripé para tela de projeção	Para tela já existente (uso externo)	01

2.3.1.8 Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para exploração comercial do auditório do Centro de Visitantes para eventos temáticos e corporativos.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada concomitantemente à finalização da execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes. Ela tem como finalidade diversificar os perfis de público visitante do Parque e representar uma potencial fonte de renda complementar para sua manutenção e funcionamento.
- O EVEF representa um requisito técnico e legal para a correta exploração comercial do auditório, e deve englobar não só os aspectos econômicos do negócio (investimentos, projeção de custos e receitas), como também a projeção da demanda de usuários, a qualificação de serviços correlacionados/concorrentes, a identificação dos diferenciais do Parque na oferta deste serviço e das possíveis formas de relacionamento a serem estabelecidas entre clientes e fornecedores, incluindo a avaliação comparativa entre as opções de exploração pela própria UC ou por concessão/terceirização.
- Neste sentido, recomenda-se avaliar a exploração comercial do auditório do Parque para sediar workshops, seminários, congressos, entre outros tipos de eventos temáticos, bem como para processos de treinamento e desenvolvimento institucionais, entre outras finalidades corporativas, explorando os atrativos naturais, estruturas turísticas e equipe de apoio como elementos diferenciais e complementares do serviço.
- A articulação ou contratação do estudo deve ser precedida da formulação de perguntas norteadoras relacionadas aos potenciais e ameaças da exploração comercial do auditório e da clara definição dos resultados esperados pelo estudo.
- Em caso de articulação do EVEF, recomenda-se buscar apoio das entidades do Conselho Consultivo do Parque na identificação e contato com fornecedores qualificados, incluindo a consulta ao SEBRAE-SC.
- Em caso de contratação do EVEF, recomenda-se avaliar agrupamento em um mesmo lote de estudos de outras explorações de bens e serviços definidas no Plano de Manejo e, também, elaborar especificação técnica incluindo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo

- total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
- Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
 - Definição da projeção de demanda de usuários, com base nos dados de monitoramento da visitação do Parque e em pesquisa de serviços equivalentes em Concórdia e região, incluindo diferentes cenários de projeção (pessimista, intermediário e otimista);
 - Elaboração dos fluxos de custos e receitas, dos fluxos de caixa e indicadores de viabilidade econômica – TIR – Taxa Interna de Retorno, VPL – Valor Presente Líquido, C/B – Relação Custo Benefício, PN – Ponto de Nivelamento e Pay-Back – Tempo de Retorno do Capital Investido;
 - Avaliação dos formatos de exploração comercial frente à legislação pertinente e disponibilidade de fornecedores locais de interesse.
- Especificação Técnica (em caso de contratação);
 - Estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF).

2.3.1.9 Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para exploração comercial da lojinha de *souvenirs* do Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada concomitantemente à finalização da execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes e da consultoria para o desenvolvimento de manual de uso e aplicações da logomarca do Parque (Programa de Administração).
- Esta atividade tem como finalidade fortalecer a marca e imagem do Parque, ampliar a divulgação de seus atributos e de sua importância e representar uma fonte de renda complementar para sua manutenção e funcionamento.
- O estudo de viabilidade representa um requisito técnico e legal para a correta exploração comercial da lojinha de *souvenirs*, e deve englobar não só os aspectos econômicos do negócio (investimentos, projeção de custos e receitas), como também a projeção da demanda de usuários, a qualificação de serviços correlacionados/concorrentes, a identificação dos diferenciais do Parque na oferta deste serviço e das possíveis formas de relacionamento a serem estabelecidas entre clientes e fornecedores, incluindo a avaliação comparativa entre opções de exploração pela própria UC ou por concessão/terceirização.
- Em caso de articulação do estudo, recomenda-se buscar apoio das entidades do Conselho Consultivo do Parque na identificação e contato com fornecedores qualificados, incluindo a consulta ao SEBRAE-SC.
- Em caso de contratação, recomenda-se avaliar e agrupar no mesmo lote de estudos de viabilidade econômica outras explorações de bens e serviços definidas no Plano de Manejo, e elaborar especificação técnica prevendo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
 - Definição da projeção de demanda de usuários/consumidores, com base nos dados de monitoramento da visitação do Parque e em pesquisa de serviços equivalentes em Concórdia e região, incluindo diferentes cenários de projeção (pessimista, intermediário e otimista);

- Elaboração dos fluxos de custos e receitas, dos fluxos de caixa e indicadores de viabilidade econômica – TIR – Taxa Interna de Retorno, VPL – Valor Presente Líquido, C/B – Relação Custo Benefício, PN – Ponto de Nivelamento e Pay-Back – Tempo de Retorno do Capital Investido;
- Avaliação dos formatos de exploração comercial frente à legislação pertinente.
- Especificação Técnica (em caso de contratação);
- Estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF).

2.3.2. Trilha do Lajeado Cruzeiro

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Consolidado.
- b) Descrição: corresponde a uma área linear representada pela trilha do Lajeado Cruzeiro com sentido único para uso público intensivo. Ela inicia nos fundos do atual Centro de Visitantes e segue acompanhando as margens do Lajeado Cruzeiro até sua foz, finalizando no Caminho do Lago, próximo ao início da Trilha das Marrequinhas. Seu retorno se dá pelo Caminho do Lago ou, opcionalmente, o visitante pode seguir pela Trilha das Marrequinhas, continuando pelo trecho inicial da Trilha do Mirante e retornando por esta última. Uma parte do percurso da trilha possui diferentes estruturas de facilitação e interpretação em madeira, tais como ponte pênsil, pontes, decks, guarda corpos e placas interpretativas. Esta trilha possui uma extensão aproximada de 890 metros²⁵, pouca declividade e terreno pouco acidentado. É considerada leve, com boa acessibilidade e indicada ao público em geral, podendo ser percorrida de forma autoguiada ou guiada por monitores do Parque. Seus objetivos de interpretação são conscientizar sobre a importância dos recursos hídricos, sobre as características dos aquíferos e das bacias hidrográficas locais e sobre os problemas relacionados à poluição dos rios da região.
- c) Resultados esperados:
 - Trilha do Lajeado Cruzeiro (leito e estruturas) em boas condições de operação;
 - Pontos e demandas de monitoramento estabelecidos;
 - Técnicas de manutenção e manejo da trilha compreendidas e assimiladas pela equipe de funcionários e colaboradores do Parque.
- d) Indicadores de desempenho:
 - Redução em 50% dos registros de problemas de piso, degraus e drenagem durante os 12 meses subsequentes à execução do projeto de correção e adequação da trilha;
 - Adaptação de, pelo menos, 50% do escopo do formulário de monitoramento das trilhas do Parque em até 3 (três) meses após a consolidação do projeto de correção e adequação da trilha.
- e) Atividades:
 - 2.3.2.1. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a elaboração do projeto de ações emergenciais de correção e adequação da trilha.
 - Esta atividade tem caráter pontual e visa dimensionar e projetar detalhadamente as demandas de correção e adequação de piso, de degraus, de drenagem e de estruturas de apoio e facilitação, com vistas a reduzir o risco aos usuários e os impactos sobre o meio ambiente.
 - Recomenda-se avaliar a contratação de pacote de projetos para as demais trilhas em operação no Parque, conforme disponibilidade de recursos e possibilidade de redução dos custos totais.

²⁵ Mais 570 metros até o Centro de Visitantes, via Caminho do Lago, totalizando uma extensão de 1.460 metros.

- O Relatório de Turismo e Uso Público deve ser consultado para nivelamento, análise e visualização dos problemas diagnosticados, com especial atenção aos registros fotográficos expostos no documento.
- Os problemas principais desta trilha consistem na falta de sistema de drenagem adequado, onde, em alguns trechos, a água corre diretamente sobre a trilha causando erosão e, em outros, a água acumula sobre a trilha junto com os sedimentos finos transportados, por não haver escoamento pela vertente.
- Em relação à facilidade de deslocamento e segurança do visitante, alguns trechos apresentam rochas e matacões expostos e salientes que podem ser escorregadios quando úmidos ou obstáculos à caminhada.
- Já nos trechos com escadas, em geral as mesmas apresentam degraus altos e necessidade de nivelamento do piso, o que torna a caminhada desconfortável. Considerando que esta trilha recebe crianças e idosos, deve oferecer boa acessibilidade para diminuir o grau de dificuldade e risco.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir o nivelamento e aprendizado básico dos processos de elaboração do projeto;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar na condição de etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo e orçamento;
 - Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da trilha.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.2.2. Elaborar especificação técnica e contratar a execução do projeto de ações emergenciais de correção e adequação da trilha.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa implementar o projeto executivo de ações emergenciais de correção e adequação da trilha do Lajeado Cruzeiro, elaborado previamente.
- Na execução do trabalho, sugere-se a elaboração de um volume fotográfico contendo o “antes e depois” de cada intervenção realizada, como registro comparativo, devendo conter data, nome da trilha, identificação do trecho ilustrado, entre outras informações relevantes.
- A equipe de gestão deverá acompanhar frequentemente os trabalhos em campo, de forma a aprender e adquirir capacitação nas técnicas de manutenção e manejo de trilhas, principalmente no trecho que sofrer alteração de traçado.
- Recomenda-se avaliar a contratação de pacote de execução de projetos para as demais trilhas em operação no Parque, conforme disponibilidade de recursos e possibilidade de redução dos custos totais.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação dos serviços:
 - Forma e prazo de execução das obras de implementação e melhorias da trilha;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou instituição, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais na visitação das trilhas e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da trilha.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.3. Trilha das Marrequinhas

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Consolidado.
- b) Descrição: corresponde à área linear representada pela trilha das Marrequinhas para uso público intensivo. Ela inicia ao final do Caminho do Lago após o entroncamento deste com a Trilha do Lajeado Cruzeiro, margeando o reservatório até o ponto inicial da Trilha do Mirante. Trata-se de uma trilha linear quase totalmente sobre palafita (exceto seu trecho inicial). Ela tem duplo sentido de circulação com uma extensão total de 1.050 metros (considerando saída e retorno ao Centro de Visitantes) e é indicada para o

público em geral, inclusive crianças, idosos e cadeirantes. Seu objetivo de interpretação é apresentar noções básicas sobre ecologia de rios e reservatórios. A trilha apresenta ótimo estado de conservação, necessitando apenas de pequenos reparos e manutenção básica.

c) Resultados esperados:

- Trilha das Marrequinhas (leito e estruturas) em boas condições de operação;
- Pontos e demandas de monitoramento estabelecidos.

d) Indicadores de desempenho:

- Redução em 100% dos registros de problemas de drenagem e de manutenção das estruturas de madeira durante os 12 (doze) meses subsequentes à execução das ações emergenciais.

e) Atividades:

2.3.3.1. Planejar e executar ações emergenciais de manutenção da trilha e das estruturas de madeira, incluindo aplicação de antiderrapante no piso.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa executar as demandas emergenciais de manutenção das estruturas de madeira, apoio e facilitação do trecho de palafita, bem como pequenos ajustes e correção do piso no início do trecho da trilha em terra, com vistas a reduzir o risco dos usuários e a degradação da mesma.
- Recomenda-se avaliar a execução desta ação pelos funcionários e colaboradores do Parque ou contratação dentro de um pacote de projetos para as demais trilhas em operação do Parque, conforme disponibilidade de recursos e possibilidade de redução dos custos totais. Além disso, a contratação de um pacote de serviços para recuperação e manutenção de todas as trilhas pode diminuir a burocracia, otimizar recursos financeiros, acelerar o processo de recuperação/restauração das trilhas como um todo, tendo em vista que esta trilha necessita apenas de pequenas intervenções e manutenção, enquanto outras necessitam de intervenção mais complexa.
- O Relatório de Turismo e Uso Público deve ser consultado para análise e visualização dos problemas diagnosticados, com especial atenção aos registros fotográficos e sugestões apontadas no documento.
- Os principais problemas desta trilha consistem na falta de manutenção das estruturas de madeira (madeiras soltas e necessidade de novos pregos) e do sistema de drenagem no início da trilha de terra, onde, em alguns trechos, há acúmulo de sedimentos do talude, deixando o piso da trilha em formato de U, conforme apontado no diagnóstico de turismo. Estes problemas podem ser facilmente resolvidos sem grandes intervenções com a troca de algumas tábuas e pregos; com a pintura das madeiras, incluindo sistema antiderrapante para o trecho em palafita (areia misturada na tinta do piso) e ajustes no piso da trilha e corte do talude para o escoamento adequado das águas pluviais.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho.
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.3.2. Realizar manutenção simples das placas interpretativas, orientadoras e de advertência da trilha.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa identificar as placas interpretativas, orientadoras e de advertência com necessidade de manutenção e realizar as ações pertinentes, no intuito de aumentar sua vida útil e funcionalidade até ser definido e implantado o novo padrão visual do Parque considerado neste Plano de Manejo (Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos).
- Conforme indicado no Diagnóstico de Turismo e Uso Público, esta manutenção pode ser uma limpeza simples com pano e água, devendo considerar outras técnicas, segundo pertinência e necessidade.
- Registro fotográfico da manutenção das placas.

2.3.4. Trilha do Mirante

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Consolidado.
- b) Descrição: corresponde à área linear representada pela trilha do Mirante para uso público extensivo com duplo sentido de circulação em toda a sua extensão. Permite acesso, tanto pela Trilha das Marrequinhas como diretamente pelo Caminho do Lago, e segue em terreno com grande declividade (desnível de 130m) até o mirante no topo do morro (altitude aproximada de 510m). Apresenta uma extensão de 845m do início da trilha até o mirante, mais 1.090m de retorno do mirante até o Caminho do Lago, mais 140m do Caminho do Lago até o CV, o que corresponde a uma extensão total aproximada de 2.075m. A trilha é indicada para público com bom estado de saúde e preparo físico compatível com o grau de dificuldade da mesma. Seu objetivo de interpretação é permitir a compreensão das bacias hidrográficas e da transformação da paisagem gerada por ações naturais e antrópicas. Atualmente seu estado de conservação é considerado precário, o que requer ações efetivas de correção, manutenção e melhorias da trilha, inclusive com a possibilidade de redefinição de traçado em alguns trechos mais críticos.
- c) Resultados esperados:
 - Trilha do Mirante (leito e estruturas) em boas condições de operação;
 - Pontos e demandas de monitoramento estabelecidos;
 - Técnicas de manutenção e manejo da trilha compreendidas e assimiladas pela equipe de funcionários e colaboradores do Parque.
- d) Indicadores de desempenho:
 - Redução em 50% dos registros de problemas de piso, degraus e drenagem durante os 12 (doze) meses subsequentes à execução do projeto de correção e adequação da trilha;
 - Adaptação de, pelo menos, 50% do escopo do formulário de monitoramento das trilhas do Parque em até 3 (três) meses após a consolidação do projeto de correção e adequação da trilha.
- e) Atividades:

2.3.4.1. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a elaboração do projeto executivo de adequação da trilha, com redefinição do traçado, correção de piso, de degraus, drenagens e estruturas de apoio e facilitação.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa planejar e projetar adequações, incluindo uma possível alteração de traçado da trilha, e orientar as demandas de correção de piso e drenagens, implantação de graus e de estruturas de apoio e facilitação, de forma a reduzir o risco aos usuários e os impactos sobre o ambiente.

- Recomenda-se avaliar a contratação de pacote de projetos para as demais trilhas em operação no Parque, conforme disponibilidade de recursos e possibilidade de redução dos custos.
- O Relatório de Turismo e Uso Público deve ser consultado para nivelamento, análise e visualização dos problemas diagnosticados, com especial atenção aos registros fotográficos expostos no documento.
- Segundo o diagnóstico de Turismo e Uso Público, o estado de conservação da trilha é bastante precário (à exceção do seu trecho simples de retorno), onde os principais problemas consistem na erosão do piso por deficiência no sistema de drenagem, amplificados por trechos íngremes e retilíneos que promovem o escoamento concentrado da água no centro da trilha, número reduzido de degraus, seixos e rochas expostos e trechos demasiadamente íngremes e falta de manutenção das estruturas existentes.
- O projeto executivo deve avaliar detalhadamente o custo benefício de alteração de traçado em determinado trecho da trilha ou a manutenção do traçado original com a execução de obras e melhorias ao longo de toda trilha.
- Deve prever ainda a padronização da altura e distância entre os degraus para suavizar a caminhada, a correção do ângulo do piso da trilha e das drenagens ineficientes. Além disso, deve prever a ampliação do número de degraus, drenagens e bancos nos pontos de descanso.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir o nivelamento e aprendizado básico dos processos de elaboração do projeto.
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.4.2. Elaborar especificação técnica e contratar a execução do projeto de adequação da trilha, com redefinição do traçado, correção de piso, degraus, drenagem e estruturas de apoio e facilitação.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa implementar o projeto executivo de adequação (manutenção ou alteração do traçado) da trilha do Mirante, elaborado previamente.
- Na execução do trabalho, sugere-se a elaboração de um volume fotográfico contendo o “antes e depois” de cada intervenção realizada, como registro comparativo, devendo conter data, nome da trilha, identificação do trecho ilustrado, entre outras informações relevantes.
- A equipe de gestão deverá acompanhar frequentemente os trabalhos em campo, de forma a aprender e adquirir capacitação nas técnicas de manutenção e manejo de trilhas, principalmente no trecho que sofrer alteração de traçado.
- Caso não sejam tomadas as medidas corretivas e preventivas necessárias, esta trilha ficará comprometida e deverá ser fechada em função das condições de acesso e do risco oferecido ao visitante, até mesmo porque atualmente ela vem sendo visitada de forma autoguiada, sem acompanhamento de monitores.
- Recomenda-se avaliar a contratação de pacote de execução de projetos para as demais trilhas em operação no Parque, conforme disponibilidade de recursos e possibilidade de redução dos custos totais.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação dos serviços:
 - Forma e prazo de execução das obras de implementação e melhorias da trilha;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou instituição, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais na visita das trilhas e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da trilha.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.5. Trilha da Canafístula

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Extensivo.
- b) Descrição: corresponde à área linear representada pela trilha da Canafístula, de formato circular com sentido único para uso extensivo, localizada no setor central da porção não insular do Parque, ao sul da estrada principal de acesso à UC. A trilha inicia próximo ao Centro de Visitantes e percorre diversos estágios sucessionais da Floresta Estacional Decidual, passando por estágio inicial herbáceo arbustivo, estágio secundário arbóreo, secundário em estágio avançado de regeneração até estágio primário. A trilha cruza vales e cursos d'água até chegar ao núcleo de mata primária, onde é possível visualizar diversas árvores de grande porte, como canelas (*Ocotea catharinensis*), cedros (*Cedrus spp*), grápia (*Apuleia leiocarpa*) e canafístula (*Peltophorum dubium*). Esta última possui um exemplar centenário de grande porte e beleza que originou o nome trilha. Possui uma extensão total de 2.160m aproximadamente, e o retorno é feito pela estrada de acesso ao CV. Tanto pelo elevado grau de conservação do ambiente onde se insere quanto pela sua extensão, irregularidade do terreno e reduzidas estruturas de facilitação, esta trilha tem acessibilidade restrita e é considerada de moderada a difícil. Seu objetivo de interpretação é apresentar noções básicas sobre a ecologia e biodiversidade da Floresta Estacional Decidual do rio Uruguai. Apesar da baixa visitação, atualmente seu estado de conservação é considerado preocupante, principalmente nos seus trechos inicial e final, o que requer ações efetivas de correção, manutenção e melhorias da trilha.
- c) Resultados esperados:
- Trilha da Canafístula (leito e estruturas) em boas condições de operação;
 - Pontos e demandas de monitoramento estabelecidos;
 - Técnicas de manutenção e manejo da trilha compreendidas e assimiladas pela equipe de funcionários e colaboradores do Parque.
- d) Indicadores de desempenho:
- Redução em 50% dos registros de problemas de piso, degraus e drenagem durante os 12 (doze) meses subsequentes à execução do projeto de correção e adequação da trilha;
 - Adaptação de, pelo menos, 50% do escopo do formulário de monitoramento das trilhas do Parque em até 3 (três) meses após a consolidação do projeto de correção e adequação da trilha.
- e) Atividades:
- 2.3.5.1. Elaborar especificação técnica e contratar a preparação do projeto de adequação da trilha, com correção de piso, degraus, drenagem e estruturas de apoio e facilitação.
- Esta atividade tem caráter pontual e visa planejar e projetar adequações de correção de piso, implantação de degraus, drenagens e de estruturas de apoio e facilitação, de forma a reduzir o risco aos usuários e os impactos sobre o ambiente.
 - Os principais problemas desta trilha são basicamente os mesmos das outras, necessidade de implantação de mais degraus e drenagens, manutenção dos já existentes, correção de piso de trilha e implantação e manutenção de estruturas de apoio e facilitação.
 - Deve-se prestar especial atenção nos trechos inicial e final da trilha pela declividade acentuada do terreno.
 - Assim como descrito anteriormente, deve-se consultar o diagnóstico de Turismo e Uso Público previamente à contratação do projeto executivo, no intuito de nivelar o conhecimento da equipe de gestão sobre as trilhas de maneira geral.

- Da mesma forma, deve-se considerar a contratação de pacote de serviço para restauração de todas as trilhas a fim de otimizar os recursos e dinamizar os trabalhos de recuperação.
- Recomenda-se prever na especificação técnica para contratação do projeto os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir a troca de conhecimento e alinhamento dos objetivos e expectativas;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento;
 - Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da trilha.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.5.2. Elaborar especificação técnica e contratar a execução do projeto de adequação da trilha, com correção de piso, degraus, drenagem e estruturas de apoio e facilitação.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser implementada somente depois do projeto executivo da trilha Canafistula.
- Na execução do trabalho, sugere-se a elaboração de um volume fotográfico contendo o “antes e depois” de cada intervenção realizada, como registro comparativo, devendo conter data, nome da trilha, identificação do trecho ilustrado, entre outras informações relevantes.
- A Especificação Técnica para contratação do serviço deverá seguir as orientações gerais descritas anteriormente e ainda prever laudo técnico para as estruturas de madeira.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;

- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.6. Área de lanche ao ar livre

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Consolidado.
- b) Descrição: corresponde a uma área de aproximadamente 200m², localizada na gleba não insular do Parque e perto do estacionamento, entre a entrada da Trilha do Lajeado Cruzeiro e o CV. Atualmente possui três mesas com bancos de madeira, onde são realizadas atividades pontuais de educação ambiental para grupos escolares, mas, sobretudo, corresponde a uma área de descanso tanto deste público como de pesquisadores e colaboradores, principalmente em dias quentes. Está inserida em um bosque com elevada concentração de espécies exóticas invasoras, sendo eventualmente utilizada como “refeitório” em eventos ou atividades com número de participantes superior à capacidade de atendimento do CV. A inexistência de estrutura coberta para proteção da chuva e insuficiência de bancos e mesas para atender à demanda que normalmente se concentra em momentos pontuais, com elevado número de visitantes, foi apontada como uma deficiência que vem limitando o aproveitamento e desfrute desta área. Também foram identificados novos potenciais de uso, de forma a compatibilizar a atual área de lanche e descanso como ambiente destinado a outras atividades, entre elas: palestras ou orientações aos visitantes que irão percorrer as trilhas, principalmente a Trilha do Lajeado Cruzeiro; apresentações de peças teatrais e teatro de fantoche, dentre outras atividades lúdicas e educativas. Nesse sentido, para ampliar os usos desta área faz-se necessária a realização de melhorias como implantação de cobertura para abrigo da chuva e sol intenso, além de correção do piso e disponibilização de mais bancos e mesas.
- c) Resultados esperados:
 - Área de lanche e estruturas em boas condições de operação e com uso diversificado em relação à sua situação original.
- d) Indicadores de desempenho:
 - Diversificação das opções de recreação para o principal perfil (público estudantil) de visitantes do Parque;
 - Ampliação em, pelo menos, 100% da capacidade e qualidade dos usos da área de lanches em até 6 (seis) meses após a execução do projeto.
- e) Atividades:

2.3.6.1. Elaborar especificação técnica e contratar a preparação do projeto de reforma e adequação da área de lanche ao ar livre.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa dimensionar e projetar detalhadamente as demandas de reforma, adequação e melhoria da área de lanche com vistas a aumentar a funcionalidade e desfrute da mesma.
- O projeto deverá prever a melhor disposição das estruturas (cobertura, mesas, bancos, coletores de resíduos sólidos, pequeno palco ou área elevada, etc.) conforme a diversidade e necessidade de cada atividade prevista (lanche, teatro, apresentações, indicações a grupos e descanso).
- Esta atividade deve ser integrada e considerada nas ações do programa de controle e erradicação de espécies exóticas invasoras, já que pode estar prevista a eliminação de muitas das árvores desta área, o que ampliaria a incidência solar e da chuva, mas

por outro lado, abre a possibilidade de utilização e reaproveitamento de madeira do Parque.

- Recomenda-se avaliar a possibilidade de uso de madeira da própria UC proveniente do corte de espécies exóticas e/ou aproveitamento de árvores nativas mortas naturalmente. Na impossibilidade desta opção recomenda-se utilizar madeira certificada de fora da UC, ou materiais ecologicamente corretos (plásticos que imitam madeira). Nesse sentido deve-se considerar o custo/benefício da manutenção e durabilidade dos diferentes materiais.
- O projeto deverá prever ainda acessibilidade plena e integração com o CV, estacionamento e banheiros, através de rampas com piso e inclinação adequados para acesso de idosos e cadeirantes.
- Recomenda-se prever na especificação técnica para contratação do projeto os seguintes aspectos:
 - Integração paisagística com o entorno onde se insere;
 - Uso de materiais certificados e ecologicamente corretos;
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir o nivelamento e aprendizado básico dos processos de elaboração do projeto.
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, orçamento.
 - Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da área.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.6.2. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de reforma e adequação da área de lance ao ar livre.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser implementada somente depois do projeto de reforma e adequação da área de lance ao ar livre.

- Na execução do trabalho, sugere-se a elaboração de um volume fotográfico contendo o “antes e depois” de cada intervenção realizada, como registro comparativo, devendo conter data, identificação do trecho ilustrado, entre outras informações relevantes.
- A especificação técnica para contratação do serviço deverá seguir as orientações gerais descritas anteriormente e ainda prever laudo técnico para as estruturas de madeira.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.7. Mirante do Centro de Visitantes

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Potencial.
- b) Descrição: corresponde a uma área com 30m de raio, destinada à futura implantação de um mirante. Está localizada no setor central da gleba não insular do Parque, a sudeste do Centro de Visitantes, acima da estrada principal de acesso. Trata-se de uma elevação natural do terreno com vegetação em estágio inicial de regeneração com alta concentração de espécies exóticas, de onde podem ser observados, de forma privilegiada, diferentes aspectos da paisagem do vale do Lajeado Cruzeiro (meio físico, biótico e influência antrópica) como temas interpretativos. Assim como a área de lanche ao ar livre, este Mirante apresenta potencial de uso e apoio no receptivo de grandes grupos de visitantes, principalmente na confluência de várias turmas e/ou em dias chuvosos, cumprindo também o papel de evitar grande concentração de visitantes na sala de exposições.
- c) Resultados esperados:
 - Mirante implantado em boas condições de uso e com potencial interpretativo valorizado;
 - Atrativo opcional em funcionamento para auxiliar no manejo de visitantes da sala de exposições.
- d) Indicadores de desempenho:
 - Diversificação das opções de recreação e interpretação ambiental para o principal perfil de visitantes do Parque (público estudantil);
 - Redução em, pelo menos, 100% do registro de aglomerações de visitantes na entrada e/ou interior da sala de exposições ao longo dos 12 (doze) meses subsequentes à implantação do mirante.
- e) Atividades:

2.3.7.1. Elaborar especificação técnica e contratar a preparação do projeto executivo para implantação do mirante do Centro de Visitantes.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa planejar e projetar a implantação de um mirante perto do Centro de Visitantes, como alternativa de uso para grandes grupos que chegam à sala de exposições, fomentando a rotatividade dos mesmos.
- O mirante deve focar na interpretação da paisagem desde o vale do Lajeado Cruzeiro, podendo abordar temáticas diferentes, tais como: rede de drenagem e formação do relevo, estágios sucessionais de regeneração, e invasão por espécies exóticas, dentre outras.

- O projeto deverá considerar, entre outros fatores, a integração paisagística do mirante; a existência de um espaço coberto que comporte pelo menos 20 pessoas simultaneamente; a instalação de bancos para descanso e apreciação da paisagem; acessibilidade plena e integração com o CV por meio de rampas com piso e inclinação adequados para acesso de idosos e cadeirantes, levando em consideração alternativa da presença da estrada de acesso principal e o risco de atropelamento de visitantes.
- Como para outras atividades das Áreas Estratégicas, deve-se consultar o diagnóstico de Turismo e Uso Público previamente à contratação do projeto executivo, no intuito de nivelar o conhecimento da equipe de gestão sobre a localização e potencialidades da estrutura.
- Da mesma forma, deve-se considerar a contratação de pacote de serviço para implantação de diversas estruturas no Parque, com o intuito de otimizar os recursos, dinamizar os trabalhos e diminuir os impactos.
- Recomenda-se avaliar a possibilidade de uso de madeira da própria UC proveniente do corte de espécies exóticas e/ou aproveitamento de árvores nativas mortas naturalmente. Na impossibilidade desta opção, recomenda-se utilizar madeira certificada de fora da UC, ou materiais ecologicamente corretos (plásticos que imitam madeira). Nesse sentido, deve-se considerar o custo/benefício da manutenção e durabilidade dos diferentes materiais.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir a troca de conhecimento e alinhamento dos objetivos e expectativas;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.7.2. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção do Mirante do Centro de Visitantes e estruturas de acesso e facilitação.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser implementada somente depois da finalização e aprovação do projeto executivo específico.
- Na execução do trabalho, sugere-se a elaboração de um volume fotográfico contendo o “antes e depois” de cada intervenção realizada, como registro comparativo, devendo conter data, impactos identificados e medidas mitigadoras, identificação do trecho ilustrado, entre outras informações relevantes.
- A Especificação Técnica para contratação do serviço deverá seguir as orientações gerais descritas anteriormente e ainda prever laudo técnico para as estruturas de madeira.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.8. Células de Administração, Alojamento e Conhecimento

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Especial.
- b) Descrição: corresponde a três edificações interligadas a serem projetadas e construídas para centralizar o pessoal e as atividades relacionadas à administração do Parque (funcionários e colaboradores), ao alojamento de pesquisadores e técnicos e à biblioteca, tendo em vista o conflito de usos identificados no atual (2013) Centro de Visitantes e a necessidade de ampliação dos espaços, de pessoal e de atividades de acordo com a revisão do Plano de Manejo. Para alocar as Células de Administração, Alojamento e Conhecimento foi definida uma área de aproximadamente 1.000m² coberta por vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, situada na intersecção do estacionamento com o trecho inicial do Caminho do Lago. A localização privilegiada da área permitirá monitorar visualmente a chegada de visitantes pela estrada principal e estacionamento, bem como a entrada e saída das trilhas.
- c) Resultados esperados:
 - Edificações das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento funcional e harmonicamente integradas entre si e com as demais estruturas do Centro de Visitantes e seus anexos;
 - Célula de Administração em condições adequadas para trabalho integrado de funcionários e colaboradores do Parque e sem conflito de uso com outros espaços de visitação pública do Parque;
 - Célula de Alojamento em condições adequadas de hospedagem, alimentação e trabalho para pesquisadores e técnicos interessados do Parque, sem conflito de uso com espaços administrativos e de visitação pública do Parque;
 - Célula de Conhecimento em condições adequadas de arquivamento, consulta e estudo para funcionários, colaboradores, pesquisadores, técnicos e visitantes em geral.
- d) Indicadores de desempenho:
 - Redução de 100% dos conflitos de uso do espaço administrativo por funcionários e colaboradores do Parque nos primeiros 12 (doze) meses de funcionamento da Célula;
 - Redução de 100% dos conflitos de agenda e de uso do alojamento nos primeiros 12 (doze) meses de funcionamento da Célula;

- Ampliação em, pelo menos, 100% da procura e uso da Célula de Conhecimento em relação à biblioteca do atual CV;
- Aproveitamento e instalação de 100% dos mobiliários e equipamentos, em condições de uso, do atual Centro de Visitantes nas Células de Administração, Alojamento e Conhecimento;
- Redução em, pelo menos, 80% da incidência de deslocamento voluntário ou involuntário de visitante ao Caminho do Lago sem o devido registro, seguindo padrão de recepção e monitoramento.

e) Atividades:

2.3.8.1. Elaborar especificação técnica e contratar a preparação do projeto executivo das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada conforme a previsão de elaboração e execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes.
- Devem-se prever, dentro do mesmo escopo de contratação, os projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, de climatização e de Prevenção e Controle de Incêndios das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.
- Recomenda-se que a planta de situação preveja a locação da Célula de Administração na parte superior da área, junto à intersecção do estacionamento com o caminho do Lago, de modo a facilitar a visualização e o controle sobre a chegada de visitantes; da Célula de Conhecimento entre as duas demais, com sistema de acesso interligando-as; e a Célula de Alojamento na parte inferior da área, preferencialmente com os espaços de alojamento e trabalho voltados para o lado oposto do estacionamento, de forma a dar privacidade aos seus usuários.
- A Célula de Administração deve ser dimensionada para uso simultâneo de aproximadamente 10 pessoas (funcionários e colaboradores), com sala de trabalho, sala de reuniões, espaço de arquivo, banheiro masculino e feminino, refeitório com pequeno espaço de descanso (integrados) e almoxarifado para materiais e equipamentos de manejo.
- A Célula de Conhecimento deve ser dimensionada para uso simultâneo de aproximadamente 12 pessoas, com espaço para estudo em grupo, estações individuais de trabalho, mobiliário para acervos diferenciados (livros, pesquisas, mapas) e para arquivo digital (servidor para controle e consulta ao acervo digital).
- A Célula de Alojamento deve ser dimensionada para uso simultâneo de aproximadamente 12 pessoas (pesquisadores e técnicos), com dois dormitórios e dois banheiros para público masculino e feminino, refeitório e almoxarifado para materiais e equipamentos de campo, com espaço integrado a uma área de serviço destinada à lavagem e secagem de roupas e utensílios.
- Os projetos devem prever princípios de arquitetura sustentável e rede lógica eficiente para as três células, tendo ainda como diretriz para dimensionamento e layout dos espaços internos o aproveitamento dos mobiliários e equipamentos já existentes no atual (2013) Centro de Visitantes.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;

- Avaliação de fluxo de usuários e propostas para interligação dos acessos entre as células e destas com o estacionamento de veículos;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar enquanto etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final, planta baixa e demais desenhos técnicos, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, orçamento e cronograma físico-financeiro detalhado, curva ABC e contato de fornecedores qualificados.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projetos executivos.

2.3.8.2. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada a partir da previsão de elaboração e execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes e após a finalização e aprovação do projeto executivo específico.
- Recomenda-se prever na especificação técnica para contratação do serviço os seguintes aspectos:
- Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, incluindo boletim de medição para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Indicação de um interlocutor técnico para o processo de execução das obras, o qual deverá ser responsável pelo preenchimento do boletim de medição;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Elaboração do projeto “as built” como etapa final da obra, correspondendo incorporação das adequações realizadas durante as obras no projeto executivo.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.

- O orçamento do projeto deve servir como referência para a homogeneização e análise comparativa entre as propostas comerciais.
- A supervisão das obras deve ser feita regularmente, com periodicidade mínima mensal, por meio de acompanhamento do boletim de medição, que deverá ser preenchido pelo interlocutor responsável pela execução dos serviços e avaliado pelo fiscal das obras, preferencialmente funcionário do Parque ou profissional por ele indicado.
- O boletim de medição deverá contemplar um registro fotográfico, a medição quantitativa e outras avaliações qualitativas necessárias, tendo sempre como referência o Cronograma de Execução, os Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos. Também deverá indicar a efetivação da etapa e/ou das subetapas de serviço, bem como eventuais incoerências das obras em relação aos Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Boletim de medição;
 - Projeto “as built”.

2.3.8.3. Elaborar especificação técnica, orçar, adquirir e supervisionar a instalação dos equipamentos e mobiliários para as Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada concomitantemente à finalização da execução do projeto de construção das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.
- O layout do projeto de construção das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento deve servir como referência para o dimensionamento dos mobiliários e equipamentos.
- Deverá ser realizado um plano de necessidades para identificação e quantificação dos equipamentos e mobiliários necessários. Destaca-se que o dimensionamento dos equipamentos e mobiliários deve levar em conta o aproveitamento daqueles materiais em uso atualmente (2013) no Centro de Visitantes do Parque, avaliando a compatibilidade de marcas e modelos com o layout definido e as necessidades do novo projeto.
- Com base no plano de necessidades, recomenda-se a elaboração de uma especificação técnica em formato tabular, com o detalhamento dos itens, suas dimensões ou especificações materiais ou técnicas e a quantidade desejada.
- De forma orientadora, sugerem-se os equipamentos e mobiliários mínimos abaixo especificados (**Tabela 2.3.8.3-I**), lembrando que se trata unicamente de uma recomendação grosseira na qual não são considerados aqueles equipamentos e mobiliários complementares para a locação dos funcionários e colaboradores descritos na AEI específica.
- O formato de compra dos equipamentos e mobiliários deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, prospecção e lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada credibilidade de serviço.
- Para orçamento, a especificação técnica deve ser encaminhada para, no mínimo, três fornecedores previamente prospectados, com planilha aberta para

preenchimento dos valores unitários e totais, com discriminação de valores de desconto, custo de entrega e instalação, quando necessário.

- A supervisão da entrega e instalação deve incluir detalhada análise dos quantitativos, marcas e modelos discriminados na especificação técnica e na nota, bem como das condições de aparência e funcionalidade dos bens.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Nota fiscal dos bens.

Tabela 2.3.8.3-I: Sugestão de mobiliários e equipamentos para as Células

ITENS	DIMENSÕES / ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE
Beliche	Conforme modelo existente	04
Roupeiro	Em madeira cor bege, com 4 portas e 4 gavetas conforme modelo existente	02
Mesa de cozinha	Em concordância com layout definido com capacidade para 12 pessoas	01
Cadeira de cozinha	Em concordância com layout definido	12
Fogão	A gás com 4 bocas e forno integrado	01
Refrigerador	Geladeira/Refrigerador 149x48x65 cm com capacidade mínima de 200L	01
Pia	Em aço inoxidável com 1 cuba	01
Balcão para pia	Em concordância com layout definido	01
Armário para cozinha	Em concordância com layout definido	05
Tanque	Lavagem de materiais e equipamentos de campo	01
Bebedouro	Com filtro de água e dispensador de água gelada e natural	02
Estante	Com 6 prateleiras	04
Cadeira	Em concordância com layout definido	12
Mesa para reunião	Em concordância com layout definido	02
Mesa	Estação para trabalho individual	02
Mesa computador	Locação do acervo digital do Parque	02
Extintor de incêndios	4 Kg	03

2.3.9. Complexo náutico

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Especial e de Uso Intensivo.
- b) Descrição: corresponde a uma área poligonal na margem da foz do rio dos Queimados, em trecho alagado pelo reservatório da UHE Itá, localizada ao final do Caminho do Lago e início da trilha das Marrequinhas, no setor centro-oeste da gleba não insular da Unidade. Esta zona está destinada a abrigar as estruturas relacionadas com o uso direto do reservatório (trapiche, rampa de acesso e garagem náutica) para ações e atividades de manejo, monitoramento, gestão e uso público. Além das atividades próprias do Parque, o diagnóstico Turístico e de Uso Público destacou a vocação desta área para desenvolvimento de atividades náuticas terceirizadas e/ou sob concessão, como passeio de caiaque ou pedalinho, embarque e desembarque de visitantes (dentro do contexto de turismo no rio Uruguai) e no apoio e retorno dos usuários da tirolesa do

Parque, o que pode contribuir para a diversificação de atrativos turísticos da UC e públicos-alvo.

c) Resultados esperados:

- Trapiche licenciado e implantado oportunizando condições adequadas de embarque e desembarque de visitantes, funcionários e colaboradores;
- Garagem náutica implantada, possibilitando armazenamento e manejo adequado das embarcações do Parque e de concessionários;
- Edificações do complexo náutico funcional e harmonicamente integradas entre si e com seu entorno direto, em especial com o Caminho do Lago e reservatório da UHE Itá.

d) Indicadores de desempenho:

- Complexo náutico implantado e em operação até o final do segundo ano de execução do Plano de Manejo Fase II;
- Pelo menos 2% da visitação devem desembarcar no Parque por meio do trapiche nos primeiros 12 meses de funcionamento do complexo náutico.

e) Atividades:

2.3.9.1. Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) do aluguel de caiaque, pedalinho e/ou floating no interior do Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual e tem como finalidade diversificar os perfis de público visitante do Parque e representar uma potencial fonte de renda complementar para sua manutenção e funcionamento.
- O EVEF representa um requisito técnico e legal para a correta exploração comercial de equipamentos náuticos, tais como o aluguel de caiaque e pedalinhos. Deve englobar não só os aspectos econômicos do negócio (investimentos, projeção de custos e receitas), como também projeção da demanda de usuários, a qualificação de serviços correlacionados e/ou concorrentes, a identificação dos diferenciais do Parque na oferta deste serviço e das possíveis formas de relacionamento a serem estabelecidas entre clientes e fornecedores, incluindo a avaliação comparativa entre opções de exploração pela própria UC ou por concessão/terceirização.
- O EVEF deverá contemplar noções básicas de segurança para os usuários, em que deverão ser avaliados e estudados os padrões de qualidade mínimos permitidos para uso e desfrute dos recursos hídricos para fins de recreação de contato secundário, conforme o estabelecido na Resolução do CONAMA 357, de 17 de março de 2005.
- A articulação ou contratação do estudo deve ser precedida da formulação de perguntas norteadoras relacionadas aos potenciais e ameaças da exploração comercial de equipamentos náuticos e da clara definição dos resultados esperados pelo estudo.
- Em caso de articulação do EVEF, recomenda-se buscar apoio das entidades do Conselho Consultivo do Parque na identificação e contato com fornecedores qualificados, incluindo a consulta ao SEBRAE-SC.
- Em caso de contratação do EVEF, recomenda-se avaliar agrupamento em um mesmo lote de estudos de outras explorações de bens e serviços definidas no Plano de Manejo e, também, elaborar especificação técnica incluindo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;

- Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Definição da projeção de demanda de usuários, com base nos dados de monitoramento da visitação do Parque e em pesquisa de serviços equivalentes em Concórdia e região, incluindo diferentes cenários de projeção (pessimista, intermediário e otimista);
 - Elaboração dos fluxos de custos e receitas, dos fluxos de caixa e indicadores de viabilidade econômica – TIR – Taxa Interna de Retorno, VPL – Valor Presente Líquido, C/B – Relação Custo Benefício, PN – Ponto de Nivelamento e Pay-Back – Tempo de Retorno do Capital Investido;
 - Avaliação dos formatos de exploração comercial frente à legislação pertinente e disponibilidade de fornecedores locais de interesse.
- Especificação Técnica (em caso de contratação);
 - Estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF).

2.3.9.2. Elaborar especificação técnica e contratar a preparação do projeto executivo de construção do trapiche para embarcações no Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada posteriormente ao estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) da exploração comercial de equipamentos náuticos no intuito de prever a integração dos resultados e as perspectivas conjuntas no projeto executivo.
- O projeto tem por objeto a construção do trapiche no interior do Parque de modo a subsidiar as ações de pesquisa, monitoramento, fiscalização e uso público garantindo o pleno acesso do Parque ao reservatório.
- Importa ressaltar que o projeto deverá impreterivelmente prever a integração com a garagem náutica do Parque, de modo a facilitar o lançamento e recolhimento da embarcação da UC de forma a garantir a segurança dos usuários, funcionários e colaboradores, assim como dos visitantes em geral.
- Deve-se consultar o diagnóstico de Turismo e Uso Público previamente à contratação do projeto executivo, no intuito de nivelar o conhecimento da equipe de gestão sobre a localização e potencialidades da estrutura.
- Da mesma forma, deve-se considerar a contratação de pacote de serviço para implantação de diversas estruturas no Parque, no intuito de otimizar os recursos, dinamizar os trabalhos e diminuir os impactos.
- O projeto do trapiche deverá contemplar a variação cíclica de nível de água do reservatório de forma que o mesmo possa suportar estas alterações sem danificar sua estrutura ou comprometer sua acessibilidade e segurança de seus usuários. Assim, sugere-se um modelo de trapiche flutuante preso por sistema de cabos de aço retráteis com “ponte” de ligação articulada ou móvel.
- Se for pertinente, e com base no EVEF, deverá ser considerado um sistema modular que permita ampliar a área do trapiche conforme a demanda do número de visitantes e usuários, sem a necessidade de contratação de novos projetos.
- Para o piso do deck, recomenda-se a utilização de materiais alternativos resistentes ao contato com a água (plástico que imita madeira) de forma a garantir maior durabilidade e baixa manutenção.
- Sempre que possível, é importante buscar a futura integração do trapiche e seu funcionamento com projetos turísticos regionais (C&VB) como forma de diversificação do público-alvo e consolidação da significância do Parque na região, assim como potencial fonte de recursos complementares. Neste contexto, o projeto

do trapiche deve prever a ampliação do número de usuários em momentos concentrados.

- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir a troca de conhecimento e alinhamento dos objetivos e expectativas;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar enquanto etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Projeto executivo.

2.3.9.3. Articular e providenciar análise e aprovação do projeto executivo para implantação do trapiche junto ao Consórcio Itá e demais órgãos pertinentes.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada posteriormente à execução do projeto executivo para implantação do trapiche.
- Essa atividade tem como finalidade garantir o licenciamento do projeto e sua compatibilização as normas impostas pelo Plano Diretor da UHE Itá.
- Recomenda-se buscar apoio do Conselho Consultivo do Parque, do qual o próprio Consórcio Itá é membro, para dar celeridade ao processo de análise e aprovação do projeto.
 - Ofício de encaminhamento do Projeto;
 - Licenças implantação e operação do trapiche.

2.3.9.4. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto executivo para implantação do trapiche.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada posteriormente à obtenção da licença de implantação do projeto executivo do trapiche.

- Recomenda-se prever na especificação técnica para contratação do serviço os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, incluindo boletim de medição para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Indicação de um interlocutor técnico para o processo de execução das obras, o qual deverá ser responsável pelo preenchimento do boletim de medição;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Elaboração do projeto “as built” como etapa final da obra, correspondendo à incorporação das adequações realizadas durante as obras no projeto executivo.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- O orçamento do projeto deve servir como referência para a homogeneização e análise comparativa entre as propostas comerciais.
- A supervisão das obras deve ser feita regularmente, com periodicidade mínima mensal, por meio de acompanhamento do boletim de medição, que deverá ser preenchido pelo interlocutor responsável pela execução dos serviços e avaliado pelo fiscal das obras, preferencialmente funcionário do Parque ou profissional por ele indicado.
- O boletim de medição deverá contemplar um registro fotográfico, a medição quantitativa e outras avaliações qualitativas necessárias, tendo sempre como referência o Cronograma de Execução, os Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos. Também deverá indicar a efetivação da etapa e/ou das subetapas de serviço, bem como eventuais incoerências das obras em relação aos Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Boletim de medição;
 - Projeto “as built”.

2.3.9.5. Elaborar especificação técnica e contratar a preparação do projeto executivo de construção da garagem náutica do Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada depois da confirmação da previsão de construção do trapiche do Parque, e de forma integrada ao mesmo no intuito de prever as sinergias de operacionalização.

- O projeto tem por objeto a construção de uma garagem náutica com capacidade para abrigar duas embarcações simultaneamente, e instalação de estruturas complementares de modo a facilitar o lançamento e recolhimento de embarcações de forma segura para os usuários, funcionários e colaboradores, assim como dos visitantes em geral.
- Conforme supracitado, deve-se consultar o diagnóstico de Turismo e Uso Público previamente à contratação do projeto executivo.
- Da mesma forma, deve-se considerar a contratação de pacote de serviço para implantação de diversas estruturas no Parque, no intuito de otimizar os recursos, dinamizar os trabalhos e diminuir os impactos.
- Deve-se avaliar a necessidade de implantação de rampa pavimentada para a descida de embarcação ou sistema de trilho com guincho (manual ou elétrico) dentro da garagem.
- De igual maneira, o projeto deve prever a necessidade de abertura de um espaço para manobra de veículo e carreta de embarcação onde for instalada a garagem.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir a troca de conhecimento e alinhamento dos objetivos e expectativas;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.9.6. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção da garagem náutica.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser implementada somente depois da finalização e aprovação do projeto executivo específico.

- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, incluindo boletim de medição para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Indicação de um interlocutor técnico para o processo de execução das obras, o qual deverá ser responsável pelo preenchimento do boletim de medição;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Elaboração do projeto “as built” como etapa final da obra, correspondendo à incorporação das adequações realizadas durante as obras no projeto executivo.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- O orçamento do projeto deve servir como referência para a homogeneização e análise comparativa entre as propostas comerciais.
- A supervisão das obras deve ser feita regularmente, com periodicidade mínima mensal, por meio de acompanhamento do boletim de medição, que deverá ser preenchido pelo interlocutor responsável pela execução dos serviços e avaliado pelo fiscal das obras, preferencialmente funcionário do Parque ou profissional por ele indicado.
- O boletim de medição deverá contemplar um registro fotográfico, a medição quantitativa e outras avaliações qualitativas necessárias, tendo sempre como referência o Cronograma de Execução, os Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos. Também deverá indicar a efetivação da etapa e/ou das subetapas de serviço, bem como eventuais incoerências das obras em relação aos Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Boletim de medição;
- Projeto “as built”.

2.3.10. Estrada de acesso e portaria

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Consolidado.
- b) Descrição: Localizada na porção central não insular da UC junto ao limite leste do Parque, a portaria comporta o pórtico construído em rocha e aço *corten* como forma de integração paisagística, onde se situa a placa com informações básicas para os

visitantes (nome do Parque, horário de visitação, etc.). A estrada corresponde ao trecho interno de acesso de aproximadamente 920m, compreendido entre a portaria e o estacionamento anexo ao Centro de Visitantes (até o início do Caminho do Lago), conta com pavimentação de brita e três refúgios para ordenamento do fluxo de veículos. Foram verificados pequenos problemas que devem ser corrigidos e monitorados, como pontos de acúmulo de água ao longo da estrada, entupimento de tubulações de drenagem e locais com desnível e irregularidades na pavimentação. Também foi verificada a necessidade de melhoria na sinalização em todo trecho de implantação de estrutura para bloqueio de veículos não autorizados na divisa com o Caminho do Lago.

c) Resultados esperados:

- Estrada em boas condições de tráfego;
- Placa do Consórcio Itá retirada da entrada do Parque.

d) Indicadores de desempenho:

- Redução em 50% dos registros de problemas de drenagem e pavimentação durante os 12 (doze) meses subsequentes à execução das melhorias da estrada.

e) Atividades:

2.3.10.1. Dimensionar e supervisionar a implantação de melhorias no sistema de manejo de águas pluviais e na pavimentação da estrada interna de acesso ao CV.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa dimensionar a implantação de novas drenagens e redistribuição de brita da estrada de acesso, assim como ações eventuais direcionadas à manutenção e desobstrução das tubulações e drenagens de escoamento pluvial.
- Esta atividade deverá ser feita, sempre que possível, depois do término da implantação de novas estruturas no Parque e/ou de outras ações que demandem fluxo e elevado trânsito de veículos de grande porte e que estejam previstas neste Plano de Manejo, no intuito de evitar a degradação precoce das melhorias ou retrabalho de manutenções.
- Recomenda-se elaborar uma especificação técnica simplificada de forma a identificar os pontos críticos, definir os procedimentos e relacionar as intervenções e materiais necessários, seja para uma simples limpeza da drenagem existente, seja para uma intervenção mais efetiva que necessite uso de maquinaria pesada.
- O projeto deverá prever um cronograma específico para o desenvolvimento das melhorias, considerando os horários de funcionamento do Parque para evitar impacto direto nas atividades rotineiras de visitação e uso público realizadas no Parque.
- Sugere-se articular parceria e buscar apoio na Prefeitura Municipal de Concórdia para uso eventual de máquina para abertura da estrada e instalação de tubos de drenagem (caso necessário), assim como para redistribuição de brita e melhoria do piso.
- Na impossibilidade de efetivar uma parceria com a Prefeitura, deverá ser contratada empresa que atue neste segmento. Assim, recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto de melhorias:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de avaliação e execução dos trabalhos.

- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Parceria formalizada com a Prefeitura de Concórdia;
 - Especificação Técnica (caso contratação);
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Registro fotográfico das manutenções.

2.3.10.2. Articular e acompanhar a retirada da placa do Consórcio Itá da entrada do Parque.

- Sugere-se efetuar a translocação da placa do Consórcio Itá para outro setor do Parque (Porto Brum e Linha Laudelino) que seja mais adequado às informações nela apresentadas, tendo em vista que na sede do Parque não há problemas com possíveis ocupações na margem do lago e que ela compete com a atenção dos visitantes.
 - Registro fotográfico da visada da portaria do Parque.

2.3.11. Trilha das Marrequinhas II

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Potencial.
- b) Descrição: corresponde a uma área linear de aproximadamente 1.000m, destinada para futura implantação de uma trilha interpretativa no setor noroeste da gleba não insular da UC, margeando a foz do rio dos Queimados desde a conexão com a trilha do Lajeado Cruzeiro, área alagada, até o início do trecho sem influência do reservatório da UHE Itá. Neste trecho, é possível observar de forma didática o antagonismo da questão ambiental, onde, por um lado, se tem a proteção por parte da sociedade de um ecossistema ameaçado, através do Estado, e, por outro, o impacto gerado pela mesma sociedade pelos seus dejetos, acúmulo de lixo e contaminação dos recursos hídricos. A perspectiva é de implementar uma trilha em sentido único passando por fragmento florestal e trecho(s) em palafitas, nos moldes da Trilha das Marrequinhas, com o objetivo de trabalhar a interpretação desta relação de “conflito”. O trajeto prevê passar por ambientes de grande beleza cênica (floresta e rio) e culminar na foz do rio dos Queimados, onde há grande quantidade de algas, lixo nas margens e mau cheiro da água. Além de diversificar o sistema de trilhas interpretativas existentes voltadas para o uso público, a trilha permitirá ampliar a área de cobertura da fiscalização, controle e monitoramento, principalmente no setor do Parque onde há frequente ação de caçadores e pescadores.
- c) Resultados esperados:
 - Diversificação das opções de recreação e interpretação ambiental do Parque;
 - Trilha das Marrequinhas II (leito e estruturas) implantada e em boas condições de operação;
 - Pontos e demandas de monitoramento estabelecidos.
- d) Indicadores de desempenho:
 - Ampliação em, pelo menos, 25% do número de visitantes reincidentes do Parque nos primeiros 12 (doze) meses de operação da trilha;

- Ampliação do tempo de permanência e grau de satisfação do visitante nos primeiros 12 (doze) meses de operação da trilha;
- Redução em, pelo menos, 50% dos registros de transgressões ambientais na foz do rio dos Queimados nos primeiros 12 (doze) meses de operação da trilha.

e) Atividades:

2.3.11.1. Elaborar especificação técnica e contratar a preparação do projeto executivo para implantação da Trilha das Marrequinhas II.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa planejar e projetar detalhadamente uma trilha na margem esquerda da foz do rio dos Queimados, de forma a conectar a trilha do Lajeado Cruzeiro.
- No momento, utiliza-se o nome Trilha das Marrequinhas II como referência à estrutura (palafitas) utilizada na Trilha das Marrequinhas, no entanto, sugere-se que no planejamento outro nome seja adotado, com base nos seus atributos, a critério dos funcionários e colaboradores do Parque.
- O projeto deverá considerar, entre outros fatores, a integração paisagística das estruturas a serem implantadas, a intercalação de trechos em palafitas e em terra, conforme melhores condições do terreno e temática a ser desenvolvida, área de descanso com bancos, preferencialmente sob a floresta de forma que seja abrigada do sol intenso e a conexão integração com a Trilha do Lajeado Cruzeiro.
- Da mesma forma, recomenda-se que o projeto explore temáticas variadas ligadas ao impacto humano no ambiente natural (pegada ecológica), como contaminação dos rios, importância dos 3R (reduzir, reciclar e reutilizar), políticas públicas ambientais, entre outros aspectos.
- Como sugestão, pode-se explorar exercícios sensoriais nos visitantes diferentes daqueles trabalhados em outras trilhas como conforto térmico da floresta, impacto visual de realidades distintas (com os olhos vedados, o visitante sai do ambiente agradável da floresta, sente a incidência solar, o cheiro do rio e quando retira a venda se depara com a foz do Queimados com disposição de lixo), ou realizar parte do retorno com os olhos vedados, estimulando o tato com as diferentes texturas das árvores e objetos da trilha (planejados especificamente para este exercício); a audição com os diversos sons da floresta e o olfato.
- O diagnóstico de Turismo e Uso Público deverá ser consultado previamente à contratação do projeto executivo, no intuito de nivelar o conhecimento da equipe de gestão sobre a localização e potencialidades da trilha.
- Deve-se avaliar a contratação de pacote de serviço para implantação de diversas estruturas no Parque, no intuito de otimizar os recursos, dinamizar os trabalhos e diminuir os impactos.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir a troca de conhecimento e alinhamento dos objetivos e expectativas.

- Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
- Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.11.2. Elaborar especificação técnica, executar e supervisionar o projeto para implantação da Trilha das Marrequinhas II.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser implementada somente depois da finalização e aprovação do projeto executivo específico.
- A equipe de gestão deverá acompanhar frequentemente os trabalhos em campo, de forma a adquirir capacitação nas técnicas de implementação de trilhas interpretativas.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação dos serviços:
 - Forma e prazo de execução das obras de implementação e melhorias da trilha;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou instituição, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais na visitação das trilhas e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da trilha;
 - Laudo técnico para as estruturas de madeira.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;

- Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.12. Circuito de arvorismo

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Potencial.
- b) Descrição: consiste em uma faixa alongada de aproximadamente 600m de comprimento com vocação para a implantação de circuito de arvorismo como forma de diversificar os atrativos de uso público do Parque. Está localizada ao norte da parte central do Parque na gleba não insular, de forma paralela ao Lajeado Cruzeiro, e abrange um fragmento florestal em estágio secundário de regeneração na encosta direita do vale do Lajeado Cruzeiro, que permitirá estabelecer uma conexão da trilha até a estrada principal de acesso do Parque, aproximadamente em frente à saída da trilha da Canafístula. Neste trajeto, o projeto executivo específico deverá definir as características concretas do circuito em função das propriedades do terreno e da vegetação, como, por exemplo, se será toda suspensa ou intercalada com trechos em terra, dentre outras.
- c) Resultados esperados:
 - Diversificação das opções de recreação do Parque;
 - Diversificação do perfil de visitantes do Parque;
 - Circuito de arvorismo implantado e adequadamente operado por concessionário.
- d) Indicadores de desempenho:
 - Ampliação em, pelo menos, 25% do número de visitantes reincidentes do Parque nos primeiros 12 (doze) meses de operação do circuito de arvorismo;
 - Ampliação em, pelo menos, 10% do número de visitantes total do Parque nos primeiros 12 (doze) meses de operação do circuito de arvorismo;
 - Ampliação do tempo de permanência e grau de satisfação do visitante nos primeiros 12 (doze) meses de operação do circuito de arvorismo.
- e) Atividades:

2.3.12.1. Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para implantação do circuito de arvorismo no Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual para avaliar a viabilidade deste atrativo turístico do Parque.
- O EVEF representa um requisito técnico e legal para a correta implantação e exploração comercial do circuito de arvorismo, e deve englobar não só os aspectos econômicos do negócio (investimentos, projeção de custos e receitas), como também projeção da demanda de usuários, a qualificação de serviços correlacionados/concorrentes, a identificação dos diferenciais do Parque na oferta deste serviço e das possíveis formas de relacionamento a serem estabelecidas entre clientes e fornecedores, incluindo a avaliação comparativa entre opções de exploração pela própria UC ou por concessão/terceirização.
- A articulação ou contratação do estudo deve ser precedida da formulação de perguntas norteadoras relacionadas aos potenciais e ameaças da implantação do circuito de arvorismo e da clara definição dos resultados esperados pelo estudo.
- Em caso de articulação do EVEF, recomenda-se buscar apoio das entidades do Conselho Consultivo do Parque na identificação e contato com fornecedores qualificados, incluindo a consulta ao SEBRAE-SC.
- Em caso de contratação do EVEF, recomenda-se avaliar agrupamento em um mesmo lote de estudos de outras explorações de bens e serviços definidas no Plano de Manejo e, também, elaborar especificação técnica incluindo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;

- Forma de qualificação e contratação da empresa ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
- Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
- Definição da projeção de demanda de usuários, com base nos dados de monitoramento da visitação do Parque e em pesquisa de serviços equivalentes em Concórdia e região, incluindo diferentes cenários de projeção (pessimista, intermediário e otimista);
- Elaboração dos fluxos de custos e receitas, dos fluxos de caixa e indicadores de viabilidade econômica – TIR – Taxa Interna de Retorno, VPL – Valor Presente Líquido, C/B – Relação Custo Benefício, PN – Ponto de Nivelamento e Pay-Back – Tempo de Retorno do Capital Investido;
- Avaliação dos formatos de exploração comercial frente à legislação pertinente e disponibilidade de fornecedores locais de interesse.
- Especificação Técnica (em caso de contratação);
- Estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF).

2.3.12.2. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação do circuito de arvorismo.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada posteriormente ao estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) e em função dos resultados do mesmo.
- O projeto deverá considerar, entre outros fatores, a integração paisagística das estruturas a serem implantadas, a seguridade plena dos usuários e responsáveis e medidas mitigadoras/corretoras dos potenciais impactos à flora e fauna do entorno.
- O projeto deverá avaliar a possibilidade/compatibilidade de uso do circuito de arvorismo (plataformas) para atividades de observação de aves para pequenos grupos de visitantes e pesquisadores, devendo fornecer, caso necessário, estruturas complementares menores, tais como pequenos locais cobertos e protegidos dentre outros.
- Como para outras atividades das Áreas Estratégicas, deve-se consultar o diagnóstico de Turismo e Uso Público previamente a contratação do projeto executivo, no intuito de nivelar o conhecimento da equipe de gestão sobre a localização e potencialidades da estrutura.
- Da mesma forma, deve-se considerar a contratação de pacote de serviço para implantação de diversas estruturas no Parque, no intuito de otimizar os recursos, dinamizar os trabalhos e diminuir os impactos.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-

- projeto e projeto final, de forma a permitir a troca de conhecimento e alinhamento dos objetivos e expectativas;
- Laudo técnico estrutural assinado pelo engenheiro responsável;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.12.3. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção do circuito de arvorismo.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser implementada somente depois da finalização e aprovação do projeto executivo específico.
- Antes de efetivar a contratação do serviço, deve-se discutir e avaliar a viabilidade de sua inclusão como contrapartida do edital de concessão da atividade, conforme previsto no Subprograma de Administração. No caso de viabilidade da inclusão como contrapartida, as orientações a seguir deverão ser mantidas no processo sob responsabilidade do concessionário, bem como os custos correlatos, ficando a cargo dos funcionários do Parque apenas a supervisão do serviço.
- Na execução do trabalho, sugere-se a elaboração de um volume fotográfico contendo o “antes e depois” de cada intervenção realizada, como registro comparativo, devendo conter data, impactos identificados e medidas mitigadoras, identificação do trecho ilustrado, entre outras informações relevantes.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação dos serviços:
- Forma e prazo de execução das obras de implementação e melhorias da trilha;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou instituição, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais na visita das trilhas e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;

- Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da trilha.
- Laudo técnico para as estruturas metálicas e de madeira.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.13. Caminhada esportiva

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso e Recuperação.
- b) Descrição: corresponde a um polígono da Zona de Uso e Recuperação onde se prevê a instalação de uma pista para o desenvolvimento de caminhada esportiva e seus respectivos equipamentos de lazer e descanso. Está localizada no setor central do Parque, delimitada pelo Caminho do Lago ao sul, pela trilha do Lajeado Cruzeiro ao norte e o estacionamento do Centro de Visitantes a leste. Apresenta-se coberta por vegetação em estágio inicial de regeneração e solos exauridos pelo intenso uso agrícola anterior à criação da UC, o que contribui na vocação de utilização desta área para outras atividades recreativas além de sua recuperação. Esse atrativo foi apontado no diagnóstico de Turismo e Uso Público como demanda dos próprios visitantes, mas sua implantação deve estar condicionada a uma pesquisa de opinião pública para confirmação do interesse e programa de necessidades. Se considerada viável, deve contribuir com a diversificação dos atrativos de uso público do Parque.
- c) Resultados esperados:
 - Interesse público e programa de necessidades da caminhada esportiva identificados por meio de pesquisa de opinião;
 - Diversificação das opções de recreação do Parque;
 - Diversificação do perfil de visitantes do Parque;
 - Caminhada esportiva implantada e adequadamente utilizada por um perfil específico de visitantes.
- d) Indicadores de desempenho:
 - Tamanho amostral entre 250 e 500 pessoas da pesquisa de opinião pública;
 - Ampliação em, pelo menos, 10% do número de visitantes total do Parque nos primeiros 12 (doze) meses de operação da caminhada esportiva;
 - Ampliação do tempo de permanência e grau de satisfação do visitante nos primeiros 12 (doze) meses de operação da trilha.
- e) Atividades:

2.3.13.1. Articular ou contratar pesquisa de opinião pública sobre a atratividade e programa de necessidades para implantação da caminhada esportiva no Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada como condição para a elaboração e execução do projeto da caminhada esportiva.
- Como subsídio à construção da estrutura da pesquisa, recomenda-se a elaboração de perguntas norteadoras a respeito do interesse e programa de necessidades da atividade.
- Em caso de articulação da pesquisa, recomenda-se buscar apoio das entidades do Conselho Consultivo do Parque na identificação e contato com fornecedores qualificados.

- Em caso de contratação, recomenda-se elaborar especificação técnica prevendo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Definição do perfil, tamanho da amostra e intervalo de confiança da pesquisa;
 - Validação e calibragem do formulário de pesquisa;
 - Projeção de demanda de usuários;
 - Escopo e forma de apresentação dos resultados.
- Especificação Técnica (em caso de contratação);
- Relatório da pesquisa de opinião.

2.3.13.2. Elaborar Especificação Técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação da pista de caminhada esportiva e estruturas complementares.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada de acordo com os resultados da pesquisa de opinião pública.
- Esta atividade visa planejar a implantação de uma pista de caminhada esportiva como forma de diversificar o público e os atrativos turísticos do Parque.
- O projeto executivo deverá definir o comprimento da pista, seu traçado ideal e avaliar a possibilidade/compatibilidade de instalação de estruturas complementares menores, tais como bancos de descanso, pequenos locais cobertos e protegidos ao longo do percurso, dentre outros.
- O projeto deverá considerar, entre outros fatores, a integração paisagística das estruturas a serem implantadas, a seguridade plena dos usuários, sistema eficiente de drenagem e os potenciais impactos à flora e fauna do entorno e suas estratégias de mitigação, assim como a sinergia com estratégias de conservação, manejo, pesquisa e recuperação da zona.
- Com base nos dados de monitoramento da visitação do Parque e nos resultados da pesquisa de opinião pública, recomenda-se a adequação do projeto à projeção de demanda de usuários.
- Recomenda-se que este atrativo apresente um caráter mais esportivo e recreativo do que as outras trilhas do Parque, de forma similar aos atrativos de parques urbanos.
- Deve-se consultar o diagnóstico de Turismo e Uso Público previamente à contratação do projeto executivo, no intuito de nivelar o conhecimento da equipe de gestão sobre a localização e potencialidades da estrutura.
- Da mesma forma, deve-se considerar a contratação de pacote de serviço para implantação de diversas estruturas no Parque, no intuito de otimizar os recursos, dinamizar os trabalhos e diminuir os impactos.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;

- Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir a troca de conhecimento e alinhamento dos objetivos e expectativas;
- Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
- Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.13.3. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de implantação da pista de caminhada esportiva.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser implementada somente depois da finalização e aprovação do projeto executivo específico.
- Na execução do trabalho, sugere-se a elaboração de um volume fotográfico contendo o “antes e depois” de cada intervenção realizada, como registro comparativo, devendo conter data, impactos identificados e medidas mitigadoras, identificação do trecho ilustrado, entre outras informações relevantes.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação dos serviços:
 - Forma e prazo de execução das obras de implementação e melhorias da trilha;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou instituição, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais na visita das trilhas e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da trilha;
 - Laudo técnico para as estruturas metálicas e de madeira.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;

- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.14. Tirolesa

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Intensivo Potencial e Intensivo Consolidado.
- b) Descrição: corresponde ao polígono localizado no setor centro-oeste da gleba não insular do Parque, na confluência da trilha das Marrequinhas com a trilha do Mirante, até a margem do lago. Esta área engloba diferentes estágios sucessionais da vegetação, desde inicial herbácea até secundária avançada. Sua vocação se destina à implantação da Tirolesa, prevista desde o Plano de Manejo Fase I, como forma a ampliar os atrativos do Parque e inserir uma nova categoria de Uso Público voltado para o turismo de aventura. É importante destacar que esta atividade necessariamente irá requerer articulação com o Consórcio Itá para utilização de área na margem oposta do lago que deverá receber parte das estruturas previstas para a Tirolesa. Desta forma, será a única Área Estratégica Interna ligada e dependente de uma área externa, a qual deverá ser definida pelo projeto executivo.
- c) Resultados esperados:
 - Diversificação das opções de recreação do Parque;
 - Diversificação do perfil de visitantes do Parque;
 - Tirolesa implantada e adequadamente operada por concessionário.
- d) Indicadores de desempenho:
 - Ampliação em, pelo menos, 25% do número de visitantes reincidentes do Parque nos primeiros 12 (doze) meses de operação da Tirolesa;
 - Ampliação em, pelo menos, 10% do número de visitantes total do Parque nos primeiros 12 (doze) meses de operação da Tirolesa;
 - Ampliação do tempo de permanência e grau de satisfação do visitante nos primeiros 12 (doze) meses de operação da Tirolesa.
- e) Atividades:

2.3.14.1. Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para implantação e operacionalização da Tirolesa no Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual para avaliar a viabilidade deste atrativo turístico do Parque.
- O EVEF representa um requisito técnico e legal para a correta exploração comercial da tirolesa, e deve englobar não só os aspectos econômicos do negócio (investimentos, projeção de custos e receitas), como também a projeção da demanda de usuários, a qualificação de serviços correlacionados/concorrentes, a identificação dos diferenciais do Parque na oferta deste serviço e das possíveis formas de relacionamento a serem estabelecidas entre clientes e fornecedores, incluindo a avaliação comparativa entre opções de exploração pela própria UC ou por concessão/terceirização.
- A articulação ou contratação do estudo deve ser precedida da formulação de perguntas norteadoras relacionadas aos potenciais e ameaças da exploração comercial da tirolesa e da clara definição dos resultados esperados pelo estudo.
- Em caso de articulação do EVEF, recomenda-se buscar apoio das entidades do Conselho Consultivo do Parque na identificação e contato com fornecedores qualificados, incluindo a consulta ao SEBRAE-SC.

- Em caso de contratação do EVEF, recomenda-se avaliar agrupamento em um mesmo lote de estudos de outras explorações de bens e serviços definidas no Plano de Manejo e, também, elaborar especificação técnica incluindo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
 - Definição da projeção de demanda de usuários, com base nos dados de monitoramento da visitação do Parque e em pesquisa de serviços equivalentes em Concórdia e região, incluindo diferentes cenários de projeção (pessimista, intermediário e otimista);
 - Elaboração dos fluxos de custos e receitas, dos fluxos de caixa e indicadores de viabilidade econômica – TIR – Taxa Interna de Retorno, VPL – Valor Presente Líquido, B/C – Relação Benefício Custo, PN – Ponto de Nivelamento e Pay-Back – Tempo de Retorno do Capital Investido;
 - Avaliação dos formatos de exploração comercial frente à legislação pertinente e disponibilidade de fornecedores locais de interesse.
- Especificação Técnica (em caso de contratação);
- Estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF).

2.3.14.2. Apresentar o EVEF ao Consórcio Itá e realizar consulta prévia de viabilidade da utilização de área na margem oposta do lago que deverá receber parte das estruturas previstas para a tirolesa.

- Esta atividade tem caráter pontual e aparece como condição para contratação do projeto da Tirolesa.
- Recomenda-se que a consulta seja acompanhada de uma carta de apoio do Conselho Consultivo e de uma apresentação dos resultados do EVEF, deixando claro que a elaboração do projeto executivo depende da manifestação de viabilidade prévia do Consórcio Itá.
- Consulta de viabilidade prévia.

2.3.14.3. Elaborar especificação técnica e contratar a atualização do projeto executivo para implantação da Tirolesa.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada unicamente após o estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) e consulta de viabilidade prévia ao Consórcio Itá, os quais devem indicar parecer favorável.
- Caso o cenário seja favorável à implantação da tirolesa no Parque, deve-se resgatar/recuperar e reavaliar a proposta do projeto executivo já realizado no Plano de Manejo Fase I. Como resultado desta análise/resgate, as demandas e lacunas necessárias deverão ser estabelecidas e identificadas.
- Sugere-se uma visita técnica dos funcionários e colaboradores a outras Tirolesas semelhantes em operação atualmente na região, no intuito de aprofundar o conhecimento de operacionalização e nivelamento.
- O projeto deverá considerar, entre outros fatores, a integração paisagística das estruturas a serem implantadas, a segurança plena dos usuários e responsáveis e medidas mitigadoras/corretoras dos potenciais impactos à flora e fauna do entorno.

- O projeto de revisão deverá prever ainda o apoio de embarcação para o retorno dos usuários ao Parque e estruturas facilitadoras, como trapiche ou circuito de “ida e volta”, nos moldes da tirolesa de Itá.
- Como para outras atividades das Áreas Estratégicas, deve-se consultar o diagnóstico de Turismo e Uso Público previamente à contratação do projeto executivo, no intuito de nivelar o conhecimento da equipe de gestão sobre a localização e potencialidades da estrutura.
- Da mesma forma, deve-se considerar a contratação de pacote de serviço para implantação de diversas estruturas no Parque, no intuito de otimizar os recursos, dinamizar os trabalhos e diminuir os impactos.
- Com base nos resultados da análise da proposta anterior para implantação da Tirolesa, uma especificação técnica para revisão do projeto executivo deverá ser elaborada. Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir a troca de conhecimento e alinhamento dos objetivos e expectativas;
 - Laudo técnico estrutural assinado pelo engenheiro responsável;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.14.4. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção da Tirolesa.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser implementada somente depois da finalização e aprovação do projeto executivo específico.
- Antes de efetivar a contratação do serviço, deve-se discutir e avaliar a viabilidade de sua inclusão como contrapartida do edital de concessão da atividade, conforme

previsto no Subprograma de Administração. No caso de viabilidade da inclusão como contrapartida, as orientações a seguir deverão ser mantidas no processo sob responsabilidade do concessionário, bem como os custos correlatos, ficando a cargo dos funcionários do Parque apenas a supervisão do serviço.

- Na execução do trabalho, sugere-se a elaboração de um volume fotográfico contendo o “antes e depois” de cada intervenção realizada, como registro comparativo, devendo conter data, impactos identificados e medidas mitigadoras, identificação do trecho ilustrado, entre outras informações relevantes.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação dos serviços:
 - Forma e prazo de execução das obras de implementação e melhorias da trilha;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou instituição, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais na visitação das trilhas e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da trilha;
 - Laudo técnico para as estruturas metálicas e de madeira.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

2.3.15. Trilha da Ponta Norte

- a) Inserção no zoneamento: Zona de Uso Extensivo.
- b) Descrição: corresponde a uma área linear com aproximadamente 1.200m de comprimento que liga a extremidade norte da gleba não insular do Parque ao Centro de visitantes, margeando boa parte do rio dos Queimados e com sobreposição à proposta da trilha das Marrequinhas II. Sua vocação está ligada à implementação de uma trilha de duplo caráter, tanto interpretativo quanto de monitoramento de transgressões ambientais. Um de seus diferenciais é o contato com trecho encachoeirado do rio dos Queimados, margeado por paredões rochosos e extensos sarandizais, formando um ambiente único do Parque. Outro se refere a uma de suas extremidades coincidir com o ponto de fragilidade e acesso de transgressores, no local cortado pela estrada municipal da ponta norte, que, ao mesmo tempo, oportuniza o planejamento de uma operação agendada para desembarque de visitantes (no caso de sentido preferencial Ponta Norte / Centro de Visitantes). Seu traçado corta diferentes zonas de manejo (primitiva, semiprimitiva, de uso conflitante e de recuperação). Atualmente este setor se encontra desguarnecido de qualquer estrutura e apresenta um elevado registro de transgressões ambientais. A implementação desta trilha e da trilha das Marrequinhas II, além de ampliar e diversificar os atrativos de uso público, permitirá maior fluxo de visitantes,

funcionários e colaboradores neste trecho do Parque, coibindo transgressões num fragmento florestal em estágio avançado de regeneração.

c) Resultados esperados:

- Diversificação das opções de recreação e interpretação ambiental do Parque.
- Trilha da Ponta Norte (leito e estruturas) implantada e em boas condições de operação;
- Pontos e demandas de monitoramento estabelecidos.

d) Indicadores de desempenho:

- Redução em, pelo menos, 50% dos registros de transgressões ambientais na foz do rio dos Queimados nos primeiros 12 (doze) meses de operação da trilha.

e) Atividades:

2.3.15.1. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação da Trilha da Ponta Norte.

- Esta atividade tem caráter pontual e visa planejar e projetar detalhadamente uma trilha de uso extensivo na margem esquerda da foz do rio dos Queimados, de forma a conectar a Trilha das Marrequinhas II com a Ponta Norte ao longo do rio dos Queimados.
- O diagnóstico de Turismo e Uso Público deverá ser consultado previamente à contratação do projeto executivo, no intuito de nivelar o conhecimento da equipe de gestão sobre a localização e potencialidades da trilha.
- Sugere-se adotar o mesmo padrão de integração paisagística das trilhas do Mirante e da Canafístula (baixa intervenção e modificação) e a intercalação de trechos na margem do rio com outros no interior da mata, conforme condições do terreno, de forma a interferir o mínimo possível no ambiente.
- Especial atenção no projeto deverá ser dada à acessibilidade, custo das estruturas de facilitação, segurança dos visitantes e potencial interpretativo do ponto da trilha situado no trecho encachoeirado do rio dos Queimados, margeado por paredões rochosos e extensos sarandizais, bem como à sua integração com a Trilha das Marrequinhas.
- Deve-se considerar a inclusão desse projeto num pacote de serviços para implantação de diversas trilhas do Parque, no intuito de otimizar os recursos, dinamizar os trabalhos e diminuir os impactos.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
 - Obrigação de acompanhamento dos funcionários e colaboradores do Parque durante as etapas de levantamento de dados e apresentação/discussão de pré-projeto e projeto final, de forma a permitir a troca de conhecimento e alinhamento dos objetivos e expectativas.
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;

- Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final com mapa de localização e detalhamento das intervenções necessárias, memorial descritivo, registro fotográfico e orçamento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

2.3.15.2. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto da Trilha da Ponta Norte.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser implementada somente depois da finalização e aprovação do projeto executivo específico.
- A equipe de gestão deverá acompanhar frequentemente os trabalhos em campo, de forma a adquirir capacidade nas técnicas de implementação de trilhas interpretativas.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação dos serviços:
 - Forma e prazo de execução das obras de implementação e melhorias da trilha;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou instituição, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento de impactos potenciais na visita das trilhas e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
 - Estabelecimento de pontos de monitoramento e controle da degradação da trilha.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Relatório Técnico e registro fotográfico de implantação.

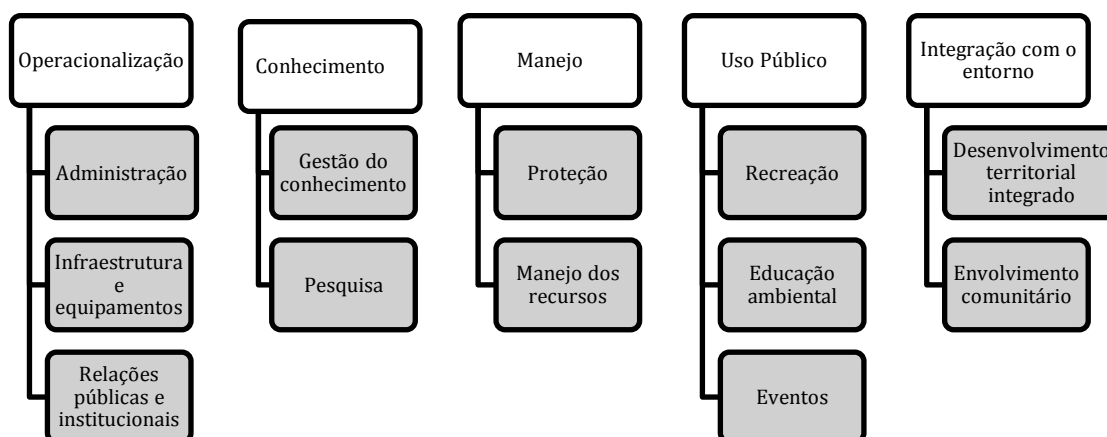
PROGRAMAS DE MANEJO



3. PROGRAMAS DE MANEJO

O presente capítulo traz as ações gerenciais gerais organizadas em Programas e Subprogramas de Manejo. Foram definidos 5 (cinco) Programas e 12 (doze) Subprogramas para organização temática das Ações Gerenciais Gerais (AGG) do Plano de Manejo Fase II conforme ilustrado na **Figura 3-I**.

Figura 3-I: Programas e Subprogramas de Manejo



As principais modificações na terminologia e organização dos Programas e Subprogramas se basearam na Análise de Efetividade do Plano de Manejo Fase I e se encontram expostas na descrição sumária de cada Programa, antecedendo suas diretrizes de planejamento.

Para cada Programa de Manejo foram definidas, de forma participativa, diretrizes que representam as prioridades de planejamento para o Programa na execução do Plano de Manejo Fase II. Os resultados esperados pelos Programas, portanto, são representados pelo conjunto de resultados descritos e esperados para seus Subprogramas de Manejo, o que facilitará futuras análises de efetividade e revisões do instrumento.

Já as informações dos Subprogramas de Manejo estão organizadas da seguinte forma:

- a) **Resultados esperados:** descreve o conjunto de situações concretas a serem atingidas ou de produtos a serem gerados pela execução das ações do Subprograma.
- b) **Indicadores de desempenho:** representam as principais evidências para monitoramento do alcance dos resultados esperados.
- c) **Ações Gerenciais Gerais:** conjunto de ações, ordenadas numericamente, consideradas necessárias para alcançar os resultados esperados do Subprograma.
 - **Orientações operacionais:** representam informações sobre o caráter das ações e recomendações de como elas podem ser operacionalizadas à luz das informações disponíveis durante a revisão do Plano de Manejo, assumindo apenas caráter indicativo ou referencial, tanto sobre as atribuições e responsabilidades quanto sobre o encadeamento com outras ações gerenciais gerais e também atividades das Áreas Estratégicas. Por outra parte, deve ser destacado que na lógica adotada o caráter contínuo envolve ações gerenciais gerais de implementação de projetos, embora estes tenham uma duração temporal específica.
 - **Indicadores operacionais:** representam as principais evidências de execução parcial e final das ações, as quais podem corresponder à memória de cálculo do cronograma físico-financeiro do Plano de Manejo (tempo de dedicação e ordem de grandeza dos recursos envolvidos).

Para cada Subprograma foram criados mapas mentais ilustrando sinteticamente a diversidade e encadeamento de ações gerenciais gerais previstas, os quais servem como mecanismo para compreensão, memorização e acompanhamento da implementação dos Subprogramas. Para auxiliar também na gestão estratégica do Plano de Manejo Fase II, todas as Ações Gerenciais Gerais (AGG) foram sistematizadas de forma matricial (**Anexo III**).

3.1. Programa Operacionalização

O Programa de Operacionalização engloba ações gerenciais gerais organizadas em três Subprogramas: Administração; Infraestrutura e Equipamentos; e Relações Públicas e Institucionais.

A principal modificação em relação à organização deste Programa no Plano de Manejo Fase I diz respeito às ações relativas à manutenção dos bens patrimoniais da UC, que foram relocados para o Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos, e ao novo Subprograma de Relações Públicas e Institucionais, que agora agrupa demandas de cooperação institucional e também de relações públicas (antes divididas em dois subprogramas de programas diferentes).

Esta reorganização está pautada na Análise de Efetividade do Plano de Manejo Fase I e objetiva simplificar a organização de ações correlacionadas num mesmo subprograma, tornando mais prática sua leitura e implementação pela equipe gestora e colaboradores.

Vale ressaltar que esse Programa apresentou alta efetividade de implementação (73%) na análise da primeira versão do Plano de Manejo, demandando, portanto, o delineamento de novas ações ligadas às demandas complementares de gerenciamento, mas também a adequação daquelas ações que vinham dando resultado e se mostram necessárias frente ao novo cenário do Parque e seu entorno.

a) Diretrizes:

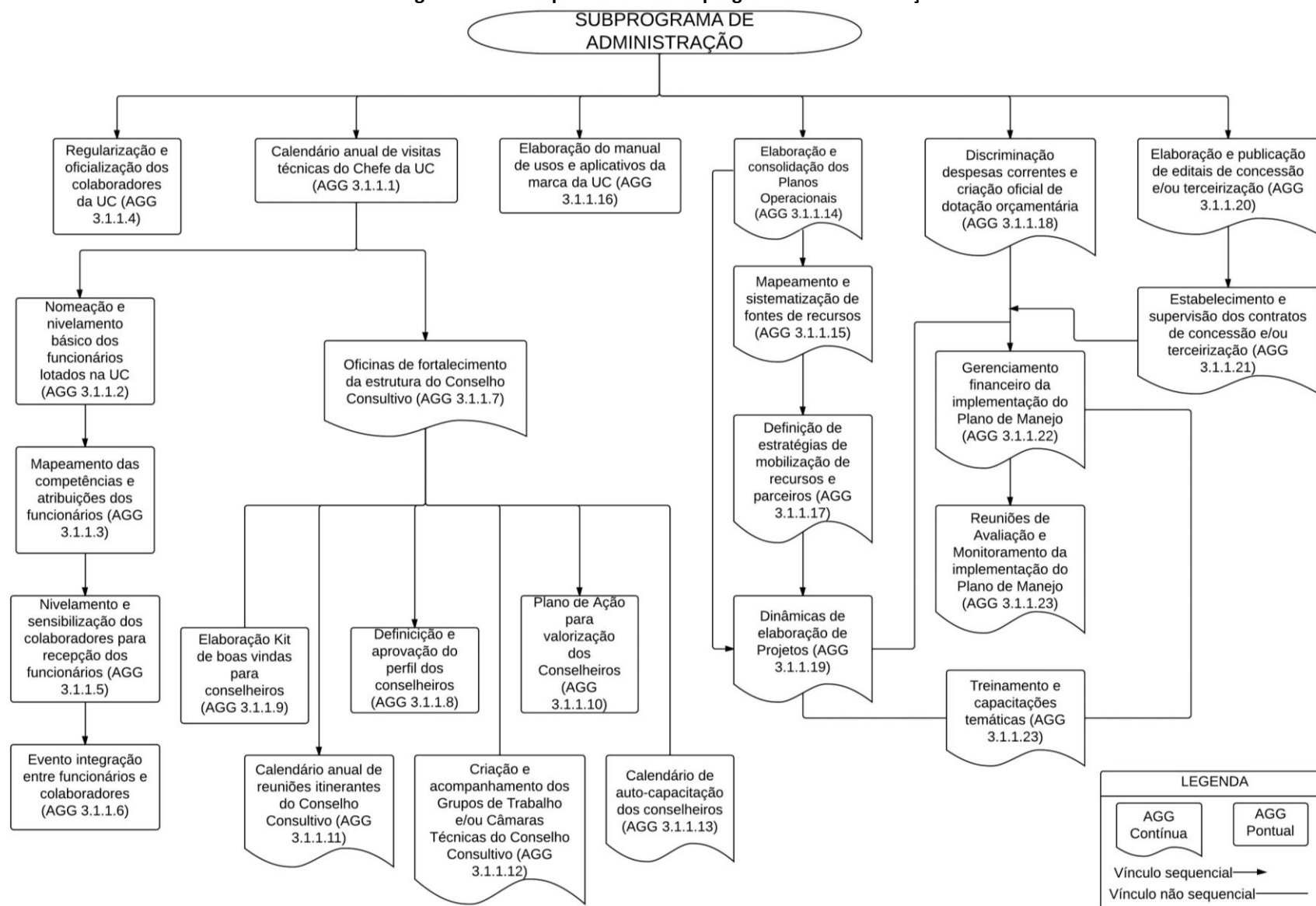
- Consolidação de mecanismos de gestão participativa focada em resultados e indicadores do Plano de Manejo.
- Diversificação de estratégias de sustentabilidade financeira da Unidade e inovação na exploração comercial de bens, serviços e imagens associados aos atributos do Parque.
- Articulação e efetivação de meios de capacitação continuada para aprimoramento, integração e valorização dos conhecimentos das instâncias de gestão e cooperação da Unidade.
- Promoção da melhoria e/ou adequação da infraestrutura e dos equipamentos de uso público e administrativo do Parque.
- Consolidação do Plano de Comunicação da Unidade com estratégias diversificadas no que diz respeito ao formato, conteúdo e público-alvo.
- Formalização de parcerias institucionais para apoio aos programas de manejo da UC.

3.1.1. Subprograma Administração

O Subprograma de Administração engloba ações destinadas à integração e capacitação das instâncias de gestão e cooperação do Parque, bem como seu efetivo envolvimento na implementação do Plano de Manejo. Envolve ainda a organização das estratégias para operacionalizar, monitorar e avaliar esta implementação, incluindo a diversificação para mobilização de recursos e oficialização dos procedimentos para exploração de bens e serviços da Unidade.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.1.1-I**.

Figura 3.1.1-I: Mapa mental do Subprograma de Administração



a) Resultados esperados:

- Instâncias de gestão e cooperação do Parque estruturadas, integradas e capacitadas para implementação do Plano de Manejo;
- Colaboradores do Parque oficialmente regularizados para contribuir na implementação do Plano de Manejo;
- Instâncias de gestão e cooperação do Parque mobilizadas e envolvidas na implementação do Plano de Manejo;
- Ações do Plano de Manejo compiladas e organizadas em instrumentos de monitoramento e avaliação;
- Ações do Plano de Manejo operacionalizadas por meio de projetos executivos;
- Concessões e/ou terceirizações para exploração comercial de bens e serviços formalizadas e estabelecidas;
- Dotação orçamentária para despesas correntes e demandas do Plano de Manejo do Parque articulada e aprovada;
- Estratégias complementares de mobilização de recursos para implementação do Plano de Manejo delineadas e implementadas;
- Recursos necessários para implementação do Plano de Manejo gerenciados e seus balanços periodicamente publicados;
- Efetividade do Plano de Manejo Fase II avaliada de forma periódica e sistemática.

b) Indicadores de desempenho:

- Mínimo de 01 (uma) visita mensal ao Parque do chefe lotado na sede de Florianópolis até a nomeação de um chefe lotado na UC;
- Pelo menos 01 (um) funcionário lotado no Parque em até 01 (um) ano da aprovação do Plano de Manejo;
- Pelo menos 02 (dois) funcionários lotados no Parque até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- Competências e atribuições de funcionários e colaboradores estabelecidas e integradas para implementação do Plano;
- Termo de Cooperação Técnica restabelecido com o colaborador em operação no Parque até a efetivação do Termo de Parceria para gestão compartilhada;
- Edital de gestão compartilhada lançado e termo de parceria firmado em até 01 (um) ano da aprovação do Plano de Manejo;
- Atualização e regularização dos cargos de presidente, vice-presidente e secretário executivo do Conselho Consultivo em até 3 (três) meses da aprovação do Plano de Manejo;
- Mínimo de 01 (uma) assembleia quadrimestral do Conselho Consultivo durante a implementação do Plano de Manejo;
- Mínimo de 03 (três) Planos Operacionais elaborados por ano durante a implementação do Plano de Manejo;
- Mínimo de 06 (seis) reuniões anuais de avaliação dos Planos Operacionais;
- Mínimo de 02 (dois) projetos executivos em andamento por ano durante a implementação do Plano de Manejo;
- Dotação orçamentária do Parque oficializada até o primeiro ano de implementação do Plano de Manejo, garantindo 100% das despesas de custeio da Unidade de Conservação;
- Pelo menos 25% dos recursos necessários para implementação do Plano de Manejo garantidos pelo órgão público responsável;

- Manutenção da diversidade de fontes de financiamento acessadas até o momento e ampliação do volume de recursos mobilizados anualmente para projetos/ações de implementação do Plano de Manejo;
- Pelo menos 2 (dois) eventos de treinamento e capacitação das instâncias de gestão e cooperação do Parque por ano durante a implementação do Plano de Manejo;
- Mínimo de 2 (dois) contratos de concessão e/ou terceirização (limpeza e vigilância) até o final do primeiro ano;
- Efetividade do Plano de Manejo avaliada a cada 2 (dois) anos durante sua implementação.

c) Ações Gerenciais Gerais:

3.1.1.1. Elaborar e divulgar junto às instâncias de gestão e cooperação do Parque um cronograma anual de visitas técnicas do chefe em exercício da UC lotado em Florianópolis.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelo chefe, supervisor ou representante em exercício da Unidade de Gestão lotada em Florianópolis de forma prévia à nomeação e posse dos funcionários da FATMA para o Parque. A ação torna-se desnecessária depois da nomeação de um chefe lotado na UC, que é recomendado ocorrer somente depois do processo de integração entre funcionários e colaboradores em operação. Caso a nomeação não ocorra, a ação deve se repetir anualmente.
- A elaboração e divulgação deste cronograma visa diminuir o absentismo nas reuniões dos conselheiros, correto planejamento dos colaboradores e preparação prévia de todos os participantes das instâncias de gestão e cooperação para adequada implementação do Plano de Manejo.
- Recomenda-se que o cronograma de visitas tenha periodicidade mensal ou bimensal.
 - Cronograma anual de visitas técnicas do chefe ou supervisor.

3.1.1.2. Articular e viabilizar a nomeação e nivelamento básico dos funcionários da FATMA e lotados no Parque pelo Concurso 001/FATMA/2011.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelo chefe, supervisor ou representante em exercício da Unidade de Gestão lotada em Florianópolis.
- O nivelamento básico recomendado envolve a disponibilização de versão impressa do Plano de Manejo e do seu acervo digital, além da realização de uma reunião de apresentação da estrutura organizacional e funcional da Diretoria de Proteção de Ecossistemas e do contexto do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.
 - Portaria de nomeação dos funcionários lotados no Parque.

3.1.1.3. Realizar o mapeamento das competências requeridas e desenho das atribuições dos funcionários da FATMA e lotados no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelo supervisor ou representante em exercício da Unidade de Gestão lotada em Florianópolis de forma prévia à integração entre funcionários da FATMA e colaboradores em operação no Parque.
- Recomenda-se que esta ação seja realizada por profissional com experiência em gestão de recursos humanos, nos moldes do Diagnóstico Organizacional das Instâncias de Gestão e Cooperação desenvolvido durante a revisão do Plano de Manejo, objetivando a definição das responsabilidades dos membros recém-nomeados e o fortalecimento da legitimidade para assumi-las na Gestão do Parque.

Como referência de consulta, pode-se utilizar a matriz de caracterização das instâncias de gestão e cooperação do Parque, entre outras informações contidas no Relatório de Diagnóstico Organizacional.

- Relatório de mapeamento de competências e definição de atribuições.

3.1.1.4. Regularizar e oficializar em instrumento legal o trabalho dos colaboradores em operação no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelo supervisor ou representante em exercício da Unidade de Gestão lotada em Florianópolis, com anuência da Procuradoria Jurídica, Diretoria de Proteção de Ecossistemas e Presidência da FATMA.
- Levando-se em conta o histórico e a situação atual (setembro de 2013 – durante a consolidação da revisão do Plano de Manejo) de relacionamento interinstitucional da Equipe Cogestora do Parque Estadual Fritz Plaumann (ECOPEF) com a UC, esta ação visa valorizar e dar respaldo legal às ações e resultados desenvolvidos por este colaborador frente ao cenário de mudança dos cargos na Presidência, Diretoria e Gerência dentro da FATMA.
- Recomenda-se o restabelecimento e adequação do Termo de Cooperação Técnica entre a ECOPEF e a FATMA, oficializando as atribuições e responsabilidades de cada ente mediante mobilização de recursos da iniciativa privada (caracterizando uma relação de Parceria Público/Privada), até a publicação de um edital de gestão compartilhada do Parque, seguindo as normas gerais estabelecidas pelo Plano de Manejo e os demais aspectos da legislação pertinente.
- Recomenda-se também que o edital de gestão compartilhada seja pautado nos resultados esperados e ações previstas nos subprogramas de manejo do presente Plano, abrindo a possibilidade de os candidatos encaminharem projetos para gestão total ou parcial da UC.
- Independentemente do instrumento de oficialização, sugere-se avaliar a inclusão de uma cláusula ou responsabilidade do colaborador de contratação de uma consultoria de gestão de pessoas para medição anual das competências dos profissionais contratados pela OSCIP e da equipe executiva como ferramenta de gestão de pessoas, bem como para trabalhar a sua cultura organizacional, contribuindo para o fortalecimento profissional da equipe e a minimização da resistência frente às influências e contribuições externas.
- Termo de Cooperação Técnica;
- Edital de Gestão Compartilhada;
- Projetos de gestão compartilhada;
- Termo de Parceria.

3.1.1.5. Organizar e realizar nivelamento e sensibilização de todos os colaboradores em operação do Parque como preparação para a recepção dos funcionários da FATMA que comporão a Unidade de Gestão lotada na UC.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelo supervisor ou representante em exercício da Unidade de Gestão lotada em Florianópolis de forma prévia à nomeação e posse dos funcionários concursados da FATMA para o Parque.
- Entre os aspectos a serem abordados para nivelamento e sensibilização, recomenda-se o esclarecimento das atribuições legais e estatutárias das entidades envolvidas, os direitos e obrigações estabelecidos em instrumentos formais de relacionamento e as funções de todos os membros de ambas as equipes (funcionários e

colaboradores). Como referência de consulta, pode-se utilizar a matriz de caracterização das instâncias de gestão e cooperação do Parque, entre outras informações contidas no Relatório de Diagnóstico Organizacional da revisão do Plano de Manejo.

- Devem ser discutidas também as alternativas para planejamento e reordenamento dos espaços administrativos disponíveis, conforme atividade 2.3.1.1 da AEI Centro de Visitantes.
- Matriz de atribuições institucionais e pessoais dos colaboradores;
- Registro fotográfico do evento.

3.1.1.6. Organizar e realizar evento de integração entre funcionários da FATMA e colaboradores em operação no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e está condicionada aos resultados do nivelamento e sensibilização dos colaboradores, descrito acima.
- Esta ação deve ser mediada pelo supervisor ou representante da atual (2013) Unidade de Gestão lotada em Florianópolis e/ou por um psicólogo organizacional, tendo como foco o entrosamento e estabelecimento do vínculo entre as equipes, a distribuição das atribuições e responsabilidades dos membros e a apresentação da hierarquia da gestão compartilhada.
- Além das atribuições legais e estatutárias das entidades envolvidas, dos direitos e obrigações estabelecidos em instrumentos formais de relacionamento, o processo de integração deve trabalhar as responsabilidades funcionais dos membros de ambas as equipes (funcionários e colaboradores) com base nos resultados esperados e indicadores de desempenho dos Programas e Subprogramas de Manejo.
- Matriz de atribuições institucionais e pessoais dos funcionários e colaboradores;
- Relatório fotográfico do evento.

3.1.1.7. Organizar e promover oficinas de fortalecimento da estrutura organizacional do Conselho Consultivo.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelo presidente em exercício do Conselho Consultivo (chefe do Parque), com auxílio dos funcionários e colaboradores em operação, junto aos cargos de vice-presidente e secretário executivo do fórum.
- Além de alinhar o desempenho atual dos representantes em exercício com as atribuições previstas, as oficinas devem lançar mão de estratégias para o aumento do nível de engajamento dos demais conselheiros.
- Como forma de facilitar e potencializar a participação do vice-presidente e secretário executivo em exercício, recomenda-se que o presidente do Conselho compatibilize essas oficinas com seu cronograma anual de visitas e promova as reuniões nas entidades destes representantes.
- Recomenda-se também que seja estimulada e oficializada a criação e manutenção temporária ou permanente de Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas, respectivamente, para a discussão de temas prioritários do Parque, segundo orientações do Plano de Manejo, conforme experiência e interesse dos membros do Conselho Consultivo.
- Ata com instituição e nomeação de integrantes dos Grupos de Trabalho e/ou Câmaras Técnicas;
- Calendário das oficinas;
- Registro fotográfico e memória das oficinas.

3.1.1.8. Definir e descrever o perfil adequado e necessário ao desempenho das atribuições dos conselheiros e submeter para avaliação e aprovação do Conselho Consultivo do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo presidente em exercício do Conselho Consultivo (chefe do Parque), com auxílio dos demais cargos da estrutura organizacional e dos funcionários e colaboradores em operação.
- Espera-se com esta ação que as entidades possam usar a descrição deste perfil para selecionar o seu representante, e que o candidato saiba o que dele será esperado podendo, assim, assumir suas atribuições de maneira efetiva. Como referência de consulta, pode-se utilizar a matriz de caracterização das instâncias de gestão e cooperação do Parque, entre outras informações contidas no Relatório de Diagnóstico Organizacional da revisão do Plano de Manejo.
- Ata de aprovação do perfil dos conselheiros do Conselho Consultivo do Parque.

3.1.1.9. Elaborar e manter em acervo um kit de boas-vindas como material versátil de acolhimento e nivelamento dos representantes do Conselho Consultivo.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo presidente em exercício do Conselho Consultivo (chefe do Parque), com auxílio dos demais funcionários e colaboradores em operação.
- Recomenda-se que este kit compreenda o regimento interno, o histórico do Conselho Consultivo do Parque, o perfil e as atribuições do conselheiro, as atas das reuniões do último ano, o Plano de Manejo e seu Resumo Executivo, entre outras informações relativas à apresentação da UC, do seu contexto dentro do Sistema Estadual de Unidades de Conservação e das demais instâncias de gestão envolvidas com o Parque Estadual Fritz Plaumann.
- Kit de boas-vindas em mídia digital.

3.1.1.10. Promover reunião para discutir alternativas e propor um plano de ação para valorizar o trabalho dos conselheiros nas entidades que representam.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo presidente em exercício do Conselho Consultivo (chefe do Parque), com auxílio dos demais funcionários e colaboradores em operação.
- O plano de ação objetiva estimular e valorizar o trabalho do conselheiro, recomendando-se discutir iniciativas simples, como o apoio logístico e a não desoneração da carga horária despendidos para a participação nas atividades e reuniões do Conselho Consultivo. Tais iniciativas devem levar em conta as diferenças de natureza jurídica e situação socioeconômica das entidades que compõem o Conselho, avaliando-se parcerias interinstitucionais para entidades sem condições de apoiar financeiramente as despesas logísticas de seus representantes. Também se deve atentar para o disposto no Art. 19 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 (“Compete ao órgão gestor: (...) prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.”)
- As alternativas acordadas devem ter sua viabilidade avaliada pelas entidades que compõem o Conselho, mediante apresentação dos representantes, para posterior aprovação e oficialização do plano de ação em ata e instrumento normativo.
- Ata e instrumento normativo (portaria) de aprovação do plano de ação.

3.1.1.11. Organizar calendário anual e promover reuniões itinerantes do Conselho Consultivo nas entidades representadas.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelo presidente em exercício do Conselho Consultivo (chefe do Parque).
- As reuniões itinerantes objetivam principalmente valorizar o trabalho dos conselheiros em suas instituições e estreitar os interesses e potenciais de contribuição das entidades representadas com o Conselho.
- Recomenda-se que o presidente do Conselho compatibilize o calendário de reuniões com seu cronograma anual de visitas.
 - Calendário das reuniões.
 - Ata e relatório fotográfico das reuniões.

3.1.1.12. Estimular a criação e acompanhar o funcionamento de Grupos de Trabalho e/ou Câmaras Técnicas do Conselho Consultivo, conforme perfil dos conselheiros e demandas estratégicas dos Subprogramas de Manejo.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelo presidente em exercício do Conselho Consultivo (chefe do Parque).
- O objetivo da criação e funcionamento dos Grupos de Trabalho e/ou Câmaras Técnicas é dar mais dinamismo e praticidade ao trabalho do Conselho Consultivo, respeitando os interesses, afinidades e experiências dos conselheiros em relação às demandas temáticas dos Subprogramas de Manejo
- A principal diferença entre os GTs e CTs diz respeito à validade dos trabalhos, sendo os GTs de caráter temporário para dar vazão às demandas estratégicas na forma de projetos, ao passo que os CTs têm caráter permanente para discutir e propor assuntos/temáticas relativos a programas ou subprogramas de manejo como um todo.
- A título de exemplo, recomenda-se a criação dos seguintes GTs e CTs:
 - Grupos de Trabalho: Projeto Aniversário de Visitação Pública do Parque; Projeto Erva Mate; Projeto Santa Catarina Rural.
 - Câmaras Técnicas: Mobilização de recursos e articulação de parcerias; Desenvolvimento Territorial Integrado; Proteção Ambiental; Treinamento e Desenvolvimento.
- Ata de constituição de GTs e/ou CTs.
- Ata e relatório fotográfico das reuniões dos GTs e/ou CTs.

3.1.1.13. Propor a criação de calendário e conteúdo programático e promover minicursos ou palestras continuadas de autocapacitação dos membros do Conselho Consultivo.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelo presidente em exercício do Conselho Consultivo (chefe do Parque).
- Os minicursos ou palestras visam valorizar o conhecimento e as competências dos conselheiros e potencializar a integração e o intercâmbio de experiências dos representantes do Conselho em prol do Parque.
- Recomenda-se que a concepção dos conteúdos seja inicialmente proposta pelo presidente do Conselho, levantando-se em conta as informações disponibilizadas no acervo do Plano de Manejo, demonstrando nivelamento do chefe da Unidade e reconhecimento das competências dos conselheiros, e posteriormente ajustada pelos próprios membros a partir da delegação desta tarefa.

- Como referência de consulta, pode-se utilizar o mapeamento de competências dos conselheiros, entre outras informações contidas no Relatório de Diagnóstico Organizacional da revisão do Plano de Manejo.
- Recomenda-se que o presidente do Conselho compatibilize o calendário de minicursos e palestras com seu cronograma anual de visitas.
 - Calendário de minicursos e palestras;
 - Ata e relatório fotográfico dos minicursos e palestras.

3.1.1.14. Elaborar e executar Planos Operacionais (PO) para implementação e monitoramento das ações gerenciais gerais e atividades estratégicas previstas no Plano de Manejo Fase II.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser adotada como instrumento padrão de implementação e monitoramento do Plano de Manejo pelos funcionários e colaboradores.
- Recomenda-se o modelo exposto no **Quadro 3.1.1.14-I**, cuja estrutura objetiva instrumentalizar a organização, sistematização e o controle das ações e atividades que serão executadas ou estão em andamento num determinado período de tempo (variável).
- Para elaboração dos Planos Operacionais, os funcionários e colaboradores devem identificar ações e atividades correlatas (preferencialmente por meio de reuniões ou dinâmicas participativas), seguindo a priorização do Cronograma Físico-financeiro e/ou oportunidades estratégicas de potencialização (fontes de recursos disponíveis ou parceiros interessados), adotar numeração sequencial e proceder ao arquivamento impresso e digital no servidor da UC, com comunicado aos demais funcionários e colaboradores.
- Espera-se que a partir de um Plano Operacional se desdobrem projetos executivos, contratações de serviços, ordens de compra, propostas de patrocínio/investimento, convênios/parcerias, entre outros meios e estratégias de operacionalização, mantendo-se, no entanto, o PO como instrumento de registro, acompanhamento e avaliação da implementação das ações e atividades do Plano de Manejo
- Planos Operacionais.

3.1.1.15. Mapear e sistematizar editais de demanda espontânea e induzida, investidores públicos e privados e outras fontes de recursos para implementação do Plano de Manejo.

- Após um mapeamento inicial, esta ação tem caráter contínuo, cuja alimentação e atualização deve ser promovida preferencialmente por um responsável do corpo de funcionários e um da equipe de colaboradores em operação no Parque.
- Recomenda-se a organização de uma planilha base com a discriminação dos editais de demanda espontânea e induzida, investidores públicos e privados e outras fontes de recursos mapeados e já acessados/contatados por iniciativas relacionadas ao Parque (de qualquer entidade integrante das instâncias de gestão e cooperação do Parque).
- Recomenda-se o modelo exposto no **Quadro 3.1.1.15-I**, a ser criado em arquivo Excel (para facilitar utilização de filtros), cuja estrutura objetiva subsidiar as estratégias de mobilização de recursos para suprir as demandas dos Planos Operacionais elaborados.
- Recomenda-se iniciar a construção de uma base de dados para mobilização de recursos, a partir de consultas no site da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR).

Quadro 3.1.1.14-I: Modelo de Plano Operacional

PO n°: (identificação numérica e temporal)	Subprogramas e/ou Áreas Estratégicas: (identificação nominal)			Data: (elaboração)	Equipe: (elaboração)	Revisão: (versão e data)	Responsável: (pela revisão)
AÇÕES E/OU ATIVIDADES	INDICADORES	TAREFAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO ESTIMADO	INSUMOS NECESSÁRIOS	CUSTO ESTIMADO	M&A DATA/OBSERVAÇÃO
Número e descrição das ações e/ou atividades do Plano de Manejo em ordem de encadeamento lógico ou prioridade de execução	Descrição dos indicadores associados às ações e/ou atividades	Conjunto de tarefas ou passos chaves necessários para execução das ações e/ou atividades	Responsável(eis) por cada tarefa ou passo chave ou pelo conjunto dos mesmos (ações e/ou atividades)	Data limite ou tempo necessário para execução das tarefas ou passos chaves	Bens necessários para execução das tarefas ou passos chaves	Custo estimado para cada tarefa ou passo chave ou pelo conjunto dos mesmos (ações e/ou atividades)	Anotações sobre o andamento (incluindo estratégias de mobilização adotadas) ou finalização da tarefa ou passo chave ou o conjunto dos mesmos para discussão nos momentos de Monitoria e Avaliação (M&A)
Dica: usar a mesma numeração e redação das ações descritas no Plano de Manejo, seguindo ordem do Cronograma Físico-financeiro	Dica: usar a mesma numeração e redação das ações descritas no Plano de Manejo	Dica: discriminar em conjunto com o(s) responsável(eis), deixando espaço para a identificação de outras atividades ou passos não previstos inicialmente	Dica: basear-se no quadro funcional disponível na UC e relacionar as lacunas a serem preenchidas por outros colaboradores	Dica: estimar a carga horária de cada responsável para execução de cada tarefa ou passo chave, considerando ainda outras atribuições paralelas	Dica: listar todos os bens materiais indicando aqueles disponíveis e necessários para aquisição	Dica: orçar as demandas materiais de cada tarefa ou passo chave e a carga horária de eventuais prestadores de serviço	Dica: definir momentos de M&A com base nos prazos estimados e anotar (“monitorar”) as dificuldades encontradas, mudanças na execução da operação planejada e respectivas datas para subsidiar discussões e análises críticas em conjunto (“avaliações”)

Quadro 3.1.1.15-I: Modelo de planilha para mapeamento de fontes de recursos

EDITAIS											
ENTIDADE	EDITAIS	TIPO / DEMANDA	LINHA TEMÁTICA	PRAZO SUBMISSÃO	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS	HISTÓRICO					
						SUBMETIDO		APROVADO		PROJETO	PROPONENTE E PARCEIROS
						SIM	NÃO	SIM	NÃO		
		Espontânea ou induzida			Elegibilidade, contrapartida, montante de recursos, despesas elegíveis, etc.						
INVESTIDORES											
ENTIDADE	RAMO DE ATUAÇÃO	VÍNCULO	INTERESSE	HISTÓRICO							
				SUBMETIDO		APROVADO		PROJETO	PROPONENTE E PARCEIROS		
				SIM	NÃO	SIM	NÃO				
		Ligação do investidor com o Parque, a FATMA e/ou seus colaboradores, incluindo relações interpessoais ou profissionais atuais ou pretéritas entre seus membros	Relação de interesse com alguma área de atuação, impactos da ideia/projeto, espaço de aplicação, possibilidade de compensação, etc.								

- Planilha de mapeamento de fontes de recursos.

3.1.1.16. Articular e/ou contratar consultoria para a elaboração de um manual de uso e aplicativos da marca do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo supervisor ou representante em exercício, funcionários ou colaboradores da Unidade de Gestão do Parque, previamente ao estudo de viabilidade para concessão dos serviços de exploração comercial da lojinha de *souvenirs* e concomitantemente à finalização da execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes
- Tem como finalidade fortalecer a marca e imagem do Parque, padronizar materiais de uso institucional da UC, fidelizar parceiros e colaboradores, ampliar a divulgação de seus atributos e de sua importância e representar uma fonte de renda complementar para sua manutenção e funcionamento.
- Em caso de articulação da consultoria, recomenda-se buscar apoio das entidades do Conselho Consultivo do Parque na identificação e contato com fornecedores qualificados, incluindo a consulta ao SENAR-SC e ao SEBRAE-SC.
- Em caso de contratação da consultoria, recomenda-se elaborar especificação técnica incluindo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Realização de reuniões de nivelamento e consulta ao Plano de Manejo, acervo de imagens e pesquisas do Parque para seleção de conteúdos e informações aos produtos;
 - Desenvolvimento e aprovação prévia de informações, conteúdos e imagens do Parque, com respectiva autorização de uso, bem como das aplicações da marca;
 - Definição e aprovação prévia de todos os layouts desenvolvidos para os diferentes materiais e produtos;
 - Estudo de materiais e insumos gerados ou produzidos pelas matérias-primas e cadeias produtivas com disponibilidade local e forte caráter de sustentabilidade;
 - Pesquisa e compilação de fornecedores qualificados para produção e desenvolvimento dos materiais e produtos, com ênfase em fornecedores regionais;
 - Estimativa de valores de produção, com variações de acordo com as especificações definidas e faixas de quantidade.
- O manual de uso deve objetivar unificar a comunicação visual pela padronização dos elementos gráficos da marca do Parque, incluindo a complementação dos arquivos disponibilizados originalmente com especificação da marca positiva e negativa em cores, preto em branco, tons de cinza, sua área de proteção, redução mínima, a tipografia institucional a ser adotada, as diferentes formas de aplicação em fundo preto e branco, colorido e fotográfico, além de uma exposição de erros comuns na sua aplicação.
- O manual de aplicativos da marca deverá incluir a definição e padronização de materiais institucionais e comerciais, sendo recomendada a definição de tipos de apresentação em Power Point, padronagem, etiqueta, papel timbrado, papel fax, crachá, cartão de visitas, pasta promocional, botton, caneta, chaveiro, camiseta, boné, *ecobag*, lenço, aparador de chimarrão, entre outros.

- O manual deverá prever, ainda, com base na legislação pertinente, a possibilidade e/ou limitação de exposição e uso da marca do Parque em produtos, serviços e estratégias de marketing das concessionárias.
- Recomenda-se a adoção, como referência, dos manuais de uso e de aplicativos elaborados para o Parque Natural Municipal Mata do Rio Uruguai Teixeira Soares (contato através da Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos e/ou da TRACTEBEL Energia).
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Manual de uso e de aplicativos da logomarca.

3.1.1.17. Organizar, promover e registrar reuniões periódicas para definição de estratégias de mobilização de recursos e de identificação de parceiros para suprir as demandas dos Planos Operacionais.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser organizada e promovida pelo chefe da UC, funcionários, colaboradores e membros interessados do Conselho Consultivo, em paralelo ou subsequente às reuniões de elaboração dos Planos Operacionais.
- Recomenda-se a participação de representantes de todas as instâncias de gestão e cooperação do Parque, com envio prévio da pauta e das versões dos Planos Operacionais elaborados e da planilha de mapeamento de fontes de recursos, cabendo a cada responsável apresentar os insumos necessários e custos estimados das ações e/ou atividades do Plano Operacional, bem como as estratégias propostas para alocação ou mobilização de recursos e envolvimento de parceiros.
- As estratégias devem cruzar e avaliar a sinergia das demandas dos Planos Operacionais com as fontes mapeadas, buscando subsidiar as dinâmicas de elaboração de projetos a serem submetidos a editais, investidores e outras fontes potenciais de recursos.
 - Memória e registro fotográfico das reuniões.

3.1.1.18. Discriminar despesas correntes, estimar rubricas passíveis de financiamento governamental e articular criação oficial de dotação orçamentária do Parque para implementação do Plano de Manejo.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser promovida pelo chefe da UC, funcionários, colaboradores e membros interessados do Conselho Consultivo, organizados em grupos de trabalho, como resultado das estratégias de mobilização de recursos e identificação de parceiros.
- A articulação deve ser promovida com anuência da Procuradoria Jurídica, Diretoria de Proteção de Ecossistemas e Presidência da FATMA, com oficialização por meio de portaria ou instrumento equivalente e publicação no Diário Oficial de Santa Catarina.
 - Planilha de despesas correntes e rubricas;
 - Portaria ou instrumento equivalente publicado no Diário Oficial.

3.1.1.19. Organizar, promover e registrar dinâmicas de elaboração de projetos, por meio de grupos de trabalho, para suprir as demandas dos Planos Operacionais.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser promovida pelo chefe da UC, funcionários, colaboradores e membros interessados do Conselho Consultivo, organizados em grupos de trabalho, como resultado das estratégias de mobilização de recursos e identificação de parceiros.
- Recomenda-se adequar o roteiro de elaboração de projetos pelo marco lógico da ECOPEF, como documento norteador das dinâmicas.
- Os projetos elaborados submetidos ou não a editais, investidores e outras fontes potenciais devem ser armazenados no servidor do Parque, como banco de projetos para retroalimentar as dinâmicas subsequentes e potencializar a mobilização de recursos para os Planos Operacionais.
- Projetos elaborados e/ou submetidos.

3.1.1.20. Elaborar e publicar editais de concessão e/ou terceirização de bens e serviços especificados nas Áreas Estratégicas e Subprogramas de Manejo.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser organizada e promovida pelo chefe e/ou funcionários da UC, com anuência da Procuradoria Jurídica, Diretoria de Proteção de Ecossistemas e Presidência da FATMA, seguindo as normas gerais do Parque e demais procedimentos legais e administrativos do Estado de Santa Catarina.
- Os bens e serviços recomendados para concessão e/ou terceirização, as possibilidades de lotes e contrapartidas, bem como a condição para iniciar a elaboração dos editais e publicação, são recomendados no **Quadro 3.1.1.20-I**.
- Os editais para exploração comercial de bens e serviços do Parque estão condicionados à elaboração e aprovação de estudos de viabilidade econômica e financeira, sobre os quais deverão ser estabelecidos os valores de investimentos, manutenções e tarifas de retorno ao Parque.
- Entre outras especificações, recomenda-se constar nos editais os seguintes aspectos básicos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, investimentos, manutenções e tarifas e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Avaliação dos formatos de exploração comercial frente à legislação pertinente e disponibilidade de fornecedores locais de interesse.
- As possibilidades e limitações de uso da marca tanto nos uniformes dos concessionários e/ou terceirizados quanto em materiais de divulgação dos mesmos também devem ser definidas.
- Editais de concessão e/ou terceirização;
- Clipping das publicações no Diário Oficial.

Quadro 3.1.1.20-I: Lotes e recomendações de concessão e/ou terceirização de serviços

BENS OU SERVIÇOS	TIPOS DE EXPLORAÇÃO	LOTES	POSSIBILIDADES DE CONTRAPARTIDA	CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS
Vigilância patrimonial	Serviço de vigilância dos bens patrimoniais do Parque	1 ou 2	-	- Possibilidade de alocação de mão de obra local
Limpeza patrimonial	Serviço de limpeza das estruturas do Parque			
Auditório de eventos	Aluguel de espaço e/ou organização e promoção de eventos	1 ou 2	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do auditório - Aquisição e/ou manutenção de equipamentos de audiovisual - Aquisição e/ou manutenção de mobiliário - Divulgação e marketing 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo de reforma do Centro de Visitantes - EVEF
Loja de <i>souvenirs</i>	Produção e comercialização de <i>souvenirs</i> com a marca do Parque		<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição e/ou manutenção de mobiliário - Produção e fornecimento de materiais institucionais do Parque para funcionários, colaboradores e parceiros (manual de uso e aplicações) - Divulgação e marketing 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo de reforma do Centro de Visitantes - EVEF - Manual de uso e aplicação da marca - Incorporação de produtos artesanais confeccionados no entorno (depende de resultado do Programa de Integração com o Entorno)
Passeio de caiaques, pedalinho/floating	Aluguel de caiaques, pedalinho/floating	1, 2 ou 3	<ul style="list-style-type: none"> - Construção e manutenção do trapiche - Manutenção da garagem náutica - Apoio para pesquisadores - Divulgação e marketing 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo do trapiche e garagem náutica - EVEF - Autorização do Consórcio Itá - Serviços de manejo de macrófitas aquáticas
Tirolesa	Operação de atividades de aventura		<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e manutenção da estrutura e equipamentos da tirolesa - Manutenção da Trilha do Mirante - Divulgação e marketing 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo da tirolesa - EVEF - Filiação à ABETA - Embarcação para retorno - Autorização do Consórcio Itá (ponto de chegada)
Circuito de Arvorismo	Operação de atividades de aventura		<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e manutenção da estrutura e equipamentos do arvorismo - Manutenção da Trilha do Lajeado Cruzeiro - Divulgação e marketing 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo do circuito de arvorismo - EVEF - Filiação à ABETA

3.1.1.21. Estabelecer e supervisionar os contratos de concessão e terceirização de bens e serviços do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser organizada e promovida pelo chefe e/ou funcionários da UC, com anuência da Procuradoria Jurídica, Diretoria de Proteção de Ecossistemas e Presidência da FATMA, seguindo as normas gerais do Parque e demais procedimentos legais e administrativos do Estado de Santa Catarina.
- Recomenda-se prever tanto no estabelecimento quanto na supervisão dos contratos a definição de mecanismos de monitoramento e avaliação dos serviços de concessão e terceirização, incluindo indicadores de desempenho, formulários de avaliação, relatórios técnicos e de prestação de contas e reuniões periódicas, entre outros.
- Sugere-se que estes mecanismos de monitoramento e avaliação sejam realizados tanto no “*modus operandi*” próprio e interno das instituições prestadoras dos serviços, quanto de forma externa com base na opinião direta dos usuários dos bens e serviços do Parque mediante entrevistas ou questionários breves continuados.
- Aconselha-se prever nos contratos de concessão e terceirização de bens e serviços do Parque um termo de responsabilidade técnica e civil de cada uma das partes atendendo as disposições legais pertinentes em cada caso.
 - Contratos de concessão e/ou terceirização;
 - Memória e registro fotográfico das reuniões.

3.1.1.22. Promover o gerenciamento financeiro da implementação do Plano de Manejo, com prestação de contas e publicação periódica dos dados, levando em consideração a diversificação das fontes de recursos disponíveis e acessados.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser organizada e promovida pelo chefe da UC, funcionários ou colaboradores, conforme responsabilidade pela mobilização e aplicação dos recursos nas diferentes ações e projetos executivos de implementação do Plano de Manejo.
- Recomenda-se a nomeação de um responsável pela consolidação do ordenamento e gerenciamento financeiro da implementação deste Plano de Manejo, cobrando e compilando as informações relativas às diferentes ações e projetos executivos sob responsabilidade de diferentes funcionários, colaboradores, conveniados e/ou terceirizados.
- Considerando o fluxo de caixa como projeção de entradas e saídas de recursos do Parque, recomenda-se seu controle semestral conforme planilha da **Tabela 3.1.1.22-I**, exposta no **Anexo IV** e disponível no acervo digital do Plano de Manejo.
- Sugere-se registrar semanalmente todas as entradas e saídas de recursos, além de apurar o saldo existente no caixa, conforme planilha da **Tabela 3.1.1.22-II**, exposta no **Anexo IV** e disponível no acervo digital. A principal finalidade do controle de caixa será verificar se não existem erros de registros ou desvios de recursos.
- Recomenda-se ainda a planilha da **Tabela 3.1.1.22-III** para a realização do controle bancário, o qual consiste em registro semanal de toda a movimentação bancária e do controle de saldos existentes, ou seja, os depósitos e créditos na conta da empresa, bem como todos os pagamentos feitos por meios bancários e demais valores debitados em conta (tarifas bancárias, juros sobre saldo devedor, contas de energia, água e telefone, entre as principais).
- Para o controle e planejamento das entradas e saídas, sugerem-se as planilhas das **Tabela 3.1.1.22-IV** e **3.1.1.22-V**, expostas no **Anexo IV** e disponíveis no acervo digital, para o controle das contas. A primeira tem como finalidade controlar os valores a

receber provenientes de diferentes fontes. A segunda deve ser utilizada para organizar os totais a pagar obedecendo a seus períodos de vencimento.

- Com base na análise dos dados das planilhas, recomenda-se a realização de balanços financeiros mensais, semestrais e anuais, para apresentação a aprovação do Conselho Consultivo do Parque. O balanço anual deverá ser também publicado e divulgado com os responsáveis das fontes dos recursos e no site do Parque visando fortalecer a imagem de transparência econômica da UC. Os balanços devem considerar também os bens patrimoniais do Parque.
- Os dados financeiros deverão fornecer orientações e recomendações específicas para a viabilização dos Programas Operacionais necessários à implantação deste instrumento.
- Por último, esta ação deverá estar ligada à tomada de decisões para identificação de novas fontes e/ou captação de recursos complementares externos à Unidade.
 - Planilha fluxo de caixa;
 - Planilha controle de caixa;
 - Planilha controle bancário;
 - Planilha valores a receber e pagar;
 - Balanços mensais, semestrais e anuais.

3.1.1.23. Organizar, promover e registrar reuniões periódicas de Avaliação e Monitoramento da implementação do Plano de Manejo por meio dos Planos Operacionais elaborados e em andamento.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser organizada e promovida pelo chefe da UC, funcionários e colaboradores, com periodicidade mínima semestral ou conforme as demandas de andamento dos Planos Operacionais elaborados.
- Recomenda-se a participação de representantes de todas as instâncias de gestão e cooperação do Parque, com envio prévio da pauta e das versões atualizadas dos Planos Operacionais em andamento, cabendo a cada responsável apresentar a execução efetiva das ações e/ou atividades, com base nos indicadores correlatos, as dificuldades encontradas, mudanças na execução planejada e respectivas datas para subsidiar discussões e análises críticas em conjunto.
 - Planos Operacionais (avaliados);
 - Memória de reunião (ata e/ou relatório fotográfico).

3.1.1.24. Organizar e promover, por meio de contratações ou parcerias, treinamentos e capacitações temáticas para o desenvolvimento de competências necessárias para implementação do Plano de Manejo.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser organizada, promovida e destinada ao chefe da UC, funcionários, colaboradores e conselheiros, levando-se em conta os temas abaixo recomendados, o resultado dos mapeamentos de competências já desenvolvidos e futuramente realizados, bem como demandas complementares identificadas durante a análise dos subprogramas de manejo e construção dos Planos Operacionais.
- As linhas temáticas de treinamento e capacitações devem ser definidas como resultado do mapeamento de competências e também da identificação de lacunas e demandas apontadas pela elaboração dos Planos Operacionais.
- Quando o treinamento ou capacitação for de interesse de dois ou mais funcionários e/ou colaboradores, recomenda-se proceder à avaliação comparativa de custo-

benefício em relação à contratação de instrutor para promoção do evento no Parque ao invés do deslocamento dos interessados ao local original do curso.

- Recomenda-se também estimular o mapeamento de oportunidades de treinamento e capacitação por iniciativa e interesse dos funcionários e colaboradores, por meio da identificação de cursos, oficinas e outros eventos ofertados na região ou por entidades. Nesse caso, deve-se criar em meio físico ou digital uma agenda de eventos de interesse, com dados básicos como tema, entidade, instrutor, custos e data de realização.
- Em função dos diagnósticos desenvolvidos e do envolvimento com os membros das instâncias de gestão e cooperação do Parque, durante a revisão do Plano de Manejo, recomenda-se a promoção de algumas linhas temáticas de treinamento e capacitação, conforme **Quadro 3.1.1.24-I**.
 - Calendário de eventos de treinamento e capacitação;
 - Certificados de participação;
 - Registro fotográfico dos eventos.

Quadro 3.1.1.24-I: Linhas de treinamento e capacitação emergenciais recomendados

TEMAS	COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS
Dinâmicas pedagógicas e ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e aplicação de dinâmicas pedagógicas em ambientes abertos e fechados • Planejamento e uso de técnicas de sensibilização e interpretação ambiental • Uso de métodos de avaliação pedagógica
Uso aplicado de GPS	<ul style="list-style-type: none"> • Nivelamento conceitual sobre Sistema de Posicionamento Global • Uso de técnicas de posicionamento com GPS • Planejamento, coleta e processamento de dados GPS • Aplicações práticas do GPS, suprimindo as demandas de implementação do Plano de Manejo Fase II
Uso de tecnologias de Geoprocessamento	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução e nivelamento sobre cartografia básica • Estrutura e organização de Dados Geográficos • Desenvolvimento de Aplicativos; • Implementação de SIG para o Parque; • Introdução ao ARCGIS, uso do ArcCatalog e do ArcToolbox para Importar e exportar dados de diversos formatos • Uso do ArcMap para explorar dados de diversos formatos para a UC
Elaboração e gestão de projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de oportunidades de ação e exame preliminar de sustentabilidade de ideias para projetos • Diagnóstico preliminar da situação-problema e atores envolvidos • Elaboração/estruturação dos elementos chaves de um projeto • Uso de ferramentas de implementação, monitoria e avaliação das etapas do projeto • Replanejamento de ações (com base na avaliação) e instrumentos de gestão
Mobilização de recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da “justificativa” de captação da UC • Planejamento estratégico (análise FOFA, missão e visão, definição de metas, etc.) • Pesquisa de fontes de recursos • Elaboração de propostas de financiamento/patrocínio e campanhas de marketing • Planejamento de estratégias para cultivo e valorização de investidores

TEMAS	COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS
Ferramentas de gestão financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à contabilidade básica de projetos e entidades • Criação e utilização de instrumentos de gestão e controle financeiro • Uso de mecanismos de prestação de contas e publicação de resultados financeiros • Pesquisa e seleção de estratégias de aplicação financeira

3.1.2. Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos

O Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos agrupa ações ligadas à melhoria, ampliação, controle e manutenção do patrimônio material do Parque, de forma complementar às estruturas e equipamentos requeridos pelas Áreas Estratégias e Subprogramas de Manejo. Engloba ainda a correção no memorial descritivo do Decreto de criação da Unidade, equacionando um problema fundiário histórico do Parque.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.1.2-I**

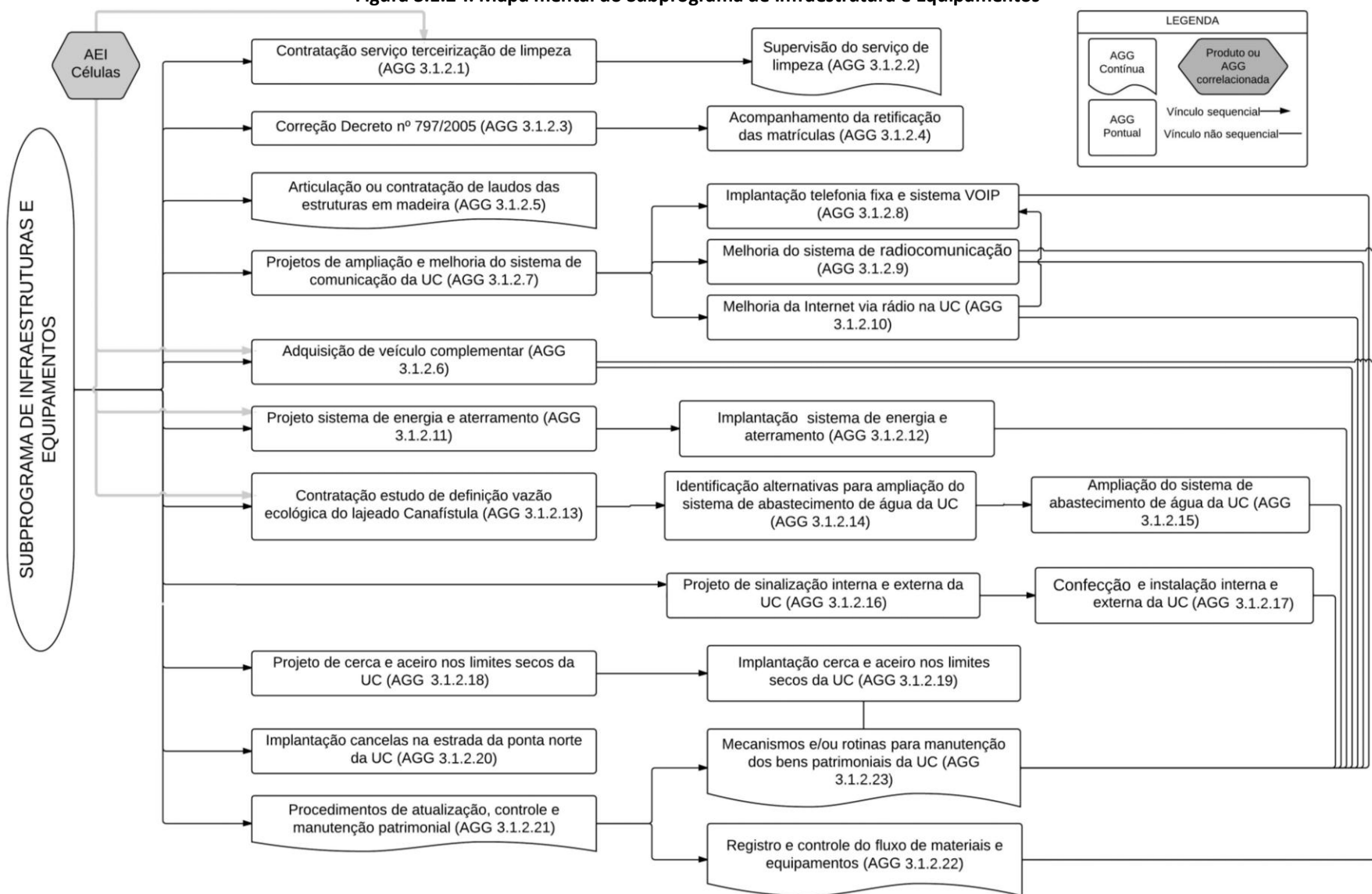
a) Resultados esperados:

- Serviço terceirizado de limpeza das edificações de uso público e administrativo contratado e operante;
- Decreto de criação do Parque corrigido e matrículas retificadas;
- Estruturas em madeira avaliadas periodicamente por engenheiro ou técnico qualificado;
- Demandas de transporte e deslocamento para implementação do Plano de Manejo supridas;
- Sistema de comunicação (telefonía, internet e rádio) do Parque ampliado e em funcionamento;
- Rede de abastecimento e distribuição interna de energia melhorada e ampliada por meio de sistema subterrâneo;
- Sistema de abastecimento de água ampliado e em funcionamento;
- Sistema de sinalização interna e externa renovado e ampliado;
- Limites terrestres do Parque cercados e sinalizados, com aceiros implantados em locais com risco de queima controlada ou acidental;
- Bens patrimoniais do Parque atualizados, cadastrados e sob controle e manutenção periódica e preventiva.

b) Indicadores de desempenho:

- Edificações de uso público e administrativas com serviço regular de limpeza;
- Instrumento legal de correção do Decreto nº 797 publicado até o fim do primeiro ano de implementação do Plano;
- 01 (um) laudo técnico das estruturas em madeira emitido até o final do primeiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Veículo complementar disponível para as demandas do Plano de Manejo até o final do segundo ano de implementação do PM;
- Sistema VOIP e telefonia fixa instalada no Parque até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- Capacidade de navegação e transferência de dados ampliada e disponível no CV e nas futuras Células de Administração, Conhecimento e Alojamento;
- Pelo menos 100% e 80% dos territórios do Parque e da ZA, respectivamente, inseridos na área de cobertura e sistema de rádio comunicação até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- Parque abastecido com rede de energia trifásica em sistema subterrâneo de distribuição até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Abastecimento de água do Parque garantido de forma escalonada à demanda de uso sem comprometer a vazão ecológica do lajeado Canafístula;
- 80% do sistema de sinalização interna e externa do Parque renovados e implantados até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- 100% dos limites do Parque cercados até o final do terceiro ano de implantação do Plano de Manejo;
- Um inventário anual de bens patrimoniais do Parque elaborado até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo.

Figura 3.1.2-I: Mapa mental do Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos



c) Ações Gerenciais Gerais:

3.1.2.1. Elaborar especificação técnica e contratar serviço terceirizado de limpeza das edificações de uso público e administrativas do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe e/ou funcionários do Parque, de forma integrada ao processo de publicação dos editais de concessão e/ou terceirização de bens e serviços do Parque, previsto no Subprograma de Administração.
- Deve-se avaliar também a integração do serviço com o programa de gestão de resíduos do Parque, de forma a dar correto destino aos resíduos dos banheiros de uso público e administrativo.
- Recomenda-se inserir os serviços de limpeza das edificações e de vigilância patrimonial do Parque num mesmo lote de terceirização.
- Recomenda-se elaborar especificação técnica, incluindo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, custo total e mensal dos serviços, portfólio ou currículo da empresa;
 - Responsabilidades trabalhistas e de condições de trabalho para os funcionários;
 - Periodicidade dos serviços e possibilidade de remanejo das datas em função do agendamento de grandes grupos de visitantes e/ou de eventos internos do Parque;
 - Procedimentos de recolhimento e destinação de resíduos sólidos dos banheiros de uso público e administrativo;
 - Avaliação das possibilidades e critérios de valorização da inclusão e formação de mão de obra das comunidades do entorno do Parque nos serviços prestados.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação técnica;
 - Edital de licitação;
 - Contrato de serviço.

3.1.2.2. Supervisionar o serviço de limpeza das edificações de uso público e administrativas do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque.
- A supervisão dos serviços deve avaliar, além da limpeza das edificações, eventuais danos ou extravios de materiais e equipamentos públicos e pessoais dos funcionários, colaboradores e visitantes.
 - Formulário de pós-visita.

3.1.2.3. Providenciar a correção do Decreto nº 797, de 24 de setembro de 2005, e a publicação de novo decreto com a alteração dos limites do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe e/ou funcionários da UC, com anuência da Procuradoria Jurídica, Diretoria de Proteção de

Ecosistemas e Presidência da FATMA, seguindo os procedimentos legais e administrativos do Estado de Santa Catarina.

- A área e a descrição da poligonal dos limites do Parque estão erradas e devem seguir a nova descrição de memorial.
- Decreto ou projeto de lei de alteração dos limites do Parque;
- Clipping da publicação no Diário Oficial.

3.1.2.4. Acompanhar a retificação das matrículas do Parque e da propriedade confrontante junto a TRACTEBEL Energia.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe e/ou funcionários da UC, com anuência da Procuradoria Jurídica, Diretoria de Proteção de Ecosistemas e Presidência da FATMA, seguindo os procedimentos legais estabelecidos pelo INCRA.
- Recomenda-se abrir canal de comunicação com funcionário do Departamento de Suprimentos e Serviços (DPS) da TRACTEBEL Energia e manter acompanhamento sistemático do processo, solicitando envio da documentação resultante para arquivamento no Parque e/ou na FATMA.
- Matrículas do Parque e da família Gheno retificadas.

3.1.2.5. Articular ou contratar a elaboração de laudos periódicos de avaliação técnica das estruturas em madeira das trilhas já consolidadas do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC, assumindo caráter emergencial para garantir a segurança dos visitantes e a definição de necessidades de intervenção/manutenção.
- Recomenda-se definir escopo de trabalho incluindo cálculo estrutural, procedimentos de avaliação e monitoramento, medidas preventivas da degradação/desgaste, capacidade de suporte ou recomendada, vida útil estimada, entre outros aspectos e indicadores relevantes ao atendimento de aspectos básicos de segurança previstos em normas técnicas da ABNT, ABETA e/ou INMETRO.
- Em caso de articulação da consultoria, recomenda-se buscar apoio das entidades do Conselho Consultivo do Parque na identificação e contato com fornecedores qualificados, incluindo a consulta ao DNIT, conforme indicação feita pelo supervisor do Parque durante a elaboração do Plano de Manejo.
- Em caso de contratação da consultoria, recomenda-se elaborar especificação técnica incluindo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao Parque com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
- Especificação Técnica (em caso de contratação);
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Laudo técnico.

3.1.2.6. Articular junto a FATMA e parceiros ou orçar e adquirir veículo complementar do Parque para implementação do Plano de Manejo.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe da UC com vistas a viabilizar veículo complementar para as demandas de deslocamento dos funcionários e colaboradores na implementação do Plano de Manejo.
- Três orçamentos do veículo;
- Nota fiscal de compra do veículo;
- Registro patrimonial do veículo.

3.1.2.7. Elaborar e orçar projeto(s) de implantação, ampliação e melhoria do sistema de comunicação do Parque (telefonía, rádio e internet).

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC, a ser incorporada em caráter emergencial dentro de um ou mais projetos de mobilização de recursos para implementação do Plano de Manejo Fase II.
- Os projetos devem levar em conta o histórico de articulações e serviços prestados em relação a cada um dos sistemas de comunicação requeridos ou em funcionamento no Parque.
- Esta ação deve possibilitar a futura compatibilização com as estruturas e demandas atuais e aquelas a serem implantadas tanto no Centro de Visitantes quanto nas Células de Administração, Conhecimento e Alojamento.
- Recomenda-se iniciar a elaboração do(s) projeto(s) pela definição de um programa de necessidades de comunicação levando em consideração:
 - A implantação de telefonia via sistema VOIP e telefonia fixa, com aquisição e instalação de aparelho multifuncional (fone/fax/secretária/audioconferência) e possibilidade de ramais para as diferentes áreas de uso administrativo e público do Parque;
 - A instalação de nova antena para ampliação da cobertura do sistema de rádio comunicação sobre o Parque e Zona de Amortecimento, com sistema autônomo de alimentação de energia;
 - A transferência da estação fixa do sistema de rádio para a Célula Administrativa;
 - A aquisição de novos aparelhos portáteis de radiocomunicação;
 - A implantação de melhoria da capacidade e/ou sinal de internet via rádio no Parque;
 - A transferência do sistema de captação e transmissão de internet para as Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.
- Programa de necessidades;
- Projetos de implantação, ampliação e melhoria do sistema de comunicação do Parque;
- Nota fiscal dos equipamentos e serviços de instalação.

3.1.2.8. Executar e supervisionar projeto de implantação da telefonia fixa e sistema VOIP.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC, em função do programa de necessidades e do projeto elaborados.
- No caso da compra de equipamentos diretamente pelo Parque, recomenda-se a elaboração de especificação técnica e solicitação de três orçamentos, respeitando-se

a estratégia e fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência.

- Os contatos telefônicos do Parque devem ser divulgados dentro das estratégias e ferramentas do Plano Integrado de Comunicação do Parque.
- Nota fiscal dos equipamentos.

3.1.2.9. Executar e supervisionar o projeto de ampliação da cobertura, transferência e melhoria do sistema de radiocomunicação sobre o Parque e Zona de Amortecimento.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC, em função do programa de necessidades e do projeto elaborados.
- No caso da compra de equipamentos diretamente pelo Parque, recomenda-se a elaboração de especificação técnica e solicitação de três orçamentos, respeitando-se a estratégia e fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência.
- Recomenda-se prever procedimento sistemático de teste da cobertura do sistema em diferentes áreas do Parque e Zona de Amortecimento, identificando locais sem contato.
- Nota fiscal dos equipamentos.

3.1.2.10. Executar e supervisionar projeto de melhoria da capacidade, transferência e internet via rádio no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC, em função do programa de necessidades e do projeto elaborados.
- No caso da compra de equipamentos diretamente pelo Parque, recomenda-se a elaboração de especificação técnica e solicitação de três orçamentos, respeitando-se a estratégia e fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência.
- Nota fiscal dos equipamentos.

3.1.2.11. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação de sistema subterrâneo de abastecimento e distribuição de energia e de melhoria do sistema de aterramento.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC, com vistas a possibilitar a ligação na rede trifásica de energia, ampliação da rede de distribuição para as estruturas atuais e novas do Centro de Visitantes e melhoria do sistema de segurança elétrica dos equipamentos atuais e novos.
- Esta ação não depende dos demais projetos de implantação previstos nas Áreas Estratégicas, mas deve possibilitar a futura compatibilização com as estruturas e demandas atuais e aquelas a serem implantadas tanto no Centro de Visitantes quanto nas Células de Administração, Conhecimento e Alojamento.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços,

cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;

- Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Análise e compatibilização do projeto com o escopo das especificações técnicas e demandas operacionais dos projetos de reforma do Centro de Visitantes e de implantação da Sala de Exposições e Células de Administração, Alojamento e Conhecimento, bem como do(s) projeto(s) de implantação, ampliação e melhoria do sistema de comunicação do Parque;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final, planta baixa e demais desenhos técnicos, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, orçamento e cronograma físico-financeiro detalhado e contato de fornecedores qualificados.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

3.1.2.12. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto para implantação de sistema subterrâneo de abastecimento e distribuição de energia e de melhoria do sistema de aterramento.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC. Ela deve ser realizada posteriormente à elaboração do projeto supracitado.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
- Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro, incluindo boletim de medição para pagamento proporcional dos serviços executados;
 - Indicação de um interlocutor técnico para o processo de execução das obras, o qual deverá ser responsável pelo preenchimento do boletim de medição;

- Previsão de processo de integração dos funcionários das obras, com vistas ao nivelamento dos impactos potenciais e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente;
- Elaboração do projeto “as built” como etapa final da obra, correspondendo à incorporação das adequações realizadas durante as obras no projeto executivo.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- A supervisão das obras deve ser feita regularmente, por meio de acompanhamento do boletim de medição, que deverá ser preenchido pelo interlocutor responsável pela execução dos serviços e avaliado pelo fiscal das obras, preferencialmente funcionário do Parque ou profissional por ele indicado.
- O boletim de medição deverá contemplar um registro fotográfico, a medição quantitativa e outras avaliações qualitativas necessárias, tendo sempre como referência o Cronograma de Execução, os Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos. Também deverá indicar a efetivação da etapa e/ou das subetapas de serviço, bem como eventuais incoerências das obras em relação aos Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Quantitativos.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Boletim de medição;
- Projeto “as built”.

3.1.2.13. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar estudo para definição da vazão ecológica do lajeado da Canafístula, do atual consumo mensal de água do Parque e da projeção do aumento de consumo pela ampliação das estruturas e de usuários.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC, com vistas e subsidiar a identificação de alternativas para ampliação do sistema de abastecimento de água.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Condições mínimas de coleta de dados para análise da vazão ecológica;
 - Descrição dos dados disponíveis para dimensionamento do estudo;
 - Definição do escopo do estudo com aspectos diagnósticos e propositivos frente aos resultados encontrados.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;

- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Relatório técnico do estudo.

3.1.2.14. Promover discussão para identificar alternativas para ampliação do sistema de abastecimento de água do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC, em função do estudo desenvolvido, com vistas a comparar o custo benefício do aumento da captação e armazenamento de água da fonte superficial do Parque com a implantação de um poço tubular profundo na Unidade e/ou com a ligação do Parque na rede de abastecimento da comunidade.
- Memória da discussão e encaminhamentos.

3.1.2.15. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a elaboração e execução de projeto para ampliação do sistema de abastecimento de água do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pela identificação de alternativa para ampliação do sistema de acordo com o estudo desenvolvido.
- Neste caso, em função do amadurecimento esperado pelo estudo e discussão de alternativas, recomenda-se a contratação de um pacote com a elaboração e execução do projeto de ampliação.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Detalhamento do processo de medição e pagamento dos serviços com base nas etapas e subetapas previstas no cronograma físico-financeiro;
 - Indicação de um interlocutor técnico para o processo de execução das obras;
 - Solicitação de procedimentos de manutenção dos sistemas de abastecimento.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- O orçamento do projeto deve servir como referência para a homogeneização e análise comparativa entre as propostas comerciais.
- A supervisão da execução do projeto deve ser feita regularmente, por meio de registro fotográfico, acompanhamento do projeto e memoriais descritivos.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;

- Relatório fotográfico do sistema implantado.

3.1.2.16. Elaborar especificação técnica e contratar elaboração do novo projeto do sistema de sinalização interna e externa do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, em conjunto com a elaboração do manual de uso e aplicação da marca do Parque e conforme o padrão de identidade visual do sistema de sinalização.
- Recomenda-se definir um programa de necessidades, compatibilizando o levantamento para ampliação do sistema de sinalização desenvolvido pela Unidade de gestão e ECOPEF, durante a consolidação do Plano de Manejo (2013) com os problemas identificados no Relatório de Turismo e Uso Público.
- O projeto também deve ser compatibilizado com o documento “Referencial para projeto, confecção, implantação e manutenção de Sistema de Comunicação Visual/Sinalização – Unidades de Conservação Estaduais de Santa Catarina”.
- Entre as demandas do novo projeto de sinalização, recomenda-se a definição e espacialização de:
 - Placas de orientação e advertência na estrada de acesso interno para controle de velocidade (ampliando a velocidade para 30km/h), cuidado com atropelamento da fauna nativa e com trânsito de pedestres (nas saídas de trilhas e em outros atrativos de uso público) e direcionamento dos visitantes ao CV;
 - Dispositivos e conteúdos interpretativos para alocação nas trilhas e estruturas de uso público, levando-se em consideração os resultados dos diagnósticos e pesquisas, com foco nos perfis das trilhas e na ampliação do caráter interativo;
 - Placas de orientação e advertência ao longo das trilhas;
 - Placas de orientação e advertência no trapiche do reservatório, indicando regras de segurança mínima para usuários e de gestão dos visitantes no Parque.
 - Placas de sinalização dos limites do Parque e de advertência nos locais de invasão e acesso recorrente para transgressões ambientais (pegar pontos do monitoramento);
 - Placas de sinalização externa para orientação dos visitantes na estrada de acesso e nas principais rodovias de acessos a Concórdia e dentro do município;
 - Placas de sinalização externa para informação e advertência em trechos e pontos estratégicos dos limites secos e molhados do Parque, com especial ênfase em locais com ocorrência de transgressões ambientais;
 - Placas de sinalização externa para informação e advertência nos pontos de entrada e saída da estrada que corta a ponta norte do Parque;
 - Placas de sinalização das áreas de cercamento, contendo pelo menos as seguintes informações: Fundação do Meio Ambiente; Parque Estadual Fritz Plaumann; Proibida a entrada sem autorização.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro do serviço e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.

- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo do sistema de sinalização interna e externa do Parque.

3.1.2.17. Elaborar especificação técnica e contratar a confecção e instalação do novo sistema de sinalização interna e externa do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, após a elaboração e aprovação do sistema de sinalização interna e externa do Parque.
- Recomenda-se, sempre que possível, prever o reaproveitamento das placas de sinalização internas e externas atuais que apresentem bom estado de conservação, podendo ser alocadas para lugares secundários em função da temática e especificações de conteúdo de cada uma delas.
- De forma conjunta, funcionários e colaboradores deverão identificar e marcar em campo os pontos estratégicos de colocação das placas.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro do serviço e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Condicionar a apresentação de um boneco para aprovação dos padrões de tamanho, cor, fonte e outras especificações técnicas antes de produção e entrega final do objeto;
 - Fornecer garantia de durabilidade dos produtos (material e impressão) de, no mínimo, três anos, a contar da data de entrega;
 - Detalhamento das especificações das características dos materiais a serem utilizados e identificação das necessidades de manutenção.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Placas internas e externas do Parque instaladas.

3.1.2.18. Elaborar especificação técnica e contratar elaboração de projeto para implantação de cerca e aceiro nos limites secos do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores da UC, com vistas ao reconhecimento físico dos limites do Parque e à mitigação do risco de invasão de gado e de incêndios florestais na UC.
- A implantação de cerca e de aceiros estava prevista no Plano de Manejo Fase I, mas ambas as atividades apresentaram 0% de efetividade.
- A principal condição para execução desta atividade está relacionada à articulação com os proprietários lindeiros tanto para concordância dos limites a serem cercados quanto da área a ser cedida para implantação dos aceiros, em respeito à Norma 22 da Zona de Amortecimento do Parque.
- Os limites secos do Parque, sobre os quais deverá ser avaliada a implantação de cerca, totalizam mais ou menos 4.613 metros. Recomenda-se a adoção de palanques de concreto ou madeira tratada, com uso de quatro fios de arame liso.
- Os trechos a serem implantados aceiros correspondem aos locais cuja classe de uso e prática de manejo agrícola demanda emprego de queima controlada ou apresenta o risco eminente de incêndio accidental. Os aceiros devem ser implantados em faixa de 10 metros de largura, devendo ser mantida limpa e não cultivada.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica ao local das obras com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta;
 - Inclusão do levantamento e da delimitação prévia dos trechos a serem cercado e locais a serem implantados aceiros, e assinatura de do termo de concordância dos proprietários lindeiros;
 - Escopo com elaboração e apresentação de pré-projeto e orçamento preliminar como etapas condicionantes para validação e detalhamento do projeto executivo;
 - Escopo com elaboração e apresentação de projeto executivo final, planta baixa e demais desenhos técnicos, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, orçamento e cronograma físico-financeiro detalhado e contato de fornecedores qualificados.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Projeto executivo.

3.1.2.19. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto para implantação de cercas e aceiros nos limites secos do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, após a elaboração do respectivo projeto e assinatura dos termos de concordância dos proprietários lindeiros.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro do serviço e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Detalhamento das especificações das características dos materiais a serem utilizados e identificação das necessidades de manutenção.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Registro fotográfico das cercas e aceiros instalados.

3.1.2.20. Orçar, adquirir e implantar cancelas na estrada que corta a ponta norte do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, somente depois da alteração definitiva do traçado da estrada municipal de acesso entre as comunidades de Sede Brum, Linha Santa Catarina e Linha Laudelino, condicionado pela articulação com a Prefeitura de Concórdia.
- As cancelas deverão ser implantadas nos dois extremos do trecho da estrada que corta o Parque, com sinalização alusiva e sistema de controle, de modo a permitir apenas a passagem de veículos do Parque ou sob autorização prévia.
- As placas devem seguir padrão do novo sistema de sinalização interna e externa do Parque.
 - Nota fiscal das cancelas e placas;
 - Registro fotográfico das cancelas.

3.1.2.21. Definir procedimentos de atualização, controle e manutenção patrimonial periódica e preventiva do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC após a elaboração e aprovação do sistema de sinalização interna e externa do Parque.
- Todos os bens instalados no Parque deverão apresentar a placa patrimonial em lugar visível e em bom estado de conservação, incluindo aqueles de propriedade e

uso, ou apenas sob responsabilidade, de colaboradores, concessionários e terceirizados.

- Recomenda-se a criação de uma planilha para o controle e atualização do cadastro patrimonial da Unidade, visando facilitar a alimentação e consulta dos dados.
- Sugere-se que o cadastro patrimonial contemple minimamente o nome do item; nº de patrimônio; proprietário/responsável pelo item; ano de aquisição; existência ou não de garantia e período de validade; registro de manutenção e/ou problemas.
- Toda alteração no patrimônio (doações, concerto, baixas, etc.) deverá ser comunicada à gestão, para proceder aos registros pertinentes.
- No final de cada exercício financeiro deverá ser realizado um Inventário de Bens Patrimoniais do Parque, promovendo o levantamento físico do material, onde deverão ser registradas: identificação de todos os bens que configuram o cadastro patrimonial; tombamento de bens encontrados sem registro; existência de bens catalogados sem utilização, obsoletos ou desnecessários; e confronto com os registros contábeis.
 - Atualização do cadastro patrimonial da Unidade;
 - Inventário anual de bens patrimoniais do Parque.

3.1.2.22. Promover o registro e controle do fluxo de materiais e equipamentos do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser realizada após a conclusão da atualização do cadastro patrimonial da UC.
- Tem por objetivo gerenciar e controlar o fluxo de bens (materiais e equipamentos) e seu estado de conservação, sobretudo quando estes são utilizados/empregados no exterior do Parque tanto por funcionários quanto por colaboradores, visando diminuir o risco de perda ou não retorno à UC.
- A equipe de gestão e os colaboradores deverão estabelecer critérios de controle específicos, assim, a saída de qualquer bem das dependências do Parque deverá obedecer a estes critérios e ser comunicada e autorizada tal movimentação.
- Sugere-se que a movimentação de bens seja formalizada mediante determinação de um responsável pelos mesmos, seguindo o modelo abaixo proposto no **Quadro 3.1.2.22-I**.
 - Controle do fluxo de materiais e equipamentos do Parque.

Quadro 3.1.2.22-I: Modelo de controle de fluxo patrimonial

CONTROLE PATRIMONIAL		DESCRIÇÃO		PERÍODO MOVIMENTAÇÃO	
Item	Nº patrimonial	Estado de conservação	Local de utilização	De	Até
DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL					
Declaro que os bens acima especificados estarão sob minha responsabilidade durante o período especificado, sendo da minha completa responsabilidade sua devolução em bom estado de conservação.					
Data		Assinaturas			

3.1.2.23. Estabelecer e desenvolver mecanismos e/ou rotinas para manutenção dos bens patrimoniais do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser realizada de forma conjunta pelos funcionários e colaboradores operantes.

- Tem por objetivo monitorar o estado de conservação dos bens patrimoniais da UC de forma a dimensionar estratégias ou rotinas de manutenção apropriadas para garantir a durabilidade dos itens.
- Além da manutenção corretiva (manutenção desenvolvida quando os itens apresentarem falhas), recomenda-se a adoção de manutenção preventiva e programada. A primeira refere-se a ações planejadas e sistêmicas de tarefas de prevenção dos bens visando evitar que apresentem problemas. Já a programada, é executada em datas predeterminadas em função da vida útil do item considerado e com base nas recomendações do fabricante.
- Aconselha-se a realização de inspeções periódicas para verificação física dos bens e confirmação de disponibilidade. Com base nas inspeções, medidas corretoras necessárias deverão ser adotadas.
 - Nota fiscal de manutenção de bens;
 - Registro do estado de conservação dos bens.

3.1.3. Subprograma de Relações Públicas e Institucionais

O Subprograma de Relações Públicas e Institucionais envolve a estruturação e operacionalização de um plano integrado de comunicação na UC, bem como ações gerenciais voltadas ao aprimoramento e manutenção dos programas de estágio e voluntariado, ao mapeamento de entidades, iniciativas e eventos de interesse, ao acompanhamento de projetos e ações colocadas e sinérgicas com os objetivos do Parque, à articulação de apoios e/ou apoiadores para implementação do Plano de Manejo, à promoção de intercâmbios, além do estabelecimento e/ou formalização de parcerias institucionais.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.1.3-I**

a) Resultados esperados:

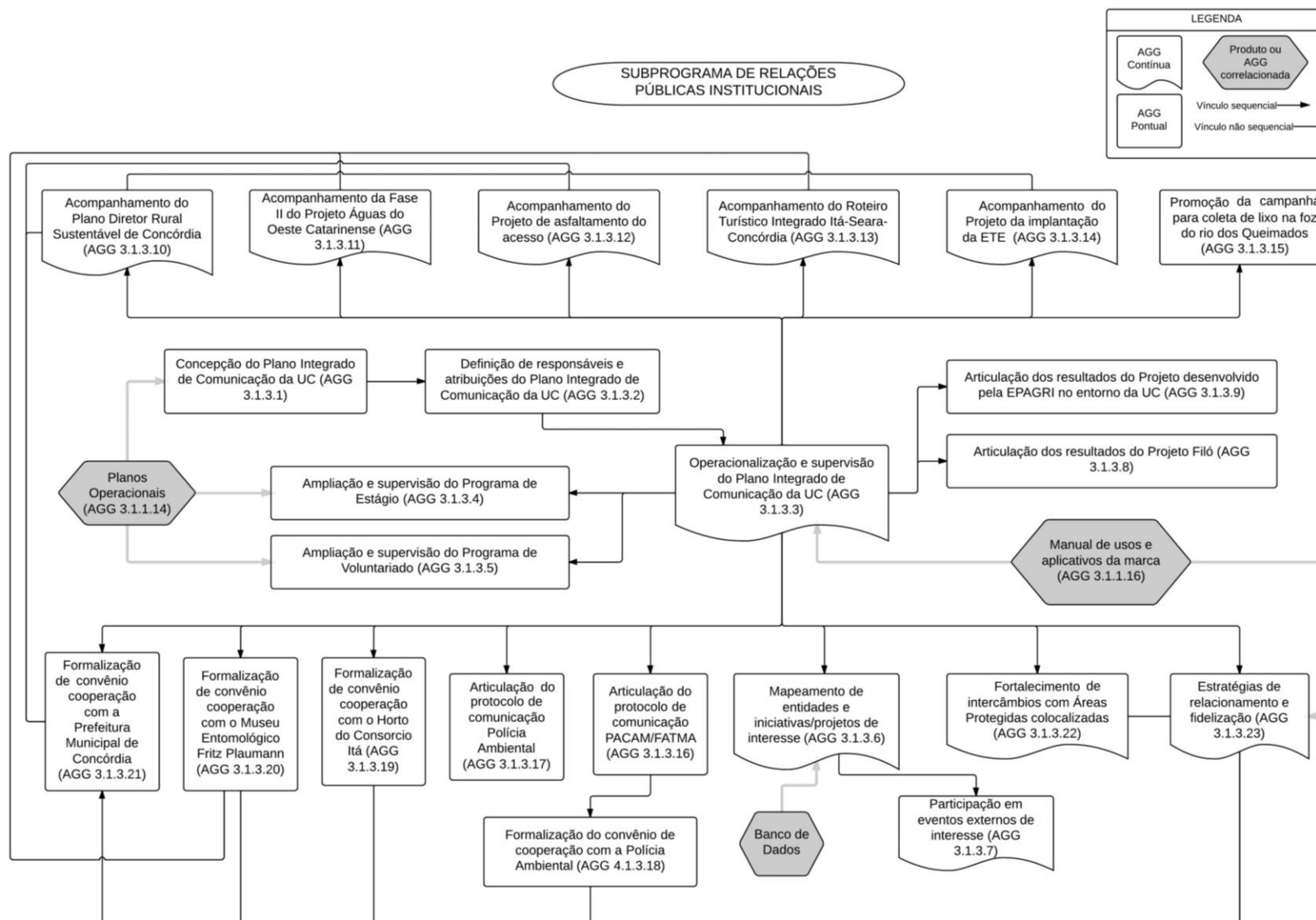
- Plano Integrado de Comunicação do Parque planejado e concebido, com responsáveis e atribuições definidas;
- Programa de estágio ampliado e em regular funcionamento;
- Programa de voluntariado ampliado e em regular funcionamento;
- Entidades, iniciativas e eventos de interesse para implementação Plano de Manejo mapeados e articulados;
- Projetos e ações colocadas e sinérgicas aos objetivos do Parque acompanhados pelos funcionários e colaboradores;
- Apoios e apoiadores para implementação do Plano de Manejo articulados;
- Intercâmbios com outras instituições e unidades de conservação promovidos;
- Parcerias e/ou convênios necessários à implementação do Plano de Manejo estabelecidos e formalizados;
- Parceiros, financiadores e colaboradores fidelizados.

b) Indicadores de desempenho:

- Ferramentas de comunicação concebidas e veiculadas para atendimento de demandas estratégicas de todos os Subprogramas de Manejo;
- Pelo menos 3 (três) estagiários em atividade até o final do primeiro ano de implementação do Plano de Manejo Fase II;
- Pelo menos 2 (dois) voluntários em atividade até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo Fase II;
- Ampliação anual da rede de entidades, iniciativas ou eventos de interesse para implementação do Plano de Manejo Fase II;

- Mapeamento e participação em, pelo menos, 5 (cinco) eventos externos por ano;
- Mínimo de 3 (três) oportunidades sinérgicas dos projetos colocalizados identificadas, articuladas e aproveitadas por ano de implementação do Plano;
- Mínimo de 5 (cinco) ações estratégicas de apoio à implementação do Plano Manejo articuladas e oficializadas junto às entidades mapeadas por ano de implementação do Plano;
- Pelo menos 4 (quatro) visitas técnicas promovidas em áreas protegidas colocalizadas e/ou no próprio Parque até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Pelo menos 3 (três) parcerias e/ou convênios formalizados até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo.

Figura 3.1.3-I: Mapa mental do Subprograma de Relações Públicas e Institucionais



c) Ações Gerenciais Gerais:

3.1.3.1. Planejar e conceber um Plano Integrado de Comunicação do Parque com base nas demandas de implementação dos Subprogramas do Plano de Manejo Fase II.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida conjuntamente pelo chefe, funcionários e colaboradores do Parque, em um processo sucessivo de reuniões ou discussões orientadas pela identificação de demandas durante a triagem de atividades e ações para elaboração dos Planos Operacionais de implementação do Plano de Manejo.
- A concepção do Plano de Comunicação deve ser iniciada pela confirmação e/ou complementação das demandas estratégicas de comunicação de cada Subprograma de Manejo, conforme exemplificado na **Tabela 3.1.3.3-I**.
- Recomenda-se a utilização de uma matriz de comunicação (**Quadro 3.1.3.3-I**) como modelo e referência de base para o planejamento do Plano Integrado de Comunicação do Parque.
- Recomenda-se ainda, para o planejamento operacional, a criação de duas colunas adicionais na matriz de comunicação para inclusão de resultados esperados pela consecução de cada objetivo e de atividades ou tarefas necessárias ao alcance dos respectivos resultados elencados.
 - Matriz de comunicação complementada;
 - Plano Integrado de Comunicação.

3.1.3.2. Definir responsáveis e atribuições executivas do Plano Integrado de Comunicação do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida conjuntamente pelo chefe, funcionários e colaboradores do Parque, após o planejamento e concepção do Plano Integrado de Comunicação.
- Recomenda-se que a definição de responsáveis e atribuições seja realizada depois da complementação da matriz de comunicação, durante a discussão e sistematização do planejamento operacional, por meio da organização de atividades de caráter semelhante em grupos de atribuições específicas e da indicação dos responsáveis na execução do Plano Integrado de Comunicação.
- Recomenda-se também que seja discutido e estabelecido um fluxo para gestão da comunicação interna (chefe, funcionários, conselheiros, colaboradores, estagiários, voluntários, concessionários e terceirizados) e externa (comunidades, parceiros, fornecedores, visitantes, pesquisadores, etc.) dentro do Plano Integrado, complementando o detalhamento de responsáveis e atribuições.
 - Matriz de atribuições e responsáveis do Plano Integrado de Comunicação.

3.1.3.3. Operacionalizar e supervisionar o Plano Integrado de Comunicação do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos responsáveis definidos na ação anterior, sob supervisão do chefe do Parque.
- As matrizes de comunicação e de atribuições e responsáveis devem ser fundidas e consolidadas, servindo de referência para a operacionalização e supervisão do Plano Integrado de Comunicação.
- Recomenda-se prever pesquisas de opinião sobre o andamento e resultados do Plano de Comunicação com parte do público-alvo de cada ferramenta.

Tabela 3.1.3.3-I: Exemplos de demandas estratégicas de comunicação dos Subprogramas de Manejo

ADMINISTRAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> – <u>Gerenciar a comunicação interna</u> – Informar o grau de implementação do Plano de Manejo Fase II – Prestar contas do gerenciamento financeiro – Convocar e informar o Conselho Consultivo – Solicitar propostas comerciais para contratação de serviços – Divulgar lotes de concessão e/ou terceirização da exploração comercial – Promover avaliação do trabalho dos colaboradores, concessionários e/ou terceirizados
INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> – Prestar contas do controle patrimonial do Parque
RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> – <u>Gerenciar a comunicação externa</u> – Ampliar o corpo de estagiários e voluntários – Divulgar eventos externos de interesse – Divulgar e fidelizar parceiros e colaboradores – Sistematizar clipping de notícias sobre o Parque
GESTÃO DO CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar resultados do monitoramento (Banco de Dados) – Divulgar acervo e publicações sobre o Parque
PESQUISA	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar linhas prioritárias de pesquisa e política de incentivos – Atrair pesquisas e pesquisadores – Agilizar autorizações de pesquisa e/ou coleta de material biológico
PROTEÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar normas da Zona de Amortecimento – Promover campanhas contra a caça e pesca ilegais – Formalizar denúncias e agendar campanhas de fiscalização com a Polícia Ambiental e fiscais da FATMA
MANEJO DOS RECURSOS	<ul style="list-style-type: none"> – Promover campanhas sobre espécies exóticas invasoras
RECREAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar atrativos turísticos do Parque – Diversificar o perfil de visitantes
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar palestras e dinâmicas – Produzir e divulgar materiais didáticos
EVENTOS	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar cursos abertos e fechados – Atrair eventos corporativos – Divulgar o aniversário do Parque
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar roteiros e atrativos turísticos do entorno – Divulgar produtos e iniciativas apoiadas pelo Parque – Divulgar oportunidades de projetos e capacitações para o entorno – Cadastrar produtores interessados em projetos de integração
ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar eventos comunitários – Promover pesquisas de opinião sobre o Parque

Quadro 3.1.3.3-I: Modelo de matriz de comunicação com exemplos de planejamento de estratégias

OBJETIVO	FERRAMENTA	FREQÜÊNCIA	PÚBLICO-ALVO	PRODUTO
Informar periodicamente o avanço ou grau de implementação das ações do Plano de Manejo usando os resultados de monitoramento e avaliação dos Planos Operacionais	Mala direta	Anual	GERUC/FATMA DPEC/FATMA Unidade de gestão Conselho Consultivo Colaboradores	Informativo Anual de Implementação (IAI)
Prestar conta do gerenciamento financeiro da implementação do Plano de Manejo	Website	Anual	Público em geral	Balanco anual
	Reunião presencial	Semestral	GERUC/FATMA DPEC/FATMA Conselho Consultivo	Balanco semestral e anual
Solicitar propostas comerciais para contratação de serviços de terceiros	Mala direta	Conforme demanda	Fornecedores de serviço (lista mapeada previamente)	Especificação Técnica
Divulgar lotes de concessão e/ou terceirização para exploração comercial de bens e serviços do Parque	Website	Conforme demanda	Fornecedores de serviço	Editais de concessão e/ou terceirização
	Publicação no Diário Oficial			
Divulgar fontes de financiamento para operacionalização dos Subprogramas por meio de projetos executivos	Mala direta	Conforme demanda	Unidade de gestão Conselho Consultivo Colaboradores	Planilha para mapeamento de fontes de recursos
Definir oportunidades de ação e construir parcerias para elaboração de projetos executivos	Reunião presencial	Conforme demanda	Unidade de gestão Conselho Consultivo Colaboradores Parceiros	Matriz
Informar impactos/resultados e registros fotográficos de andamento dos projetos executivos	Mala direta	Conforme demanda	Parceiros e financiadores	Releases ou resumos executivos dos projetos
Atrair e cadastrar interessados no Programa de Estágio	Website	-	Estudantes em geral	Link para download do Programa e envio do formulário de cadastro
	Cartaz	Anual		Cartaz com demandas estratégicas e meios de contato
Divulgar atrativos turísticos e ampliar perfil de visitantes do Parque	Website	Permanente	Público em geral	Foto e descrição do atrativo
	Mala direta	Anual	Operadoras regionais Prefeituras Hotéis da região Águas do Oeste C.&V. Bureau	Folder
Divulgar agenda de eventos de interesse do Parque	Website	Conforme demanda	Visitantes em geral	Notícias com dados do evento

OBJETIVO	FERRAMENTA	FREQUÊNCIA	PÚBLICO-ALVO	PRODUTO
	Mala direta	demanda	GERUC/FATMA DPEC/FATMA Conselho Consultivo Colaboradores	Flyer com dados do evento
Atrair pesquisas científicas prioritárias	Mala direta	Anual	Entidades de ensino, coordenadores e pesquisadores mapeados	Publicação da política de incentivos e tabulação das linhas de pesquisas e monitoramento
Divulgar publicações técnicas e científicas sobre o Parque	Mala direta	Anual	Entidades de ensino, coordenadores e pesquisadores mapeados	Tabela com dados básicos e hiperlink para publicações
	Website	Permanente	Público em geral	
Divulgar palestras e dinâmicas educativas no Parque	Cartaz	Conforme a demanda	Professores e estudantes	Flyer com dados do evento
	Website		Público em geral	Cartaz com dados básicos
Atrair eventos corporativos para o auditório do Centro de Visitantes	Mala direta	Semestral	Associações comerciais Prefeituras Hotéis da região Águas do Oeste C.&V. Bureau	Folder
Informar os produtores e moradores sobre as normas da Zona de Amortecimento	Oficina	Conforme demanda	Moradores da ZA AVIPE	Apresentação
	Informativo	Semestral	Estudantes	Boletim informativo do Parque
Divulgar oportunidades de projetos e cadastrar produtores interessados	Informativo	Semestral	Produtores da ZA AVIPE	Boletim informativo do Parque

- Recomenda-se também organizar e promover reuniões de avaliação periódica com os responsáveis pelo Plano, com foco em dificuldades encontradas, lições aprendidas e resultados alcançados, buscando, sempre que possível, sistematizar as avaliações em relatório ou diretamente no Plano ou na Matriz de Comunicação.
- Todo resultado publicado e/ou veiculado de forma impressa ou virtual pelo Plano de Comunicação deve ser registrado e armazenado em ordem cronológica e com os respectivos referenciais de fonte (clipping), bem como divulgado aos atores responsáveis, participantes ou beneficiários.
 - Relatório das avaliações com responsáveis e feedback com públicos alvo;
 - Clipping de resultados e produtos do Plano Integrado de Comunicação.

3.1.3.4. Aprimorar e supervisionar o Programa de Estágio do Parque para apoio à implementação do Plano de Manejo Fase II e formação técnica e profissional de estudantes.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores do Parque após a identificação e sistematização de demandas executivas e oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento sistematizadas durante as reuniões de construção dos Planos Operacionais.
- Esta ação está condicionada ao posicionamento da PROJUR nas reuniões de discussão sobre a viabilidade e procedimentos legais e administrativos.
- Tendo em vista o Programa de Estágio desenvolvido durante o Plano de Manejo Fase I, sob supervisão da ECOPEF, recomendam-se primeiramente os seguintes passos de revisão e aprimoramento:
 - Atualizar o contexto histórico do Parque e a legislação aplicados ao estágio;
 - Discutir e redefinir, se necessário, os objetivos do Programa com base no Plano de Manejo Fase II (novo escopo e estrutura de planejamento) e nas diferenças de caráter entre o estágio remunerado e o estágio curricular obrigatório;
 - Discutir e redefinir as áreas de atuação do estagiário, com base nas demandas executivas do Plano de Manejo Fase II e as oportunidades correlacionadas de treinamento e aperfeiçoamento para o estagiário;
 - Definir os direitos e responsabilidades do estagiário;
 - Especificar as condições de trabalho do estagiário;
 - Redefinir, se necessário, o formulário de inscrição;
 - Redefinir, se necessário, o termo de convênio para entidade responsável pelo estagiário;
 - Redefinir, se necessário, os documentos obrigatórios para cadastramento e procedimentos de seleção do estagiário (entrevista, referências, etc.).
- Como procedimentos de implementação e supervisão do Programa, recomendam-se:
 - Disponibilizar o Programa reformulado no website do Parque e da FATMA;
 - Definir perfil e entidades de interesse conforme demandas executivas do Plano de Manejo Fase II;
 - Elaborar e encaminhar Flyer ou informativo de divulgação do Programa para as entidades de interesse;
 - Definir critérios de seleção com base nas demandas executivas do Plano de Manejo Fase II;
 - Selecionar estagiários;
 - Providenciar acomodações físicas, equipamentos e uniforme;
 - Recepcionar e passar orientações, normas e materiais de referência e nivelamento;
 - Definir atribuições específicas dentro dos Planos Operacionais em andamento;

- Orientar e supervisionar os estagiários em reuniões e em relatórios de andamento do estágio.
 - Antes da divulgação e ampliação do Programa de Estágio, os funcionários e colaboradores devem definir responsáveis diretos sobre a orientação e supervisão dos estagiários para cada demanda e oportunidade identificada, bem como a definição de critérios para avaliação dos estagiários cadastrados.
 - A quantidade de estagiários selecionados e em atividade no Parque deve ser compatibilizada com as estruturas física e organizacional em funcionamento, levando-se em consideração o limite recomendado de um estagiário por responsável (funcionário ou colaborador) e a disponibilidade mínima de uma estação de trabalho e um computador para cada estagiário.
 - Programa de estágio reformulado;
 - Formulários de estágio;
 - Flyers de divulgação do Programa;
 - Termo de convênio com entidades;
 - Relatórios de estágio.
- 3.1.3.5. Ampliar, manter e supervisionar o Programa de Voluntariado do Parque para apoio à implementação do Plano de Manejo e fortalecimento do exercício de cidadania.
- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores do Parque após a identificação e sistematização de voluntariado durante as reuniões de construção dos Planos Operacionais.
 - Esta ação está condicionada ao posicionamento da PROJUR nas reuniões de discussão sobre a viabilidade e procedimentos legais e administrativos.
 - Tendo em vista o Programa de Voluntariado desenvolvido durante o Plano de Manejo Fase I, sob supervisão da ECOPEF, recomendam-se primeiramente os seguintes passos de revisão e aprimoramento:
 - Atualizar o contexto histórico do Parque e a legislação aplicados ao estágio;
 - Discutir e redefinir, se necessário, os objetivos do Programa com base no Plano de Manejo Fase II (novo escopo e estrutura de planejamento);
 - Discutir e definir as áreas de atuação do voluntário, com base nas demandas executivas do Plano de Manejo Fase II e as oportunidades de aprendizado e cidadania;
 - Definir os direitos e responsabilidades do voluntário;
 - Especificar as condições de trabalho do voluntário;
 - Redefinir, se necessário, o formulário de inscrição;
 - Redefinir, se necessário, os documentos obrigatórios para cadastramento e procedimentos de seleção do voluntário (entrevista, referências, etc.).
 - Como procedimentos de implementação e supervisão do Programa, recomendam-se:
 - Disponibilizar o Programa reformulado no website do Parque e da FATMA;
 - Efetuar o cadastro do Parque no Portal Voluntários Online, ferramenta do Instituto Voluntários em Ação;
 - Definir critérios de seleção com base nas demandas executivas do Plano de Manejo Fase II;
 - Selecionar voluntários;
 - Providenciar acomodações físicas, equipamentos e uniforme;
 - Recepcionar e passar orientações, normas e materiais de referência e nivelamento;
 - Definir atribuições específicas dentro dos Planos Operacionais em andamento;
 - Orientar e supervisionar os estagiários em reuniões e relatórios de andamento do voluntário.

- Antes da divulgação e ampliação do Programa de Voluntariado, os funcionários e colaboradores devem definir responsáveis diretos sobre a orientação e supervisão dos voluntários para cada demanda e oportunidade identificada, bem como a definição de critérios para avaliação dos voluntários cadastrados.
- Programa de voluntariado reformulado;
- Formulários de voluntários;
- Flyers de divulgação do Programa;
- Relatórios de voluntariado.

3.1.3.6. Promover o mapeamento sistemático de entidades e iniciativas ou projetos de interesse para a implementação do Plano de Manejo Fase II.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários ou colaboradores do Parque durante todo o processo de implementação do Plano de Manejo Fase II.
- O mapeamento deve ocorrer regularmente como resultado de reuniões, pesquisas na internet, análise documental e do acervo, indicações de funcionários, colaboradores, concessionários, parceiros, comunidade, etc.
- Todas as entidades e iniciativas devem ser sistematizadas em campo específico do Bando de Dados do Parque ou em planilha enquanto o mesmo não estiver estruturado, com o registro do nome da entidade, tipo ou área de atuação, pessoal contatado ou identificado (nome e cargo), meios de contato (e-mail, web page, telefone, fax, endereço) e iniciativas de interesse para o Parque ou para a implementação do Plano de Manejo Fase II.
- Formulário de mapeamento de entidades e iniciativas do BD;
- Relatório de consulta ao BD.

3.1.3.7. Promover o mapeamento sistemático e a participação de representantes do Parque em eventos externos de interesse para a implementação do Plano de Manejo Fase II.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários ou colaboradores do Parque durante todo processo de implementação do Plano de Manejo Fase II.
- O mapeamento deve ocorrer regularmente como resultado de reuniões, pesquisas na internet, análise documento e do acervo, indicações de funcionários, colaboradores, concessionários, parceiros, comunidade, etc.
- Todos os eventos mapeados devem ser divulgados por meio da comunicação interna do Parque para possibilitar a discussão de interesses e sinergias, bem como para definição de representantes para participação.
- Todos os eventos de interesse devem ser sistematizados em agenda exposta ou divulgada aos membros das instâncias de gestão e cooperação do Parque, com diferenciação daqueles de organização periódica, os quais deverão ser sistematizados no formulário de mapeamento de entidades e iniciativas.
- Como resultado da participação nos eventos, recomenda-se estabelecer reuniões para socialização dos assuntos e temas discutidos ou registrados, bem como de contatos efetuados, os quais deverão ser sistematizados no formulário de mapeamento de entidades e iniciativas.
- No caso de apresentação dos representantes do Parque no evento ou participação em alguma atividade específica (oficina, minicurso, etc.) que resulte em certificado, recomenda-se proceder ao registro fotográfico e/ou descritivo e à divulgação dentro das estratégias do Plano Integrado de Comunicação.

- Certificado de participação;
- Registro fotográfico da participação ou do evento.

3.1.3.8. Articular a disponibilização dos resultados do Projeto Filó desenvolvido em parceria pela EMBRAPA, EPAGRI, ECOPEF e Instituto Federal no entorno do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, com vistas a adquirir principalmente dados editáveis (matrizes, planilhas, questionários, etc.) como subsídios de trabalho para execução das ações do Programa de Integração com o Entorno.
- Sugere-se articulação institucional mediada pelos conselheiros representantes das instituições responsáveis pelo Projeto para diminuir esforços burocráticos.
- Os dados disponibilizados deverão garantir e respeitar os direitos autorais e de divulgação estabelecidos de pleno acordo entre as partes.
- As publicações relativas ao Projeto deverão ser arquivadas no acervo do Parque.
 - Dados editáveis do Projeto;
 - Publicação(ões) do Projeto.

3.1.3.9. Articular a disponibilização dos resultados do Projeto “Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda” desenvolvido pela EPAGRI no entorno do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC para adquirir principalmente os limites digitais das propriedades da ZA como ferramenta de trabalho para execução das ações do Programa de Integração com o Entorno.
- Os dados do projeto, que foi desenvolvido de forma integrada à execução do Projeto Filó, são os seguintes:
 - Nome: Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda;
 - Financiamento : CNPq;
 - Prazo: 2 anos (2011/2013);
 - Coordenador: Dr. Ivan Luiz Zilli Bacic (Pesquisador da EPAGRI);
 - Objetivos:
 - Elaborar mapas que auxiliem no ordenamento ambiental das propriedades rurais;
 - Trazer informações que sirvam como ferramenta de apoio aos agricultores e extensionistas.
 - Resultados:
 - 146 propriedades mapeadas;
 - Entrega dos mapas de uso da terra e mapas de APPs para os 146 agricultores;
 - Mapeamento do solo e entrega das análises das amostras.
- Sugere-se articulação institucional mediada pelo conselheiro representante da instituição para diminuir esforços burocráticos.
- Os dados disponibilizados deverão garantir e respeitar os direitos autorais e de divulgação estabelecidos de pleno acordo entre as partes.
- Os dados disponibilizados deverão servir como base para identificação das propriedades do entorno da Unidade e seu potencial de integração, conforme o Programa de Manejo de Integração com o Entorno.
- As publicações relativas ao Projeto deverão ser arquivadas no acervo do Parque.
 - Shapefile dos limites das propriedades da ZA;

- Publicação(ões) do Projeto (se existir).

3.1.3.10. Acompanhar a elaboração e implementação do Plano Diretor Rural Sustentável de Concórdia.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, entre os quais deverá se determinar um responsável pelo acompanhamento.
- Esta ação tem a finalidade de identificar as estratégias do município de Concórdia para a zona rural definidas no Plano Diretor, assim como a avaliação da compatibilidade do mesmo com as normas da ZA e projetos de desenvolvimento do Parque e ZA.
- Para o correto acompanhamento da elaboração e consolidação do Plano Diretor, recomenda-se a identificação de atores chaves do processo, os quais deverão ser sistematizados no formulário de mapeamento de entidades e iniciativas, e o estabelecimento direto de canais de comunicação sistemáticos.
- A publicação deverá ser arquivada no acervo do Parque.
- Plano Diretor Rural Sustentável de Concórdia.

3.1.3.11. Acompanhar e integrar a execução da Fase 2 do Projeto Águas do Oeste Catarinense.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, entre os quais deverá ser determinado um responsável interno pelo acompanhamento, visando aumentar o grau de inserção e integração do Parque no Projeto.
- Recomenda-se avaliar a articulação do uso do Parque como espaço para capacitação e eventos diversos conforme resultados do Estudo de Viabilidade Econômica Financeira pertinente, considerado na AEI Centro de Visitantes.
- Sugere-se articular ainda junto ao Convention & Visitor Bureau a inserção de visitas ao Parque nas ações de capacitação de trabalhadores para o turismo, previstas na segunda etapa do Projeto para que os profissionais do turismo da região conheçam e possam informar corretamente aos turistas sobre o Parque, seus objetivos e atrativos turísticos.
- Deverá ser articulada ainda a participação de membros das instâncias de gestão, conselheiros, nos cursos de capacitação promovidos pelo Projeto.
- As publicações relativas ao Projeto deverão ser arquivadas no acervo do Parque.
 - Agenda dos cursos de capacitação;
 - Agenda das visitas guiadas ao Parque;
 - Registros fotográficos.

3.1.3.12. Acompanhar as discussões e ações do planejamento e implementação do asfaltamento da estrada de acesso ao Parque e/ou comunidade de Sede Brum.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, entre os quais deverá ser escolhido um responsável interno pelo acompanhamento.
- Sugere-se uma articulação institucional mediada pelos conselheiros representantes da AVIPE e Prefeitura Municipal de Concórdia.
- Entre outros aspectos, esta ação objetiva:

- Contribuir com a elaboração do projeto de asfaltamento, no que diz respeito às demandas de sinalização, controle de velocidade, passadores de fauna e manejo de águas pluviais;
- Acompanhar o processo de estudo e avaliação de impactos ambientais e sociais da implantação e operação do projeto, com ênfase nas possíveis alterações no padrão de ocupação e uso das terras da Zona de Amortecimento;
- Acompanhar e anuir sobre o licenciamento e aprovação do projeto de asfaltamento, exigindo o cumprimento das normas da Zona de Amortecimento e demais aspectos da legislação pertinente, inclusive no que diz respeito a medidas de mitigação e compensação de impactos ambientais e sociais.
 - o Clipping de ferramentas de divulgação do Projeto;
 - o Relatório fotográfico das reuniões e eventos de acompanhamento;
 - o Licenças de viabilidade e implantação do Projeto.

3.1.3.13. Acompanhar as discussões e ações do planejamento e implementação do Roteiro Turístico Integrado Itá-Seara-Concórdia.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, entre os quais será determinado um responsável interno pelo acompanhamento.
- Sugere-se uma articulação institucional mediada pelos conselheiros representantes do Museu Fritz Plaumann (Prefeitura de Seara) e da Prefeitura Municipal de Concórdia para diminuir esforços burocráticos.
- Esta ação objetiva promover maior integração interinstitucional no desenvolvimento dos roteiros de turismo educativo, no âmbito do Roteiro Turístico Integrado Itá-Seara-Concórdia, envolvendo as entidades que terão participação direta na divulgação, comercialização e operação dos roteiros.
- Conforme resultados do Programa de Integração com o entorno, recomenda-se também promover a divulgação e comercialização do roteiro educativo e do entorno do Parque em todas as agências e operadoras de turismo da região da AMAUC.
- Uma ação em andamento a ser acompanhada pelo Roteiro diz respeito à implantação de estruturas ligadas ao turismo náutico da região, incluindo o Parque como destino, observando-se as orientações da Área Estratégica do Complexo Náutico.
 - o Clipping de ferramentas de divulgação do Roteiro;
 - o Relatório fotográfico das reuniões e eventos de acompanhamento.

3.1.3.14. Acompanhar as discussões e ações do Projeto de Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto do município de Concórdia e sensibilizar atores estratégicos para dar celeridade ao processo.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, entre os quais será determinado um responsável pelo acompanhamento.
- Esta ação tem como finalidade a melhoria gradativa da qualidade da água na foz do rio dos Queimados.
- O mapeamento de atores a serem sensibilizados e o acompanhamento das ações devem ser viabilizados com o apoio do Conselho Consultivo do Parque.
- Entre os atores estratégicos para acompanhamento e sensibilização, recomenda-se:
 - Prefeito e Secretários de Obras e de Meio Ambiente de Concórdia;
 - Presidente da CASAN por intermédio do Presidente da FATMA e representantes do Governo do Estado de Santa Catarina;

- Comitê da Bacia do Rio Jacutinga.
- Entre as estratégias de sensibilização, recomenda-se:
 - Apresentação fechada ou divulgação dos dados de monitoramento da qualidade de água;
 - Divulgação dos atributos de significância do Parque, com destaque àqueles ameaçados pela poluição do rio dos Queimados;
 - Promoção de concursos fotográficos sobre a poluição do rio dos Queimados;
 - Ferramenta de divulgação de registros fotográficos da poluição do rio dos Queimados;
 - Abaixo-assinado dos visitantes, parceiros e comunidades do entorno do Parque.
- Flyers de divulgação;
- Clipping de notícias sobre o Projeto e as ações de sensibilização;
- Relatório fotográfico das reuniões e eventos de acompanhamento.

3.1.3.15. Promover campanha pública para coleta do lixo da foz do rio dos Queimados.

- Esta ação tem caráter pontual, porém, em função dos seus resultados e da necessidade futura, poderá ser considerada como uma ação com caráter sistemático.
- Para o desenvolvimento da ação, deverão ser mapeados e identificados os atores, públicos e/ou privados, interessados.
- Recomenda-se articular com a Prefeitura de Concórdia a disponibilização de caminhões ou veículos de grande porte para transporte do lixo recolhido até o aterro sanitário.
- Avaliar possibilidade e sinergia para realização de um evento de sensibilização da sociedade na sede urbana do município com tratamento de triagem, pesagem e interpretação do lixo recolhido na foz do rio dos Queimados.
- Avaliar realização desta atividade como atividade complementar do aniversário do Parque.
- Registro fotográfico da campanha de coleta de lixo na foz dos Queimados e do evento de sensibilização.

3.1.3.16. Articular, estabelecer e formalizar um protocolo de comunicação com o Posto Avançado de Controle Ambiental da FATMA em Concórdia (PACAM/FATMA) para apoio na fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores do Parque.
- Recomenda-se que o amadurecimento do protocolo de comunicação represente uma resposta emergencial para os resultados das transgressões ambientais praticadas no Parque e ZA.
- Entre as questões a serem discutidas e definidas no âmbito do protocolo, recomenda-se:
 - Procedimento para formalização de denúncias;
 - Procedimentos para troca de informações e avaliação periódica dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e de ações de fiscalização.
- Protocolo de comunicação.

3.1.3.17. Articular, estabelecer e formalizar um protocolo de comunicação com o 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental (Concórdia e região) para fiscalização do Parque e da Zona de Amortecimento.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores do Parque, articulando com os representantes do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental no Conselho Consultivo.
- Recomenda-se que o amadurecimento do protocolo de comunicação represente uma resposta emergencial para os resultados das transgressões ambientais praticadas e monitoradas e, ao mesmo tempo, um gatilho para a formalização de um convênio ou instrumento de cooperação mais amplo para fiscalização do Parque e ZA.
- Entre as questões a serem discutidas e definidas no âmbito do protocolo, recomenda-se:
 - Procedimento para formalização de denúncias;
 - Procedimentos para troca de informações e avaliação periódica dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e de ações de fiscalização;
 - Canais de comunicação aberta e fechada para os diferentes procedimentos estabelecidos, considerando as limitações e expectativas de melhoria do sistema do Parque;
 - Possibilidade de contato por meio de triangulação via rádio para denúncias urgentes enquanto o telefone não estiver instalado;
 - Procedimentos para divulgação conjunta dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e de ações de fiscalização em diferentes ferramentas da mídia.
- Protocolo de comunicação.

3.1.3.18. Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com o 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental (Concórdia e região) para fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser impulsionada e promovida pelo chefe da Unidade Gestora, lotado em Florianópolis, até a nomeação e posse dos novos funcionários no Parque, articulando com os representantes do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental Consultivo e, se necessário, com o comando hierarquicamente responsável no Estado.
- A ação deve ser operacionalizada durante ou após a discussão e formalização do protocolo de comunicação, cujo escopo deve ser incluído no convênio ou em instrumento equivalente.
- Entre as questões complementares ao protocolo a serem discutidas e definidas no âmbito do convênio ou instrumento de cooperação, recomenda-se:
 - Definições dos procedimentos e termos técnicos adotados;
 - Objeto do convênio ou instrumento de cooperação;
 - Responsabilidades institucionais;
 - Prepostos e/ou responsáveis institucionais;
 - Prazo do instrumento;
 - Possibilidades e condições de novação e cessão.
- Convênio ou instrumento de cooperação.

3.1.3.19. Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com o Horto do Consórcio Itá para apoio nos Subprogramas de Pesquisa, Manejo de Recursos e Integração com o Entorno.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser impulsionada e promovida pelo chefe da Unidade Gestora, lotado em Florianópolis, até a nomeação e posse dos novos funcionários no Parque, articulando com os representantes da entidade no Conselho Consultivo.
- Entre as demandas dos Subprogramas de Pesquisa e Manejo de Recursos e Integração com o Entorno a serem apoiadas pela instrumentalização do convênio estão:
 - Fornecimento programado de mudas para os projetos de recuperação do Parque e entorno;
 - Fornecimento programado de mudas para os projetos de manejo florestal sustentável no entorno;
 - Definição de espécies de interesse para conservação a serem incorporadas na lista de produção do Horto;
 - Identificação de matrizes no Parque e entorno;
 - Procedimentos para autorização e coleta de sementes de matrizes no Parque e entorno;
 - Procedimentos para apoio a pesquisas sobre sucesso e taxas de germinação e crescimento de espécies de interesse para conservação, entre outros temas.
- Entre as questões a serem discutidas e definidas no âmbito do convênio ou instrumento de cooperação, recomenda-se:
 - Definições dos procedimentos e termos técnicos adotados;
 - Objeto do convênio ou instrumento de cooperação;
 - Responsabilidades institucionais;
 - Prepostos e/ou responsáveis institucionais;
 - Prazo do instrumento;
 - Possibilidades e condições de novação e cessão.
- Convênio ou instrumento de cooperação.

3.1.3.20. Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com o Museu Entomológico Fritz Plaumann para integração turística e científica.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser impulsionada e promovida pelo chefe da Unidade Gestora, lotado em Florianópolis, até a nomeação e posse dos novos funcionários no Parque, articulando com os representantes da entidade no Conselho Consultivo.
- Entre as demandas de integração turística e científica a serem viabilizadas pela instrumentalização do convênio, estão:
 - Procedimentos de integração e divulgação turística;
 - Procedimentos para apoio a pesquisas sobre a coleção entomológica do Museu e conhecimento a entomofauna de ocorrência no Parque;
 - Demandas estratégicas e apoiadores para projeto de implantação do borboletário no Museu e no Parque e com acesso pleno para cadeirantes e pessoas deficientes.
- Entre as questões a serem discutidas e definidas no âmbito do convênio ou instrumento de cooperação, recomenda-se:
 - Definições dos procedimentos e termos técnicos adotados;
 - Objeto do convênio ou instrumento de cooperação;
 - Responsabilidades institucionais;

- Prepostos e/ou responsáveis institucionais;
 - Prazo do instrumento;
 - Possibilidades e condições de novação e cessão.
 - Convênio ou instrumento de cooperação.
- 3.1.3.21. Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com a Prefeitura Municipal de Concórdia para abertura, fechamento e manutenção de estradas estratégicas para o Parque.
- Esta ação tem caráter pontual e deve ser impulsionada e promovida pelo chefe da Unidade Gestora, lotado em Florianópolis, até a nomeação e posse dos novos funcionários no Parque, articulando com os representantes da entidade no Conselho Consultivo.
 - Entre as demandas de abertura, fechamento e manutenção de estradas estratégicas para o Parque a serem viabilizadas pela instrumentalização do convênio estão:
 - Definição de procedimentos de comunicação e agenda programada de manutenções das principais vias de acesso ao Parque;
 - Articulação da abertura da estrada de ligação entre as comunidades de Sede Brum, Linha Santa Catarina e Linha Laudelino, como alternativa de acesso para os moradores que utilizam a estrada que corta a ponta norte do Parque;
 - Articulação do fechamento da estrada que corta a ponta norte do Parque.
 - Entre as questões a serem discutidas e definidas no âmbito do convênio ou instrumento de cooperação, recomenda-se:
 - Definições dos procedimentos e termos técnicos adotados;
 - Objeto do convênio ou instrumento de cooperação;
 - Responsabilidades institucionais;
 - Prepostos e/ou responsáveis institucionais;
 - Prazo do instrumento;
 - Possibilidades e condições de novação e cessão.
 - Convênio ou instrumento de cooperação.
- 3.1.3.22. Fortalecer intercâmbios ou troca de experiências e informações com Unidades de Conservação e Reservas Indígenas colocalizadas.
- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser realizada e impulsionada de forma conjunta pelo chefe da UC, funcionários e colaboradores.
 - Entre os objetivos desta ação, recomenda-se:
 - Promover visitas técnicas
 - Trocar informações ligadas aos diagnósticos e monitoramentos de fauna, principalmente nas de distribuição regional (mamíferos e aves);
 - Estabelecer linhas ou programas de pesquisa integrada ou comparativa entre o patrimônio natural das áreas protegidas;
 - Atualizar e difundir o estado da arte sobre a representatividade da fauna regional nas UCs de forma integrada e participativa;
 - Discutir estratégias de conectividade estrutural e funcional das UCs e concepção de projetos para ampliar a permeabilidade da paisagem do território;
 - Viabilizar a troca de informações sobre transgressões ambientais e estratégias de mitigação, com difusão das informações aos órgãos de fiscalização ambiental de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.
 - Para a efetiva realização da ação, esta deverá ser precedida de um levantamento prévio sobre as áreas protegidas colocalizadas, usando como base o mapa apresentado

no Volume I (2.2. Áreas protegidas e potenciais de conectividade regional), centrado na identificação da existência de monitoramentos, periodicidade, metodologia adotada, banco de dados e/ou formato de registro e armazenamento dos dados. dentre outras informações consideradas relevantes.

- Recomenda-se determinar e definir de forma conjunta estratégias de comunicação periódicas com os responsáveis das áreas protegidas colocalizadas assim como a forma de troca de informações.
- Sugere-se como desdobramento a concepção e formalização de um convênio ou instrumento de cooperação equivalente para definição de deveres, obrigações e responsabilidades de cada uma das unidades consideradas, assim como os mecanismos regulamentadores para garantir os direitos autorais, se necessário.
- Os resultados das ações e dados dos contatos deverão alimentar o banco de dados integrado do Parque, que poderá subsidiar ações de manejo, monitoramento e pesquisas.
- Avaliar a possibilidade de publicar os resultados técnicos em revista especializada.
 - Relatórios de consulta ao BD;
 - Relatório fotográfico de visitas técnicas;
 - Publicações resultantes do intercâmbio.

3.1.3.23. Estabelecer e implementar estratégias de relacionamento e fidelização de parceiros, financiadores e colaboradores do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores do Parque, com vistas a manter os principais parceiros, financiadores e colaboradores do Parque informados acerca dos resultados anualmente alcançados, bem como vinculados e interessados com os propósitos da UC.
- Entre as estratégias de relacionamento e fidelização, recomendam-se duas linhas de atuação:
 - Informativa: envolve a elaboração e o encaminhamento de relatórios anuais, resumos executivos, releases, entre outras ferramentas definidas pelo Plano Integrado de Comunicação para veicular os principais resultados alcançados anualmente pelo Parque, sendo, sempre que possível, customizada e direcionada em função do apoio/participação dos parceiros, financiadores e colaboradores do Parque;
 - Vinculadora: engloba o envio de *souvenirs* e outros aplicativos personalizados com a marca do Parque para fortalecer a identidade com os parceiros, financiadores e colaboradores do Parque, incluindo agendas, calendários, canetas, etc.
- Deve-se avaliar também a inclusão futura de uma linha investigadora, com envio de questionários eletrônicos ou outros instrumentos para checar a satisfação e obter um feedback acerca da participação em projetos ou do apoio dos parceiros, financiadores e colaboradores do Parque.
- A periodicidade das estratégias deve estar condicionada ao prazo de projetos apoiados pelos parceiros, financiadores e colaboradores do Parque ou seguir a avaliação e sistematização de resultados e impactos anuais das ações do Parque.
 - Registro das estratégias de relacionamento e fidelização definidas (procedimentos);
 - Balanço das ferramentas informativas e aplicativos da marca endereçados aos parceiros, financiadores e colaboradores do Parque.

3.2. Programa de Conhecimento

O presente Programa engloba ações gerenciais gerais organizadas em dois Subprogramas: Pesquisa e Gestão do Conhecimento.

No contexto histórico e atual da Floresta Estacional Decidual, a significância atualmente reconhecida do patrimônio natural do Parque contrasta ainda com lacunas específicas de conhecimento técnico e científico e com a constante pressão a que está submetida a UC. Tendo em vista o reduzido tamanho do Parque e o histórico de ocupação e antropização da formação florestal que objetiva conservar, assumem alta prioridade as demandas de pesquisa e monitoramento para a adequada gestão desta Unidade de Conservação.

Neste sentido, este Programa apresenta-se estruturado para propiciar condições adequadas à gestão da pesquisa e dos monitoramentos temáticos demandados pelos diferentes subprogramas de manejo, incluindo o planejamento, a avaliação, a difusão e a aplicação dos conhecimentos gerados nos diferentes níveis operacionais da UC.

A principal modificação em relação à organização deste Programa no Plano de Manejo Fase I, como resultado direto da análise da efetividade, é a substituição do Subprograma de Monitoramento pelo Subprograma Gestão do Conhecimento, em que se enfatiza a importância do controle e gerenciamento do conhecimento produzido no Parque, pelos distintos subprogramas de manejo.

Partindo do princípio de que as demandas de monitoramento são compartilhadas por praticamente todos os subprogramas, na condição de diretrizes básicas para acompanhar e avaliar sua evolução e o alcance de seus resultados, essa modificação está pautada na centralização dos processos de estruturação, alimentação e análise do banco de dados do Parque, seguindo pressupostos metodológicos básicos, ao passo que a coleta de dados temáticos fica atribuída e distribuída aos demais subprogramas específicos. É importante observar que essa alteração deve vir acompanhada da reorganização nas atribuições operacionais dos subprogramas, com fortalecimento nas interações entre as ações correlatas à gestão do conhecimento no Parque.

a) Diretrizes:

- Fomento ativo à realização de pesquisas prioritárias para o manejo da UC.
- Disponibilização e integração dos resultados das pesquisas e sua aplicação efetiva nas decisões e demandas de manejo do Parque.
- Aprimoramento dos processos temáticos de monitoramento do Parque e seu entorno, como subsídio estratégico às decisões e demandas dos programas de manejo.

3.2.1. Subprograma de Gestão do Conhecimento

O Subprograma de Gestão do Conhecimento visa armazenar e avaliar os resultados dos monitoramentos temáticos inerentes aos demais Subprogramas de Manejo, face às modificações impostas pelo meio, causadas por agentes externos e internos. Também engloba ações para o gerenciamento das informações de caráter público e restrito que constituem o acervo físico e digital do Parque, utilizando procedimentos padronizados para o seu controle, segurança e socialização. Assume, portanto, papel chave de integração com os demais Subprogramas, centralizando a discussão de metodologias de monitoramento temático, sua compatibilização com a estrutura do banco de dados, a alimentação das informações resultantes e os procedimentos de consulta e avaliação do histórico de dados para subsidiar não só os procedimentos de coleta, sob responsabilidade de cada Subprograma, como também a tomada de decisão sobre ações de manejo e gestão do Parque.

Avaliando-se o Subprograma de Monitoramento do Plano de Manejo Fase I (agora renomeado), sua efetividade foi considerada média (56%), sendo relevante mencionar que foi estabelecida apenas uma ação de caráter genérico, extensiva a todas as demandas temáticas de monitoramento, desdobrada em duas propostas de projeto executivo (processos erosivos e qualidade de água).

O encadeamento das ações do Subprograma de Gestão do Conhecimento pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.2.1-I**.

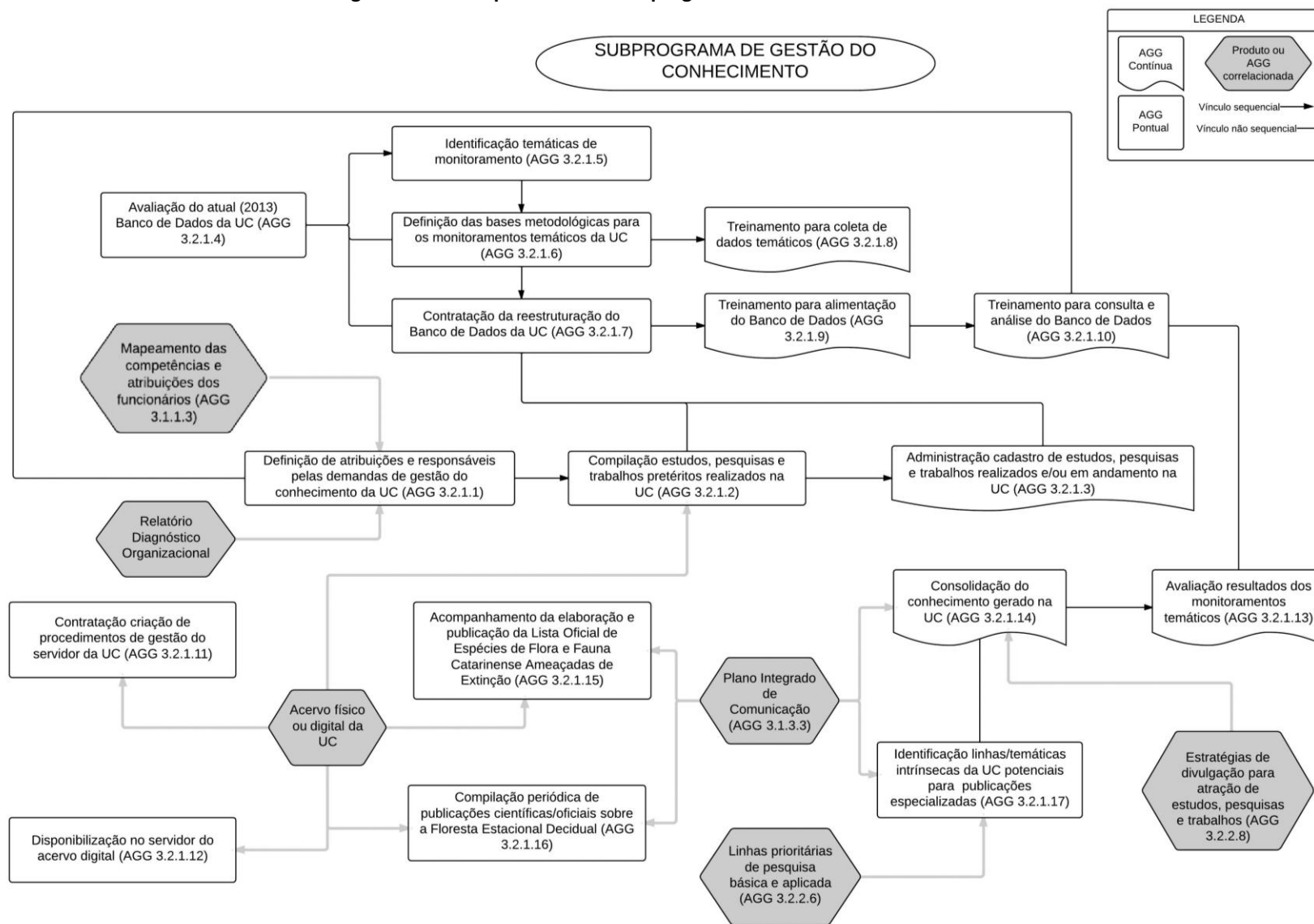
a) Resultados esperados:

- Acervo de estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas atualizado, organizado e disponível para consulta;
- Temáticas de monitoramento discutidas e atualizadas em função das demandas dos Subprogramas de Manejo e da avaliação do banco de dados atual;
- Metodologias de monitoramento discutidas e definidas para cada demanda temática dos Subprogramas de Manejo;
- Banco de dados reestruturado e aprimorado;
- Procedimentos e atribuições de gestão do banco de dados discutidos, simulados e definidos;
- Responsáveis pela coleta de dados, alimentação e consulta ao banco de dados nivelados e capacitados;
- Servidor de informações restritas e públicas do Parque organizado e operante;
- Resultados dos monitoramentos avaliados periodicamente, subsidiando a tomada de decisões e ações de manejo dos demais Subprogramas;
- Status de ameaça da biodiversidade do Parque atualizado e divulgado;
- Status do conhecimento anual gerado no Parque consolidado, avaliado e compartilhado pelas instâncias de gestão e cooperação do Parque;
- Status de ameaça da biodiversidade do Parque atualizado e divulgado;
- Linhas potenciais para publicação do conhecimento gerado no Parque identificadas, divulgadas e acessadas.

b) Indicadores de desempenho:

- Disponibilização (impressa ou digital) de 100% dos estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas pretéritas realizadas no Parque até o final do primeiro ano de implementação do Plano;
- Metodologias para monitoramentos temáticos definidas e estabelecidas até o final do primeiro ano de implementação do Plano;
- Banco de dados reestruturado, procedimentos e atribuições operacionais definidas e responsáveis capacitados até o final do segundo ano de implementação do Plano;
- Servidor organizado e operante no máximo 6 meses após a implantação da célula de conhecimento;
- Ações de manejo e gestão delineadas com base na avaliação periódica dos resultados dos monitoramentos temáticos desenvolvidos no Parque de forma anual a partir do terceiro ano de implementação do Plano;
- Divulgação anual do resumo executivo com os principais resultados das temáticas de monitoramento para as instâncias de gestão e cooperação do Parque;
- Publicação anual do livro vermelho da flora e fauna ocorrente no Parque;
- Linhas e temáticas potenciais para publicação levantadas e analisadas pelos funcionários e colaboradores a partir do terceiro ano de implementação do Plano.

Figura 3.2.1-I: Mapa mental do Subprograma de Gestão do Conhecimento



c) Ações Gerenciais Gerais:

3.2.1.1. Discutir e definir atribuições e responsáveis pelas demandas de gestão do conhecimento do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida conjuntamente pelo chefe, funcionários e colaboradores do Parque, sendo o desenvolvimento das atribuições de caráter sistemático.
- Recomenda-se definir atribuições e designar responsáveis pela alimentação dos resultados dos monitoramentos temáticos no banco de dados, consultas e avaliações periódicas e interação com os demais funcionários e colaboradores para o delineamento de ações de gestão e manejo em função de avaliações do histórico de dados temáticos.
- Recomenda-se também definir atribuições e designar responsáveis pela implementação e coordenação das atividades de estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas, tais como atualização do cadastro de projetos e pesquisas, participação, em conjunto com a chefia, na avaliação e encaminhamento de autorizações e pareceres, acompanhamento das pesquisas e coletas, cobrança de relatórios, solicitação dos resultados, sistematização de informações no acervo, organização de eventos voltados para a comunidade científica e levantamento de dados para o monitoramento ambiental.
- Matriz de atribuições e responsáveis da gestão do conhecimento.

3.2.1.2. Compilar, com os pesquisadores, instituições de ensino e outras instâncias, os estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas pretéritas realizadas no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual, seguindo as responsabilidades definidas na ação anterior, e visa compilar o conhecimento gerado no Parque pelas pesquisas e trabalhos desenvolvidos desde a sua criação.
- Recomenda-se a realização de um levantamento prévio das pesquisas e estudos realizados no Parque desde a sua criação, no intuito de identificar as monografias e/ou publicações derivadas para sua solicitação e posterior complementação do acervo, consultando, para tanto, o Relatório de Mapeamento de Atores elaborado durante a revisão do Plano de Manejo.
- Deve-se solicitar diretamente aos pesquisadores ou instituições responsáveis cópias (impressas ou digitais) das pesquisas, teses, dissertações, monografias e outras publicações geradas pelas pesquisas realizadas no Parque desde o ano 2004 e que atualmente não estejam disponíveis no acervo da Unidade.
- Os estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas deverão complementar o acervo do Parque e estar disponibilizados na sede do mesmo para sua consulta.
- O acervo deverá ser considerado na reestruturação do banco de dados, no intuito de integrá-lo para facilitar e objetivar sua alimentação, consulta, geração de relatórios e apoio como subsídios na tomada de decisões no Parque.
- Cópias impressas e/ou digitais de todos os trabalhos técnico-científicos e pesquisas desenvolvidas no mesmo desde a sua criação.
- Acervo da Unidade completo e disponível para consulta.

3.2.1.3. Administrar o cadastro de todos os estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas realizados e/ou em andamento no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e objetiva complementar, atualizar e manter o cadastro de pesquisadores e instituições atuantes na UC.

- O cadastro deve incluir temática do estudo, título da pesquisa, data de início e previsão de término, tipo de trabalho, nome do pesquisador responsável e orientador, a instituição de origem (universidade, centro e departamento) e as formas de contatos (telefone, endereço para correspondência postal e endereço eletrônico).
- O registro deverá contemplar todas as pesquisas e trabalhos técnico-científicos já realizados no Parque desde a sua criação.
- O cadastro deverá ser considerado na reestruturação do banco de dados, no intuito de integrá-lo para facilitar e objetivar sua alimentação, consulta, geração de relatórios e apoio como subsídio na tomada de decisões no Parque.
- Cadastro de pesquisas completo, atualizado e integrado ao banco de dados do Parque.

3.2.1.4. Avaliar a funcionalidade e praticidade das temáticas de monitoramento e do modus operandi do atual (2013) banco de dados do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e visa identificar as principais falhas e potenciais melhorias do banco de dados implantado na UC, bem como nas temáticas de monitoramento em operação, com base nas informações e experiências acumuladas desde a criação e operação do Parque, e também nas recomendações expressas nos diagnósticos da revisão do Plano de Manejo.
- A avaliação da aplicação do banco de dados operante deverá ser feita tanto no conteúdo quanto na estrutura do mesmo.
- Como resultados da avaliação, deverão ser identificados quais dados permitem cruzamento entre si e geração de relatórios adequados às consultas, bem como quais temáticas estão sendo efetivamente monitoradas, de forma prática e objetiva, gerando ações de gestão e manejo dos recursos naturais e bens patrimoniais do Parque.
- Estes resultados devem subsidiar tanto o estabelecimento e identificação de temáticas e metodologias específicas para os monitoramentos, quanto a tomada de decisões para a reestruturação da aplicação (banco de dados), conforme as ações subsequentes.
- Banco de dados operante (2013) avaliado quanto ao conteúdo e estrutura;
- Necessidades para reestruturação do banco de dados (alimentação, consulta, demandas de gestão e cruzamento dos dados) identificadas.

3.2.1.5. Identificar e discutir as temáticas de monitoramento em função das demandas dos Subprogramas de Manejo deste Plano.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser realizada de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores da UC.
- Recomenda-se a realização desta ação depois de finalizada a avaliação da estrutura e conteúdo do atual banco de dados do Parque, no intuito de integrar e considerar as informações, demandas e necessidades identificadas.
- As principais temáticas ou demandas de monitoramento compiladas dos Subprogramas de Manejo, com seus respectivos procedimentos, estão sistematizadas na **Tabela 3.2.1.5-I**.
- Uma vez compiladas, as temáticas de monitoramento deverão ser discutidas e detalhadas de forma conjunta em evento específico entre funcionários e colaboradores do Parque, com base nos resultados e ações dos Subprogramas de Manejo.
- O detalhamento deve incluir objetivamente quais demandas são prioritárias, quais são factíveis de implementação pela equipe de funcionários e colaboradores, e quais

informações são requeridas em cada temática, incluindo seus desdobramentos para ações de manejo e gestão.

- Temáticas ou demandas de monitoramento identificadas e consolidadas.

Tabela 3.2.1.5-I: Temáticas ou demandas de monitoramento dos Subprogramas de Manejo

SUBPROGRAMA	TEMÁTICA OU DEMANDA DE MONITORAMENTO	PROCEDIMENTO
Relações Públicas e Institucionais	Entidades e iniciativas ou projetos de interesse	Mapeamento
Pesquisa	Acervo de autorizações, projetos, pesquisas e trabalhos	Protocolo
	Rede de atores de interesse	Mapeamento
Proteção	Transgressões ambientais	Protocolo
	Danos ambientais das pesquisas	Protocolo
	Fiscalização	Estratégia conjunta
Manejo	Controle e manejo de espécies exóticas invasoras	Protocolo
	Qualidade da água	Protocolo
	Restauração e recuperação de áreas degradadas	Protocolo
	Manejo de trilhas	Protocolo
Recreação	Uso público	Protocolo
Educação Ambiental	Conhecimento do Parque através do público escolar	Projeto
	Escolas, diretores, coordenadores educacionais e professores	Mapeamento
Eventos	Organização e promoção de eventos	Protocolo
Desenvolvimento Territorial Integrado	Dados das propriedades do entorno	Cadastro
	Cercamento e restauração florestal de APPs	Projeto
	Iniciativas particulares de conservação ambiental	Projeto
	Desenvolvimento integrado da erva-mate	Projeto
	Desenvolvimento integrado da silvicultura	Projeto
	Desenvolvimento integrado da bovinocultura de leite	Projeto
	Roteirização de atrativos turísticos do entorno	Projeto
	Certificação de produtos e serviços amigáveis	Programa
	Invasão de animais domésticos	Cadastro
	Ataques da fauna nativa	Cadastro
Envolvimento comunitário	Percepção da sociedade sobre o Parque	Questionário

3.2.1.6. Definir e discutir as bases metodológicas para os monitoramentos temáticos do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser desenvolvida de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores da UC por meio da identificação e discussão das temáticas de monitoramento compiladas dos Subprogramas de Manejo.
- Considerando monitoramento como o acompanhamento sistemático e registro regular específico para uma temática em particular, deverão ser estabelecidas as metodologias apropriadas para as diferentes temáticas com base nos resultados da ação anterior.
- Os métodos adotados deverão garantir que os dados sejam comparáveis e que permitam cruzamento intra e intertemáticas, mantendo o rigor técnico e/ou científico necessário para sua análise e publicação, para o qual estes deverão seguir referências metodológicas estabelecidas e reconhecidas para cada temática. Caso não seja possível, deverá ser definida e padronizada a metodologia a ser adotada em cada situação, no intuito de manter um padrão e permitir a avaliação da mesma assim como a análise histórica dos dados.

- As metodologias deverão ser planejadas para definir pelo menos os indicadores/parâmetros a serem avaliados, meios a utilizar, locais de amostragem ou de coleta, frequência da obtenção de dados, metodologia de análise, equipamentos necessários, forma de avaliação dos resultados obtidos, processamento e armazenamento de informações e forma de divulgação dos resultados.
- Deverá ser determinado o escopo básico de necessidades e demandas das metodologias propostas e/ou adotadas a serem consideradas na reestruturação do banco de dados, no intuito de integrá-las para facilitar e objetivar sua alimentação, consulta, geração de relatórios e apoio como subsídios na tomada de decisões no Parque.
- Recomenda-se promover consultas externas a atores com expertise na área para identificar as metodologias mais apropriadas a cada temática, assim como uma série de debates internos no intuito de padronizar as metodologias, nivelar os responsáveis pela análise dos resultados e pela coleta de dados e aumentar sua efetividade em termos de consultas e cruzamentos.
- Todos os funcionários e colaboradores deverão ter conhecimento das especificações metodológicas adotadas, garantindo sua correta implantação.
 - Metodologias específicas dos monitoramentos temáticos definidas e estabelecidas;
 - Funcionários e colaboradores nivelados sobre os fundamentos metodológicos específicos.

3.2.1.7. Elaborar especificação técnica e contratar a reestruturação do banco de dados multitemático e integrado do Parque.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque depois da consolidação do escopo básico de necessidades e demandas. Eles deverão avaliar a contratação em conjunto com o serviço de criação e procedimentos de gestão do servidor público e restrito da UC.
- Entre os aspectos a serem considerados na contratação do profissional ou empresa, recomenda-se um período de teste do banco de dados para definir, corrigir e modificá-lo, caso seja necessário, em função das demandas operacionais de alimentação, consulta e funcionamento.
- A reestruturação do banco de dados deverá considerar também a utilização de todas as informações disponíveis no histórico de dados da versão usada atualmente, no que diz respeito às temáticas semelhantes, quando possível.
- Um período de nivelamento e capacitação dos funcionários e colaboradores do Parque também deve ser previsto, sobretudo aqueles com atribuições específicas para tanto, para sua correta alimentação assim como para a efetividade na consulta de dados e geração de relatórios. Como resultado desta capacitação, um manual (físico ou digital) para a capacitação dos futuros funcionários e colaboradores do Parque deverá ser disponibilizado pelo profissional responsável.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa e/ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma do serviço e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e

método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.

- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Banco de dados reestruturado e implantado;
- Manual (impresso ou digital) do banco de dados disponível na sede do Parque para consulta e a capacitação de futuros funcionários e colaboradores;
- Funcionários e colaboradores capacitados para o correto manuseio (alimentação, consulta, geração de relatórios, etc.) do banco de dados.

3.2.1.8. Realizar treinamento complementar para coleta de dados temáticos aos funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e visa aumentar os registros da Unidade, já que eles poderão ser realizados por inúmeras pessoas relacionadas à UC, mas sem perder o rigor científico e/ou comparativo necessário para sua validação.
- O treinamento deverá ser feito em função das bases metodológicas estabelecidas para cada temática.
- O treinamento deve se concentrar na homogeneização e esclarecimento de conceitos adotados em cada caso, no enfoque de análise que pretende cada temática, em referenciais teóricos consolidados, além do próprio conhecimento do Parque.
- Registro fotográfico do treinamento;
- Formulário de coleta de dados preenchidos;
- Pessoal permanente (funcionários e colaboradores) e temporário (estagiários, voluntários, pesquisadores, etc.), nivelados e treinados para coleta de dados temáticos.

3.2.1.9. Realizar treinamento complementar dos funcionários e colaboradores do Parque para alimentação do banco de dados.

- Esta ação tem caráter contínuo e visa nivelar e capacitar os responsáveis pela alimentação do banco de dados do Parque na tarefa de padronizar e garantir a padronização das informações inseridas.
- Esta ação se faz necessária uma vez que os responsáveis pela coleta de dados podem ser diferentes dos responsáveis pela alimentação do banco de dados.
- A capacitação deverá ser feita em função dos formulários de alimentação definidos para cada metodologia temática específica.
- Assim, para cada temática/metodologia adotada, os procedimentos básicos de alimentação, conhecidos como formulários de alimentação, deverão ser determinados.
- Formulários de alimentação do banco de dados estabelecidos;
- Pessoal permanente (funcionários e colaboradores), nivelados e capacitados para alimentação do banco de dados.

3.2.1.10. Realizar treinamento complementar dos funcionários, colaboradores, pesquisadores, estagiários e voluntários do Parque para consulta e análise do banco de dados.

- Esta ação tem caráter contínuo e visa nivelar e capacitar os responsáveis pela consulta do banco de dados do Parque a aproveitar ao máximo as informações contidas nessa ferramenta com base em consultas e análises eficientes e direcionadas.
- A capacitação deverá ser feita com base em perguntas norteadoras, definidas pelos Subprogramas de Manejo e seus respectivos responsáveis, bem como pelos relatórios de consulta definidos para cada metodologia temática.
- Os procedimentos básicos dos relatórios de consulta deverão ser determinados e definidos como resultado da consulta e cruzamento de dados.
- Os responsáveis capacitados deverão nivelar e capacitar os pesquisadores rotativos atuantes no Parque visando disponibilizar plenamente os dados contidos no Banco de dados e sua correta consulta.
 - Relatórios de consultas do banco de dados estabelecidos;
 - Pessoal permanente (funcionários e colaboradores) e temporário (estagiários, voluntários, pesquisadores, etc.), nivelados e capacitados para a alimentação do banco de dados.

3.2.1.11. Elaborar especificação técnica e contratar a criação e os procedimentos de gestão do servidor do Parque com acessos público e restrito.

- Esta ação tem caráter pontual e visa organizar e facilitar o acesso e a gestão das informações disponíveis no Parque, devendo ser promovida pelo chefe da UC, funcionários ou colaboradores, os quais deverão avaliar a contratação em conjunto com o serviço de reestruturação do banco de dados.
- Recomenda-se identificar e diferenciar a informação para uso público liberado (pesquisas, resultados dos monitoramentos, etc.) daquela exclusiva para uso interno da Unidade (alimentação do banco de dados, relatórios financeiros, registro patrimonial dentre outros), com diferentes canais de acesso e consulta.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação:
 - Período de teste do servidor para definir, corrigir e modificar seu comportamento, caso seja necessário, em função das demandas operacionais de alimentação, consulta e funcionamento;
 - Procedimentos de segurança do acervo, incluindo o tipo de arquivo a ser disponibilizado para consulta pública;
 - Procedimentos de atualização sistemática, conforme pertinência, das informações disponibilizadas no servidor do Parque;
 - Regras ou orientações para a utilização e publicidade dos dados públicos;
 - Plataforma de integração do acesso público do servidor pelo sítio eletrônico do Parque;
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa e/ou profissional, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma do serviço e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e

método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.

- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Servidor do Parque criado e em funcionamento.

3.2.1.12. Arquivar e disponibilizar o acervo digital do Plano de Manejo no servidor para consulta pública no Parque e no seu sítio eletrônico.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe da UC, funcionários ou colaboradores.
- O acervo digital deve estar organizado no servidor público da UC, em arquivos não editáveis, para uso de funcionários, colaboradores, pesquisadores, estudantes e técnicos em geral.
- Recomenda-se que os shapefiles dos limites do Parque, das trilhas, do zoneamento e do mapa de vegetação e uso do solo, entre outros, sejam convertidos em arquivos “kml”, compatíveis com o software Google Earth, e também disponibilizados para consulta pelo servidor público do Parque.
- Acervo digital do Plano de Manejo disponível.

3.2.1.13. Avaliar periodicamente os resultados dos monitoramentos temáticos desenvolvidos no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser realizada de forma conjunta entre os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários da UC, respeitando as atribuições definidas para gestão do conhecimento neste Subprograma.
- Esta ação visa analisar e interpretar os resultados dos monitoramentos para integrá-los ao conhecimento do Parque e subsidiar tomadas de decisões e ação de manejo específicas, com base na interação com os responsáveis pela coleta de dados de cada demanda temática de monitoramento dos Subprogramas de manejo.
- A periodicidade das avaliações deverá ser determinada em função da temática, porém, recomenda-se que seja no mínimo uma vez por ano.
- Os resultados desta avaliação deverão subsidiar ações complementares ou redirecionamento das implantadas.
- Do mesmo modo, deverá indicar se as metodologias adotadas correspondem e atendem ao esperado ou se, pelo contrário, precisam ser rediscutidas e redefinidas.
- A tomada de decisões em longo prazo no Parque deve estar condicionada/ baseada nos resultados destas avaliações periódicas.
- Os resultados deverão ser apresentados em forma de relatório, o qual será disponibilizado via e-mail ao Chefe da Unidade Gestora, funcionários, colaboradores e, quando solicitado, ao Conselho Consultivo. Cabe ainda, em função da pertinência, facilitá-lo aos pesquisadores, instituições acadêmicas e/ou unidades colocalizadas.
- Os resultados deverão estar sistematizados no banco de dados do Parque para facilitar a análise e histórico dos mesmos.
- Se possível, recomenda-se a divulgação dos resultados entre os funcionários, colaboradores e Conselho Consultivo da UC em evento específico ou dentro da pauta de outros eventos, tais como reuniões ordinárias do Conselho Consultivo, visando

aumentar o conhecimento destes sobre a gestão e funcionamento da Unidade e possibilitando a proposição conjunta de ações/atividades futuras.

- As informações levantadas poderão ser utilizadas para a criação e publicação técnica-científica específica impulsionada pelo próprio Parque conforme ações correlatas dos Subprogramas de Manejo.
- Relatórios de avaliação dos monitoramentos;
- E-mail de disponibilização dos relatórios;
- Registros fotográficos do evento de nivelamento, se houver.

3.2.1.14. Consolidar o conhecimento gerado pelos diagnósticos e pesquisas realizadas no Parque mediante a promoção da divulgação (interna e externa) dos resultados.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores do Parque, conforme atribuições definidas para gestão do Conhecimento e Pesquisa e também dentro do Plano de Comunicação Integrada do Parque.
- Os resultados deverão ser inseridos nas atividades de educação e interpretação ambiental, gestão e monitoramento de forma integrada e com atualização periódica do conhecimento.
- Os resultados das pesquisas deverão ser repassados de forma periódica aos funcionários, colaboradores e Conselho Consultivo da UC, para o desenvolvimento de estratégias de divulgação.
- Deve-se estimular e acompanhar de forma sistemática e contínua o processo de publicação científica em meios especializados dos resultados dos diagnósticos e das pesquisas realizadas no Parque, como forma de divulgar os conhecimentos gerados na UC e atrair novos trabalhos.
- Recomenda-se apoiar a publicação e a divulgação de material didático, cujos objetivos sejam utilizar e/ou traduzir teses e dissertações realizadas no Parque.
- Os trabalhos publicados sobre as pesquisas realizadas no Parque deverão incluir, obrigatoriamente, créditos para a UC.
- As recomendações de divulgação deverão estar em consonância com as estratégias definidas no Plano Integrado de Comunicação do Parque descrito neste Plano de Manejo.
- Número de publicações científicas divulgadas;
- Meios de divulgação resultantes de pesquisas e monitoramentos promovidos dentro do Plano Integrado de Comunicação.

3.2.1.15. Acompanhar a elaboração e publicação da Lista Oficial de Espécies da Fauna e da Flora Catarinense Ameaçadas de Extinção.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelo supervisor ou representante da Unidade de Gestão lotado em Florianópolis/SC.
- Deverão ser identificados os atores chaves e/ou responsáveis, assim como estabelecidos os canais de comunicação para a efetiva troca de informações periódicas.
- Uma vez constituída a lista e aprovado o documento, este deverá ser cruzado com a lista de espécies de flora e fauna de ocorrência comprovada no Parque, tabuladas neste Plano de Manejo e complementadas pelas pesquisas e monitoramentos, no intuito de ressaltar e complementar a significância da UC mediante a identificação/ampliação de espécies ameaçadas presentes em sua área.

- Os resultados do cruzamento serão divulgados entre os funcionários e colaboradores da Unidade, os quais deverão atualizar as informações nas ações de gestão, educação ambiental, uso público e manejo.
 - Lista atualizada Oficial de Espécies da Fauna e da Flora Catarinense Ameaçadas de Extinção ocorrentes no Parque.
 - Identificação de espécies da Lista Oficial de Espécies da Fauna e da Flora Catarinense Ameaçadas de Extinção e de ocorrência comprovada no Parque.
- 3.2.1.16. Levantar e compilar de forma periódica publicações científicas e/ou oficiais sobre a biodiversidade da Floresta Estacional Decidual.
- Esta ação tem caráter contínuo e visa identificar, compilar e complementar o estado da arte relacionada à biodiversidade protegida pelo Parque para garantir o seguimento contínuo e o avanço do conhecimento sobre a Floresta do rio Uruguai.
 - Os temas a serem levantados deverão estar relacionados ao Bioma, sua fauna, flora e vegetação, dentre outros considerados de interesse.
 - Os levantamentos deverão ser realizados periodicamente mediante a consulta de buscadores especializados ou órgãos institucionais relacionados, no caso de publicações oficiais.
 - Cópias (digitais ou impressas) das publicações relacionadas deverão ser compiladas para estarem disponíveis à consulta no acervo da UC, sempre de forma a respeitar os direitos autorais específicos.
 - Assim, os autores e/ou instituições responsáveis pelas publicações relacionadas deverão ser considerados atores ou entidades com potencial de contribuição e interesse no Parque.
 - Publicações relacionadas levantadas;
 - Cópias (digital ou impressa) das publicações disponíveis no acervo.
- 3.2.1.17. Identificar as linhas/temáticas intrínsecas do Parque potenciais para publicações especializadas.
- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores do Parque, conforme atribuições definidas para gestão do Conhecimento e Pesquisa e também dentro do Plano de Comunicação Integrada do Parque.
 - Esta ação visa identificar e avaliar as linhas/temáticas de conhecimento próprias da Unidade que possam ser submetidas a publicações especializadas, no intuito de consolidar o papel de Parque na conservação e aumentar o conhecimento e relevância do mesmo dentro da comunidade científica.
 - A publicação poderá ser submetida em congressos, encontros, simpósios e/ou publicações (nacionais e/ou internacionais) reconhecidos na área, de forma a divulgar e estimular o conhecimento sobre o Parque.
 - Sempre que possível, recomenda-se a análise dos dados sob uma perspectiva comparativa em termos nacionais e internacionais, com o intuito de estabelecer parâmetros de base em escala mundial e consolidar o diferencial desta Unidade de Conservação.
 - As linhas de pesquisas identificadas não poderão comprometer ou conflitar com outras pesquisas desenvolvidas no Parque ou com direitos autorais específicos.
 - Recomenda-se identificar e determinar os meios potenciais de publicação para cada linha temática consolidada.

- Considerando o grande esforço e trabalho complementar que pode exigir a realização ou efetivação destas publicações, cabe aos funcionários e colaboradores, segundo critérios próprios, a utilização destas informações para promoção de publicações técnico-científicas relacionadas.
 - Temáticas/linhas potenciais para publicações;
 - Lista de meios de publicação específicos.

3.2.2. Subprograma de Pesquisa

O subprograma de Pesquisa deve proporcionar, conforme prioridades da UC, o incremento do conhecimento para a conservação e valorização dos recursos naturais, indicando linhas de pesquisa, estudo acadêmicos e trabalhos técnicos relacionados às demandas de manejo e gestão. A viabilização do Subprograma está associada ao trabalho conjunto e contínuo com instituições científicas, por meio de uma efetiva política de incentivos, envolvendo profissionais de diferentes áreas de conhecimento, assim como a eficiente organização e socialização do conhecimento gerado no Parque.

Deve-se destacar que este subprograma apresentou um grau de efetividade elevado (78%) na análise do Plano de Manejo Fase I. Desta forma, as ações aqui consideradas apresentam-se na mesma linha de atuação para permitir seu aprimoramento, aperfeiçoamento e a complementação do trabalho desenvolvido, enfatizando o reforço daquelas ações consideradas relevantes que mostraram baixa efetividade, tais como os workshops periódicos de pesquisadores. Também são apresentadas novas linhas de pesquisas prioritárias frente à atualização dos conhecimentos gerados pelos diagnósticos temáticos da revisão do Plano de Manejo, os quais foram baseados na própria compilação dos resultados de pesquisas até o momento disponibilizados sobre o Parque e/ou região/temática de interesse.

O encadeamento das ações do Subprograma de Pesquisa pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.2.2-I**.

a) Resultados esperados:

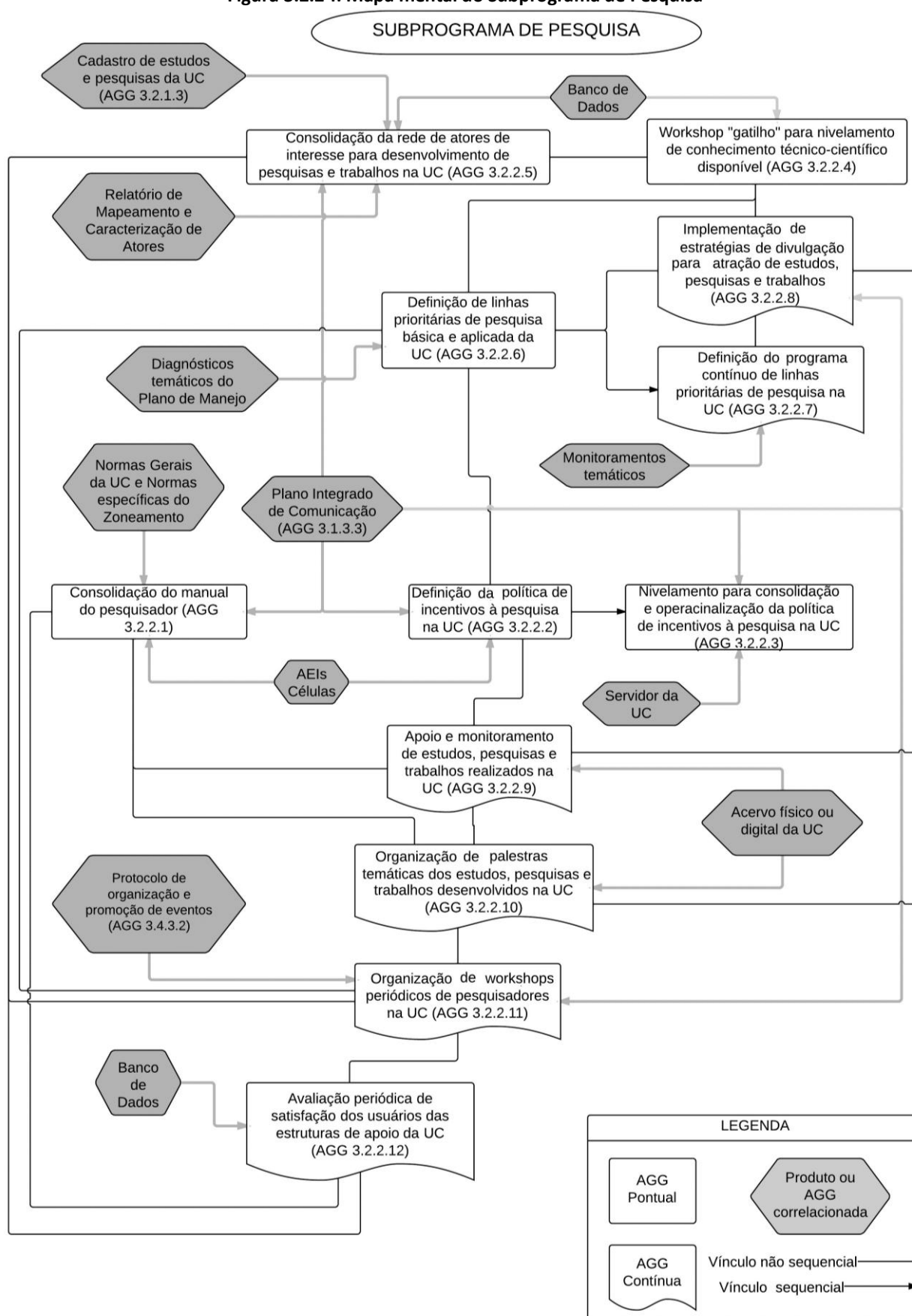
- Manual de orientação ao pesquisador aprimorado e consolidado frente às perspectivas de ampliação das estruturas de apoio e linhas de pesquisa;
- Política de incentivos para estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas discutida, consolidada e divulgada;
- Workshop “gatilho” de pesquisadores (nivelamento do conhecimento, política de incentivos, network) organizado e promovido;
- Rede de entidades e pesquisadores de interesse consolidada e em constante atualização;
- Linhas prioritárias e programas contínuos de pesquisa definidos e constantemente atualizados e divulgados;
- Pesquisas científicas e técnicas atraídas, desenvolvidas e supervisionadas;
- Workshops periódicos de pesquisadores (status e lacunas do conhecimento, estratégias) organizados e promovidos;
- Informações iniciais (projeto) e finais (resultados) das pesquisas organizadas e disponibilizadas.

b) Indicadores de desempenho:

- Aumento do número de autorizações e projetos de pesquisas em função dos incentivos divulgados;
- Sinergias identificadas entre as linhas prioritárias e programas contínuos de pesquisa do Parque e as temáticas de atuação e interesse da rede de entidades e pesquisadores;

- Aumento da proporção das pesquisas dentro das linhas prioritárias e programas contínuos estabelecidos;
- Aumento do número de relatórios de pesquisas entregues e analisados;
- Aumento do número de publicações e palestras temáticas resultantes das pesquisas e trabalhos desenvolvidos no Parque;
- Atualização bianual das linhas prioritárias e programas contínuos de pesquisa do Parque.

Figura 3.2.2-I: Mapa mental do Subprograma de Pesquisa



c) Ações Gerenciais Gerais:

3.2.2.1. Avaliar, aprimorar e consolidar o manual de orientações ao pesquisador do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser impulsionada e definida de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores da Unidade.
- Esta ação visa avaliar e atualizar o manual do pesquisador, desenvolvido pela ECOPEF e atualmente utilizado (2013), devendo observar:
 - As diferenças de caráter entre estudos acadêmicos, trabalhos técnicos e pesquisas científicas já desenvolvidas ou com potencial de interesse ao Parque;
 - Os conflitos de uso diagnosticados durante a revisão do Plano de Manejo (Relatório de Avaliação das Estruturas Físicas do Parque), as recomendações para uso das infraestruturas e equipamentos disponíveis, as obrigações do pesquisador e/ou instituição responsável na solicitação de autorização, os procedimentos de reserva, caso seja necessário o pernoite na sede do Parque, dentre outros considerados pertinentes;
 - A atualização das Normas Gerais da UC e normas específicas do Zoneamento, em especial aquelas relacionadas ao uso público na forma de pesquisa, e dos novos resultados esperados pelo Subprograma de Pesquisa;
 - A ampliação dos potenciais de uso e demandas de normatização após a elaboração e execução do projeto de construção das novas Células de Administração, Alojamento e Conhecimento (ver Áreas Estratégicas Internas);
 - Os canais de comunicação entre a sede da FATMA e a equipe de funcionários e colaboradores da Unidade, definindo o processo que os pesquisadores/usuários deverão seguir para a autorização de novas pesquisas na UC, seguimento e disponibilização dos resultados parciais e finais das mesmas.
- Após consolidado e aprovado pelo chefe do Parque, o manual deverá estar disponível no site da UC, da FATMA e dos colaboradores de forma clara e com facilidade de acesso para consulta. Sua divulgação deverá ser também avaliada nos workshops de pesquisadores e ser parte integrante do convênio ou outros instrumentos de cooperação estabelecidos com entidades de ensino e pesquisa, entre outras demandas concebidas dentro do Plano Integrado de Comunicação.
- Manual de orientações para os pesquisadores atualizado;
- Manual de orientações para os pesquisadores disponível nos sites do Parque, da FATMA e dos colaboradores.

3.2.2.2. Discutir estratégias e definir uma política de incentivos à pesquisa no Parque com a participação de outros setores correlacionados da FATMA.

- Esta ação tem caráter pontual e visa identificar as diferentes estratégias para a configuração da política de incentivo à pesquisa no Parque no intuito de consolidar o papel da UC como palco para pesquisas e pesquisadores, assim como a transformação dos resultados de pesquisas em ferramentas de gestão e manejo da Unidade.
- Esta ação deverá ser realizada de forma conjunta entre todos os funcionários e colaboradores do Parque, acompanhando a ampliação dos potenciais de uso e demandas de normatização após a elaboração e execução do projeto de construção das novas Células de Administração, Alojamento e Conhecimento
- A política de incentivos à pesquisa deve funcionar como atrativo diferencial para a realização de pesquisas no Parque, sendo direcionada principalmente às linhas prioritárias e programas contínuos definidos no Plano de Manejo e ampliadas ou detalhadas nos workshops de pesquisadores. Entre as estratégias a serem discutidas e dimensionadas, recomenda-se:

- Divulgação dos potenciais de pesquisas, linhas prioritárias e programas contínuos identificados, bem como da rede de contatos de entidades e pesquisadores de interesse mapeados;
- Mediação e facilitação das autorizações de pesquisa e licenças de coleta de material biológico na sede da FATMA;
- Disponibilização e divulgação da estrutura de suporte logístico oferecido pelo Parque, incluindo desde as benfeitorias de acomodação e alimentação até o apoio no deslocamento entre o centro de Concórdia e o Parque;
- Disponibilização e divulgação de apoio técnico oferecido pelos funcionários e colaboradores do Parque, incluindo definição e acesso para locais de amostragem e interlocução com moradores ou outros pesquisadores chaves;
- Disponibilização do acervo físico e digital do Parque, com destaque para os resultados de outras pesquisas e dos monitoramentos temáticos, incluindo possibilidade e consulta e cruzamentos no banco de dados do Parque;
- Apoio na divulgação, interna e externa, dos resultados das pesquisas.
- o Política de incentivos à pesquisa no Parque definida e discutida;
- o Relatório fotográfico dos debates/discussões.

3.2.2.3. Realizar nivelamento interno para consolidar e operacionalizar a política de incentivos ao estudo e à pesquisa no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e visa apresentar e debater as estratégias definidas para a política de incentivo à pesquisa no Parque para sua implementação e consolidação, e deverá ser realizada de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores,
- Recomenda-se a realização de uma reunião interna para apresentação e debate da política de incentivos, definição de procedimentos operacionais e estabelecimento de atribuições e responsáveis.
- Após consolidada e aprovada pelo chefe do Parque, a política de incentivos à pesquisa deverá estar disponível no site da UC e dos colaboradores de forma clara e com facilidade de acesso para consulta. Sua divulgação também deverá ser avaliada nos workshops de pesquisadores e ser parte integrante do convênio ou outros instrumentos de cooperação estabelecidos com entidades de ensino e pesquisa, entre outras demandas concebidas dentro do Plano Integrado de Comunicação.
- o Matriz de procedimentos, atribuições e responsáveis pela implementação da política de incentivos;
- o Política de incentivo à pesquisa no Parque consolidada e divulgada.

3.2.2.4. Organizar e promover um workshop “gatilho” para nivelamento do conhecimento técnico-científico disponível, divulgação da política de incentivos e criação de uma rede de entidades e pesquisadores.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser impulsionada de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores.
- Deve-se nomear um organizador responsável pelo workshop e avaliar a necessidade de um moderador para os trabalhos do evento.
- Este é o evento gatilho dos workshops periódicos de pesquisadores no Parque e visa nivelar os resultados das pesquisas e monitoramentos já realizados, apresentar as linhas prioritárias e programas contínuos definidos no Plano de Manejo, divulgar a política de incentivos e estabelecer o embrião de uma rede de pesquisadores para contato sistemático e troca de informações.

- A programação recomendada inclui uma rodada de apresentações dos pesquisadores com histórico de atuação no Parque, fechando com a apresentação da síntese dos conhecimentos gerados pelos monitoramentos temáticos, pelos diagnósticos do Plano de Manejo e da política de incentivos à Pesquisa. Na sequência, recomenda-se a organização de grupos de trabalho para discutir e detalhar as linhas de pesquisas prioritárias, a partir da construção de perguntas norteadoras e a identificação de entidades e pesquisadores de referência para o desenvolvimento de projetos, cujos contatos devem ser sistematizados e compartilhados entre os participantes.
 - Recomenda-se o mapeamento inicial de pesquisadores de interesse com base no histórico de pesquisas realizadas no Parque e no cruzamento das linhas prioritárias com currículos e áreas de atuação de departamentos e laboratórios de entidades reconhecidas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.
 - Para a determinação da data deste workshop impulsionador, recomenda-se primeiramente entrar em contato com os pesquisadores de interesse mapeados, para levantar disponibilidade de participação e interesse.
 - A duração do evento dependerá do número de instituições e pesquisadores participantes. Recomenda-se, como máximo, dois dias de evento visando compatibilizar as agendas dos interessados em participar.
 - Avaliar a pertinência de realização de atividades/saídas em campo de forma conjunta com os pesquisadores e participantes, como forma de integração e ambientação dos mesmos.
 - Sugere-se articular e providenciar, se necessário, acomodações e traslado dos participantes até o local do evento.
 - Recomenda-se a divulgação do evento e seus resultados no site do Parque, dos colaboradores, das instâncias representadas no Conselho Consultivo e, se possível, em meios acadêmicos especializados.
 - Lista de pesquisadores e instituições e convidadas;
 - Lista de presença ao evento;
 - Relatório de resultados do workshop;
 - Registro fotográfico do evento.
- 3.2.2.5. Consolidar e manter atualizada a rede de atores (entidades e pessoas) de interesse para o desenvolvimento de estudos acadêmicos, pesquisas científicas e trabalhos técnicos no Parque.
- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida por funcionários e colaboradores a partir da lista de convidados, participantes e dos resultados do workshop “gatilho”.
 - Todas as entidades e pessoas devem ser sistematizadas em campo específico do Bando de Dados do Parque, ou em planilha enquanto o mesmo não estiver estruturado, com o registro do nome da entidade e/ou pessoa, departamento/laboratório e cargo de atuação, meios de contato (e-mail, web page, telefone, fax, endereço), programas e linhas pesquisa ou estudo de interesse, entre outras informações julgadas necessárias.
 - Recomenda-se subsidiar o Plano Integrado de Comunicação para manter contato sistemático com atores da rede para disponibilização de informações do Subprograma e identificação de publicações de interesse.
 - Formulário de mapeamento de entidades e iniciativas do BD;
 - Relatório de consulta ao BD;
 - Rede de instituições e pesquisadores.

3.2.2.6. Definir e atualizar periodicamente as linhas prioritárias de pesquisa básica e aplicada do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários, colaboradores e pesquisadores do Parque com vistas a gerar conhecimento para a conservação e manejo da biodiversidade da Floresta Estacional Decidual.
- Esta ação deverá ser realizada após o workshop “gatilho”, de forma a integrar os resultados e encaminhamentos estabelecidos no evento.
- Após detalhadas, as linhas de pesquisas prioritárias deverão ser avaliadas e atualizadas periodicamente conforme aumente o estado da arte, contemplando o avanço do conhecimento gerado. Para isso, recomenda-se sua avaliação em conjunto com os pesquisadores nos workshops periódicos previstos neste Plano de Manejo.
- Para sua definição, recomenda-se inicialmente considerar aquelas linhas de pesquisa identificadas nos diagnósticos temáticos deste Plano de Manejo, sistematizadas na **Tabela 3.2.2.6.**
- As linhas de pesquisa deverão ser definidas com detalhamento suficiente para subsidiar a identificação de exigências tecnológicas, financeiras e humanas, assim como as instituições ou atores-chaves interessados.
 - Linhas prioritárias de pesquisas definidas;
 - Memória de atualização temporal das linhas de pesquisas.

3.2.2.7. Definir e atualizar periodicamente um programa contínuo de linhas prioritárias de pesquisa no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários, colaboradores e pesquisadores do Parque com o objetivo principal de estimular, facilitar, integrar linhas de pesquisa sobre a biodiversidade do Parque que permitam linearização do conhecimento, complementando os monitoramentos temáticos desenvolvidos na UC.
- Além de permitir conhecimento da evolução de parâmetros ou atributos de interesse do Parque, este programa deve primar pela facilitação no direcionamento de Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações de Mestrado por parte de entidades de ensino e pesquisa, levando-se em conta a possibilidade de replicação metodológica e avaliação de resultados cumulativos no médio e longo prazo, aspectos que permitem a implementação de programas dos próprios laboratórios ou departamentos das entidades.
- O Programa deverá ser determinado com base nos potenciais de continuidade de algumas linhas prioritárias de pesquisas em parcela permanentes e por meio de instrumentos/metodologias padronizadas sobre temas específicos do Parque.
- Para a definição do programa, recomenda-se o levantamento e a adoção de metodologias científicas, como a RAPELD, que une a utilização de inventários rápidos em projetos ecológicos de longa duração, por meio de parcelas permanentes.
- Algumas linhas de pesquisa potenciais para o Programa estão sistematizadas na **Tabela 3.2.2.7.**

Tabela 3.2.2.6: Linhas de pesquisas prioritárias identificadas no Plano de Manejo Fase II

TEMÁTICA	JUSTIFICATIVA / OBJETIVO / SUGESTÃO
Biologia e ecologia de espécies vegetais exóticas invasoras	Compreender os processos de germinação, crescimento, dinâmica de dispersão, ocorrência e interações tróficas, para subsidiar a proposição de técnicas de controle e erradicação, com foco na uva-do-Japão (<i>Hovenia dulcis</i>), na goiabeira (<i>Psidium guajava</i>), nos cítricos (<i>Citrus</i> spp) e nas gramíneas estrela-africana (<i>Cynodon-plectostachyus</i>) e braquiaria (<i>Urochloa plantaginea</i>)
Biologia e ecologia de espécies vegetais nativas	Compreender os processos de germinação, crescimento, dispersão e interações tróficas, para subsidiar a proposição de técnicas de restauração ambiental, com foco em espécies indicadoras ou chaves dos diferentes estágios secundários e do remanescente florestal primário do Parque
Ocorrência de matrizes florestais como banco de sementes	Identificar e mapear espécies de interesse para conservação e restauração como prioridade de coleta de propágulos e replicação de mudas, com avaliação dos aspectos de germinação e sobrevivência das plântulas
Diversidade genética de espécies vegetais nativas	Interpretar os padrões de diversidade genética e índices de fixação de alelos para espécies nativas (árvores de grande porte, espécies ameaçadas de extinção, raras) de maneira a compreender os padrões populacionais e propor estratégias de conservação
Composição da flora e fauna de ocorrência na porção insular do Parque	Considerar o isolamento físico e as lacunas de conhecimento existentes nesta gleba, com avaliações comparativas à composição conhecida da gleba não insular para identificar barreiras e conexões ecológicas de diferentes espécies, bem como subsidiar discussões sobre resgate de fauna e refaunação
Efeitos da fragmentação do ambiente na região do Parque constatados em estudos populacionais de fauna	Identificar grupos chaves e levantamentos populacionais para avaliar os efeitos da fragmentação florestal no Parque e entorno, incluindo amostras em áreas protegidas e reservas legais representativas e colocalizadas
Levantamento de mamíferos terrestres de pequeno e médio porte	Realizar inventários com esforços de campo mais elevados durante todos os períodos do ano e uso diversificado de metodologias, com o objetivo de identificar uma parcela significativa da riqueza ocorrente na área
Aspectos populacionais e ecológicos das espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção e/ou com interesse para a conservação	Conhecer os aspectos populacionais e ecológicos das espécies ameaçadas de extinção, raras, de distribuição geográfica restrita e/ou especialistas de hábitat é fundamental para definir estratégias de conservação dessas espécies e também para compreender melhor o papel de conservação do Parque
Diversidade de diferentes grupos de insetos no Parque e correlação com a coleção do Museu Fritz Plaumann	Além do potencial como espécies indicadoras ambientais, entre os quais se recomenda iniciar pelo grupos de borboletas (Lepidóptera) e formigas (Hymenoptera: Formicidae), potencializam a atualização e ampliação da coleção do importante museu entomológico Fritz Plaumann
Distribuição e impacto da rã-touro sobre as espécies nativas de anfíbios	Estudar a dinâmica populacional e espacial da rã-touro (<i>Lithobates catesbeianus</i>) dentro e no entorno do Parque é necessário para avaliar os impactos sobre as espécies nativas de anfíbios e as possíveis medidas de manejo desta espécie
Interações da fauna nativa com a uva-do-Japão (<i>Hovenia dulcis</i>)	Identificar o potencial da fauna como dispersora de sementes da uva-do-Japão, e esta como recurso alimentar das mesmas, alteração da espécie nas características dos corpos de água e seu impacto na herpetofauna, dentre outras interações, que subsidiem melhor as estratégias e/ou ações de erradicação e controle

TEMÁTICA	JUSTIFICATIVA / OBJETIVO / SUGESTÃO
Ecologia das aves migratórias, cinegéticas e de outras espécies de interesse para conservação	Compreender os aspectos ecológicos para subsidiar ações de proteção e também para ampliar a oferta lúdica educacional do Parque com o estabelecimento de atividades de observação de aves
Levantamento de répteis de ocorrência no Parque e entorno	Realizar inventários com esforços de campo mais elevados durante todos os períodos do ano e uso diversificado de metodologias, com o objetivo de identificar uma parcela significativa da riqueza ocorrente na área

Tabela 3.2.2.7: Programa contínuo de linhas de pesquisa prioritárias identificadas neste Plano de Manejo

TEMÁTICA	JUSTIFICATIVA / OBJETIVO / SUGESTÃO
Fitossociologia de comunidades vegetais secundárias	Analisar a composição florística detalhada e a estrutura vegetacional em parcelas representativas dos tipos de vegetação secundária para compreender os problemas de regeneração e as perspectivas espaço-temporais dos processos regenerativos
Condições de solo nas comunidades vegetais secundárias	Analisar as condições de solo nas áreas em regeneração e relacionar os diferentes parâmetros e condições de maneira a compreender as problemáticas de regeneração frente ao comprometimento da qualidade dos solos florestais devido ao uso agrícola histórico
Composição espacial e temporal da comunidade de pequenos mamíferos terrestres voadores e não voadores	Comparar as composições de mamíferos, como os marsupiais (<i>Ordem Marsupialia</i>), os morcegos (<i>Ordem Chiroptera</i>) e os roedores (Famílias <i>Sciuridae</i> , <i>Cricetidae</i> , <i>Muridae</i> e <i>Echimyidae</i>) em parcelas representativas dos tipos de vegetação secundária
Diversidade de anfíbios em riachos do Parque	Levantar e comparar a diversidade de anfíbios nos cursos d'água do interior do Parque, para avaliar a evolução da diversidade de espécies indicadoras da qualidade ambiental
Diversidade de macroinvertebrados em riachos do Parque	Levantar e comparar a diversidade de macroinvertebrados em cursos d'água com diferentes condições de qualidade de água no interior do Parque, para definir potenciais indicadores ambientais
Ocorrência de contaminantes orgânicos, inorgânicos e/ou resíduos de pesticidas nos corpos hídricos	Identificar a classificação de contaminantes nos recursos hídricos, permitindo a identificação ou estudo dos impactos, diretos e indiretos sobre as comunidades biológicas (flora e fauna)
Percepção e preferência dos visitantes do Parque	Realizar entrevistas e aplicar questionários em diferentes épocas do ano para avaliar a importância relativa que os visitantes atribuem às diferentes situações ou condições do Parque e identificar os julgamentos de valores sobre os aspectos considerados adequados e inadequados entre os atrativos do Parque

- Para definição do programa, recomenda-se:
 - Mapear instituições e pesquisadores interessados que auxiliem na definição das abordagens metodológicas de cada linha de pesquisa do Programa, assumindo responsabilidade científica;
 - Estabelecer as responsabilidades de apoio do Parque em função da política de incentivos;
 - Estabelecer protocolo de benefícios mútuos para formalização de instrumento de convênio ou cooperação técnica para padronização do programa.
- Triagem de linhas contínuas de pesquisa científica;
- Procedimentos metodológicos definidos;
- Instrumento de convênio ou cooperação com atribuições e responsabilidades.

3.2.2.8. Planejar e implementar estratégias de divulgação para atração de estudos acadêmicos, pesquisas científicas e trabalhos técnicos no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque para subsidiar o Plano Integrado de Comunicação com demandas e informações relacionadas ao Subprograma de Pesquisa.
- Recomenda-se definir as estratégias dentro da matriz de comunicação do Plano Integrado, incluindo a divulgação de:
 - Manual de orientações ao pesquisadores;
 - Política de incentivos à pesquisa;
 - Resultados do workshop “gatilho” e dos workshops periódicos
 - Calendário de palestras;
 - Linhas prioritárias de pesquisa;
 - Programas contínuos de pesquisa;
 - Síntese de resultados relevantes das pesquisas.
- Clipping das ferramentas de divulgação.

3.2.2.9. Apoiar e monitorar os estudos acadêmicos, pesquisa científicas e trabalhos técnicos realizados no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque com a finalidade de prestar o apoio necessário e supervisionar adequadamente as atividades relacionadas aos estudos acadêmicos, pesquisa científicas e trabalhos técnicos desenvolvidos na UC.
- O apoio e supervisão devem estar pautados no manual de orientação ao pesquisador, na política de incentivos à pesquisa, nas normas gerais do Parque e específicas do zoneamento, bem como em eventos instrumentos de convênio ou cooperação técnica estabelecidos com entidades de ensino e pesquisa.
- A matriz de procedimentos, atribuições e responsáveis pela implementação da política de incentivos deve ser utilizada como referência no planejamento das atividades de apoio e supervisão dos pesquisadores.
- Todas as autorizações, projetos, relatório s/ou publicações associadas aos estudos acadêmicos, pesquisas científicas e trabalhos técnicos realizados no Parque devem ser devidamente arquivados no acervo físico e digital do Parque, bem como suas informações sistematizadas no banco de dados da UC.
- Autorizações de pesquisa e/ou coleta;
- Projetos de pesquisa, estudo ou trabalho técnico;
- Relatórios parciais das pesquisas, estudos ou trabalhos;
- Relatórios e/ou publicações finais (monografias, dissertações, teses, etc.).

3.2.2.10. Organizar e promover palestras temáticas dos estudos acadêmicos, pesquisa científicas e trabalhos técnicos desenvolvidos no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, visando nivelar e esclarecer os objetivos, importância e resultados das pesquisas realizadas na UC aos funcionários, colaboradores, conselheiros, comunidades do entorno e público em geral interessado.
- Deve-se promover a realização de uma apresentação no início da pesquisa com foco nos objetivos e linha temática do projeto, e outra no final, desta vez com foco nos resultados, relevância e contribuição da mesma.
- Recomenda-se a divulgação das palestras com antecedência nos sites do Parque, colaboradores e, se possível, das instituições responsáveis dentre outros meios de comunicação, visando atrair a comunidade interessada.
- Avaliar a divulgação complementar dos eventos na rede de pesquisadores do Parque mediante estratégias de mailing direto e pontual.
- As apresentações deverão ser disponibilizadas em formato digital ou impresso no intuito de complementar o acervo do Parque.
 - Calendário de palestras temáticas;
 - Apresentações temáticas das pesquisas (iniciais e finais);
 - Registro fotográfico dos eventos.

3.2.2.11. Organizar e promover workshops periódicos de pesquisadores na Unidade.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, objetivando a divulgação, o intercâmbio e a discussão do conhecimento gerado na UC nas diversas temáticas de pesquisa existentes, além de identificar novos temas e lacunas, bem como áreas prioritárias.
- O encontro deverá ser realizado pelo menos uma vez a cada dois anos (em função da duração das pesquisas desenvolvidas) como forma de apresentar e avaliar o andamento das pesquisas e sua contribuição para o manejo da UC, bem como para redefinir linhas prioritárias em função do processo de implementação do Plano de Manejo, e ainda fortalecer e ampliar a rede de pesquisadores do Parque.
- Para a realização dessa atividade, deve-se nomear um organizador responsável, avaliar a necessidade de um moderador para os trabalhos do evento e de articulação de apoios, parcerias ou patrocínios com potenciais fontes financiadoras (editais) e/ou outras específicas, e com as instituições integrantes do Conselho Consultivo.
- A duração dos eventos será determinada pelos funcionários e colaboradores segundo as necessidades da agenda e dos participantes dos workshops (instituições e pesquisadores), devendo haver primeiramente um contato prévio com os participantes para consultar disponibilidade e interesse.
- O Parque deverá providenciar, sempre que necessário, acomodações e traslado até o local do evento para os participantes.
- Recomenda-se a realização, se possível, de eventuais atividades de campo com os participantes visando incluir o entorno da área. Assim, conforme necessário, deverá ser prevista a logística de materiais e equipamentos e seu correto funcionamento.
- Recomenda-se a divulgação do evento e de seus resultados no site do Parque, dos colaboradores, das instâncias representadas no Conselho Consultivo e, se possível, em meios acadêmicos especializados participantes.

- Sugere-se encaminhar relatório do evento e registro fotográfico do mesmo à lista de participantes, fomentando a implementação e encaminhamentos na rede de contatos.
- Convite para pesquisadores;
- Lista de participantes dos eventos;
- Relatório anual do encontro e principais resultados do mesmo.
- Registro fotográfico dos eventos.

3.2.2.12. Promover avaliação periódica de satisfação dos pesquisadores, estudantes e técnicos usuários das estruturas de apoio do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, objetivando avaliar a funcionalidade e aprimorar a política de incentivos à pesquisa, o manual de orientações ao pesquisador e outras normas relacionadas às atividades no Parque.
- Recomenda-se a realização de um breve questionário e/ou pesquisa virtual, para levantamento do grau de satisfação como forma de avaliação e melhoria contínua das infraestruturas, do apoio técnico e das normas e condições impostas ao desenvolvimento de estudos acadêmicos, pesquisas científicas e trabalhos técnicos.
- A pesquisa deve ser direcionada exclusivamente aos estudos, pesquisadores e técnicos que desenvolvam ou já desenvolveram trabalhos com algum tipo de suporte do Parque, sendo importante registrar o período de uso, as condições de suporte/apoio utilizadas, a avaliação das estruturas e do suporte e os principais benefícios ou prejuízos proporcionados à autorização, desenvolvimento e publicação dos resultados do trabalho, entre outros aspectos.
- Recomenda-se que a avaliação seja realizada anualmente, sendo seus resultados apresentados em reuniões internas específicas para discussão e encaminhamento de melhorias na política de incentivos à pesquisa, no manual de orientações ao pesquisador e em outras normas relacionadas à atividade do Parque.
- Questionário de avaliação;
- Relatório de sistematização dos resultados;
- Memória dos encaminhamentos de melhorias na política de incentivos à pesquisa, no manual de orientações ao pesquisador e em outras normas relacionadas à atividade no Parque.

3.3. Programa de Manejo

O Programa de Manejo engloba ações gerenciais gerais organizadas em dois Subprogramas: Proteção e Manejo dos Recursos.

A principal modificação em relação à organização deste Programa no Plano de Manejo Fase I diz respeito à união dos Subprogramas de Proteção e Controle Ambiental, este último organizado anteriormente no Programa de Integração com a Área de Influência (atualmente denominado Programa de Integração com o Entorno).

Esta reorganização está pautada na Análise de Efetividade do Plano de Manejo Fase I e se justifica pelo agrupamento de todas as demandas de proteção e fiscalização, internas ou externas, no contexto do mesmo Subprograma, levando-se em consideração que estão funcionalmente integradas e tornam mais prática sua leitura e implementação pela equipe gestora e colaboradores e, por consequência, a instrumentalização do Plano de Manejo.

Vale ressaltar que este Programa apresentou média efetividade de implementação (43%) na análise da primeira versão do Plano de Manejo (a mais baixa entre os Programas de Manejo),

demandando, portanto, o delineamento de novas ações ligadas às demandas complementares de gerenciamento, mas também a adequação daquelas ações que vinham dando resultado e se mostram necessárias frente ao novo cenário do Parque e de seu entorno.

a) Diretrizes:

- Neutralização dos vetores de pressão e ameaça à fauna do Parque, em especial a caça, a invasão de animais domésticos e a poluição dos recursos hídricos.
- Intensificação da recuperação de áreas degradadas do interior da UC, com ênfase ao combate de espécies exóticas invasoras, ao manejo dos solos e ao enriquecimento de espécies florestais nativas.

3.3.1. Subprograma de Proteção

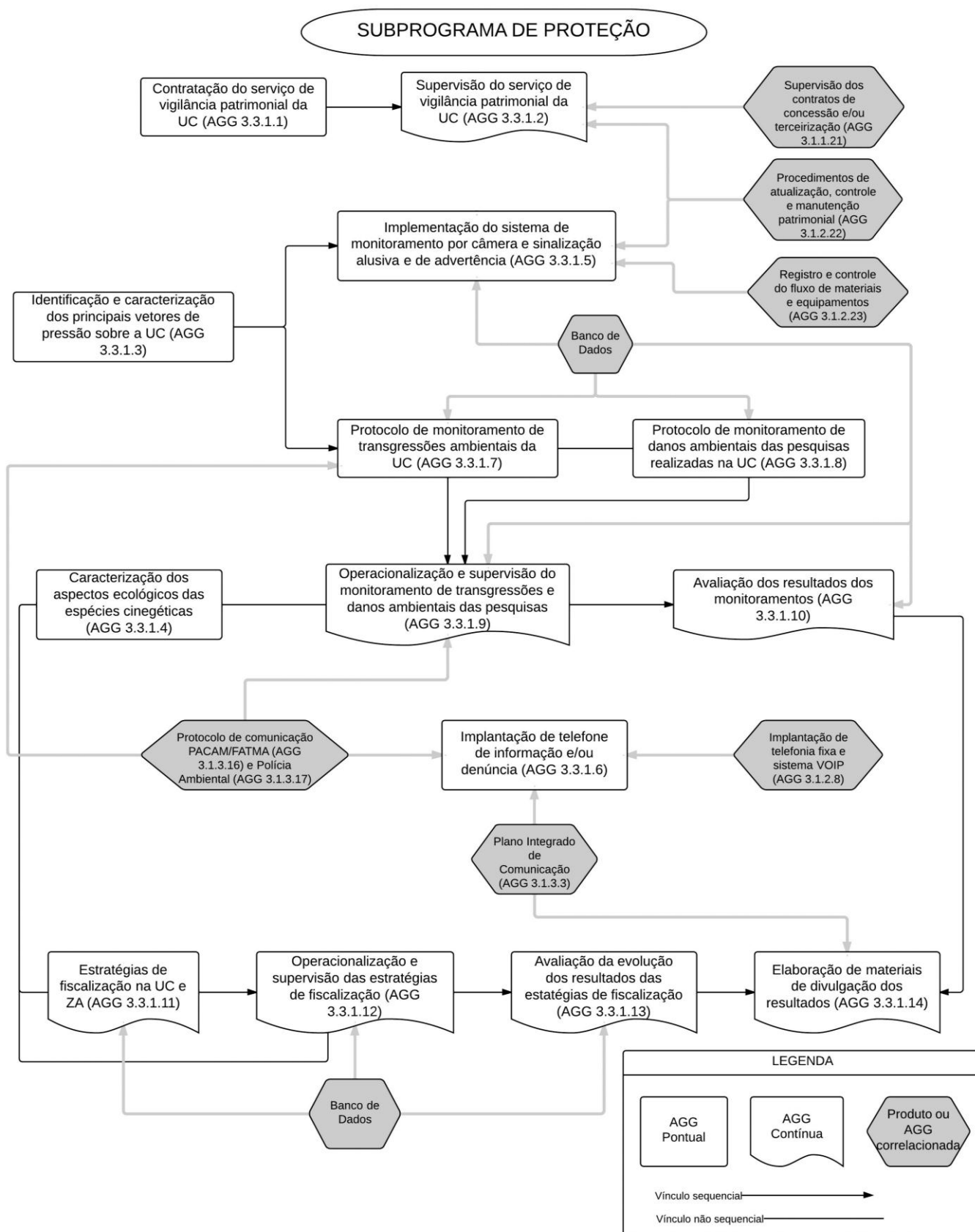
O Subprograma de Proteção engloba ações destinadas à vigilância dos bens patrimoniais do Parque, bem como monitoramento e fiscalização de pressões internas e externas sobre o patrimônio natural da Unidade de Conservação e da sua Zona de Amortecimento.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.3.1-I**.

a) Resultados esperados:

- Serviço terceirizado de vigilância patrimonial do Parque contratado e operante;
- Vetores de pressão e ameaça sobre o Parque identificados e caracterizados;
- Estratégias de monitoramento de transgressões e de fiscalização definidas e integradas;
- Pessoal integrado, nivelado e capacitado para o monitoramento de transgressões e para a fiscalização e combate de crimes ambientais no Parque e ZA;
- Transgressões ambientais internas ao Parque monitoradas sistematicamente;
- Impactos dos procedimentos de campo das pesquisas monitorados e fiscalizados;
- Transgressões e crimes ambientais ocorridos no Parque e na ZA combatidos em reposta a denúncias, monitoramentos e campanhas de fiscalização.

Figura 3.3.1-I: Mapa mental do Subprograma de Proteção



b) Indicadores de desempenho:

- Bens patrimoniais do Parque regularmente vigiados e sem ocorrências de furtos, vandalismos e/ou depredações;
- Vetores de pressão sobre o Parque identificados e caracterizados até o final do primeiro ano de implementação do Plano;
- Estratégias de monitoramento e fiscalização integradas e pessoal capacitado para operacionalização a partir do segundo ano de implementação;
- Redução do número de transgressões monitoradas em resposta às estratégias de fiscalização a partir do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Aumento do número de ocorrências e apreensões como resultado das estratégias de fiscalização na ZA a partir do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo.

c) Ações Gerenciais Gerais:

3.3.1.1. Elaborar especificação técnica e contratar serviço terceirizado de vigilância patrimonial para o Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe e/ou funcionários do Parque, de forma integrada ao processo de publicação dos editais de concessão e/ou terceirização de bens e serviços do Parque previsto no Subprograma de Administração.
- Recomenda-se inserir os serviços de vigilância patrimonial e de limpeza das edificações do Parque num mesmo lote de terceirização.
- Recomenda-se elaborar especificação técnica para vigilância desarmada, incluindo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, custo total e mensal dos serviços, portfólio ou currículo da empresa;
 - Condições psicotécnicas, idade, grau de escolaridade, formação técnica e certidões de antecedentes criminais dos profissionais envolvidos;
 - Responsabilidades trabalhistas e de condições de trabalho para os funcionários;
 - Procedimentos de registro de ocorrências e disponibilização das informações ao Parque;
 - Avaliação das possibilidades e critérios de valorização da inclusão e formação de mão de obra das comunidades do entorno do Parque nos serviços prestados.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Especificação técnica;
 - Edital de licitação;
 - Contrato de serviço.

3.3.1.2. Supervisionar o serviço de vigilância patrimonial para o Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque.
- A supervisão dos serviços deve avaliar os procedimentos de registro de ocorrências disponibilizados pelo fornecedor e eventuais danos ou extravios de materiais e equipamentos públicos e pessoais dos funcionários, colaboradores e visitantes.

- Inventário anual de bens patrimoniais do Parque.

3.3.1.3. Analisar o histórico de dados do monitoramento de transgressões ambientais coletados até o final de 2013 para identificação e caracterização dos principais vetores de pressão sobre o Parque até o presente.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque em paralelo ao processo de estruturação do Banco de Dados do Parque e como subsídio ao aprimoramento do protocolo de monitoramento de transgressões ambientais e ao planejamento das estratégias de fiscalização do Parque e ZA.
- Recomenda-se discutir e formular conjuntamente perguntas norteadoras para a análise do histórico de dados do monitoramento de transgressões ambientais, tais como:
 - Quais os tipos de transgressões registradas?
 - Quais os pontos de ocorrência com registro de transgressões?
 - Quais as transgressões mais frequentes?
 - Quais os pontos com maior ocorrência de registros?
 - Há relação entre os pontos e os tipos de transgressões?
 - Há relação entre o período/época de registro e os tipos de transgressões?
- Recomenda-se a elaboração de mapas com os principais resultados da análise do histórico de dados, incluindo a complementação dos principais acessos externos aos pontos de registro.
- Roteiro de perguntas norteadoras;
- Relatório de resultados;
- Mapa de distribuição do histórico de transgressões e dos principais acessos externos possivelmente utilizados.

3.3.1.4. Caracterizar os aspectos ecológicos básicos das principais espécies cinegéticas de ocorrência esperada e confirmada no Parque para subsidiar estratégias de combate e conscientização sobre a caça.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, com envolvimento de pesquisadores e moradores do entorno, mapeados durante os diagnósticos da revisão do Plano de Manejo, e que detenham informações privilegiadas sobre a ecologia de espécies cinegéticas de ocorrência no Parque.
- Entre as principais espécies cinegéticas a serem selecionadas com base nas listas dos diagnósticos da revisão do Plano de Manejo, recomenda-se iniciar a caracterização pelas seguintes: paca (*Cuniculus paca*), cutia (*Dasyprocta azarae*), veado póca (*Mazama nana*), capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), quati (*Nasua nasua*), macuco (*Tinamus solitarius*).
- Recomenda-se discutir e formular conjuntamente perguntas norteadoras para a caracterização dos aspectos ecológicos das principais espécies cinegéticas, tais como:
 - Quais os ambientes típicos de ocorrência e o território conhecido no Parque e entorno?
 - Qual o uso do espaço e o orçamento temporal (tempo destinado pela espécie às diferentes atividades durante o dia)?
 - Qual a composição grupal (se for o caso)?
 - Quais os comportamentos alimentares e a dieta principal?

- Qual o período e as estratégias reprodutivas?
- Roteiro de perguntas norteadoras;
- Relatório de resultados.

3.3.1.5. Definir locais estratégicos, adquirir equipamentos e implementar sistema de monitoramento por câmera e sinalização alusiva e de advertência às principais transgressões ambientais.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de monitorar e coibir invasões e transgressões ambientais em locais com histórico de alta ocorrência e de difícil acessibilidade.
- A definição dos locais estratégicos deve ser feita depois da análise do histórico de transgressões ambientais, sendo recomendada a avaliação da trilha da ponta norte mapeada durante a revisão do Plano de Manejo.
- Recomenda-se adotar procedimentos de teste dos equipamentos e locais definidos, para verificar funcionalidade e riscos.
- Recomenda-se a aquisição de armadilha fotográfica com sensor de LED, grande autonomia de funcionamento e possibilidade de programação (ex.: marca Bushnell).
- As placas de sinalização alusiva e de advertência devem seguir o padrão de identidade visual do Parque, com informações a respeito das infrações legais e do sistema de monitoramento existente.
- Todos os equipamentos devem ser cadastrados pelo sistema de controle patrimonial do Parque.
 - Especificação técnica dos equipamentos;
 - Orçamentos dos equipamentos;
 - Nota fiscal dos equipamentos;
 - Registros fotográficos e de vídeo;
 - Relatório de pontos e histórico de registros.

3.3.1.6. Criar e divulgar telefone para informação ou denúncia anônima de problemas e crimes ambientais no Parque e Zona de Amortecimento.

- Esta ação tem caráter contínuo, condicionada pela melhoria do sistema de comunicação do Parque (telefonia fixa e VOIP) e visa ampliar a rede de colaboradores e mitigar os crimes ambientais no Parque e ZA.
- A divulgação do telefone para informações ou denúncia anônima deve ser incluída nas estratégias do Plano Integrado de Comunicação.
- As informações devem ser armazenadas em planilha ou no banco de dados do Parque, de forma integrada às temáticas de monitoramento de transgressões ambientais e fiscalização.
- Recomenda-se adotar procedimento de encaminhamento e formalização de denúncias de forma integrada com o protocolo de comunicação e estratégias de fiscalização definidas com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental (Concórdia e região), previsto no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais.
 - Ferramenta de divulgação do telefone;
 - Relatório com registro histórico de denúncias;
 - Memória dos encaminhamentos para PACAM/FATMA e 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental (Concórdia e região).

3.3.1.7. Aprimorar o protocolo de monitoramento de transgressões ambientais do Parque a partir da avaliação do histórico de dados e das demandas funcionais e metodológicas do banco de dados.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, visando otimizar a metodologia de alimentação e análise de dados e sua integração às estratégias de fiscalização do Parque.
- Recomenda-se incluir o planejamento da ampliação da área de cobertura terrestre e aquática no protocolo depois da aquisição da embarcação da UC.
- Recomenda-se também a discussão de procedimentos operacionais padronizados, para otimizar os resultados de monitoramento, incluindo a definição de periodicidade para coleta de dados, de uma matriz de atribuições e responsáveis e da agenda anual de campanhas.
- Esta ação deve estar integrada à definição da estrutura do Banco de Dados e metodologia de coleta, previstas no Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Deve-se integrá-la também com o protocolo de comunicação e estratégias de fiscalização definidas com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental (Concórdia e região), previstos no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais.
 - Protocolo de monitoramento de transgressões ambientais;
 - Formulário de monitoramento de transgressões ambientais;
 - Matriz de atribuições, responsáveis e agenda de campanhas.

3.3.1.8. Definir protocolo de monitoramento de danos ambientais das pesquisas realizadas no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, visando criar metodologia de acompanhamento das intervenções ambientais das pesquisas desenvolvidas na UC.
- Recomenda-se planejar os procedimentos em função das intervenções e demandas de campo, principalmente no caso de supressões e acampamentos, bem como da agenda de pesquisas em andamento.
- Recomendar e planejar a operacionalização conjunta com o monitoramento de transgressões ambientais, como forma de otimizar esforços e procedimentos metodológicos.
- Esta ação deve estar integrada à definição da estrutura do Banco de Dados e metodologia de coleta, previstas no Subprograma de Gestão do Conhecimento.
 - Protocolo de monitoramento de danos das pesquisas;
 - Formulário de monitoramento de danos das pesquisas.

3.3.1.9. Operacionalizar e supervisionar o monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, visando criar um histórico de dados de transgressões ambientais e danos das pesquisas no Parque para subsidiar a definição de estratégias de fiscalização e melhoria das normas internas.
- Deve-se operacionalizar o monitoramento com a ampliação da área de cobertura terrestre e aquática depois da aquisição da embarcação da UC.
- Esta ação deve estar integrada aos procedimentos de alimentação e consulta ao Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.

- Deve-se também integrá-la à operacionalização do protocolo de comunicação e das estratégias de fiscalização com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental (Concórdia e região), principalmente por meio do envio de relatórios.
- Os resultados do monitoramento também devem subsidiar um feedback aos pesquisadores responsáveis pelas intervenções e danos registrados, bem como a melhoria nas normas e procedimentos do Manual do Pesquisador e da Política de Incentivos à Pesquisa do Parque (Subprograma de Pesquisa).
 - Formulários preenchidos de monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas;
 - Histórico de dados de monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas;
 - Relatórios de consulta aos dados de monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas.

3.3.1.10. Avaliar anualmente evolução dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo, com recomendação de periodicidade anual (podendo ser reduzida, caso necessário), devendo ser promovida pelo funcionário e/ou colaborador responsável pelas consultas e análises dos dados (relatórios) do Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se discutir e formular conjuntamente perguntas norteadoras para a análise da evolução anual de dados do monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas, as quais devem subsidiar as consultas ao Banco de Dados.
- Recomenda-se definir estrutura e escopo padrão para o relatório anual de resultados do monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas no Parque.
 - Relatório anual de evolução dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas no Parque.

3.3.1.11. Planejar estratégias de fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelo chefe, funcionário e/ou colaboradores do Parque, em conjunto com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental, com vistas a planejar procedimentos de resposta às transgressões ambientais monitoradas e denúncias recebidas por telefone ou contato interpessoal.
- Esta ação está integrada à efetivação do protocolo de comunicação e estratégias de fiscalização com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental (Concórdia e região).
- O planejamento deve levar em conta a ampliação da área de cobertura terrestre e aquática depois da aquisição da embarcação do Parque e/ou do uso da embarcação da Polícia Ambiental.
- Recomenda-se a disponibilização de um encarte e a realização de nivelamento prévio sobre normas da Zona de Amortecimento do Parque com os fiscais e policiais ambientais.
- Recomenda-se também a disponibilização dos shapefiles em formato “.kmz” dos limites do Parque e da ZA, além de mapas com acessos e pontos vulneráveis para os

fiscais e policiais ambientais como forma de facilitar a visualização e o conhecimento do território alvo das estratégias de fiscalização.

- Devem ser planejados e estabelecidos procedimentos de registro e compartilhamento de resultados das estratégias de fiscalização, os quais deverão ser armazenados no Banco de Dados do Parque.
- Com base nos resultados do planejamento, recomenda-se elaborar em conjunto uma matriz de estratégias, atribuições, responsáveis e agenda de campanhas de fiscalização, incluindo, entre outras ações táticas, as seguintes:
 - Saídas de reconhecimento em resposta ao monitoramento de transgressões ambientais;
 - Rondas em horários de maior probabilidade de encontros com caçadores.
 - Épocas de intensificação em função da caracterização ecológica de espécies cinegéticas e dos períodos de defeso da pesca;
 - Barreiras nos acessos das comunidades aos pontos mais vulneráveis do Parque, com foco na busca de armas, animais e carne de caça;
 - Batidas em propriedades depois de denúncias e identificações feitas pelo monitoramento por câmera;
- Matriz de estratégias, atribuições, responsáveis e agenda de campanhas;
- Mapas com acessos e pontos vulneráveis;
- Memória e registro fotográfico de reuniões e saídas de reconhecimento.

3.3.1.12. Operacionalizar e supervisionar estratégias de fiscalização planejadas e desenvolvidas com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelo chefe, funcionário e/ou colaboradores do Parque, em conjunto com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental, com vistas a manter histórico de dados para acompanhar a evolução das estratégias de fiscalização e coibir os crimes ambientais no Parque e entorno.
- Deve-se operacionalizar o monitoramento com a ampliação da área de cobertura terrestre e aquática depois da aquisição da embarcação da UC e/ou do uso da embarcação da Polícia Ambiental.
- Esta ação deve estar integrada aos procedimentos de alimentação e consulta ao Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
 - Formulários de registro de fiscalização;
 - Histórico de dados de monitoramento da fiscalização;
 - Relatórios de consulta aos dados de monitoramento da fiscalização.

3.3.1.13. Avaliar anualmente a evolução dos resultados do monitoramento das estratégias de fiscalização do Parque e da Zona de Amortecimento.

- Esta ação tem caráter contínuo, com recomendação de periodicidade anual (podendo ser reduzida caso necessária), devendo ser promovida pelo funcionário e/ou colaborador responsável pelas consultas e análises dos dados (relatórios) do Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se discutir e formular conjuntamente perguntas norteadoras para a análise de forma isolada e comparativa da evolução do histórico de dados do monitoramento de transgressões ambientais e estratégias de fiscalização no Parque e ZA, as quais devem subsidiar as consultas ao Banco de Dados.

- Recomenda-se definir estrutura e escopo padrão para o relatório anual de resultados do monitoramento de estratégias de fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento.
- Relatórios de avaliação dos dados de monitoramento de estratégias de fiscalização.

3.3.1.14. Elaborar e implementar materiais de divulgação dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e estratégias de fiscalização.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelo chefe, funcionário e/ou colaboradores do Parque, visando divulgar os resultados e ampliar a sensibilização da sociedade sobre os problemas e crimes ambientais do Parque e ZA.
- As ferramentas de divulgação devem ser definidas e implementadas dentro do Programa Integrado de Comunicação, conforme matriz de planejamento recomendada no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais.
- Recomenda-se avaliar os limites de privacidade e crédito dos resultados de fiscalização em conjunto com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais do 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental para elaboração e implementação de materiais de divulgação dos resultados de fiscalização do Parque e ZA.
- Ferramentas de divulgação dos dados de monitoramento de transgressões ambientais, danos das pesquisas e estratégias de fiscalização.

3.3.2. Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais

Este Subprograma engloba procedimentos de monitoramento, controle e manejo dos recursos naturais do Parque, com base nas demandas de uso e conservação mais relevantes. Abrange, portanto, ações de combate às espécies exóticas invasoras, monitoramento da qualidade e potabilidade da água, identificação de fontes de poluição do entorno, recuperação de áreas degradadas, monitoramento de fauna e da cobertura vegetal e manutenção de trilhas interpretativas, entre outras.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.3.2-I**

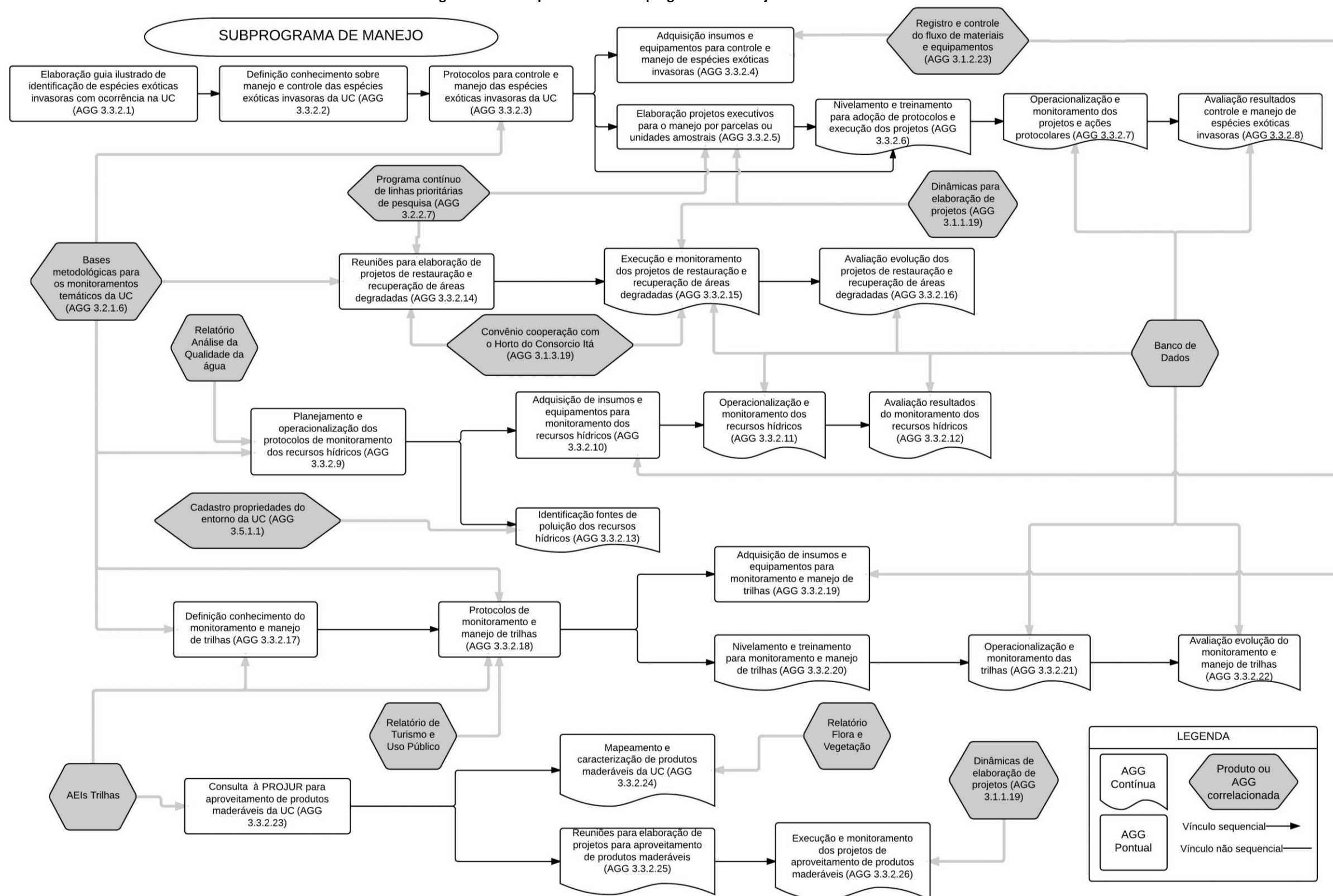
a) Resultados esperados:

- Guia de identificação de espécies exóticas invasoras do Parque elaborado;
- Protocolos de controle e manejo das espécies exóticas invasoras mais problemáticas discutidos e definidos em função do conhecimento disponível;
- Qualidade de água do Parque e entorno analisada periodicamente;
- Potabilidade e vazão da fonte de abastecimento de água do Parque analisada periodicamente;
- Pluviosidade da região do Parque monitorada;
- Fontes de poluição dos recursos hídricos do Parque e entorno identificadas;
- Procedimentos de recuperação de áreas degradadas estabelecidos em função das zonas de manejo do Parque;
- Projetos de recuperação de áreas degradadas implementados e monitorados;
- Evolução da cobertura vegetal e unidades fitossociológicas do Parque monitorada e avaliada;
- Procedimentos de monitoramento e manejo de trilhas e demais áreas abertas de uso público estabelecidos e implementados;
- Procedimentos para a gestão de resíduos sólidos gerados no Parque estabelecidos e implementados;
- Produtos madeiráveis exóticos e nativos com potencial de aproveitamento no Parque mapeados e caracterizados.

b) Indicadores de desempenho:

- Guia de identificação, protocolos e projetos executivos de controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras elaborados até o final do terceiro ano de implementação do Plano;
- Redução da densidade das principais espécies exóticas invasoras nas parcelas ou unidades amostrais do Parque a partir do quarto ano de implementação do Plano;
- Principais fontes de poluição dos recursos hídricos do entorno do Parque identificadas até o terceiro ano de implementação do Plano;
- Papel do Parque na melhoria da qualidade da água do Lajeado Cruzeiro avaliada e confirmada até o final do terceiro ano de implementação;
- 4 projetos de recuperação de áreas degradadas elaborados em função das zonas de manejo do Parque e do conhecimento gerado pelas pesquisas, com implementação de 2 até o final do terceiro ano e outros 2 até o final do quarto ano de implementação do Plano;
- Evolução da cobertura vegetal e unidades fitossociológicas do Parque avaliada no final do quinto ano de implementação do Plano;
- Ações de manejo de trilhas implementadas periodicamente de forma integrada aos procedimentos de monitoramento depois da execução dos projetos emergenciais previstos nas AEIs;
- Procedimentos para registro de encontros ocasionais e monitoramento de fauna implantados até o final do segundo ano de implementação do Plano;
- Procedimentos para a gestão de resíduos sólidos gerados no Parque implantados depois da ampliação das estruturas de uso público previstas nas AEIs deste Plano de Manejo.

Figura 3.3.2-I: Mapa mental do Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais



c) Ações Gerenciais Gerais:

3.3.2.1. Elaborar um guia ilustrado de identificação das espécies exóticas invasoras de ocorrência conhecida no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários ou colaboradores do Parque, com vistas a nivelar e socializar o conhecimento sobre as espécies exóticas invasoras do Parque para ações de monitoramento e manejo.
- Entre as informações básicas para constar no guia, recomenda-se incluir a classificação taxonômica, imagens de identificação (com detalhes morfológicos específicos, principalmente no caso de espécies vegetais) e, quando possível, classificação do grau de risco de invasão/contaminação biológica.
- O guia deve servir de ferramenta de consulta para funcionários, colaboradores, fornecedores de serviços, pesquisadores, estudantes e outros públicos que possam contribuir na identificação e mapeamento da ocorrência de espécies exóticas invasoras no Parque.
- Como fontes básicas de consulta, recomendam-se os relatórios dos diagnósticos temáticos do Plano de Manejo e o acervo de pesquisas em andamento (Subprograma de Gestão do Conhecimento).
- Guia ilustrado de identificação de espécies exóticas.

3.3.2.2. Promover reuniões para discutir e definir o conhecimento disponível sobre o controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida por funcionários e colaboradores do Parque para nivelar o conhecimento disponível sobre procedimentos de controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.
- Recomenda-se estender o convite das reuniões para pesquisadores e especialistas mapeados em função da compilação de trabalhos sobre controle e manejo das espécies alvo.
- Especial atenção deve ser dada à uva-do-Japão em função da problemática e do conhecimento em construção pelas pesquisas em desenvolvimento no Parque.
- Memória e registro fotográfico das reuniões;
- Lista de referências bibliográficas sobre o controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.

3.3.2.3. Sistematizar protocolos para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida por funcionários e colaboradores do Parque para sistematizar procedimentos de controle e manejo existentes para as principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.
- Recomenda-se estender o convite para o desenvolvimento e coautoria dos protocolos para pesquisadores e especialistas mapeados em função da compilação de trabalhos sobre controle e manejo das espécies alvo.
- O desenvolvimento dos protocolos deve subsidiar a definição da estrutura e metodologia de monitoramento do controle e manejo de espécies exóticas invasoras, previsto no Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se avaliar e identificar procedimentos possíveis de serem adotados (identificações, georreferenciamento, marcação, supressão, etc.) durante atividades rotineiras de campo no Parque sob responsabilidade de funcionários, colaboradores e pesquisadores (coleta de dados dos monitoramentos temáticos, manutenções de

trilhas e estruturas, planejamento e execução de projetos de recuperação, desenvolvimento de pesquisas, etc.).

- Além dos procedimentos, recomenda-se listar insumos e equipamentos necessários para operacionalização dos protocolos de controle e manejo.
- Recomenda-se adotar estrutura dos protocolos por encartes para espécies ou grupos taxonômicos com características ecológicas e/ou procedimentos de controle e manejo semelhantes para facilitar a sua operacionalização.
- Especial atenção deve ser dada a uva-do-Japão em função da problemática e do conhecimento em construção pelas pesquisas em desenvolvimento no Parque.
 - Protocolo para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.
 - Formulários de controle e manejo de espécies exóticas invasoras.
 - Lista de insumos e equipamentos.

3.3.2.4. Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir insumos e equipamentos para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores do Parque a partir da definição dos protocolos de modo a criar condições para operacionalização dos procedimentos de controle e manejo existentes para as principais espécies exóticas invasoras.
- Recomenda-se a elaboração de uma especificação técnica em formato tabular, com o detalhamento dos itens, suas dimensões ou especificações materiais ou técnicas e a quantidade desejada.
- O formato de compra dos insumos e equipamentos deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, prospecção e lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada credibilidade de serviço.
- Para orçamento, a especificação técnica deve ser encaminhada para, no mínimo, três fornecedores previamente prospectados, com planilha aberta para preenchimento dos valores unitários e totais, com discriminação de valores de desconto, custo de entrega e instalação, quando necessário.
- A supervisão da entrega deve incluir detalhada análise dos quantitativos, marcas e modelos discriminados na especificação técnica e na nota.
- Todos os equipamentos devem ser cadastrados pelo sistema de controle patrimonial do Parque.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Nota fiscal dos bens.

3.3.2.5. Elaborar projetos executivos para o manejo por parcelas ou unidades amostrais das três espécies exóticas invasoras prioritárias (uva-do-Japão, goiabeira e lírio-do-brejo).

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque, em parceria com pesquisadores e especialistas mapeados, com vistas a organizar ações de manejo para as três principais espécies exóticas invasoras em parcelas ou unidades amostrais para obter maior controle sobre a eficácia e eficiência dos procedimentos definidos nos protocolos.

- Recomenda-se definir as parcelas ou unidades amostrais em função do mapa de cobertura vegetal do Parque, abrangendo, na medida do possível, diferentes classes de cobertura para avaliação comparativa.
- Além das técnicas de manejo, os projetos devem especificar métodos de controle da dispersão e/ou reinfestação das espécies em função de suas características ecológicas.
- Deve-se avaliar a integração dos projetos dentro dos programas contínuos de pesquisa, conforme ações e recomendações incluídas no Subprograma de Pesquisa.
 - Mapa e demarcação de parcelas ou unidades amostrais.
 - Projeto de manejo da uva-do-Japão;
 - Projeto de manejo da goiabeira;
 - Projeto de manejo do lírio-do-brejo.

3.3.2.6. Organizar e promover nivelamentos e treinamento de pessoal para adoção dos protocolos e execução dos projetos para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque em conjunto com pesquisadores e outros envolvidos em nivelar e treinar a operacionalização dos procedimentos de controle e manejo existentes para as principais espécies exóticas invasoras.
- Recomenda-se a organização e promoção de apresentações teóricas e simulações práticas em função dos projetos executivos e dos protocolos definidos, direcionados às equipes diretamente envolvidas em cada iniciativa.
- As simulações práticas devem dar especial atenção aos procedimentos de manejo e registro de dados (para subsidiar o adequado monitoramento), incluindo o correto manuseio dos insumos e equipamentos, de modo a garantir a segurança das equipes envolvidas e alcance dos resultados planejados.
 - Registro fotográfico dos nivelamentos e treinamentos.

3.3.2.7. Operacionalizar e monitorar os projetos e as ações protocolares de controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelas equipes responsáveis pela operacionalização dos procedimentos de controle e manejo existentes para as principais espécies exóticas invasoras por meio de ações planejadas ou do monitoramento de ações fortuitas.
- Recomenda-se operacionalizar e monitorar procedimentos planejados dentro dos projetos executivos das parcelas ou unidades amostrais e também ações fortuitas de controle e manejo, viabilizadas conjuntamente com a coleta de dados dos monitoramentos temáticos, manutenções de trilhas e estruturas, planejamento e execução de projetos de recuperação, desenvolvimento de pesquisas, etc.
- No caso das ações fortuitas, recomenda-se que não sejam executadas para as espécies alvo dentro das parcelas ou unidades amostrais dos projetos executivos para não prejudicar o monitoramento dos resultados planejados.
- As ações devem estar integradas aos procedimentos de alimentação e consulta ao Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
 - Formulários de controle e manejo de espécies exóticas invasoras;
 - Histórico de dados de controle e manejo de espécies exóticas invasoras;
 - Relatórios de consulta aos dados de espécies exóticas invasoras.

3.3.2.8. Avaliar anualmente a evolução dos resultados do controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo, com recomendação de periodicidade anual (podendo ser reduzida caso necessário), devendo ser promovida pelo funcionário e/ou colaborador responsável pelas consultas e análises dos dados (relatórios) do Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se discutir e formular conjuntamente perguntas norteadoras para a análise da evolução dos resultados do controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras do Parque, as quais devem subsidiar as consultas ao Banco de Dados.
- No caso dos projetos, recomenda-se avaliar a evolução dos resultados de forma comparativa entre as parcelas ou unidades amostrais.
- No caso das ações fortuitas, recomenda-se avaliar a evolução dos resultados de forma comparativa entre as atividades simultâneas desenvolvidas e seus responsáveis (coleta de dados dos monitoramentos temáticos, manutenções de trilhas e estruturas, planejamento e execução de projetos de recuperação, desenvolvimento de pesquisas, etc.).
- Recomenda-se definir estrutura e escopo padrão para o relatório anual de resultados do monitoramento de evolução dos resultados do controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras do Parque.
- Relatórios de avaliação dos dados de controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.

3.3.2.9. Planejar operacionalização dos protocolos de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários ou colaboradores do Parque, com o objetivo de listar insumos e equipamentos necessários, definir procedimentos, responsáveis e atribuições de acordo com os protocolos sugeridos no Relatório de Análise da Qualidade da Água do Plano de Manejo.
- O desenvolvimento dos protocolos deve subsidiar a definição da estrutura e metodologia de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica previstos no Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Protocolo de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.
- Formulários de monitoramento;
- Lista de insumos e equipamentos.

3.3.2.10. Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir insumos e equipamentos para monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores do Parque de acordo com a definição dos protocolos e de modo a criar condições para operacionalização dos procedimentos de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.

- Recomenda-se a elaboração de uma especificação técnica em formato tabular, com o detalhamento dos itens, suas dimensões ou especificações materiais ou técnicas e a quantidade desejada.
 - O formato de compra dos insumos e equipamentos deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, prospecção e lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada credibilidade de serviço.
 - Para orçamento, a especificação técnica deve ser encaminhada para, no mínimo, três fornecedores previamente prospectados, com planilha aberta para preenchimento dos valores unitários e totais, com discriminação de valores de desconto, custo de entrega e instalação, quando necessário.
 - A supervisão da entrega e instalação deve incluir detalhada análise dos quantitativos, marcas e modelos discriminados na especificação técnica e na nota, bem como das condições de aparência e funcionalidade dos bens.
 - Todos os equipamentos devem ser cadastrados pelo sistema de controle patrimonial do Parque.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Nota fiscal dos bens.
- 3.3.2.11. Operacionalizar e supervisionar o monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.
- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelas equipes responsáveis pela operacionalização dos procedimentos de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.
 - As ações devem estar integradas aos procedimentos de alimentação e consulta ao Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
 - Formulários de monitoramento preenchidos;
 - Histórico de dados de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica;
 - Relatórios de consulta aos dados de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.
- 3.3.2.12. Avaliar anualmente a evolução dos resultados do monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.
- Esta ação tem caráter contínuo, com recomendação de periodicidade anual (podendo ser reduzida, caso necessário), devendo ser promovida pelo funcionário e/ou colaborador responsável pelas consultas e análises dos dados (relatórios) do Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
 - Recomenda-se discutir e formular conjuntamente perguntas norteadoras para a análise da evolução isolada e comparativa dos resultados do monitoramento da

qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica, as quais devem subsidiar as consultas ao Banco de Dados.

- Recomenda-se definir estrutura e escopo padrão para o relatório anual de resultados do monitoramento de evolução da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.
- Relatórios de avaliação dos dados de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.

3.3.2.13. Promover reuniões para identificar as principais fontes de poluição dos recursos do Parque e entorno e discutir soluções e encaminhamentos.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de nivelar o conhecimento gerado pelos resultados do monitoramento da qualidade de água, identificar fontes de poluição e propor soluções e encaminhamentos.
- Recomenda-se estender o convite de participação nas reuniões para moradores das comunidades do entorno do Parque e representantes do Conselho Consultivo.
- Para identificação das principais fontes de poluição, recomenda-se cruzar a evolução dos resultados do monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno com as seguintes informações geradas pelo Subprograma Desenvolvimento Territorial Integrado:
 - Cadastro socioeconômico das propriedades, em especial a situação de tratamento ou despejo de efluentes;
 - Mapeamento da cobertura e uso do solo da ZA.
- Para a proposição de soluções e encaminhamentos, recomenda-se relacionar propriedades alvo para participação em projetos pilotos previstos no Subprograma Desenvolvimento Territorial Integrado, ou o estabelecimento de Termos de Ajustamento de Conduta, ou instrumentos equivalentes para regularização ambiental das propriedades.
- Memória e registro fotográfico das reuniões;
- Relatório de soluções e propostas.

3.3.2.14. Promover reuniões para elaboração de projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque com o objetivo de nivelar o conhecimento do diagnóstico e mapeamento da vegetação, o mapeamento e as normas das zonas de recuperação, discutir demandas e propor projetos customizados para recuperação e restauração das diferentes porções do Parque.
- Recomenda-se estender o convite de participação nas reuniões para pesquisadores mapeados com experiência na área.
- Em função das diferentes características de solo e cobertura vegetal, de histórico de uso e das demandas de reocupação, recomenda-se avaliar a concepção de projetos diferentes para cada zona de recuperação, com definição de áreas prioritárias e unidades demonstrativas (fitossociológicas). No caso das Zonas Primitiva e Semiprimitiva, recomenda-se apenas a concepção de projetos de enriquecimento

florestal com plantio de mudas de espécies de interesse para conservação dos fragmentos.

- Recomenda-se também a instalação de parcelas permanentes para desenvolvimento de mensurações periódicas e sistemáticas voltadas para a elaboração de um inventário florestal contínuo que permita o acompanhamento dos processos com dados florísticos e estruturais e sua comparação com as demais áreas.
- Neste sentido, a concepção dos projetos tem alta correlação com os estudos fitossociológicos dos estágios secundários sucessionais sugeridos no Subprograma de Pesquisa.
- Para cada projeto, recomenda-se listar insumos e equipamentos necessários para operacionalização das ações de recuperação planejadas.
- A identificação de parceiros e investidores para cada projeto deve estar pautada no mapeamento de fontes de financiamento (Subprograma de Administração) e também nas recomendações de formalização do Subprograma de Relações Públicas e Institucionais, sobretudo em relação ao Horto do Consórcio Itá.
- Consolidados os projetos, recomenda-se subsidiar a definição da estrutura e metodologia de monitoramento dos projetos de recuperação e restauração dentro do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
 - Memória e registro fotográfico das reuniões;
 - Projetos de recuperação e restauração;
 - Lista de insumos e equipamentos.

3.3.2.15. Planejar, executar e monitorar os projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelas equipes responsáveis pelo desenvolvimento prático dos projetos de recuperação e restauração construídos.
- Os projetos devem estar condicionados ao estabelecimento do instrumento de convênio ou cooperação com o Horto da UHE Itá para produção e fornecimento de mudas (Subprograma de Relações Públicas e Institucionais).
- As ações devem estar integradas aos procedimentos de alimentação e consulta ao Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Os projetos devem prever procedimentos de monitoria e avaliação das parcelas permanentes para desenvolvimento de mensurações periódicas e sistemáticas voltadas para a elaboração de um inventário florestal contínuo que permita o acompanhamento dos processos com dados florísticos e estruturais e sua comparação com as demais áreas.
- No caso dos projetos para as Zonas de Recuperação 1, em função do tamanho, não é necessário o estabelecimento de parcelas, mas deve-se prever o acompanhamento periódico das áreas, sobretudo depois das intervenções de descompactação e preparo do solo, com vistas a avaliar os riscos de contaminação por espécies exóticas invasoras.
 - Relatórios fotográficos de andamento dos projetos;
 - Relatórios de desempenho (número de mudas plantadas, taxa de sobrevivência e crescimento de mudas, etc.).

3.3.2.16. Avaliar anualmente a evolução dos projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo, com recomendação de periodicidade anual (podendo ser reduzida caso necessário), devendo ser promovida pelo funcionário e/ou

colaborador responsável de acordo com as consultas e análises dos dados (relatórios) do Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.

- Recomenda-se discutir e formular conjuntamente perguntas norteadoras para a análise da evolução isolada e comparativa dos resultados dos projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas, as quais devem subsidiar as consultas ao Banco de Dados.
- Recomenda-se definir estrutura e escopo padrão para o relatório anual de resultados do monitoramento dos projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas.
- Relatórios de avaliação dos projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque.

3.3.2.17. Promover reuniões para discutir e definir o conhecimento disponível sobre o monitoramento e manejo das trilhas no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque com o objetivo de nivelar o conhecimento dos procedimentos de controle e manejo desenvolvidos no Parque e disponíveis em bibliografia.
- Recomenda-se condicionar essas reuniões à contratação e execução dos projetos de ações emergenciais de correção e adequação das trilhas consolidadas do Parque previstos nas respectivas Áreas Estratégicas.
- Consolidados os projetos, recomenda-se subsidiar a definição da estrutura e metodologia de monitoramento e manejo das trilhas dentro do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Memória e registro fotográfico das reuniões.

3.3.2.18. Sistematizar protocolos para o monitoramento e manejo das trilhas no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida por funcionários e colaboradores do Parque para sistematizar procedimentos de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.
- O desenvolvimento dos protocolos deve subsidiar a definição da estrutura e metodologia de monitoramento e manejo das trilhas no Parque previstos no Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se avaliar e identificar procedimentos recomendados no Relatório de Turismo e Uso Público do Plano de Manejo e também nos relatórios dos projetos de ações emergenciais de correção e adequação das trilhas consolidadas do Parque previstos nas respectivas Áreas Estratégicas.
- Além dos procedimentos, recomenda-se listar insumos e equipamentos necessários para operacionalização dos protocolos de controle e manejo.
- Protocolo para o monitoramento e manejo das trilhas no Parque;
- Formulários de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.

3.3.2.19. Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir insumos e equipamentos para o monitoramento e manejo das trilhas no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores do Parque conforme a definição dos protocolos e de modo a criar condições para operacionalização dos procedimentos de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.

- Recomenda-se a elaboração de uma especificação técnica em formato tabular, com o detalhamento dos itens, suas dimensões ou especificações materiais ou técnicas e a quantidade desejada.
 - O formato de compra dos insumos e equipamentos deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, prospecção e lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada credibilidade de serviço.
 - Para orçamento, a especificação técnica deve ser encaminhada para, no mínimo, três fornecedores previamente prospectados, com planilha aberta para preenchimento dos valores unitários e totais, com discriminação de valores de desconto, custo de entrega e instalação, quando necessário.
 - A supervisão da entrega e instalação deve incluir detalhada análise dos quantitativos, marcas e modelos discriminados na especificação técnica e na nota, bem como as condições de aparência e funcionalidade dos bens.
 - Todos os equipamentos devem ser cadastrados pelo sistema de controle patrimonial do Parque.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Nota fiscal dos bens.
- 3.3.2.20. Organizar e promover nivelamento e treinamento de pessoal para adoção dos protocolos de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.
- Esta ação é de caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque em conjunto com pesquisadores e outros envolvidos para nivelar e treinar a operacionalização dos procedimentos de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.
 - Recomenda-se a organização e promoção de apresentações teóricas e simulações práticas em função dos projetos executivos e dos protocolos definidos, direcionados às equipes diretamente envolvidas em cada iniciativa.
 - As simulações práticas devem dar especial atenção aos procedimentos de manejo e registro de dados (para subsidiar o adequado monitoramento), incluindo o correto manuseio dos insumos e equipamentos, de modo a garantir a segurança das equipes envolvidas e alcance dos resultados planejados.
 - Registro fotográfico dos nivelamentos e treinamentos.
- 3.3.2.21. Operacionalizar e monitorar as ações de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.
- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelas equipes responsáveis pela operacionalização dos procedimentos de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.
 - As ações devem estar integradas aos procedimentos de alimentação e consulta ao Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
 - Formulários de monitoramento preenchidos.
 - Histórico de dados de monitoramento das trilhas no Parque.
 - Relatórios de consulta aos dados de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.

3.3.2.22. Avaliar anualmente evolução o monitoramento e manejo das trilhas no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo, com recomendação de periodicidade anual (podendo ser reduzida caso necessário), devendo ser promovida pelo funcionário e/ou colaborador responsável de acordo com as consultas e análises dos dados (relatórios) do Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se discutir e formular conjuntamente perguntas norteadoras para a análise da evolução isolada e comparativa dos resultados do monitoramento e manejo das trilhas no Parque, as quais devem subsidiar as consultas ao Banco de Dados.
- Recomenda-se definir estrutura e escopo padrão para o relatório anual de resultados do monitoramento e manejo das trilhas no Parque.
- Relatórios de avaliação dos dados de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.

3.3.2.23. Promover reuniões para discutir e atualizar as necessidades e procedimentos de gestão de resíduos sólidos gerados no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque com o objetivo de identificar e adaptar os procedimentos de gestão de resíduos sólidos gerados na UC levando em consideração a ampliação das infraestruturas, perfil e fluxo de uso público.
- Recomenda-se condicionar essas reuniões à contratação e execução dos projetos de implantação de novos atrativos e infraestruturas previstos nas respectivas Áreas Estratégicas.
- Memória e registro fotográfico das reuniões.

3.3.2.24. Sistematizar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos com protocolos operacionais.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida por funcionários e colaboradores do Parque para sistematizar os procedimentos de Gestão de resíduos Sólidos no Parque, com base na discussão e atualização das necessidades de gestão impostas pela ampliação das infraestruturas, perfil e fluxo de uso público.
- O desenvolvimento dos protocolos deve subsidiar a definição da estrutura e metodologia de gestão dos resíduos no Parque, bem como as atribuições e responsáveis pela operacionalização do Plano.
- Recomenda-se avaliar, identificar e caracterizar a geração, coleta e transporte, periodicidade, destinação e disposição final, custos, competências e responsabilidades e legislação e normas brasileiras aplicáveis.
- Deve-se avaliar a definição de procedimento de monitoramento do montante e tipos de resíduos gerados, bem como de incidentes com os responsáveis ou com a fauna nativa, de modo a subsidiar a discussão da funcionalidade e demandas de aprimoramento do Plano.
- Além dos procedimentos, recomenda-se listar insumos e equipamentos necessários para operacionalização dos protocolos.
- O Plano de Gestão de Resíduos Sólidos da UC deverá garantir a segurança dos funcionários, colaboradores e visitantes da Unidade, assim como o menor impacto ao patrimônio natural da UC, com especial atenção à atração e acesso da fauna nativa aos resíduos gerados.
- Recomenda-se prever um período de avaliação anual do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos para sua melhora e aperfeiçoamento contínuo.
- Protocolo do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Parque.

3.3.2.25. Operacionalizar as ações do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelas equipes responsáveis pela operacionalização dos procedimentos do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Parque.
- Muito embora as ações não precisem estar integradas ao Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento, recomenda-se a adoção de uma planilha de registro e controle do volume aproximado, tipo de resíduos e incidentes ocorridos.
 - Planilha de controle e registro de resíduos.

3.3.2.26. Consultar e discutir com a PROJUR sobre o aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e visa nivelar o conhecimento do potencial e das limitações de aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque.
- Os produtos nativos aqui referidos são apenas aqueles provenientes de morte natural ou acidental.
- Como documento de referências, recomenda-se adotar a Carta 01/2013 (em anexo), encaminhada à Procuradoria Jurídica da FATMA, que levanta questões pertinentes ao tema.
 - Memória e registro fotográfico das reuniões.

3.3.2.27. Promover o constante mapeamento e caracterização de produtos madeiráveis exóticos e nativos com potencial de aproveitamento no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque com o objetivo de avaliar a disponibilidade, os riscos ambientais e a relação custo benefício do aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos.
- Esta ação está condicionada ao posicionamento da PROJUR nas reuniões de discussão sobre a viabilidade e procedimentos legais e administrativos.
- Recomenda-se adotar o Relatório de Flora e Vegetação e mapeamento de classes com presença de exóticas para a identificação dos produtos madeiráveis exóticos.
- Recomenda-se o mapeamento de espécies nativas mortas durante as ações de monitoramento e manejo de trilhas.
- Recomenda-se definir previamente as principais informações para caracterização e dimensionamento dos produtos com potencial de aproveitamento, incluindo a identificação da espécie, sua localização, cubagem e acessibilidade.
- Recomenda-se também promover ampla discussão para avaliação de potenciais riscos e danos ambientais do aproveitamento, de forma a subsidiar um balanço do custo benefício das ações, levando em consideração as demandas de uso já existentes para os produtos.
 - Relatórios de mapeamento e caracterização.

3.3.2.28. Promover reuniões para elaboração de projetos de aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque com o objetivo de projetar o aproveitamento de madeiras em estruturas do Parque.

- Esta ação está condicionada ao posicionamento da PROJUR nas reuniões de discussão sobre a viabilidade e procedimentos legais e administrativos.
- Esta ação deve estar baseada nos resultados da avaliação de riscos e danos e do balanço do custo benefício do aproveitamento.
- Projetos de aproveitamento.

3.3.2.29. Planejar, executar e monitorar os projetos de aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelas equipes responsáveis por operacionalizar e acompanhar os projetos de aproveitamento de madeiras em estruturas do Parque.
- Esta ação está condicionada ao posicionamento da PROJUR nas reuniões de discussão sobre a viabilidade e procedimentos legais e administrativos.
- No caso de espécies exóticas com alta relação custo benefício, recomenda-se a elaboração e execução de projetos de permuta de serviços com empresas especializadas, com vistas a trocar os custos do serviço e o beneficiamento das madeiras por parte da matéria bruta dimensionada e alvo do corte.
- Os projetos devem prever procedimentos de monitoria e avaliação dos procedimentos e das áreas, recomendando-se a definição de projetos de recuperação e o monitoramento da contaminação de espécies exóticas invasoras, quando necessário.
- Relatórios fotográficos de andamento dos projetos.

3.4. Programa de Uso Público

O Programa de Uso Público engloba ações gerenciais gerais organizadas em três Subprogramas: Recreação; Educação Ambiental; e, Eventos.

As duas principais modificações em relação à organização deste Programa no Plano de Manejo Fase I dizem respeito ao Subprograma de Educação Ambiental, anteriormente denominado Educação e Interpretação Ambiental, e à criação do Subprograma de Eventos, inexistente na primeira versão do documento. O Subprograma de Educação Ambiental agora engloba ações gerenciais internas e externas relativas ao tema porque este Plano de Manejo não adota mais o conceito de Área de Influência (que anteriormente delimitava a abrangência do Programa de Integração com a Área de Influência, dentro do qual se encontrava o Subprograma de Educação na Área de Influência) e, principalmente, porque tais ações devem ser planejadas e operacionalizadas pela mesma equipe de funcionários e colaboradores, de forma integrada e, portanto, devem ficar organizadas de forma agrupada. Já o Subprograma de Eventos foi criado em função da importância e notoriedade que as edições anuais de Aniversário de Visitação do Parque vêm assumindo na região, bem como em virtude do potencial de atuação do Parque na organização e promoção de eventos temáticos e corporativos, sobretudo dentro da perspectiva da ampliação e melhoria do auditório e do incremento dos potenciais de exploração comercial da UC.

Esta reorganização está pautada na Análise de Efetividade do Plano de Manejo Fase I e objetiva incrementar e ao mesmo tempo facilitar a implementação das ações gerenciais internas e externas à temática de uso público do Parque.

Vale ressaltar que esse Programa foi o que apresentou a mais alta efetividade de implementação (93%) na análise da primeira versão do Plano de Manejo, demandando, portanto, o delineamento de novas ações ligadas às necessidades complementares de

gerenciamento e também a adequação daquelas ações que vinham dando resultado e se mostram pertinentes e relevantes frente ao novo cenário do Parque.

a) Diretrizes:

- Diversificação dos atrativos turísticos frente à ampliação do perfil de visitantes da Unidade.
- Atualização dos equipamentos e conteúdos interpretativos à luz dos conhecimentos disponibilizados pelas pesquisas e diagnósticos temáticos.
- Diversificação das atividades e dinâmicas educacionais frente à ampliação do perfil de visitantes e de instituições de ensino interessadas.

3.4.1. Subprograma de Recreação

O subprograma de Recreação engloba ações destinadas ao planejamento, implementação e monitoramento de atividades recreativas, terceirizadas ou não, incluindo ainda a produção de materiais para manejo de visitantes, para divulgação de atrativos e atividades e também a análise da evolução do perfil de visitantes do Parque.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.4.1-I**.

a) Resultados esperados:

- Protocolo de uso público atualizado com base na ampliação e integração dos atrativos e nos potenciais de concessão e terceirização de bens e serviços;
- Folheterias de uso público concebidas para divulgação de atrativos e para o manejo de atividades e visitantes;
- Atividades recreativas planejadas, implementadas e monitoradas para ampliação do perfil de visitantes;
- Serviços terceirizados de recreação integrados e supervisionados;
- Evolução no perfil de visitação monitorada e avaliada.

b) Indicadores de desempenho:

- Protocolo de uso público atualizado após a implantação dos projetos executivos para ampliação dos atrativos turísticos do Parque;
- Demandas de conteúdo das folheterias de uso público atualizadas anualmente, conforme objetivos de divulgação de atrativos e manejo de visitantes do Parque;
- Folheteria de divulgação dos atrativos turísticos elaborada em tiragem compatível à participação e/ou organização de eventos e estratégias do Plano Integrado de Comunicação;
- Folheteria para manejo de visitantes em trilhas autoguiadas, elaborada até a consolidação dos projetos emergenciais previstos nas Áreas Estratégicas deste Plano;
- Formulários de monitoramento da visitação atualizados até o final do primeiro ano de implementação do Plano;
- Diversidade de atividades recreativas ampliadas gradualmente até o final do terceiro ano de implementação do Plano;
- Diversificação no padrão do perfil de visitantes do Parque até o quarto ano de implementação do Plano.

c) Ações Gerenciais Gerais:

3.4.1.1. Aprimorar o protocolo de monitoramento de uso público do Parque conforme a avaliação do histórico de dados, das demandas funcionais e metodológicas do banco de dados e da estruturação de novos atrativos da UC.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque visando otimizar a metodologia de alimentação e análise de dados e sua integração com as estratégias de uso público da UC.
- Recomenda-se a discussão de procedimentos operacionais padronizados, para otimizar os resultados de monitoramento, incluindo a definição de uma matriz de atribuições e responsáveis.
- Esta ação deve estar integrada à definição da estrutura do Banco de Dados e metodologia de coleta, previstas no Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se também que o protocolo considere a complementação/atualização do questionário pré e pós-visita atual (2013) existente no Parque, considerando os pontos identificados no diagnóstico de Turismo e Uso Público, tais como:
 - Formulário Pré-visita: substituir, na questão Objetivo, a opção Interesse
 - Formulário Pós-visita: substituir, na opção Idade, por Faixa Etária, fornecendo as seguintes opções sugeridas (podendo ser modificadas de acordo com a necessidade): até 18 anos; entre 19 e 30 anos; entre 31 e 45 anos; entre 45 e 60 anos; acima de 60 anos; incluir além do Município de Origem, as opções Estado e País, pois já se observou que o Parque vem registrando visitantes de diversos Estados brasileiros e de outros países, mas sem o seu devido registro; incluir na questão - O que você achou da visita? opções de resposta para avaliação em separado dos seguintes aspectos: Instalações e Infraestrutura Física, Qualidade dos Atrativos e Qualidade dos Serviços Prestados, cada uma mantendo as opções de Ruim a Ótimo. Este detalhamento permitirá mais precisão nas respostas e efetividade para as ações de manejo do uso público; no processamento de dados, criar categorias baseadas nas respostas mais frequentes, nas quais possam ser enquadradas as principais críticas, sugestões e/ou comentários (item 10 do formulário atual 2013), permitindo assim a quantificação e facilitação na análise e interpretação destes dados e sua incorporação efetiva nas ações de manejo do uso público. (ex. “poderia ter mais bancos”, “falta um espaço para picnic”, podem ser enquadradas em uma categoria hipotética: Necessidade de mais espaço e estruturas para lazer do visitante).
- Recomenda-se também prever atualizações condicionadas à estruturação de novas trilhas, estruturas e atividades de uso público previstas nas Áreas Estratégias e demais Subprogramas de Manejo do Parque, sobretudo em relação ao monitoramento do fluxo de visitação e das demandas de manejo em cada espaço.
- Todas as informações levantadas deverão ser sistematizadas no banco de dados integrado do Parque para facilitar sua análise.
 - Formulários pré e pós-visita atualizados conforme as demandas identificadas;
 - Matriz de atribuições e responsáveis;
 - Protocolo de monitoramento de uso público.

3.4.1.2. Organizar e promover o nivelamento e treinamento de pessoal para adoção do protocolo de uso público.

- Esta ação é de caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque em conjunto com estagiários, voluntários e outros atores envolvidos.

- Recomenda-se a organização e promoção de apresentações teóricas e simulações práticas em função do protocolo definido e dos atrativos turísticos implantados.
- As simulações práticas devem dar especial atenção aos procedimentos de manejo e registro de dados (para subsidiar o adequado monitoramento).
- Registro fotográfico dos nivelamentos e treinamentos.

3.4.1.3. Identificar e consolidar demandas funcionais de conteúdo e sugestões de layout para folheterias de uso público.

- Esta ação tem caráter pontual e visa identificar as principais demandas e definir as temáticas para a elaboração de folheteria específica para divulgação dos atrativos e atividades do Parque e manejo de visitantes e atividades.
- As demandas relacionadas à divulgação dos atrativos devem ser dimensionadas em função do público e eventos alvo, bem como atualizadas em função das novas estruturas previstas e futuramente implantadas no Parque.
- As demandas de manejo de atividades e visitantes devem ser compatibilizadas com o desenvolvimento dos projetos de adequação das trilhas existentes e de implantação de novas trilhas, estruturas e atividades, levando-se em consideração o tipo de manejo previsto para os visitantes, os potenciais interpretativos concebidos e as atividades temáticas propostas para os espaços de uso público do Parque.
- Recomenda-se a criação de um grupo de trabalho específico, formado por funcionários e colaboradores, cuja responsabilidade é identificar as demandas e configuração da folheteria de uso público.
- Toda folheteria deverá seguir o padrões previstos no Manual de uso da logomarca do Parque e outras especificações previstas no Programa de Operacionalização, em especial no âmbito das ações do Plano Integrado de Comunicação do Parque (Subprograma de Relações Públicas e Institucionais).
- As propostas de layout devem ser feitas em função da funcionalidade de cada folheteria, buscando forte apelo visual e ao mesmo tempo praticidade de manuseio dos materiais.
- Demandas de conteúdo e configuração da folheteria de uso público.

3.4.1.4. Elaborar especificação técnica e contratar produção de folheterias de uso público.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada posteriormente à consolidação participativa do conteúdo e configuração da folheteria.
- Deve-se buscar a utilização de uma linguagem jornalística e com forte apelo visual, respeitando-se as demandas funcionais, as propostas de layout e as especificações do Manual de uso da logomarca da UC.
- Recomenda-se integrar com a contratação de designer gráfico para a formatação dos materiais, bem como de empresa especializada para geração dos fotolitos e impressão dos mesmos, com tiragem especificada em função das atividades e da estimativa do público-alvo para o qual o material está direcionado.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do serviço:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, escopo mínimo dos serviços e custo total, e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Indicação de um interlocutor técnico para o processo de seguimento e comunicação direta;
 - Reunião de nivelamento com os funcionários e colaboradores.

- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Folheterias de uso público.

3.4.1.5. Elaborar especificação técnica e contratar profissional para a identificação e caracterização do potencial do Parque para atividades de observação de aves.

- Esta atividade tem caráter pontual e deve ser realizada de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores do Parque.
- Recomenda-se a contratação de um profissional com comprovada experiência na atividade e conhecimento da avifauna regional.
- É essencial consultar o diagnóstico de Avifauna realizado para revisão deste Plano de Manejo como subsídio para o delineamento desta ação e nivelamento dos funcionários e colaboradores sobre o assunto.
- O profissional contratado deve determinar o potencial real do Parque para a atividade de observação de aves com foco nas espécies potenciais ou de interesse, hábitos ecológicos de cada uma delas, lugares ideais para a observação, períodos ou estações mais recomendadas para observação, recomendações comportamentais dos observadores para o mínimo impacto sobre a avifauna e o entorno, capacidade de carga e levantamento dos interessados potenciais na atividade.
- Recomenda-se ainda que o profissional identifique demandas para estruturação operacional da atividade, incluindo:
 - A capacidade e as deficiências das estruturas e fornecedores locais de serviço (hospedagem, alimentação, traslado, operadoras e agências turísticas, etc.) frente às necessidades do público-alvo, e definir estratégias e parcerias para potencializar os aspectos positivos e neutralizar os negativos.
 - A identificação e o contato de ornitólogos e grupos organizados de observadores da região e/ou do estado com potencial para capacitação de guias ou operação de roteiros;
 - As competências e conhecimento básicos a serem trabalhados em cursos de formação e capacitação para guias locais;
 - Recomendações de cadastro do Parque e/ou concepção de roteiro na American Birding Association (<http://www.aba.org/>), Worldwide Bird Watching (<http://www.birding.com/travel.asp>), a Birding Brazil Tours (<http://www.birdingbraziltours.com/>), a Field Guides (<http://www.fieldguides.com/>), dentre outros sites especializados.
- Recomenda-se que a especificação técnica preveja os seguintes aspectos para a contratação do serviço:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação do profissional, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços e currículo dos profissionais envolvidos;

- Previsão de processo de integração dos funcionários com vistas ao nivelamento da atividade, impactos potenciais e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Sugere-se avaliar e realizar uma apresentação dos resultados aos funcionários e colaboradores, eventualmente conselheiros interessados, para esclarecimento de dúvidas e nivelamento das informações. Caso necessário, complementar a apresentação com curso de capacitação e treinamento dos funcionários e colaboradores.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Relatório do potencial da atividade observação de aves no Parque.

3.4.1.6. Planejar, organizar e operacionalizar roteiros e programas de observação de aves no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e está condicionada à articulação de parceiros e fornecedores externos ou à capacitação de funcionários e colaboradores,
- Ela visa implantar a observação de aves no Parque com base nos resultados da identificação e caracterização do potencial do Parque, bem como dos eventos contidos no Relatório de caracterização da atividade realizado por profissional/ais competente/s.
- Esta ação somente deverá ser realizada depois de finalizado o supracitado relatório e criadas as condições básicas de articulação externa e suporte interno para execução da atividade.
- Recomenda-se a elaboração de folheteria específica para divulgação desta atividade aos visitantes e à comunidade científica potencialmente interessada conforme ações anteriormente especificadas neste Subprograma e em outras recomendações do Plano Integrado de Comunicação (Subprograma de Relações Públicas e Institucionais).
- Recomenda-se prever a integração e utilização das infraestruturas existentes na Unidade (mirante, passarela, estruturas de madeira, etc.) para realização da observação de aves de forma integrada.
- Sugere-se que o resultado do planejamento e organização da atividade seja a elaboração de um roteiro específico para observação de aves no intuito de nivelar e capacitar os funcionários e colaboradores conforme indicado no Subprograma de Educação Ambiental.
- Deve-se considerar futuramente a necessidade de organização de grupo específico de guias para acompanhamento da atividade em horários adequados à observação de aves (ao amanhecer e entardecer), tendo em vista o possível conflito do horário de funcionamento do Parque com o de observação de aves.
 - Roteiros de observação de aves estruturados;
 - Grupos agendados de observação de aves no Parque;
 - Ampliação do registro de aves observadas no Parque em sites especializados.

3.4.1.7. Desenvolver internamente ou elaborar especificação técnica e contratar profissional para elaborar um projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas.

- Esta ação tem caráter pontual e visa diversificar o aproveitamento recreativo das trilhas do Parque por meio de jogos, gincanas, desafios e outras atividades ou dinâmicas lúdicas ao ar livre, no intuito de potencializar a interação dos visitantes com o meio ambiente, divulgando os novos conhecimentos gerados no Parque, em especial dos atributos de biodiversidade.
- Deve-se avaliar a criação de atividades ou dinâmicas lúdicas isoladas para cada uma das trilhas e/ou integradoras em várias trilhas, prevendo a compatibilização do cronograma e interação conceitual com o processo de renovação do sistema de sinalização interpretativa das trilhas (Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos) e atualização dos roteiros interpretativos (Subprograma de Educação Ambiental). Os equipamentos e materiais necessários devem ser independentes das placas e dispositivos de sinalização desenvolvido para permitir atualizações independentes do sistema edificado.
- Recomenda-se também prever a interação dos jogos ou dinâmicas desenvolvidos com o processo de elaboração de aplicações institucionais e comerciais da logomarca usando um sistema de premiação que estimule a participação e fortaleça a identidade do Parque e sua marca.
- O projeto deverá determinar os objetivos e funcionalidade dos jogos considerados, os recursos necessários para sua implementação (equipamentos e materiais), embasamento de funcionamento e localização das indicações e materiais complementares no interior do Parque.
- Em caso de desenvolvimento interno do Projeto, recomenda-se a compilação de bibliografias relacionadas a jogos cooperativos e dinâmicas educativas, entre outros temas relacionados, identificação e articulação de parceiros acadêmicos com experiência, a criação de um grupo de trabalho específico e programação de uma agenda de reuniões.
- Em caso de contratação do serviço, recomenda-se que a especificação técnica preveja os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação do profissional, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços e currículo dos profissionais envolvidos;
 - Previsão de processo de integração dos funcionários com o nivelamento da atividade, impactos potenciais e medidas de mitigação, bem como das normas previstas no Plano de Manejo e legislação pertinente.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas.

3.4.1.8. Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir materiais e equipamentos para o Projeto lúdico recreativo do Sistema de Trilhas Interpretativas.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores do Parque de acordo com a definição dos insumos do Projeto lúdico recreativo do Sistema de Trilhas Interpretativas.
- Os recursos deverão estar em consonância com o sistema de visualização e identidade do Parque.
- Deve-se avaliar a aquisição de protótipos/fotolitos de materiais e articulação de equipamentos para simulação prévia das atividades e dinâmicas concebidas como forma de validar a funcionalidade dos jogos, desafios e gincanas e seus recursos.
- Recomenda-se a elaboração de uma especificação técnica em formato tabular, com o detalhamento dos itens, suas dimensões ou especificações materiais ou técnicas e a quantidade desejada.
- O formato de compra dos insumos e equipamentos deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, prospecção e lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada credibilidade de serviço.
- Para orçamento, a especificação técnica deve ser encaminhada para, no mínimo, três fornecedores previamente prospectados, com planilha aberta para preenchimento dos valores unitários e totais, com discriminação de valores de desconto, custo de entrega e instalação, quando necessário.
- A supervisão da entrega deve incluir detalhada análise dos quantitativos, marcas e modelos discriminados na especificação técnica e na nota.
- Todos os materiais e equipamentos devem ser cadastrados pelo sistema de controle patrimonial do Parque.
 - Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Propostas comerciais;
 - Nota fiscal dos bens.

3.4.1.9. Organizar e promover nivelamentos e treinamento de pessoal para execução das atividades e dinâmicas do Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas.

- Esta ação de caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque em conjunto com pesquisadores e outros envolvidos no nivelamento e treinamento dos responsáveis pela execução das atividades e dinâmicas do Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas.
- Recomenda-se a organização e promoção de apresentações teóricas e simulações práticas em função das atividades e dinâmicas do Projeto, direcionados às equipes diretamente envolvidas em cada iniciativa.
 - Registro fotográfico dos nivelamentos e treinamentos.

3.4.1.10. Planejar, organizar e operacionalizar as atividades e dinâmicas do Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas nas trilhas.

- Esta ação tem caráter contínuo e visa implantar e operacionalizar os jogos, desafios e gincanas educativas concebidos para as trilhas como forma de diversificar os atrativos turísticos do Parque.

- Recomenda-se que esta atividade seja operacionalizada inicialmente somente com grupo pré-agendados.
- Recomenda-se a elaboração de material de divulgação deste atrativo aos visitantes e as entidades de ensino conforme recomendação do Plano Integrado de Comunicação do Parque.
- Registro fotográfico das atividades desenvolvidas.

3.4.1.11. Planejar, organizar e operacionalizar a integração do turismo náutico com o protocolo de uso público e atrativos do Parque.

- Esta ação tem caráter contínua e deve ser realizada de forma simultânea à finalização da implantação do trapiche no Parque e à concepção de procedimentos no protocolo de uso público da futura recepção de visitantes às embarcações.
- O planejamento da integração do turismo náutico deverá ser realizado conjuntamente entre funcionários e colaboradores do Parque, as operadoras de turismo e as embarcações para estabelecer um calendário ou procedimentos prévios de agendamento da visita e evitar desembarques no Parque sem o conhecimento prévio da equipe de gestão.
- Os procedimentos de recebimento dos visitantes deverão ser adaptados às condições específicas de durabilidade da parada, considerando o horário de funcionamento do Parque.
- As ações devem estar integradas aos procedimentos de alimentação e consulta ao Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Calendário de visita náutica.

3.4.1.12. Integrar e supervisionar bens e serviços do Parque desenvolvidos por concessão e terceirização.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser organizada e promovida pelo chefe e/ou funcionários da UC, com anuência da Procuradoria Jurídica, Diretoria de Proteção de Ecossistemas e Presidência da FATMA, seguindo as normas gerais do Parque e demais procedimentos legais e administrativos do Estado de Santa Catarina.
- A integração e supervisão deverão ser baseadas nos mecanismos de monitoramento e avaliação dos serviços definidos previamente nos contratos conforme recomendações do Programa de Operacionalização.
- A supervisão deve considerar, como mínimo, a avaliação de indicadores de desempenho, formulários de avaliação pelos usuários, relatórios técnicos e de prestação de contas e reuniões periódicas, dentre outros, a serem definidos pelos responsáveis.
- Sugere-se que estes mecanismos de monitoramento e avaliação sejam realizados tanto no “modus operandi” próprio e interno das instituições prestadoras dos serviços, quanto de forma externa de acordo com a opinião direta dos usuários dos bens e serviços do Parque coletada em entrevistas ou questionários breves continuados.
- Recomenda-se a elaboração conjunta, ou supervisão, da folheteria específica realizada pelos responsáveis da concessão e/ou terceirização para divulgação dos bens e serviços para integrá-la com a imagem visual do Parque e outras especificações.
- Questionários dos usuários;
- Avaliação da qualitativa dos bens e serviços;
- Prestação de contas;
- Calendário de reuniões;
- Memória e registro fotográfico das reuniões.

3.4.1.13. Monitorar todas as atividades recreativas em operação no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser organizada e promovida pelo chefe, funcionários e/ou colaboradores do Parque, seguindo as normas gerais do Parque e demais procedimentos específicos estabelecidos neste Plano de Manejo.
- Recomenda-se a discussão de procedimentos operacionais padronizados, para otimizar os resultados de monitoramento, incluindo a definição de uma matriz de atribuições e responsáveis.
- Esta ação deve estar integrada à definição da estrutura do Banco de Dados e metodologia de coleta previstas no Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Todas as informações levantadas deverão ser sistematizadas no banco de dados integrado do Parque para facilitar sua análise.
- Matriz de atribuições e responsáveis.

3.4.1.14. Avaliar anualmente a evolução global da visitação pública do Parque pelo monitoramento de visitantes.

- Esta ação tem caráter contínuo, com recomendação de periodicidade anual (podendo ser reduzida caso necessário), devendo ser promovida pelo funcionário e/ou colaborador responsável conforme as consultas e análises dos dados (relatórios) do Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se discutir e formular conjuntamente perguntas norteadoras para a análise da evolução isolada e comparativa dos resultados da visitação pública ao Parque, os quais devem subsidiar as consultas ao Banco de Dados.
- Recomenda-se definir estrutura e escopo padrão para o relatório anual de resultados do monitoramento de visitação pública no Parque.
- Recomenda-se também aprimorar a análise dos dados, registrando mês a mês, sempre que possível, os motivos das flutuações, para que estas informações não se percam e permitam análises históricas mais confiáveis no longo prazo.
- Os relatórios deverão também registrar as ações de planejamento e manejo resultantes da análise e interpretação dos dados de visitação, quando for o caso. Isso fornecerá dados globais anuais sobre a visitação do Parque e facilitará o cruzamento e comparação no tempo (ano após ano).
- Relatórios de avaliação dos dados de monitoramento de visitação pública do Parque.

3.4.1.15. Promover publicação periódica sobre os resultados do monitoramento da visitação pública ao Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque, respeitando o planejamento do Plano Integrado de Comunicação (Subprograma de Relações Públicas e Institucionais).
- Recomenda-se a definição de uma matriz de atribuições e responsáveis pelas publicações periódicas em diferentes meios especializados ou não para dar continuidade e seguimento às publicações.
- A promoção deverá aprimorar a divulgação dos resultados nas instituições constituintes do Conselho Consultivo tanto para consolidar o papel dos conselheiros quanto para ressaltar a importância do Parque como Unidade de Conservação.
- Recomenda-se a análise dos dados sob uma perspectiva comparativa em termos nacionais e internacionais para estabelecer parâmetros de referência.

- Também se deve buscar submeter artigos em congressos e periódicos eletrônicos temáticos da área para divulgar e estimular a visita pública ao Parque.
- Publicação dos resultados do monitoramento nas instituições do Conselho Consultivo;
- Publicação dos resultados do monitoramento em meios especializados ou de interesse.

3.4.2. Subprograma de Educação Ambiental

O subprograma de Educação Ambiental engloba ações destinadas à organização dos roteiros interpretativos das trilhas e atrativos da Unidade, promoção de dinâmicas e práticas pedagógicas para os diferentes perfis de visitante, tanto no Parque quanto nas escolas da região, por meio da manutenção de um calendário de visitas, palestras e atividades educacionais. Inclui também a avaliação da evolução do reconhecimento do público estudantil sobre a UC e o desenvolvimento de projetos de educação ambiental em parceria com coordenadores educacionais e professores mapeados. Espera-se que as ações deste Subprograma estejam em constante sintonia com os novos conhecimentos gerados pelos diagnósticos da revisão do Plano de Manejo, bem como pelas pesquisas científicas e monitoramentos temáticos desenvolvidos no Parque.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.4.2-I**.

a) Resultados esperados:

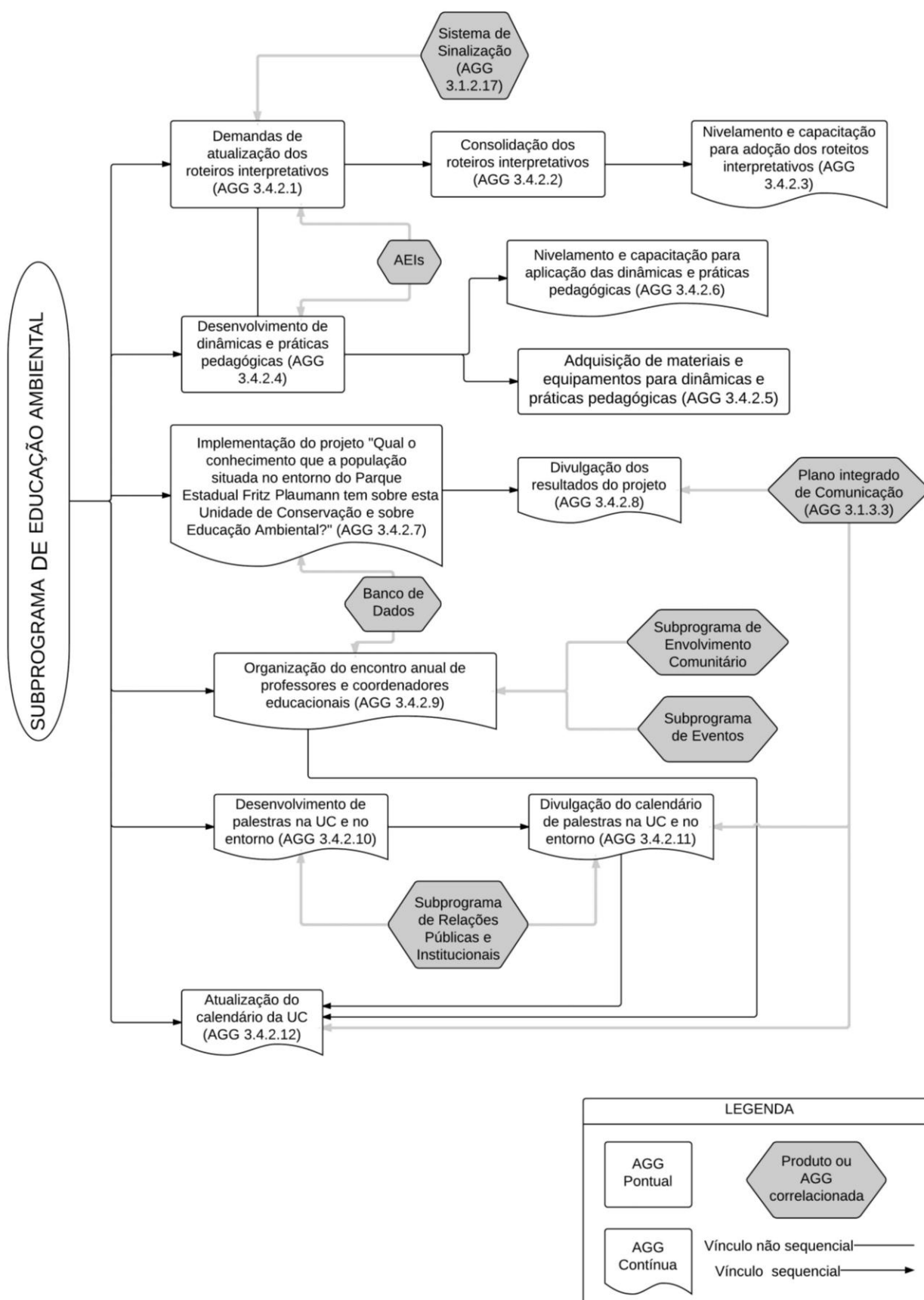
- Roteiros interpretativos atualizados com base na reformulação do sistema de sinalização e na ampliação dos conhecimentos, dos atrativos e do perfil de visitantes;
- Evolução do reconhecimento do público estudantil do entorno sobre o Parque e questões ambientais avaliado;
- Dinâmicas e práticas pedagógicas planejadas e implementadas em função da ampliação dos conhecimentos, dos atrativos e do perfil de visitantes;
- Calendário de atividades nas escolas planejado e implementado em conjunto com coordenadores educacionais e professores mapeados;
- Palestras planejadas e implementadas com temáticas diversificadas e atualizadas com base na ampliação dos conhecimentos;
- Calendário de visitas e atividades educacionais no Parque planejado e implementado em conjunto com as escolas e coordenadores/professores mapeados;
- Eventos para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental organizados e promovidos em conjunto com coordenadores e professores mapeados.

b) Indicadores de desempenho:

- Roteiros interpretativos consolidados três meses após a reformulação do sistema de sinalização interna do Parque;
- Resultados do projeto de reconhecimento do Parque pelo público estudantil do entorno publicados anualmente a partir do terceiro ano de implementação do Plano;
- Dinâmicas e práticas pedagógicas diversificadas e implementadas até o final do terceiro ano de implementação do Plano;
- Mínimo 4 palestras temáticas realizadas por ano a partir do segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- Calendário anual estabelecido a partir do segundo ano de implementação do Plano, com atualizações mensais de acordo com o remanejo de visitas e atividades programadas;

- Pelo menos 2 projetos de educação ambiental desenvolvidos de forma integrada com escolas da região até o terceiro ano de implementação do Plano de Manejo.

Figura 3.4.2-I: Mapa mental do Subprograma de Educação Ambiental



c) Ações Gerenciais Gerais:

3.4.2.1. Levantar e caracterizar as demandas de atualização dos roteiros interpretativos das trilhas e atrativos do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada de forma participativa pelos funcionários e colaboradores do Parque.
- Ela visa levantar e caracterizar novas demandas e potenciais interpretativos de acordo com a reformulação do sistema de sinalização (Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos), bem como em função da ampliação dos conhecimentos e atrativos turísticos e diversificação esperada no perfil do visitante da UC.
- Importa ressaltar que esta atividade só deve ser realizada conjuntamente com a previsão de elaboração e execução do projeto do sistema de sinalização, da implantação dos novos atrativos e outras atividades para diversificação do perfil do visitante do Parque (auditório, tirolesa, arvorismo, mirante CV, etc.) previstas nas respectivas AEs e AGs.
- Recomenda-se que, após a análise do projeto de sinalização e dos relatórios temáticos dos diagnósticos, sejam organizadas e promovidas simulações in loco nas trilhas e atrativos do Parque, com discussão e registro dos conteúdos e abordagens interpretativas pelos funcionários e colaboradores da UC.
- Os roteiros interpretativos deverão buscar contemplar diferenças de abordagem para distintos perfis de visitantes, seus interesses e expectativas, de acordo com os objetivos específicos e potenciais de interpretação.
- Registro em áudio dos novos potenciais (conteúdo e abordagens) interpretativos.

3.4.2.2. Sistematizar, revisar e consolidar os roteiros interpretativos.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser realizada pelo levantamento e definição de demandas de atualização dos roteiros interpretativos existentes.
- Para a consolidação, recomenda-se a definição de responsável pela transcrição do registro em áudio da discussão e simulação in loco, a discussão e definição em grupo da estrutura do roteiro e posterior sistematização dos conteúdos e abordagens. Uma vez sistematizado, recomenda-se a revisão da minuta pelos funcionários e colaboradores para consolidação conforme discussão e incorporação das alterações e complementações acordadas.
- Roteiros interpretativos atualizados e consolidados.

3.4.2.3. Nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários para adoção e exploração dos roteiros interpretativos.

- Esta ação tem caráter contínuo e visa nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários da UC sobre os roteiros interpretativos.
- Esta ação deve ser realizada não somente pela incorporação de pessoal à equipe, mas também anualmente de forma a incorporar novas abordagens e atualizar conteúdos aos roteiros.
- Para a capacitação, recomenda-se, além da disponibilização dos roteiros, a promoção de palestras e dinâmicas de treinamento em campo sob supervisão, além de discussões orientadas.
- Espera-se que os roteiros sirvam como uma base para a interpretação dos potenciais das trilhas e atrativos, sendo constantemente incrementados em função da experiência dos condutores e dos perfis (grau de conhecimento, interesses e expectativas) dos visitantes.

- Registros fotográficos dos treinamentos/capacitações.
- Versões atualizadas dos roteiros interpretativos.

3.4.2.4. Elaborar especificação técnica e contratar consultor especializado para o desenvolvimento de dinâmicas e práticas pedagógicas no Parque e entorno.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC.
- Tem como finalidade o aperfeiçoamento das metodologias pedagógicas aplicadas pelos funcionários e colaboradores do Parque em função dos atrativos e perfis de visitantes.
- As dinâmicas e práticas deverão estar direcionadas tanto em função da temática quanto do perfil de visitantes, assim como da diversidade de atrativos turísticos do Parque (existentes e potenciais).
- Sugere-se prever diferentes dinâmicas e práticas de acordo com o ambiente a serem desenvolvidas (ar livre, interior, grupos grandes, etc.), e apresentar alternativas caso haja impossibilidade de realização, como, por exemplo, dinâmica pedagógica ao ar livre em um dia de chuva.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do consultor:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação, com certidões e documentação básica, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Realização de reuniões de nivelamento, consulta ao Plano de Manejo e saídas de campo para adaptar as novas dinâmicas e práticas à realidade do Parque.
 - Período de capacitação ou prática supervisionada dos funcionários e colaboradores do Parque.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Propostas comerciais;
- Dinâmicas e práticas pedagógicas.

3.4.2.5. Articular ou orçar e adquirir materiais e equipamentos para implementação das dinâmicas e práticas pedagógicas estabelecidas.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque para criar condições de operacionalização das práticas e dinâmicas pedagógicas estabelecidas.
- É importante ressaltar que esta ação somente poderá ser realizada uma vez desenvolvidas e organizadas as práticas pedagógicas para implementação nas diferentes ações/atividades de educação ambiental no Parque e entorno.
- O formato de compra dos insumos e equipamentos deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros.

- Todos os equipamentos devem ser cadastrados pelo sistema de controle patrimonial do Parque.
 - Orçamentos dos materiais e equipamentos;
 - Nota fiscal de compra dos materiais e equipamentos;
 - Registro patrimonial dos materiais e equipamentos.
- 3.4.2.6. Nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários para aplicação das dinâmicas e práticas pedagógicas estabelecidas.
- Esta ação tem caráter contínuo e visa nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários da UC para aplicação das dinâmicas e práticas pedagógicas desenvolvidas por consultor especializado.
 - Esta ação deve ser realizada não somente quando houver incorporação de pessoal à equipe, mas também anualmente de forma a incorporar novas abordagens e atualizar conteúdos aos roteiros.
 - Para a capacitação, recomenda-se, além do nivelamento teórico das dinâmicas e práticas pedagógicas, a promoção de simulações de treinamento em campo sob supervisão, além de discussões orientadas.
 - Registros fotográficos dos treinamentos/capacitações.
- 3.4.2.7. Atualizar e implementar anualmente o projeto “Qual o conhecimento que a população situada no entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann tem sobre esta Unidade de Conservação e sobre Educação Ambiental?”
- Esta ação tem caráter contínuo e visa resgatar e atualizar o supracitado projeto de 2007 no intuito de identificar anualmente a evolução do conhecimento das comunidades, especialmente o público escolar, sobre o Parque.
 - Os dados levantados no ano de 2007 servirão como “marco zero” para identificar e caracterizar a evolução do conhecimento sobre o Parque pelas comunidades do entorno.
 - O novo projeto deverá prever sua execução periódica e sistemática no intuito de gerar um histórico de dados sobre o progresso da opinião pública sobre o Parque.
 - Recomenda-se a complementação das questões avaliadas no projeto original, sobretudo em relação ao levantamento de dúvidas e temas ambientais considerados relevantes pelas comunidades da região do entorno da UC, bem como com base na experiência acumulada e atividades desenvolvidas no período de operacionalização do Parque. Essa complementação tem por objetivo estimular a criação de projetos de educação ambiental, integrando o Parque e as escolas da região de entorno, utilizando os temas ambientais relevantes e principalmente as lacunas de conhecimento identificadas.
 - Recomenda-se que a metodologia para coleta de dados defina um público e período padrão (turma e mês da visita), onde anualmente serão repetidas as coletas, permitindo dessa maneira a comparação direta dos dados já que a referência será sempre o mesmo período escolar.
 - Para a atualização do Projeto, sugere-se a criação de um grupo de trabalho específico, formado por funcionários e colaboradores e, se necessário, por conselheiros interessados.
 - Recomenda-se a viabilização do projeto com recursos próprios e/ou parcerias, apoios e financiamentos, buscando aprimorar a integração das instituições que compõem o Conselho Consultivo. Da mesma forma que no projeto original, recomenda-se avaliar premiações para as escolas participantes da pesquisa.

- Os resultados da evolução do conhecimento deverão estar integrados no banco de dados da Unidade para facilitar sua consulta e análise, assim como subsidiar ações de comunicação e integração direcionadas às comunidades do entorno.
 - Projeto “Qual o conhecimento que a população situada no entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann tem sobre esta Unidade de Conservação e sobre Educação Ambiental?” atualizado;
 - Parceria, apoio ou convênio para realização do Projeto, caso não seja realizado com recursos próprios;
 - Relatório de resultados;
 - Resultados integrados ao banco de dados da UC.
- 3.4.2.8. Planejar a divulgação dos resultados do projeto nas escolas participantes e por meio de outros veículos concebidos no Plano Integrado de Comunicação.
- Esta ação tem caráter contínuo e deverá ser realizada de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores do Parque.
 - A divulgação dos resultados deverá estar vinculada ao Plano Integrado de Comunicação do Parque e suas estratégias, com foco nas comunidades do entorno abrangidas pelas escolas participantes.
 - Recomenda-se a utilização de linguagem jornalística e formato gráfico com grande apelo visual para facilitar a compreensão dos dados, que, por sua vez, sejam atrativos e chamativos às comunidades.
 - A divulgação deverá ser periódica porque, além dos resultados anuais, os resultados dos anos anteriores deverão ser analisados de forma comparativa a fim de contextualizar os resultados e evidenciar a evolução.
 - Resultados do projeto divulgados nas escolas participantes.
- 3.4.2.9. Organizar e promover um encontro anual com os professores e coordenadores educacionais das escolas para organização de um calendário de visitas e atividades e para proposição de ideias e projetos de educação ambiental.
- Esta ação tem caráter contínuo e visa envolver coordenadores e professores mapeados na organização de um calendário de visitas e atividades educacionais no Parque e nas escolas da região, bem como discutir e propor ideias para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental.
 - O mapeamento dos diretores, coordenadores educacionais e professores deve ser realizado antes da organização do evento e deve ser devidamente registrado no Banco de Dados do Parque.
 - Os projetos devem ser balizados pelos resultados da pesquisa descrita nas ações anteriores, sobretudo em relação aos temas ambientais relevantes e principalmente das lacunas de conhecimento identificadas.
 - Avaliar calendário associado a datas comemorativas, eventos agendados no Parque e entorno (*ver Subprogramas de Eventos e de Envolvimento Comunitário*) e atividades programadas no calendário letivo das escolas participantes.
 - Recomenda-se a apresentação de atividades relacionadas com o Parque a serem desenvolvidas nas escolas (Parque na escola) como forma de integração comunitária e diversificação de atividades.
 - Como um resultado do evento, deverá ser determinado o calendário de visitas e atividades educacionais no Parque e as atividades do Parque nas escolas em função do seguinte calendário acadêmico. Este calendário deverá ser integrado com o calendário de palestras previstas no Parque e entorno.

- Convite para o evento;
- Lista de participantes;
- Registro fotográfico do evento;
- Calendário do Parque.

3.4.2.10. Definir temáticas, articular parceiros e compilar informações para o desenvolvimento de palestras no Parque e no entorno.

- Esta ação tem caráter contínuo e visa identificar as linhas temáticas e parceiros potenciais para o desenvolvimento de palestras específicas no Parque e no entorno no intuito de consolidar o papel da UC.
- Recomenda-se a organização de uma planilha base com a discriminação das temáticas e parceiros.
- A articulação de parceiros deverá estar integrada às estratégias de relacionamento e fidelização de parceiros, financiadores e colaboradores, previstas no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais.
- Recomenda-se, dentre outras temáticas:
 - Palestras sobre crimes ambientais em conjunto com o 3º Grupamento da Polícia Militar Ambiental nas escolas das comunidades com foco na caça, desmatamento, ocupação ilegal de Áreas de Proteção Permanente, pesca no período de desova, captura de fauna, incêndios, dentre outras;
 - Palestras sobre a Biodiversidade da Floresta Estadual Decidual em conjunto com instituições de pesquisas e pesquisadores, destacando espécies com interesse para a conservação e proteção, recursos hídricos e impactos antrópicos no ambiente;
 - Palestras sobre Unidades de Conservação Estaduais em conjunto com a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina e órgãos gestores das UC com foco na classificação e tipos de Unidades de Conservação existentes em Santa Catarina, objetivos de proteção, manejo e educação ambiental, características da biodiversidade protegida e principais ameaças;
 - Palestras sobre aspectos históricos culturais da região em conjunto com a Prefeitura de Concórdia e CDA do Consórcio Itá destacando a colonização da região e configuração do território.
- Planilha de palestras temáticas.

3.4.2.11. Organizar e divulgar um calendário de palestras em conjunto com coordenadores e professores de escolas cadastradas e atores comunitários chaves.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários ou colaboradores do Parque, por intermédio do representante da entidade no Conselho Consultivo e, quando necessário, por intermédio do Chefe da Unidade Gestora do Parque lotado em Florianópolis.
- A realização de palestras deve ser discutida e incluída no escopo de responsabilidades no convênio ou instrumento de cooperação equivalente previsto no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais.
- O mapeamento dos diretores, coordenadores educacionais e professores deve ser realizado para organização do calendário e devidamente registrado no Banco de Dados do Parque.
- O calendário deverá ser organizado considerando o período escolar e disponibilidade dos palestrantes/parceiros.
- Da mesma forma, o calendário deverá ser divulgado e disponibilizado nos sites do Parque, de colaboradores e de parceiros abrangidos.

- Calendário de palestras organizado e disponível nos sites;
- Registro fotográfico das palestras.

3.4.2.12. Organizar e promover palestras em conjunto com coordenadores e professores das escolas cadastradas e atores comunitários chaves.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque.
- Recomenda-se adotar postura e métodos interativos para complementar as exposições audiovisuais, despertar a curiosidade e fortalecer a sensibilização dos estudantes e do público em geral.
- Recomenda-se a divulgação das palestras com antecedência nos sites do Parque, colaboradores e, se possível, das instituições responsáveis dentre outros meios de comunicação, visando atrair a comunidade interessada.
- As apresentações deverão ser disponibilizadas em formato digital ou impresso no intuito de complementar o acervo do Parque.
- Apresentações temáticas disponíveis no acervo do Parque;
- Registro fotográfico dos eventos.

3.4.2.13. Manter atualizado o calendário da UC no site do Parque e dos colaboradores

- Esta ação tem caráter contínuo e busca facilitar o acesso ao calendário de visitas e atividades do Parque para que escolas do entorno e região ou visitantes em geral possam conhecer a disponibilidade e as atividades da UC de forma fidedigna, permitindo uma organização a longo prazo e o remanejo ou reorganização de eventos em função de imprevistos.
- Conforme pertinência, o calendário deverá estar atualizado, visível ou de fácil acesso nos sites.
- Calendário do Parque disponível nos sites.

3.4.3. Subprograma de Eventos

O subprograma de Eventos foi concebido para agrupar ações de organização e promoção de eventos temáticos e corporativos, de caráter comercial ou não, bem como para consolidação definitiva do Aniversário de Visitação do Parque no calendário de festividades municipais e regionais. Tais ações devem ser potencializadas com a ampliação e as melhorias previstas para as estruturas de uso público do Parque, em especial do Centro de Visitantes, muito embora não estejam todas condicionadas à conclusão dos projetos e obras. Parte destas ações deve ser planejada dentro das estratégias de mobilização de recursos para a UC, em função dos resultados de concessão e terceirização de bens e serviços, bem como dos estudos de viabilidade econômica e financeira previstos neste Plano de Manejo.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.4.3-I**

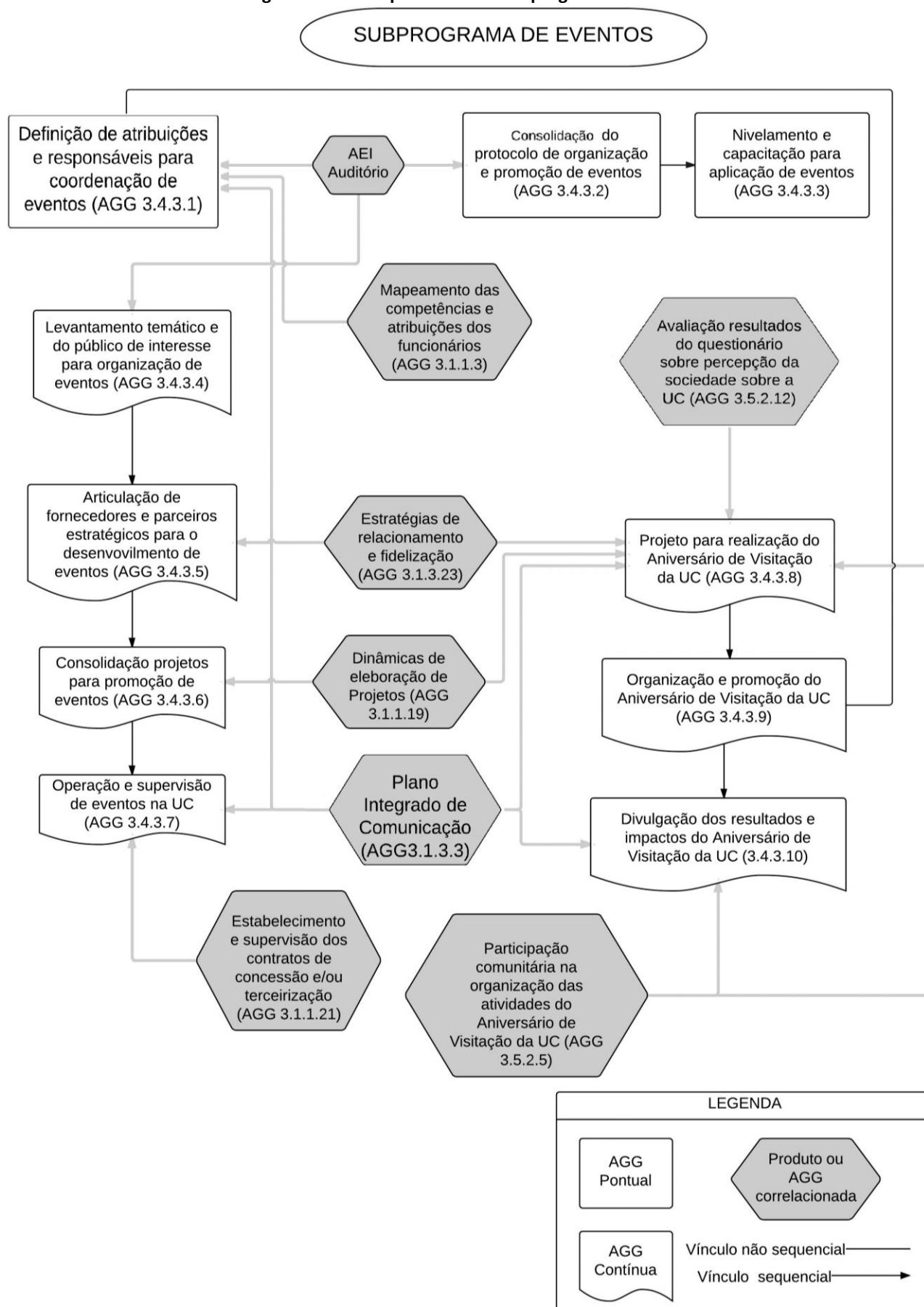
a) Resultados esperados:

- Protocolo de gestão de eventos discutido e implementado com base na ampliação do auditório e no potencial de concessão e terceirização de bens e serviços;
- Programa e calendário de eventos temáticos e corporativos planejados e promovidos;
- Aniversário de Visitação do Parque consolidado e reconhecido como um evento anual de importância municipal e regional.

b) Indicadores de desempenho:

- Protocolo de eventos consolidado e divulgado a partir da execução da reforma e ampliação do auditório e dos resultados do Estudo de Viabilidade Econômica Financeira (EVEF) estabelecido na AEI específica deste Plano de Manejo;
- Projetos de eventos elaborados e promovidos a partir da execução da reforma e ampliação do auditório e dos resultados do Estudo de Viabilidade Econômica Financeira (EVEF) estabelecido na AEI específica deste Plano de Manejo.
- Aniversário de Visitação do Parque inserido nos calendários anuais de eventos da Prefeitura de Concórdia e do grupo Águas do Oeste Convention & Visitors Bureau.

Figura 3.4.3-I: Mapa mental do Subprograma de Eventos



c) Ações Gerenciais Gerais:

3.4.3.1. Discutir e definir atribuições e responsáveis pelas demandas de gestão, coordenação e supervisão de eventos a serem realizados no Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida conjuntamente pelo chefe, funcionários e colaboradores do Parque por meio de um processo sucessivo de reuniões ou discussões orientadas à identificação de demandas de gestão, coordenação e supervisão de eventos a serem realizados na Unidade.
- Devem-se levar em consideração os resultados do Estudo de Viabilidade Econômica Financeira (EVEF) estabelecido na AEI específica deste Plano de Manejo para a exploração comercial do auditório.
- Recomenda-se que a definição de responsáveis e atribuições seja realizada de forma integrada ao mapeamento de competências e definição de atribuições de funcionários e colaboradores previsto no Subprograma de Administração.
- Recomenda-se também que seja discutido e estabelecido um fluxo para gestão da comunicação interna (chefe, funcionários, conselheiros, colaboradores, estagiários, voluntários, concessionários e terceirizados) e externa (comunidades, parceiros, fornecedores, visitantes, pesquisadores, etc.), complementando o detalhamento dos responsáveis e suas atribuições (ver Plano Integrado de Comunicação).
- Matriz de atribuições e responsáveis pelas demandas de gestão, coordenação e supervisão de eventos a serem realizados no Parque.

3.4.3.2. Discutir e consolidar um protocolo de organização e promoção de eventos tendo em vista a ampliação do auditório e diversificação de usos e atividades nele desenvolvidas.

- Esta ação tem caráter pontual e visa determinar as normas de uso e gestão para a organização e promoção de eventos internos e externos ao Parque.
- Esta ação deverá ser realizada de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores, a partir da previsão de elaboração e execução do projeto de ampliação e reforma do auditório previsto na respectiva AGG deste Plano, com base nos resultados do Estudo de Viabilidade Econômica Financeira (EVEF) estabelecido na AEI específica deste Plano de Manejo para a exploração comercial do auditório.
- O protocolo deve ser concebido levando em conta a organização e promoção de eventos pelos funcionários e colaboradores do Parque e também por concessionários e terceirizados, diferenciando, neste caso, as demandas de supervisão e gerenciamento interno.
- Entre as questões a serem discutidas e definidas no âmbito do protocolo, recomenda-se:
 - Formulário para caracterização do evento e seu programa de necessidades (objetivo, nome, público, data e horário, programação, divulgação, transporte, alimentação, hospedagem, recursos humanos, recepção e credenciamento, decoração, etc.);
 - Procedimentos para locação do espaço (solicitação e reserva);
 - Pacotes de tarifas e custos (incluindo diferentes opções de serviços associados);
 - Materiais e equipamentos disponíveis;
 - Normas de uso e manutenção do espaço, materiais e equipamentos;
 - Procedimentos para organização prévia do espaço;
 - Diretrizes para compatibilização de agenda com outras atividades e visitas do Parque;
 - Opções de atrativos e atividades de uso público complementares;

- Recomendações gerais.
- O Protocolo deve estar fundamentado na análise e sistematização das ações e normas previstas e no potencial de concessão e terceirização de bens e serviços.
- Neste sentido, em caso de concessão ou terceirização de uso, previsto no respectivo EVEF, o protocolo deverá definir as características básicas do relacionamento da concessão ou terceirização, as normas e obrigações de cada uma das instituições abrangidas, mecanismo de controle e avaliação dos serviços, dentre outros aspectos considerados relevantes.
- O Protocolo deverá contemplar os funcionários, colaboradores, servidores terceirizados e/ou conveniados e concessionárias dos bens e serviços previstos.
- Minuta do protocolo de organização e promoção de eventos.

3.4.3.3. Nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários para aplicação do protocolo de eventos tendo em vista a ampliação do auditório e diversificação de seus usos e atividades.

- Esta ação tem caráter contínuo e visa nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários da UC para aplicação das especificações consolidadas do protocolo de eventos.
- Esta ação deve ser realizada não somente a partir da incorporação de pessoal à equipe mas também anualmente de forma a incorporar novas abordagens e atualizar demandas ao protocolo.
- Para a capacitação, recomenda-se, além do nivelamento teórico das especificações consolidadas do protocolo, a promoção de simulações de treinamento sob supervisão, além de discussões orientadas.
- Registros fotográficos dos treinamentos/capacitações.

3.4.3.4. Levantar linhas temáticas potenciais e públicos de interesse para a organização e promoção de cursos abertos, encontros/visitas técnicas e eventos corporativos no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e busca identificar o potencial de aproveitamento das infraestruturas e equipamentos disponíveis na UC para a promoção de eventos, visando diversificar os atrativos, perfis de visita e de alternativas de arrecadação para o Parque.
- Esta ação deverá ser realizada de forma conjunta entre os funcionários e colaboradores, com base nos resultados do Estudo de Viabilidade Econômico Financeiro específico, no que diz respeito à concessão e/ou terceirização dos serviços.
- Entende-se como cursos abertos, eventos públicos à comunidade em geral ou para um público-alvo específico, com ou sem relacionamento prévio com o Parque. Entre as linhas temáticas potenciais, recomendam-se cursos de:
 - Implantação e manutenção de trilhas;
 - Observação de aves;
 - Taxonomia vegetal;
 - Biologia da conservação;
 - Recuperação de áreas degradadas e restauração florestal;
 - Manejo de espécies exóticas invasoras.
- Para os cursos abertos, recomenda-se mapeamento e articulação com pesquisadores, coordenadores e professores de entidades de ensino de referência, identificados por conta do workshop de pesquisadores (Subprograma de Pesquisa).

- Entende-se como encontros ou visitas técnicas eventos de capacitação, debate e/ou integração para um público acadêmico ou profissional previamente identificado em função de uma temática específica. Busca-se, com isso, o impulso na criação de uma rede de troca de informações em que o Parque desenvolva um papel primordial na região. Entre as linhas temáticas potenciais, recomendam-se encontros ou visitas de:
 - Integração de unidades de gestão das UCs estaduais;
 - Integração de áreas protegidas colocadas e mapeadas neste Plano de Manejo;
 - Integração de Conselhos Consultivos de outras UCs;
 - Botânica ou zoologia, incluindo grupos taxonômicos específicos;
 - Desenvolvimento territorial integrado;
 - Desenvolvimento agrícola sustentável.
- Recomenda-se caracterizar as linhas temáticas conforme as demandas já apresentadas nas demais ações dos Subprogramas de Manejo, bem como no mapeamento de seminários, congressos e simpósios já existentes e correlacionados aos atributos do Parque, e envolvendo os respectivos organizadores.
- Já os eventos corporativos são direcionados ao mundo empresarial e gestão de recursos humanos de instituições particulares. Esse tipo de evento deverá ser avaliado também de acordo com os resultados dos EVEFs específicos, considerando a concessão/terceirização, se necessário. Recomenda-se definir as demandas conforme contatos e consultas realizadas nas empresas da região (setor de recursos humanos, quando existente), sobretudo aquelas que já fazem parte da rede de parceiros. Entre as temáticas de interesse para as empresas, deve-se avaliar :
 - Liderança, participação e formação de equipes;
 - Comprometimento, aprendizagem e desenvolvimento de competências;
 - Avaliação de desempenho produtivo ou empresarial;
 - Qualidade de vida no trabalho;
 - Planejamento estratégico organizacional.
- O levantamento de linhas temáticas deverá identificar também as necessidades operacionais e requisitos mínimos para cada um dos eventos a serem considerados para a implantação e operacionalização.
 - Linhas temáticas para cursos abertos;
 - Linhas temáticas para visitas técnicas;
 - Linhas temáticas para eventos corporativos;
 - Demandas operacionais e de gestão identificadas.

3.4.3.5. Mapear e articular fornecedores e parceiros estratégicos para o planejamento, organização e desenvolvimento de eventos temáticos no Parque.

- Após um mapeamento inicial, esta ação tem caráter contínuo, cuja alimentação e atualização devem ser promovidas preferencialmente por um responsável do corpo de funcionários e um da equipe de colaboradores em operação no Parque segundo as atribuições e responsabilidades previamente definidas.
- Recomenda-se a organização de formulários base com a discriminação dos fornecedores e parceiros estratégicos para o planejamento, organização e desenvolvimento dos eventos, a serem criados em arquivo Excel preferivelmente, no intuito de facilitar a utilização de filtros e otimizar sua consulta, atualização periódica e controle.
- A articulação deverá estar integrada às estratégias de relacionamento e fidelização definidas neste Plano de Manejo (Subprograma de relações Públicas e Institucionais).
 - Lista de fornecedores e parceiros estratégicos.

3.4.3.6. Elaborar e consolidar projetos específicos para a promoção de eventos temáticos no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser promovida pelo chefe da UC, funcionários, colaboradores e membros interessados do Conselho Consultivo, organizados em grupos de trabalho, como resultado das estratégias de mobilização de recursos e identificação de parceiros.
- Os projetos elaborados e submetidos ou não a editais, investidores e outras fontes potenciais devem ser armazenados no servidor do Parque como banco de projetos.
- Os projetos deverão levantar e definir as demandas complementares e esforços necessários em função da temática, do público-alvo e do tipo de evento a ser desenvolvido.
- Deverão ser predefinidos os mecanismos de controle e efetividade deste serviço, seja oferecido diretamente pelo Parque ou por meio de concessões ou terceirizações.
- Projetos específicos elaborados e/ou submetidos.

3.4.3.7. Operar e supervisionar os eventos realizados no Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo, devendo ser organizada e promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque responsáveis e segundo suas atribuições definidas, seguindo as normas gerais do Parque e demais procedimentos legais e administrativos pertinentes.
- A supervisão deverá ser baseada nos mecanismos de monitoramento e avaliação dos serviços definidos previamente nos contratos conforme Programa de Operacionalização.
- A supervisão deve considerar, como mínimo, a avaliação de indicadores de desempenho, formulários de avaliação dos usuários, relatórios técnicos e de prestação de contas e reuniões periódicas, dentre outros a serem definidos pelos responsáveis.
- Sugere-se que estes mecanismos de monitoramento e avaliação sejam realizados tanto no “modus operandi” próprio e interno das instituições prestadoras dos serviços, quanto de forma externa com base na opinião direta dos usuários dos bens e serviços do Parque mediante entrevistas ou questionários breves continuados.
- Os eventos temáticos realizados também poderão ser utilizados para a divulgação do potencial da UC para realização de eventos temáticos e corporativos de forma integrada ao Plano de Comunicação Integrado da UC.
- Memória de realização de eventos temático e/ou corporativos;
- Registros fotográficos dos eventos.

3.4.3.8. Elaborar projeto, articular parceiros e mobilizar recursos para realização anual do Aniversário de Visitação do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque com o objetivo de projetar o Aniversário de Visitação do Parque como evento anual relevante nas comunidades do entorno e no município de Concórdia.
- Deve-se considerar o histórico de edições e a experiência dos responsáveis pelos Aniversários anteriores (seis até o fechamento do presente Plano de Manejo), avaliando os aspectos positivos e negativos inerentes aos processos de programação,

elaboração de projeto, articulação de parceiros/investidores, divulgação prévia, supervisão e registro, divulgação dos resultados, entre outros.

- Recomenda-se a realização desta ação com suficiente antecedência para garantir a correta articulação e mobilização de parceiros e recursos necessários.
- A articulação de parceiros e mobilização de recursos deverá ser realizada conforme as estratégias estabelecidas sobre relacionamento e fidelização de parceiros, financiadores e colaboradores, considerando o Plano Integrado de Comunicação do Parque, entre outras ações correlatas do Programa de Operacionalização.
 - Projeto do Aniversário de Visitação do Parque (anual);
 - Memória das reuniões e contatos efetuados com parceiros institucionais e financeiros;
 - Materiais de divulgação prévia do Aniversário de Visitação do Parque;
 - Clipping das notícias sobre o evento.

3.4.3.9. Organizar e promover anualmente o Aniversário de Visitação do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários e/ou colaboradores do Parque com o objetivo de organizar e promover o Aniversário de Visitação do Parque como evento anual relevante nas comunidades do entorno e no município de Concórdia.
- Recomenda-se aprimorar o registro audiovisual do evento dentro da programação de atividades, como forma de potencializar o registro e a posterior divulgação dos resultados e a fidelização de parceiros e investidores.
- Recomenda-se a clara definição de responsáveis e atribuições pelas demandas de organização, promoção e supervisão do evento conforme a matriz estabelecida neste Subprograma de Manejo.
- Sempre que possível, a colaboração ou contratação de bens e serviços oferecidos pelas comunidades do entorno do Parque deverá ser aprimorada para garantir a participação das mesmas e fomentar sua integração com a UC.
 - Registro audiovisual do evento.

3.4.3.10. Consolidar e divulgar resultados e impactos anuais do Aniversário de Visitação do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores visando ressaltar o impacto positivo do Aniversário de Visitação do Parque nas comunidades do entorno e no município de Concórdia, bem como fortalecer o vínculo e interesse dos parceiros institucionais e financeiros do evento e/ou da Unidade de Conservação.
- Dentro do Plano Integrado de Comunicação, recomenda-se aprimorar a divulgação dos resultados e impactos anuais nas instituições constituintes do Conselho Consultivo, nas comunidades abrangidas e em outras instituições de interesse do município de Concórdia.
- Entre os diferentes meios de divulgação, deve-se avaliar a utilização de linguagem jornalística e grande apelo visual e gráfico para facilitar a compreensão dos resultados e ressaltar os mais relevantes.
- Recomenda-se também a análise dos dados sob uma perspectiva comparativa anual, no intuito de estabelecer parâmetros de base históricos e de forma a ressaltar a participação e retorno/impactos do evento para as comunidades e/ou participantes, conforme ações previstas no Subprograma de Envolvimento Comunitário.
 - Meios de divulgação dos resultados e impactos do Aniversário de Visitação;
 - Clipping das notícias sobre o evento.

3.5. Programa de Integração com o Entorno

O Programa de Integração com o Entorno engloba ações gerenciais gerais organizadas em dois Subprogramas: Desenvolvimento Territorial Integrado e Envolvimento Comunitário.

A principal modificação deste Programa em relação ao Plano de Manejo Fase I diz respeito à própria denominação e abrangência de atuação das ações. O conceito Área de Influência, abrangendo o município de Concórdia, não é mais utilizado na revisão do Plano de Manejo, sendo as ações dos subprogramas restritas às 3 comunidades rurais do entorno do Parque e sua Zona de Amortecimento.

Por consequência, outra modificação foi a reorganização e a redução dos Subprogramas, que tiveram alguns tópicos agrupados em outros Programas de Manejo. É o caso dos Subprogramas de Educação Ambiental na Área de Influência, cujas ações foram organizadas no Subprograma de Educação Ambiental (agora com ações internas e externas); de Relações Públicas, cujas ações foram agrupadas no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais (nesse caso abrangendo áreas maiores do que as dos limites das comunidades rurais do entorno) e também no de Controle Ambiental, cujas ações foram agrupadas no Subprograma de Proteção (agora com ações internas e externas). Assim, o antigo Subprograma de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento passou a se chamar Desenvolvimento Territorial Integrado, cujas ações se complementam com aquelas do Subprograma de Envolvimento Comunitário.

Esta reorganização está pautada na Análise de Efetividade do Plano de Manejo Fase I e se justifica pela simplificação do instrumento de planejamento e praticidade na implementação, monitoria e avaliação das ações pela equipe de gestão.

Vale ressaltar que este Programa apresentou média efetividade de implementação (55%) na análise da primeira versão do Plano de Manejo, com grande amplitude de situações entre seus Subprogramas (variou de 5% no Controle Ambiental a 90% em Relações Públicas). As ações com baixa efetividade de implementação foram avaliadas frente ao contexto atual diagnosticado no Parque e seu entorno, gerando novas propostas de atuação para o desenvolvimento rural e envolvimento comunitário das comunidades do entorno do Parque.

a) Diretrizes:

- Consolidação dos processos de articulação de benefícios socioeconômicos e compromissos socioambientais de atividades produtivas por meio de projetos pilotos.
- Fortalecimento do envolvimento efetivo entre o Parque e as três comunidades do seu entorno, especialmente com as organizações sociais já estabelecidas.

3.5.1. Subprograma de Desenvolvimento Territorial Integrado

O Subprograma de Desenvolvimento Territorial Integrado engloba principalmente ações destinadas à concepção e implementações de projetos pilotos temáticos, de forma participativa com agricultores interessados e outros atores institucionais estratégicos. Para tanto, foram delineadas também ações para atualização de dados e informações das propriedades e comunidades do entorno, frente ao contexto atual de desenvolvimento verificado e dos cadastros legais necessários, bem como atividades para monitoramento da evolução da cobertura e uso do solo baseadas no recorte diagnosticado pela revisão do Plano de Manejo.

Vale ressaltar que a abordagem do Sistema de Integração da Zona de Amortecimento (SINZA), concebido no Plano de Manejo Fase I, não se traduz mais como objetivo primordial

das ações deste Subprograma, no entanto, ele pode ser futuramente estruturado como resultado de longo prazo do êxito dos projetos pilotos desenvolvidos.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.5.1-I**.

a) Resultados esperados:

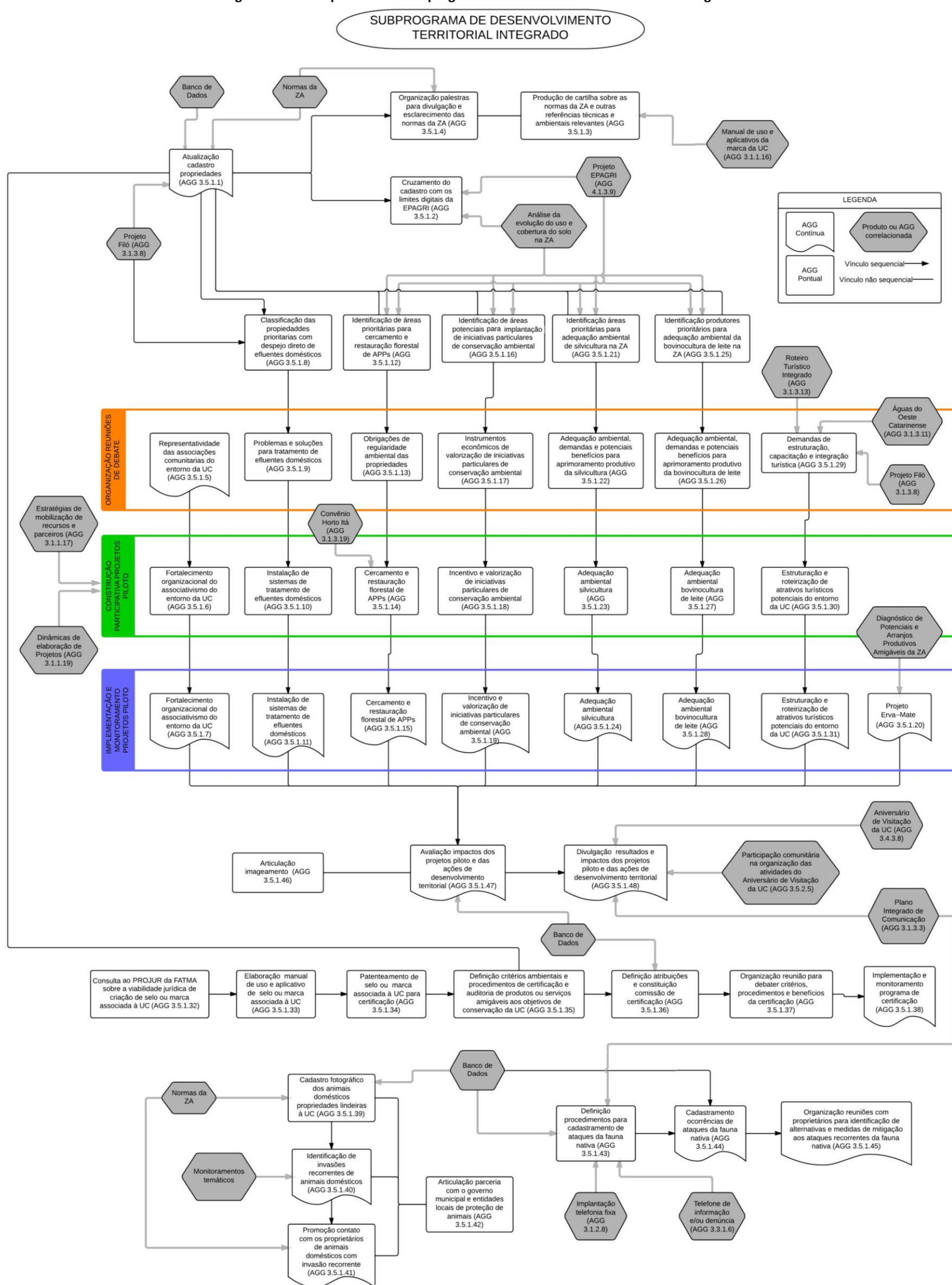
- Dados das propriedades das comunidades do entorno atualizados e cadastrados;
- Usos e usuários de fontes superficiais de água da Zona de Amortecimento conhecidos e cadastrados;
- Propriedades com despejo direto de efluentes domésticos em cursos d'água identificadas e cadastradas;
- Normas das ZA e outras referências técnicas e ambientais relevantes para atividades ou práticas produtivas divulgadas nas comunidades do entorno;
- Projeto piloto de fortalecimento organizacional do associativismo no entorno articulado e implementado;
- Projetos pilotos de instalação de sistemas de tratamentos de efluentes domésticos articulados e implementados nas propriedades cadastradas;
- Projetos pilotos de cercamento e restauração florestal de Áreas de Preservação Permanente prioritárias da ZA implementados;
- Estratégias e projetos pilotos de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental na ZA articulados e implementados;
- Projetos pilotos de adequação ambiental e aprimoramento produtivo de atividades e práticas agrícolas do entorno articulados e implementados;
- Projeto piloto de roteirização e integração dos atrativos turísticos potenciais do entorno articulado e implementado;
- Selo ou marca de certificação para produtos e/ou serviços ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação do Parque definido;
- Procedimentos de certificação para produtos e/ou serviços ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação do Parque desenvolvidos;
- Programa de certificação para produtos e/ou serviços ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação do Parque implementado e monitorado;
- Programa de controle da invasão de animais domésticos no Parque implementado e monitorado;
- Programa de controle de ataques da fauna nativa em criações e lavouras das propriedades da ZA implementado e monitorado;
- Evolução do uso e cobertura do solo da ZA monitorada;
- Impactos dos projetos pilotos e das ações de desenvolvimento territorial articuladas/promovidas pelo Parque monitorados, avaliados e divulgados.

b) Indicadores de desempenho:

- 50% dos dados socioeconômicos, fundiários e ambientais das propriedades atualizados até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- 100% dos dados socioeconômicos, fundiários e ambientais das propriedades atualizados e sistematizados no banco de dados até um ano depois de sua reestruturação;
- Cartilha sobre as normas da Zona de Amortecimento e outras referências relevantes elaborada e distribuída para 100% dos proprietários cadastrados até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- Pelo menos 2 palestras de divulgação e esclarecimento sobre as normas da ZA e outras referências técnicas e ambientais relevantes realizadas por ano para moradores das comunidades do entorno;

- Pelo menos 2 associações do entorno com situação institucional/estatutária regularizada, estruturas organizacionais fortalecidas, objetivos e atividades fins alinhados e seu potenciais de cooperação interinstitucional aprimorados, em especial com o Parque e seus parceiros, até o terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- 100% das propriedades com despejo direto de efluentes domésticos em cursos d'água da ZA identificadas;
- Projeto piloto para instalação de cisternas implementado em, pelo menos, 50% das propriedades identificadas com despejo direto de efluentes até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Projeto erva-mate em implementação e monitoramento até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- Projeto piloto de regularização ambiental e incentivo da bovinocultura de leite elaborado até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Projeto piloto de regularização ambiental e incentivo à silvicultura elaborado até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Estratégias de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental na ZA identificadas até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Projetos pilotos de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental na ZA em implementação até o início do quinto ano de implementação do Plano de Manejo;
- Pelo menos três atrativos turísticos do entorno do Parque estruturados e integrados ao programa de uso público da UC até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Pelo menos 10 termos de ajustamento de conduta ou instrumentos equivalentes para estabelecimento de compromissos de regularização ambiental de atividades produtivas e/ou propriedades estabelecidos, em contrapartida aos projetos e ações de desenvolvimento territorial, até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Selo ou marca de certificação para produtos e/ou serviços ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação do Parque criado até o terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Programa de certificação para produtos e/ou serviços ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação do Parque iniciado e funcionando até o final do quarto ano de implementação do Plano de Manejo;
- Redução do registro de invasões de animais domésticos no Parque em até 50% até o final do segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- Registro de ataques da fauna nativa em lavouras e criações do entorno do Parque monitorados a partir do segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- Evolução do uso do solo e cobertura florestal da ZA do Parque analisada até o final do quinto ano de implementação do Plano de Manejo;
- Impactos e resultados dos projetos pilotos e ações de desenvolvimento territorial articuladas/promovidas pelo Parque avaliados e divulgados anualmente a partir do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo.

Figura 3.5.1-I: Mapa metal do Subprograma de Desenvolvimento Territorial Integrado



c) Ações Gerenciais Gerais:

3.5.1.1. Atualizar o cadastro de dados socioeconômicos, fundiários e ambientais das propriedades das três comunidades do entorno do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo, mas com um esforço maior inicialmente concentrado frente aos dados disponíveis, a ser executada pelos funcionários e colaboradores do Parque para subsidiar a construção dos projetos de desenvolvimento e implementação de outras ações previstas neste Subprograma.
- Deve-se levar em consideração o disposto nas normas da ZA, como forma de estimular a coleta de informações dos proprietários para viabilizar conjuntamente o Cadastro Ambiental RURAL (CAR) das propriedades.
- A atualização deve partir da análise das informações históricas do primeiro cadastro de propriedades da ZA, coletadas durante o Plano de Incubação e Operação do Parque, e dos resultados recentes do Projeto Filó. Recomenda-se ainda avaliar as informações requeridas pelo CAR para suprir o cadastramento durante a coleta dos dados.
- Entre as informações a serem levantadas com base no cadastro pretérito e dados do Filó, recomenda-se discriminar de forma complementar:
 - Matrícula(s) da(s) propriedade(s);
 - Entidades de classe, de assistência técnica, de comercialização e de crédito rural utilizadas pelos moradores;
 - Associações civis das quais os moradores fazem parte;
 - Tipo e proveniência de abastecimento de água;
 - Tipo e destino final do tratamento de efluentes domésticos;
 - Tipo e destino final do tratamento de efluentes agropecuários;
 - Renda familiar mensal;
 - Insumos e custos das atividades e práticas produtivas (usar referências do Relatório de Diagnóstico de Atividades Agropecuárias e Arranjos Produtivos da ZA).
- Uma vez definida a estrutura de informações a serem levantadas, recomenda-se estruturar um formulário para coleta de dados nas propriedades (ou diretamente em meio digital).
- Durante e/ou após a atualização dos dados, deve-se prever o cadastro na estrutura previamente concebida do Banco de Dados do Parque, conforme ações do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se aproveitar o levantamento de dados das propriedades para identificar demandas de qualificação e capacitação para os moradores, de forma associadas às práticas ou atividades de interesse.
 - Formulário de coleta de dados;
 - Registro fotográfico dos levantamentos;
 - Informações sistematizados no Banco de Dados.

3.5.1.2. Cruzar e relacionar o cadastro atualizado das propriedades com os limites digitais articulados pelo Projeto “Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda” desenvolvido pela EPAGRI.

- Esta ação tem caráter pontual e está condicionada aos resultados da articulação dos dados supracitados, conforme previsto no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais, devendo ser executada pelos funcionários e colaboradores do Parque.
- Para cruzamento dos limites, recomenda-se prever compatibilização entre as plataformas do Banco de Dados e do software de visualização dos limites disponíveis

no Parque, bem como criar hiperlink ou outra ferramenta de integração entre os dados das propriedades e seus limites digitais.

- Os dados também devem ser cruzados com os mapeamentos de evolução e situação atual de uso e cobertura do solo da ZA, elaborados na revisão do Plano de Manejo.
- Pequenas diferenças de área ocupada pelas atividades agrícolas das propriedades podem ser encontradas entre os dados cadastrados e os limites digitais disponibilizados. Elas devem ser registradas para fins de planejamento dos projetos e intervenções nas propriedades.
- Como resultado dos cruzamentos, espera-se gerar subsídio para os projetos pilotos descritos neste Subprograma.
 - Limites digitais em plataforma compatível com o Banco de Dados;
 - Diferenças de área entre cadastro e limites digitais identificadas e registradas.

3.5.1.3. Desenvolver e contratar produção de cartilha sobre as normas da ZA e outras referências técnicas e ambientais relevantes às atividades ou práticas produtivas desenvolvidas no entorno.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelo funcionários e colaboradores do Parque com base na sistematização das normas da ZA e na compilação de dúvidas registradas durante o cadastro de propriedades rurais.
- Deve-se buscar a utilização de uma linguagem jornalística e com forte apelo visual, respeitando-se as demandas funcionais, as propostas de layout e as especificações do Manual de uso da logomarca da UC.
- Recomenda-se integrar esta ação com a contratação de designer gráfico para a formatação da cartilha, bem como de empresa especializada em geração e impressão de fotolitos, cuja tiragem será especificada de acordo com as propriedades cadastradas.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
 - Lista de fornecedores;
 - Boneco da cartilha;
 - Nota fiscal;
 - Cartilha.

3.5.1.4. Organizar e promover palestras periódicas para divulgação e esclarecimento às comunidades do entorno sobre as normas da ZA e outras referências técnicas e ambientais relevantes às atividades ou práticas produtivas desenvolvidas no entorno.

- Esta ação tem caráter contínuo e visa identificar as linhas temáticas e parceiros potenciais para o desenvolvimento de palestras específicas divulgando e esclarecendo as comunidades do entorno sobre as normas da ZA e outras referências técnicas e ambientais relevantes para atividades ou práticas produtivas desenvolvidas no entorno.
- Recomenda-se a organização de uma planilha base com a discriminação das temáticas e parceiros, levando-se em consideração o levantamento de demandas de qualificação e capacitação realizado durante o cadastramento de propriedades.
 - Planilha de palestras temáticas;
 - Registro fotográfico das palestras.

3.5.1.5. Organizar e promover reuniões para debater aspectos de representatividade, funcionamento e sobreposição das associações comunitárias existentes no entorno e seus potenciais de integração com o Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de debater e apoiar o fortalecimento do associativismo no entorno e os potenciais de atuação integrada com o Parque.
- As reuniões são justificadas pela diversidade de associações existentes no entorno do Parque, parte das quais concentram a mesma estrutura organizacional, inoperantes e gerando alta demanda de reuniões para cumprir as previsões estatutárias básicas, conforme depoimento de moradores que compõem os quadros diretivos.
- Para organização das reuniões, recomenda-se realizar contato prévio com o corpo diretivo das associações, com base no levantamento feito durante o cadastro das propriedades, compilação dos estatutos sociais e triagem dos objetivos estatutários e estruturas organizacionais previstas.
- Deve-se buscar envolver as três comunidades do entorno do Parque tanto na compilação de informações das associações quanto nas reuniões de discussão.
- As discussões devem ser norteadas pelas seguintes questões:
 - O que motivou a criação de cada associação?
 - Essas motivações se traduzem nos objetivos previstos no estatuto?
 - Há objetivos comuns entre as associações?
 - A estrutura organizacional prevista é adequada para o cumprimento dos objetivos?
 - Qual o quadro atual de diretores e associados?
 - As associações representam efetivamente os interesses de seus associados?
 - Quais associações estão funcionando regularmente?
 - Quais as estratégias de manutenção financeira e organização documental das associações?
 - Quais as dificuldades encontradas para o funcionamento de cada associação?
 - Quais as principais necessidades hoje para o funcionamento e atuação das associações?
 - Quais os potenciais de integração ou parceria de atuação entre as associações e entre estas e o Parque?
- Recomenda-se avaliar o apoio na organização e manutenção do acervo documental no Centro de Visitantes do Parque como estratégia de integração efetiva do Parque com as associações do entorno, já que o CV também pode servir de local para assembleias ordinárias e extraordinárias.
 - Registro fotográfico das reuniões;
 - Memória das discussões efetuadas.

3.5.1.6. Articular e promover a construção participativa de um projeto piloto para fortalecimento organizacional do associativismo no entorno, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque de acordo com os resultados das discussões de representatividade, funcionamento e sobreposição das associações comunitárias existentes no entorno e seus potenciais de integração com o Parque.

- Recomenda-se eleger representantes das associações comunitárias para formar uma comissão responsável pela elaboração do projeto piloto, por meio de dinâmicas de trabalho no Centro de Visitantes do Parque, adotando o roteiro de elaboração de projetos da ECOPEF como ferramenta de apoio.
- A problematização da situação atual de representatividade e sobreposição das associações além das dificuldades e necessidades de funcionamento deve servir como o ponto de partida para a construção dos objetivos gerais e específicos do projeto. Deve-se avaliar inclusive a possibilidade de extinção e/ou reformulação das associações existentes para permitir maior dinamismo e funcionalidade de atuação, levando em consideração o tempo de dedicação da diretoria e demais associados, e a definição de interesses comuns.
- Os potenciais de financiamento e as estratégias de mobilização de recursos devem ser planejados de forma integrada com as ações correlatas dos Subprogramas de Administração e de Relações Públicas e Institucionais, avaliando-se tanto os editais e programas de fomento afins quanto a articulação de apoio institucional de empresas e entidades da região, sempre que necessário e por intermédio do Conselho Consultivo do Parque.
- Recomenda-se conceber e planejar estratégias de monitoramento e avaliação do projeto (M&A), de forma integrada com as ações correlatas do Subprograma de Gestão do Conhecimento, prevendo-se a definição de indicadores e meios de verificação efetivos e factíveis pela equipe de coordenação.
- Uma vez elaborado, o Projeto deve ser apresentado pela comissão aos associados beneficiados, para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo, com disponibilização de cópias do cronograma de atividades e exposição das mesmas em local público.
 - Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do Projeto;
 - Projeto de fortalecimento organizacional do associativismo.

3.5.1.7. Implementar e monitorar projeto piloto para fortalecimento organizacional do associativismo no entorno e seus potenciais de integração/relacionamento com o Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pela equipe responsável definida no Projeto, incluindo funcionários e colaboradores relacionados.
- Recomenda-se como passo inicial a elaboração de um plano de trabalho para planejamento operacional do Projeto, detalhando entre outras coisas:
 - Estratégias de coordenação e comunicação do Projeto;
 - Cronograma executivo mensal das atividades e eventos, incluindo os procedimentos de avaliação;
 - Matriz de planejamento com resultados esperados, atividades, tarefas (se necessário), prazos e responsáveis;
 - Estrutura e padrão de formação dos relatórios, registros fotográficos e memórias.
- Uma vez elaborado, o Plano de Trabalho deve ser apresentado pela comissão aos associados beneficiados, para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo, com disponibilização de cópias do cronograma e matriz de planejamento e exposição das mesmas em local público.
- Recomendam-se reuniões mensais de acompanhamento da implementação do Projeto e reuniões semestrais de avaliação dos resultados alcançados.
- Embora os resultados esperados de fortalecimento organizacional das associações do entorno sejam definidos pela elaboração do projeto piloto, espera-se que a implementação do Projeto auxilie na regularização da situação

institucional/estatutária da(s) associação(ões), na efetividade das estruturas organizacionais, no esclarecimento dos objetivos e atividades fins, na praticidade dos procedimentos administrativos e no planejamento dos potenciais de cooperação interinstitucional, em especial com o Parque e seus parceiros.

- Registros fotográficos;
- Memórias de reunião;
- Relatórios de acompanhamento e avaliação.

3.5.1.8. Classificar por ordem de prioridade ambiental as propriedades com despejo direto de efluentes domésticos em cursos d'água na ZA.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores com base nos resultados do cadastro atualizado de propriedades previsto neste Subprograma de Manejo.
- A priorização deve levar em conta, entre outras coisas, o curso d'água receptor e sua ordem de classificação, o tipo de efluente e as condições de despejo, a quantidade de pessoas/usuários, as condições socioeconômicas da família (ou o nível de reprodução social – com base nos dados do Projeto Filó) e a planta de situação das edificações na propriedade (com o afastamento ou ocupação em relação à Área de Preservação Permanente – APP).
- Com base nos critérios de priorização, recomenda-se definir uma escala de graduação comparativa (com dois ou três níveis para cada critério) para classificar as propriedades mais importantes ou cuja solução seja considerada emergencial.
- Critérios de priorização e escala de graduação;
- Lista de propriedades prioritárias.

3.5.1.9. Organizar e promover reuniões para debater problemas e soluções para tratamento de efluentes domésticos, identificar interessados e dimensionar a abrangência de um projeto piloto de adequação sanitária.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de debater problemas com proprietários interessados, apoiar soluções para tratamento de efluentes domésticos e elaborar um projeto piloto sobre o assunto.
- Recomenda-se pesquisar e identificar previamente sistemas individuais e coletivos que ofereçam alternativas para o tratamento de efluentes domésticos, levando-se em consideração os dados cadastrados e os critérios de prioridade das propriedades.
- Sugere-se esclarecer aos participantes quais os problemas ambientais e de saúde decorrentes da falta de tratamento de efluentes e os critérios de priorização das propriedades.
- Recomenda-se esclarecer também que a implementação de um projeto piloto de adequação sanitária representa um pacote de benefícios a serem proporcionados pelo Parque, os quais poderão estar atrelados a compromissos individuais de adequação ambiental de outros problemas identificados nas propriedades, ou mesmo de manutenção dos sistemas de tratamento implantados, cuja eficiência será monitorada de acordo com a qualidade da água nos curso d'água receptores.
- Como resultado das reuniões, espera-se definir uma lista de interessados em participar da elaboração de um projeto piloto para implementar as soluções mais adequadas ao tratamento dos efluentes domésticos.
- Registro fotográfico das reuniões;
- Memória das discussões efetuadas.

3.5.1.10. Articular e promover a construção participativa de um projeto piloto para instalação de sistemas de tratamento de efluentes domésticos, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque levando em conta os resultados das discussões de problemas e soluções para tratamento de efluentes domésticos e as listas de proprietários interessados e propriedades prioritárias.
- Recomenda-se eleger representantes das propriedades interessadas para formar uma comissão responsável pela elaboração do projeto piloto, por meio de dinâmicas de trabalho no Centro de Visitantes do Parque, adotando o roteiro de elaboração de projetos da ECOPEF como ferramenta de apoio.
- O dimensionamento dos efluentes gerados e a proximidade das propriedades participantes devem subsidiar a discussão e definição das possibilidades de tratamento individual ou coletivo.
- Os potenciais de financiamento e as estratégias de mobilização de recursos devem ser planejados de forma integrada com as ações correlatas dos Subprogramas de Administração e de Relações Públicas e Institucionais, avaliando-se tanto os editais e programas de fomento afins quanto a articulação de apoio institucional de empresas e entidades da região, sempre que necessário e por intermédio do Conselho Consultivo do Parque. Conforme resultado dos compromissos ambientais acordados com os proprietários beneficiados pelo Projeto, recomenda-se ressaltar tais impactos sociais e ambientais indiretos no Projeto.
- Paralelamente à elaboração do projeto, recomenda-se identificar outras demandas de mitigação de impactos resultantes das atividades e práticas agropecuárias incluídas no cadastro das propriedades participantes e para a discussão individual de compromissos ambientais de contrapartida a serem firmados em termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente.
- Recomenda-se conceber e planejar estratégias de monitoramento e avaliação do projeto (M&A), de forma integrada com as ações correlatas do Subprograma de Gestão do Conhecimento, prevendo-se a definição de indicadores e meios de verificação efetivos e factíveis pela equipe de coordenação.
- Uma vez elaborado, o Projeto deve ser apresentado pela comissão aos demais proprietários e moradores beneficiados, para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo, com disponibilização de cópias do cronograma de atividades e exposição das mesmas em local público.
 - Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do Projeto;
 - Projeto de adequação sanitária de propriedades rurais.

3.5.1.11. Implementar e monitorar projeto piloto para instalação de sistemas de tratamento de efluentes domésticos nas propriedades selecionadas.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pela equipe responsável definida no Projeto, incluindo funcionários e colaboradores relacionados.
- Recomenda-se que o passo inicial seja a elaboração de um plano de trabalho para planejamento operacional do Projeto, detalhando entre outras coisas:
 - Estratégias de coordenação e comunicação do Projeto;
 - Cronograma executivo mensal das atividades e eventos, incluindo os procedimentos de avaliação;

- Matriz de planejamento com resultados esperados, atividades, tarefas (se necessário), prazos e responsáveis;
- Estrutura e padrão de formação dos relatórios, registros fotográficos e memórias.
- Uma vez elaborado, o Plano de Trabalho deve ser apresentado pela comissão aos proprietários beneficiados para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo.
- Recomendam-se reuniões mensais de acompanhamento da implementação do Projeto e reuniões semestrais de avaliação dos resultados alcançados, a depender do prazo de execução do Projeto.
- A implementação do Projeto deve estar condicionada à assinatura dos termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente de estabelecimento dos compromissos ambientais de contrapartida, caso existentes e definidos previamente com os proprietários.
 - Registros fotográficos;
 - Memórias de reunião;
 - Termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente (se houver);
 - Relatórios de acompanhamento e avaliação.

3.5.1.12. Cruzar o mapeamento de déficit de APPs da ZA com os limites digitais de propriedades e identificar áreas prioritárias para cercamento e restauração florestal.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de identificar áreas prioritárias e subsidiar o dimensionamento de um projeto de cercamento e restauração florestal de APPs no entorno do Parque.
- Entre os passos metodológicos de trabalho, recomendam-se os seguintes:
 - Plotar no mapa de déficit de APPs (Relatório de Análise da Evolução do Uso e Ocupação do Solo da ZA) os limites digitais disponibilizados pelo Projeto “Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda” (ver Subprograma de Relações Públicas e Institucionais);
 - Levantar a área das propriedades com déficit de APP e dimensionar as faixas de restauração para cada caso com base no detalhamento das obrigações legais de manutenção de vegetação nativa marginal, de continuidade de atividades agrossilvipastoris e de manejo florestal sustentável, considerando-se a dimensão do curso d’água e as normas da Zona de Amortecimento do Parque;
 - Priorizar as APPs a serem restauradas com base no mapa de fragmentos florestais e déficit de APP (Relatório de Análise da Evolução do Uso e Ocupação do Solo da ZA), considerando o tamanho dos fragmentos e a existência de borda ou conexão entre os mesmos.
 - Identificar os proprietários de interesse e avaliar se possuem alguma demanda de regularização ambiental imposta pelas normas da ZA e/ou se estão inclusos em outros projetos ou pacotes de benefícios articulados ou proporcionados pelo Parque, incluindo os projetos pretéritos de cercamento de APPs em desenvolvimento pela UC.
- Mapa de áreas prioritárias;
- Lista de proprietários de interesse para cercamento e restauração de APPs.

3.5.1.13. Organizar e promover reunião para debater as obrigações de regularidade ambiental das propriedades, identificar interessados e dimensionar a abrangência de um projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de debater as obrigações e demandas de regularização ambiental das propriedades, no que tange manutenção e uso de APPs, e dimensionar participantes para um projeto piloto de cercamento e restauração florestal.
- Recomenda-se apresentar os resultados dos cruzamentos da ação anterior por meio de mapas e da compilação de normas e leis, esclarecendo os objetivos da reunião e os benefícios gerados pelo futuro projeto tanto para o Parque quanto para as propriedades.
- Entre os aspectos a serem debatidos, recomenda-se incluir:
 - Os procedimentos e materiais de cercamento;
 - As possibilidade de acessos para atividades agropecuárias, como a dessedentação do gado;
 - As possibilidades de manejo florestal sustentável;
 - As técnicas de restauração florestal e demandas de manutenção;
 - Os procedimentos de monitoramento das taxas de sobrevivência e crescimentos de mudas e/ou de restauração florestal;
 - As possibilidade de sinalização alusiva e certificação do processo para fins de regularização ambiental das propriedades;
 - Os passos ou etapas principais de atuação para elaboração e implementação do projeto piloto.
- Recomenda-se esclarecer também que a implementação de um projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs representa um pacote de benefícios a serem proporcionados pelo Parque, os quais poderão estar atrelados a compromissos individuais de adequação ambiental de outros problemas identificados nas propriedades.
- Como resultado das reuniões, espera-se definir uma lista de interessados em participar da elaboração de um projeto piloto para cercamento e restauração florestal de APPs para dimensionar a área de abrangência e os impactos diretos do projeto.
 - Registro fotográfico das reuniões;
 - Memória das discussões efetuadas.

3.5.1.14. Articular e promover a construção participativa de um projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque de acordo com os resultados das discussões de regularidade ambiental das propriedades e da lista de proprietários interessados e áreas prioritárias para cercamento e restauração florestal.
- Recomenda-se eleger representantes das propriedades interessadas para formar uma comissão responsável pela elaboração do projeto piloto, por meio de dinâmicas de trabalho no Centro de Visitantes do Parque, adotando o roteiro de elaboração de projetos da ECOPEF como ferramenta de apoio.

- O dimensionamento das áreas de cercamento e as técnicas de restauração e manejo florestal das APPs das propriedades participantes devem subsidiar a discussão e definição dos objetivos, resultados esperados e atividades do projeto.
- Paralelamente à elaboração do projeto, recomenda-se que o cadastro das propriedades participantes identifique outras demandas de mitigação de impactos resultantes das atividades e práticas agropecuárias para a discussão individual de compromissos ambientais de contrapartida a serem firmados pelo termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente.
- Os potenciais de financiamento e as estratégias de mobilização de recursos devem ser planejados de forma integrada com as ações correlatas dos Subprogramas de Administração e de Relações Públicas e Institucionais, avaliando-se tanto os editais e programas de fomento afins quanto a articulação de apoio institucional de empresas e entidades da região, sempre que necessário e por intermédio do Conselho Consultivo do Parque. Conforme resultado dos compromissos ambientais acordados com os proprietários beneficiados pelo Projeto, recomenda-se ressaltar tais impactos sociais e ambientais indiretos no Projeto.
- Tais potenciais devem considerar também os resultados dos convênios para doação de mudas com o Horto do Consórcio Itá, previsto no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais.
- Recomenda-se conceber e planejar estratégias de monitoramento e avaliação do projeto (M&A), de forma integrada com as ações correlatas do Subprograma de Gestão do Conhecimento, prevendo-se a definição de indicadores e meios de verificação efetivos e factíveis pela equipe de coordenação.
- Uma vez elaborado, o Projeto deve ser apresentado pela comissão aos demais proprietários e moradores beneficiados para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo, com disponibilização de cópias do cronograma de atividades e exposição das mesmas em local público.
 - Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do projeto;
 - Projeto de cercamento, restauração e manejo florestal sustentável de propriedades rurais.

3.5.1.15. Implementar e monitorar projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs nas propriedades selecionadas.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pela equipe responsável definida no projeto, incluindo funcionários e colaboradores relacionados.
- Recomenda-se que o passo inicial seja a elaboração de um plano de trabalho para planejamento operacional do Projeto, detalhando entre outras coisas:
 - Estratégias de coordenação e comunicação do Projeto;
 - Cronograma executivo mensal das atividades e eventos, incluindo os procedimentos de avaliação;
 - Matriz de planejamento com resultados esperados, atividades, tarefas (se necessário), prazos e responsáveis;
 - Estrutura e padrão de formação dos relatórios, registros fotográficos e memórias.
- Uma vez elaborado, o Plano de Trabalho deve ser apresentado pela comissão aos proprietários beneficiados para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo.
- Recomendam-se reuniões mensais de acompanhamento da implementação do Projeto e reuniões semestrais de avaliação dos resultados alcançados, a depender do prazo de execução do projeto.

- A implementação do projeto deve estar condicionada à assinatura dos termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente de estabelecimento dos compromissos ambientais de contrapartida, caso existentes e definidos previamente com os proprietários.
- Registros fotográficos;
- Memórias de reunião;
- Termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente (se houver);
- Relatórios de acompanhamento e avaliação.

3.5.1.16. Cruzar o mapeamento de cobertura e uso do solo da ZA com os limites digitais de propriedades e identificar áreas potenciais para implementação de estratégias de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de identificar áreas potenciais para implementação de estratégias de incentivo previstas nas normas da Zona de Amortecimento, entre outras iniciativas particulares de conservação ambiental no entorno do Parque.
- Entre os passos metodológicos de trabalho, recomendam-se os seguintes:
 - Plotar no mapa de uso e ocupação atual do solo da ZA (Relatório de Análise da Evolução do Uso e Ocupação do Solo da ZA) os limites digitais disponibilizados pelo Projeto “Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda” (ver Subprograma de Relações Públicas e Institucionais);
 - Identificar os proprietários dos principais fragmentos florestais da ZA e a situação cadastral das propriedades no âmbito das demandas do Cadastro Ambiental Rural (CAR), incluindo a discriminação da área da propriedade e dos fragmentos nela inseridos;
 - Identificar também outras propriedades desprovidas de fragmentos florestais, discriminando seu proprietário, sua área e demanda legal de reserva legal e APP.
- Mapa de áreas prioritárias;
- Lista de proprietários de interesse para cercamento e restauração de APPs.

3.5.1.17. Organizar e promover reunião para debater instrumentos econômicos de valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental, identificar interessados e linhas de incentivo para projetos pilotos.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de debater instrumentos econômicos de valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental, como servidão ambiental, RPPNs, pagamentos por serviços ambientais, cota de reserva florestal, entre outros, e dimensionar participantes para um ou mais projetos pilotos.
- Recomenda-se apresentar os resultados dos cruzamentos da ação anterior por meio de mapas e da compilação de normas e leis, esclarecendo os objetivos da reunião e os benefícios gerados pelo(s) futuro(s) projeto(s), tanto para o Parque quanto para as propriedades.
- Entre os aspectos a serem debatidos, recomendam-se incluir:
 - Exposição e esclarecimento sobre as normas 57 a 62 da Zona de Amortecimento, bem como de suas referências legais de base;
 - Os procedimentos cadastrais, demandas documentais exigidas e entidades envolvidas para implementação de cada instrumento econômico;

- As possibilidades de manejo florestal sustentável e de manutenção das áreas abrangidas pelos instrumentos econômicos;
 - As possibilidade de sinalização alusiva e certificação do processo para fins de regularização ambiental das propriedades;
 - Os instrumentos econômicos com maior potencial para cada propriedade cadastrada ou proprietários interessados;
 - Os passos ou etapas principais de atuação para elaboração e implementação dos projetos pilotos.
- Recomenda-se esclarecer também que a implementação de um ou mais projetos pilotos de incentivo a conservação ambiental de florestas particulares representa um pacote de benefícios a serem proporcionados pelo Parque, os quais poderão estar atrelados a compromissos individuais de adequação ambiental de outros problemas identificados nas propriedades.
- Como resultado das reuniões, espera-se definir uma lista de interessados em participar da elaboração de um ou mais projetos pilotos de incentivo à conservação ambiental de florestas particulares para dimensionar a área de abrangência e os impactos diretos do(s) projeto(s).
- Registro fotográfico das reuniões;
 - Memória das discussões efetuadas.

3.5.1.18. Articular e promover a construção participativa de projetos pilotos de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque conforme os resultados do debate sobre instrumentos econômicos de valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental e da lista de proprietários interessados e de áreas potenciais.
- Recomenda-se eleger e agrupar representantes das propriedades interessadas de acordo com os potenciais instrumentos econômicos identificados, para formar comissão(ões) responsável(eis) pela elaboração do(s) projeto(s), por meio de dinâmicas de trabalho no Centro de Visitantes do Parque, adotando o roteiro de elaboração de projetos da ECOPEF como ferramenta de apoio.
- O dimensionamento das áreas e dos potenciais instrumentos econômicos para as propriedades participantes deve subsidiar a discussão e definição dos objetivos, resultados esperados e atividades do projeto.
- Paralelamente à elaboração do projeto, recomenda-se identificar outras demandas de mitigação de impactos resultantes das atividades e práticas agropecuárias incluídas no cadastro das propriedades participantes para a discussão individual de compromissos ambientais de contrapartida a serem firmados por termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente.
- Os potenciais de financiamento e as estratégias de mobilização de recursos devem ser planejados de forma integrada com as ações correlatas dos Subprogramas de Administração e de Relações Públicas e Institucionais, avaliando-se tanto os editais e programas de fomento afins quanto a articulação de apoio institucional de empresas e entidades da região, sempre que necessário e por intermédio do Conselho Consultivo do Parque. Conforme resultado dos compromissos ambientais acordados com os proprietários beneficiados pelo Projeto, recomenda-se ressaltar tais impactos sociais e ambientais indiretos no Projeto.
- Recomenda-se conceber e planejar estratégias de monitoramento e avaliação do projeto (M&A), de forma integrada com as ações correlatas do Subprograma de

Gestão do Conhecimento, prevendo-se a definição de indicadores e meios de verificação efetivos e factíveis pela equipe de coordenação.

- Uma vez elaborado, o Projeto deve ser apresentado pela comissão aos demais proprietários e moradores beneficiados para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo, com disponibilização de cópias do cronograma de atividades e exposição das mesmas em local público.
- Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do(s) projeto(s);
- Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do(s) projeto(s);
- Projeto(s) piloto(s) de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental (a depender dos potenciais identificados).

3.5.1.19. Implementar e monitorar os projetos pilotos de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental nas propriedades selecionadas.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pela equipe responsável definida no(s) projeto(s), incluindo funcionários e colaboradores relacionados.
- Recomenda-se que o passo inicial seja a elaboração de um plano de trabalho para planejamento operacional de cada projeto piloto, detalhando entre outras coisas:
 - Estratégias de coordenação e comunicação do Projeto;
 - Cronograma executivo mensal das atividades e eventos, incluindo os procedimentos de avaliação;
 - Matriz de planejamento com resultados esperados, atividades, tarefas (se necessário), prazos e responsáveis;
 - Estrutura e padrão de formação dos relatórios, registros fotográficos e memórias.
- Uma vez elaborado(s), o(s) Plano(s) de Trabalho deve(m) ser apresentado(s) pela comissão aos proprietários beneficiados, para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo.
- Recomendam-se reuniões mensais de acompanhamento da implementação do Projeto e reuniões semestrais de avaliação dos resultados alcançados, a depender do prazo de execução do(s) projeto(s).
- A implementação do(s) projeto(s) deve estar condicionada à assinatura dos termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente de estabelecimento dos compromissos ambientais de contrapartida, caso existentes e definidos previamente com os proprietários.
- Registros fotográficos;
- Memórias de reunião;
- Termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente (se houver);
- Relatórios de acompanhamento e avaliação.

3.5.1.20. Acompanhar reuniões, implementação e monitoramento do Projeto Erva-mate.

- Este Projeto estava sendo consolidado durante a finalização da revisão do Plano de Manejo, com a participação da FATMA, ECOPEF, Conselho Consultivo, TRACTEBEL Energia, Erva Mate Gheno, AVPM e empresa Leão Junior. Por esse motivo, o projeto não segue a lógica de construção prevista para os demais projetos pilotos de desenvolvimento territorial integrado.
- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser executada por funcionários e pelos colaboradores participantes da equipe responsável pela elaboração e execução do Projeto.
- Conforme status de andamento do Projeto, recomenda-se debater, detalhar e incorporar ao Projeto:

- Critérios de adequação ambiental das práticas adotadas em cada etapa da atividade (ver Relatório de Diagnóstico de potenciais atividades agropecuárias e arranjos produtivos amigáveis da ZA);
 - Demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo das práticas adotadas;
 - Estratégias de coordenação e comunicação do Projeto;
 - Cronograma executivo mensal das atividades e eventos, incluindo os procedimentos de avaliação;
 - Matriz de planejamento com resultados esperados, atividades, tarefas (se necessário), prazos e responsáveis;
 - Estrutura e padrão de formação dos relatórios, registros fotográficos e memórias.
- o Registros fotográficos;
 - o Memórias de reunião;
 - o Relatórios de acompanhamento e avaliação.

3.5.1.21. Cruzar o mapeamento de cobertura e uso do solo da ZA com o cadastro e limites digitais de propriedades e identificar áreas prioritárias para adequação ambiental de silvicultura na ZA.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de identificar áreas de silvicultura limítrofes ao Parque, a remanescentes florestais e a cursos d'água, ou locais a montante dessas áreas com alta declividade e potencial erosivo, dentro da Zona de Amortecimento.
 - Entre os passos metodológicos de trabalho, recomendam-se os seguintes:
 - Plotar no mapa de uso e ocupação atual do solo da ZA (Relatório de Análise da Evolução do Uso e Ocupação do Solo da ZA) os limites digitais disponibilizados pelo Projeto "Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda" (ver Subprograma de Relações Públicas e Institucionais) e as curvas de nível da base cartográfica disponível;
 - Identificar as áreas de silvicultura e classificá-las de acordo com suas áreas limítrofes (Parque, fragmento florestal ou curso d'água) e condições topográfica;
 - Identificar outras áreas limítrofes ao Parque com lavouras temporárias ou poteiros que tenham potencial para substituição por silviculturas.
 - Identificar os proprietários das silviculturas classificadas e outras áreas potenciais e a situação cadastral das propriedades no âmbito das demandas do Cadastro Ambiental Rural (CAR), incluindo a discriminação da área da propriedade e das silviculturas.
- o Mapa de silviculturas prioritárias e áreas potenciais para substituição;
 - o Lista de proprietários de interesse para regularização ambiental de silvicultura.

3.5.1.22. Organizar e promover reunião para debater critérios de adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo, identificar e cadastrar interessados para projeto piloto de silvicultura.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de debater critérios de regularização ambiental, estratégias de incentivo e demandas de aprimoramento produtivo da silvicultura no entorno do Parque, bem como dimensionar participantes para um projeto piloto.

- Recomenda-se apresentar, contatar e compilar informações sobre critérios, práticas produtivas e projetos/ações de incentivo na EMBRAPA Floresta (por meio do conselheiro representante da EMBRAPA Suínos e Aves) e Instituto de Pesquisa Ecológica (Projeto Abraço Verde no entorno do Parque Estadual Morro do Diabo). Sugere-se também pesquisar a existência e compilar os critérios de adequação previstos em Termos de Ajustamento de Conduta para silvicultura em SC ou outro estado brasileiro.
- Deve-se também apresentar os resultados dos cruzamentos da ação anterior por meio de mapas e da compilação de normas e leis, esclarecendo os objetivos da reunião e os benefícios gerados pelo(s) futuro(s) projeto(s), tanto para o Parque quanto para as propriedades.
- Entre os aspectos a serem debatidos, recomendam-se incluir:
 - Seleção de áreas potenciais para expansão com base na declividade e uso do solo;
 - Potenciais erosivos decorrentes da seleção de áreas inapropriadas e das práticas inadequadas de colheita;
 - Potencial poluidor dos inseticidas e herbicidas usados para controle de formigas e plantas invasoras e alternativas existentes;
 - Espécies e variedades de mudas, seus custos e mercados de distribuição para aquisição/articulação em projetos de incentivo.
- Recomenda-se esclarecer também que o projeto de silvicultura representa um pacote de benefícios a serem proporcionados pelo Parque, os quais poderão estar atrelados a compromissos individuais de adequação ambiental de outros problemas identificados nas propriedades.
 - Registro fotográfico das reuniões;
 - Memória das discussões efetuadas.

3.5.1.23. Articular e promover a construção participativa de projetos pilotos de silvicultura, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque incluindo os resultados do debate sobre critérios de adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo da silvicultura no entorno do Parque e da lista de proprietários interessados e de áreas potenciais.
- Recomenda-se eleger e agrupar representantes das propriedades interessadas, para formar comissão(ões) responsável(eis) pela elaboração do(s) projeto(s), por meio de dinâmicas de trabalho no Centro de Visitantes do Parque, adotando o roteiro de elaboração de projetos da ECOPEF como ferramenta de apoio.
- O dimensionamento das áreas e dos potenciais benefícios para aprimoramento produtivo da silvicultura nas propriedades participantes deve subsidiar a discussão e definição dos objetivos, resultados esperados e atividades do projeto.
- Paralelamente à elaboração do projeto, recomenda-se identificar outras demandas de mitigação de impactos resultantes das atividades e práticas agropecuárias incluídas no cadastro das propriedades participantes para a discussão individual de compromissos ambientais de contrapartida a serem firmados através de termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente.
- Os potenciais de financiamento e as estratégias de mobilização de recursos devem ser planejados de forma integrada as ações correlatas dos Subprogramas de Administração e de Relações Públicas e Institucionais, avaliando-se tanto editais e programas de fomento afins quanto articulação de apoio institucional de empresas e

entidades da região, sempre que necessário por intermédio do Conselho Consultivo do Parque. Conforme resultado dos compromissos ambientais acordados com os proprietários beneficiados pelo Projeto, recomenda-se ressaltar tais impactos sociais e ambientais indiretos no Projeto.

- Recomenda-se conceber e planejar estratégias de monitoramento e avaliação do projeto (M&A), de forma integrada as ações correlatas do Subprograma de Gestão do Conhecimento, prevendo-se a definição de indicadores e meios de verificação efetivos e factíveis pela equipe de coordenação.
- Uma vez elaborado, o Projeto deve ser apresentado pela comissão aos demais proprietários e moradores beneficiados, para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo, com disponibilização de cópias do cronograma de atividades e exposição das mesmas em local público.
 - Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do projeto;
 - Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do projeto;
 - Projeto(s) piloto(s) de incentivo e regularização ambiental da silvicultura.

3.5.1.24. Implementar e monitorar os projetos pilotos de silvicultura nas propriedades selecionadas.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pela equipe responsável definida no projeto, incluindo funcionários e colaboradores elencados.
- Recomenda-se como passo inicial a elaboração de um plano de trabalho para planejamento operacional de cada projeto piloto, detalhando entre outras coisas:
 - Estratégias de coordenação e comunicação do Projeto;
 - Cronograma executivo mensal das atividades e eventos, incluindo os procedimentos de avaliação;
 - Matriz de planejamento com resultados esperados, atividades, tarefas (se necessário), prazos e responsáveis;
 - Estrutura e padrão de formação dos relatórios, registros fotográficos e memórias.
- Uma vez elaborado, o Plano de Trabalho deve ser apresentado pela comissão aos proprietários beneficiados, para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo.
- Recomendam-se reuniões mensais de acompanhamento da implementação do Projeto e reuniões semestrais de avaliação dos resultados alcançados, a depender do prazo de execução do projeto.
- A implementação do projeto deve estar condicionada a assinatura dos termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente de estabelecimento dos compromissos ambientais de contrapartida, caso existentes e definidos previamente com os proprietários.
 - Registros fotográficos;
 - Memórias de reunião;
 - Termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente (se houver);
 - Relatórios de acompanhamento e avaliação.

3.5.1.25. Cruzar o mapeamento de cobertura e uso do solo da ZA com o cadastro e limites digitais de propriedades e identificar produtores prioritários para adequação ambiental da bovinocultura de leite na ZA.

- Esta ação tem caráter pontual, a ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de identificar áreas de poteiros, pastagens e estrebarias dentro da Zona de Amortecimento.

- Entre os passos metodológicos de trabalho, recomendam-se os seguintes:
 - Plotar no mapa de uso e ocupação atual do solo da ZA (Relatório de Análise da Evolução do Uso e Ocupação do Solo da ZA) os limites digitais disponibilizados pelo Projeto “Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda” (ver Subprograma de Relações Públicas e Institucionais);
 - Identificar as áreas de potreiros, pastagens e estrebarias e classificá-las de acordo com suas áreas limítrofes (Parque, fragmento florestal ou curso d’água) e condições topográfica;
 - Identificar os proprietários das potreiros, pastagens e estrebarias classificadas e a situação cadastral das propriedades no âmbito das demandas do Cadastro Ambiental Rural (CAR), incluindo a discriminação da área da propriedade e dos potreiros e pastagens.
- Mapa de áreas prioritárias;
- Lista de proprietários de interesse para regularização ambiental da bovinocultura de leite.

3.5.1.26. Organizar e promover reunião para debater critérios de adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo, identificar e cadastrar interessados para projeto piloto de bovinocultura de leite.

- Esta ação tem caráter pontual, a ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de debater critérios de regularização ambiental, estratégias de incentivo e demandas de aprimoramento produtivo da bovinocultura leiteira no entorno do Parque, bem como dimensionar participantes para um projetos pilotos.
- Recomenda-se apresentar contatar e compilar informações sobre critérios, práticas produtivas e projetos/ações de incentivo na EPAGRI por meio do representante no Conselho Consultivo.
- Deve-se também através de mapas e da compilação de normas e leis os resultados dos cruzamentos da ação anterior, esclarecendo os objetivos da reunião e os benefícios gerados pelo(s) futuro(s) projeto(s), tanto para o Parque quanto para as propriedades.
- Entre os aspectos a serem debatidos recomenda-se incluir:
 - A adoção e formas de incentivo ao plantio de pastagem perene nas áreas onde se cultiva pastagens anuais;
 - A promoção do piqueteamento de pastagens no sistema de Pastoreio Racional Voisin – PRV;
 - O incentivo à construção de esterqueiras junto às estrebarias e relocação das estrebarias inseridas em áreas de preservação permanente – APPs;
 - O apoio ao cercamento das áreas de preservação permanente – APPs nas faixas marginais dos cursos d’ água, para que o gado não tenha livre acesso à água.
- Recomenda-se esclarecer também que o projeto de bovinocultura leiteira representa um pacote de benefícios a serem proporcionados pelo Parque, os quais poderão estar atrelados a compromissos individuais de adequação ambiental de outros problemas identificados nas propriedades.
- Registro fotográfico das reuniões;
- Memória das discussões efetuadas.

3.5.1.27. Articular e promover a construção participativa de projetos pilotos de bovinocultura de leite, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque a partir dos resultados do debate sobre critérios de adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo da bovinocultura leiteira no entorno do Parque e da lista de proprietários interessados e áreas potenciais.
- Recomenda-se eleger e agrupar representantes das propriedades interessadas, para formar comissão(ões) responsável(eis) pela elaboração do(s) projeto(s), através de dinâmicas de trabalho no Centro de Visitantes do Parque, adotando o roteiro de elaboração de projetos da ECOPEF como ferramenta de apoio.
- O dimensionamento das áreas e dos potenciais benefícios para aprimoramento produtivo da silvicultura nas propriedades participantes deve subsidiar a discussão e definição dos objetivos, resultados esperados e atividades do projeto.
- Paralelamente à elaboração do projeto, recomenda-se identificar outras demandas de mitigação de impactos resultantes das atividades e práticas agropecuárias incluídas no cadastro das propriedades participantes para a discussão individual de compromissos ambientais de contrapartida a serem firmados por termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente.
- Os potenciais de financiamento e as estratégias de mobilização de recursos devem ser planejados de forma integrada com as ações correlatas dos Subprogramas de Administração e de Relações Públicas e Institucionais, avaliando-se tanto os editais e programas de fomento afins quanto a articulação de apoio institucional de empresas e entidades da região, sempre que necessário e por intermédio do Conselho Consultivo do Parque. Conforme resultado dos compromissos ambientais acordados com os proprietários beneficiados pelo Projeto, recomenda-se ressaltar tais impactos sociais e ambientais indiretos no Projeto.
- Recomenda-se conceber e planejar estratégias de monitoramento e avaliação do projeto (M&A), de forma integrada com as ações correlatas do Subprograma de Gestão do Conhecimento, prevendo-se a definição de indicadores e meios de verificação efetivos e factíveis pela equipe de coordenação.
- Uma vez elaborado, o Projeto deve ser apresentado pela comissão aos demais proprietários e moradores beneficiados para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo, com disponibilização de cópias do cronograma de atividades e exposição das mesmas em local público.
 - Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do projeto;
 - Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do projeto;
 - Projeto(s) piloto(s) de incentivo e regularização ambiental da bovinocultura leiteira.

3.5.1.28. Implementar e monitorar os projetos pilotos de bovinocultura de leite nas propriedades selecionadas.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pela equipe responsável definida no projeto, incluindo funcionários e colaboradores elencados.
- Recomenda-se como passo inicial a elaboração de um plano de trabalho para planejamento operacional de cada projeto piloto, detalhando entre outras coisas:
 - Estratégias de coordenação e comunicação do Projeto;
 - Cronograma executivo mensal das atividades e eventos, incluindo os procedimentos de avaliação;

- Matriz de planejamento com resultados esperados, atividades, tarefas (se necessário), prazos e responsáveis;
- Estrutura e padrão de formação dos relatórios, registros fotográficos e memórias.
- Uma vez elaborado, o Plano de Trabalho deve ser apresentado pela comissão aos proprietários beneficiados para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo.
- Recomendam-se reuniões mensais de acompanhamento da implementação do Projeto e reuniões semestrais de avaliação dos resultados alcançados, a depender do prazo de execução do projeto.
- A implementação do projeto deve estar condicionada à assinatura dos termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente de estabelecimento dos compromissos ambientais de contrapartida, caso existentes e definidos previamente com os proprietários.
 - Registros fotográficos;
 - Memórias de reunião;
 - Termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente (se houver);
 - Relatórios de acompanhamento e avaliação.

3.5.1.29. Organizar e promover reunião para debater demandas de estruturação, capacitação e integração turística e cadastrar interessados para projeto piloto de roteirização de atrativos potenciais do entorno.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, com o objetivo de debater as necessidades de estruturação e capacitação de atrativos turísticos potenciais, sua possibilidade de integração ao Parque, além de dimensionar participantes para um projeto piloto de roteirização.
- Recomenda-se apresentar o resumo dos potenciais e necessidades levantados pelo diagnóstico de turismo e uso público da revisão do Plano de Manejo incluindo mapa de localização e acessos, bem como a síntese dos resultados e recomendações feitas pelo Projeto Filó nesse sentido, preferencialmente apresentada pelos proprietários participantes.
- Os resultados ou potenciais (a depender do estágio) de articulação dos projetos Águas do Oeste Catarinense e Roteiro Integrado Itá-Seara-Concórdia, previstos no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais, devem ser expostos e debatidos frente às necessidades de estruturação e roteirização dos atrativos do entorno do Parque.
- Recomenda-se esclarecer também que a implementação de um projeto piloto de estruturação e a roteirização de atrativos representam um pacote de benefícios a serem proporcionados pelo Parque, os quais poderão estar atrelados a compromissos individuais de adequação ambiental de outros problemas identificados nas propriedades.
- Como resultado das reuniões, espera-se definir uma lista de interessados em participar da elaboração do projeto para dimensionar a área de abrangência e os seus impactos diretos.
 - Registro fotográfico da reunião;
 - Memória das discussões efetuadas.

3.5.1.30. Articular e promover a construção participativa de projetos pilotos para estruturação e roteirização de atrativos turísticos potenciais do entorno, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque incluindo os resultados do debate sobre adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo da bovinocultura leiteira e da lista de proprietários interessados.
- O dimensionamento das necessidades de estruturação e potenciais de integração turística deve subsidiar a discussão e definição dos objetivos, resultados esperados e atividades do projeto.
- Entre os produtos a serem gerados pelo Projeto, sugere-se a inclusão de um mapa temático do roteiro e de outros recursos de divulgação e também de sinalização interna e externa dos atrativos.
- Paralelamente à elaboração do projeto, recomenda-se identificar outras demandas de mitigação de impactos resultantes das atividades e práticas agropecuárias incluídas no cadastro das propriedades participantes para a discussão individual de compromissos ambientais de contrapartida a serem firmados por termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente.
- Os potenciais de financiamento e as estratégias de mobilização de recursos devem ser planejados de forma integrada com as ações correlatas dos Subprogramas de Administração e de Relações Públicas e Institucionais, avaliando-se tanto os editais e programas de fomento afins quanto a articulação de apoio institucional de outros projetos, empresas e entidades da região, sempre que necessário e por intermédio do Conselho Consultivo do Parque.
- Recomenda-se conceber e planejar estratégias de monitoramento e avaliação do projeto (M&A), de forma integrada com as ações correlatas do Subprograma de Gestão do Conhecimento, prevendo-se a definição de indicadores e meios de verificação efetivos e factíveis pela equipe de coordenação.
- Uma vez elaborado, o Projeto deve ser apresentado pela comissão aos demais proprietários e moradores beneficiados, para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo, com disponibilização de cópias do cronograma de atividades e exposição das mesmas em local público.
 - Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do(s) projeto(s);
 - Registro fotográfico das dinâmicas de elaboração do(s) projeto(s);
 - Projeto(s) piloto(s) de estruturação e roteirização de atrativos turísticos do entorno do Parque.

3.5.1.31. Implementar e monitorar os projetos pilotos para estruturação e roteirização de atrativos turísticos potenciais do entorno nas propriedades selecionadas.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pela equipe responsável definida no(s) projeto(s), incluindo funcionários e colaboradores relacionados.
- Recomenda-se que o passo inicial seja a elaboração de um plano de trabalho para planejamento operacional de cada projeto piloto, detalhando entre outras coisas:
 - Estratégias de coordenação e comunicação do Projeto;
 - Cronograma executivo mensal das atividades e eventos, incluindo os procedimentos de avaliação;
 - Matriz de planejamento com resultados esperados, atividades, tarefas (se necessário), prazos e responsáveis;
 - Estrutura e padrão de formação dos relatórios, registros fotográficos e memórias.

- Uma vez elaborado, o(s) Plano(s) de Trabalho deve(m) ser apresentado(s) pela comissão aos proprietários beneficiados, para sua validação e comprometimento de participação do público-alvo.
- Recomenda-se a realização de reuniões mensais de acompanhamento da implementação do Projeto e reuniões semestrais de avaliação dos resultados alcançados, a depender do prazo de execução do(s) projeto(s).
- A implementação do(s) projeto(s) deve estar condicionada à assinatura dos termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente de estabelecimento dos compromissos ambientais de contrapartida, caso existentes e definidos previamente com os proprietários.
 - Registros fotográficos;
 - Memórias de reunião;
 - Termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente (se houver);
 - Relatórios de acompanhamento e avaliação.

3.5.1.32. Consultar e debater com a PROJUR da FATMA sobre a viabilidade jurídica de criação de selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos ou serviços ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC.

- Esta ação tem caráter pontual e visa nivelar o conhecimento dos potenciais e limitações de certificação de produtos ou serviços ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC.
- Frente ao histórico de interesses e expectativas de criação de uma marca de certificação, que remonta ao primeiro Plano de Manejo, é importante esclarecer que o processo deve estar atrelado à definição de critérios ambientais e procedimentos de auditoria, associados aos pacotes de benefícios diretos e indiretos proporcionados pelos projetos do Parque ou pelo próprio selo, não sendo recomendado adotar apenas um selo de origem geográfica para comercialização de produtos e serviços.
- Como documento de referência para a consulta e debate, recomenda-se adotar a Carta 01/2013 (em anexo), encaminhada à Procuradoria Jurídica da FATMA, que levanta questões pertinentes ao tema.
 - Memória e registro fotográfico das reuniões.

3.5.1.33. Articular ou elaborar especificação técnica e contratar criação e elaboração de manual de uso e aplicativo de um selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos, serviços e/ou propriedades ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida por funcionários ou colaboradores da Unidade de Gestão do Parque, conforme resultado de viabilidade jurídica das consultas e debates com a PROJUR.
- Em caso de articulação da consultoria, recomenda-se buscar apoio das entidades do Conselho Consultivo do Parque na identificação e contato com fornecedores qualificados.
- Em caso de contratação da consultoria, recomenda-se elaborar especificação técnica incluindo os seguintes aspectos:
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços,

cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;

- Análise do manual de uso e aplicação da marca do Parque como referência.
- Realização de reuniões de nivelamento e vistorias de campo no Parque e entorno.
- O manual de uso deve objetivar unificar a comunicação visual padronizando os elementos gráficos da marca, com especificação da marca positiva e negativa em cores, preto em branco, tons de cinza, sua área de proteção, redução mínima, a tipografia institucional a ser adotada, as diferentes formas de aplicação em fundos preto e branco, colorido e fotográfico, além de uma exposição de erros comuns na sua aplicação.
- O manual de aplicativos da marca deverá incluir a definição e padronização de apresentação da marca em diferentes produtos e serviços potenciais do entorno, incluindo materiais de sinalização, vestuário, etc.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
- Lista de fornecedores;
- Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
- Manual de uso e de selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos ou serviços ambientalmente amigáveis.

3.5.1.34. Patentear o selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos, serviços e/ou propriedade ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida por funcionários ou colaboradores da Unidade de Gestão do Parque, conforme resultado de viabilidade jurídica das consultas e debates com a PROJUR.
- Recomenda-se que a patente seja feita em nome do Parque ou outra entidade certificadora do processo, de modo que o controle sobre seu uso esteja vinculado à adoção e monitoramento dos critérios de certificação, conforme processo de auditoria ou controle estabelecido.
- Se possível, deve-se avaliar a inclusão no processo de patente de parte dos critérios de certificação e potenciais de uso e exploração comercial da marca.
- Patente do selo ou marca.

3.5.1.35. Definir e consolidar critérios ambientais e procedimentos de certificação e auditoria de produtos ou serviços amigáveis aos objetivos de conservação da UC.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida por funcionários ou colaboradores da Unidade de Gestão do Parque, conforme resultado de viabilidade jurídica das consultas e debates com a PROJUR, incluindo a compilação e análise de certificações ambientais aplicadas na agricultura e os impactos e benefícios potenciais das atividades e práticas produtivas da ZA (Relatório de diagnóstico de potenciais atividades agropecuárias e arranjos produtivos amigáveis da ZA).
- Recomenda-se avaliar o desenvolvimento e aplicação de critérios para certificação diferenciada de produtos, serviços e propriedades que respeitem os objetivos de

conservação do Parque, envolvendo também graduações do selo de acordo com uma escala de parâmetros objetivos, funcionais e factíveis de monitoramento e avaliação.

- Para a definição e consolidação dos critérios, recomenda-se discriminar os potenciais impactos de cada atividade e prática produtiva, serviço existente ou manejo efetuado nas propriedades do entorno do Parque incluindo o cadastro de propriedades e os relatórios técnicos disponíveis para estabelecer parâmetros de melhoria ou condições de adequação ambiental para mitigação dos impactos.
- Entre os critérios a serem definidos e consolidados, recomenda-se discutir os expostos na **Tabela 3.5.1.35**.
- Sugere-se que os critérios sejam sistematizados em matriz que permita seu cruzamento de forma associada às graduações do selo.
- Para testar a objetividade, funcionalidade e factibilidade dos critérios e parâmetros, recomenda-se um período de simulação em uma ou mais propriedades pilotos, preferencialmente aquelas participantes de projeto ou ações de desenvolvimento territorial promovidas pelo Parque.
- Recomenda-se também que a consolidação dos critérios e parâmetros seja validade por representantes do Conselho Consultivo com expertise na área.
- Matriz de critérios e parâmetros.

Tabela 3.5.1.35: Sugestões de critérios para certificação

CRITÉRIOS	PARÂMETROS
Cadastro Ambiental Rural	Propriedade cadastrada Propriedade não cadastrada
Área de Preservação Permanente (APP)	APP definida/delimitada APP recuperada Estágio secundário de regeneração da APP APP em condição florestal primária APP cercada
Reserva Legal (RL)	RL averbada ou cadastrada Estágio secundário de regeneração da RL RL em condição florestal primária RL cercada RL conectada ao Parque, APP ou fragmentos florestais vizinhos
Saneamento doméstico	Tipo de saneamento adotado e corpo receptor dos resíduos
Saneamento agropecuário	Tipo de saneamento adotado e corpo receptor dos resíduos
Práticas produtivas (a depender da atividade)	Utilização de bebedouros econômicos Cobertura e vedação de esterqueiras Adoção de probiontes na ração animal Produção de compostagem animal Quantidade de dejetos pulverizados nas lavouras Plantio direto Plantio de pastagem perene Adoção de forrageiras e tecnologias alternativas ao secante Relocação de benfeitorias das APPs Adoção de tecnologias de aproveitamento e racionamento de água Manejo sanitário de animais domésticos

3.5.1.36. Definir atribuições e constituir comissão de certificação de produtos, serviços e/ou propriedades amigáveis aos objetivos de conservação da UC.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida conjuntamente pelo chefe, funcionários, colaboradores e membros do Conselho Consultivo do Parque, conforme resultado de viabilidade jurídica das consultas e debates com a PROJUR e também da consolidação dos critérios e parâmetros da certificação de produtos, serviços e/ou propriedades.
- A constituição e a formalização da comissão de certificação dependem fundamentalmente do resultado de viabilidade jurídica, mas recomenda-se que seja formada por uma Câmara Técnica do Conselho Consultivo, presidida pelo chefe ou funcionário do Parque, representante dos colaboradores em atividade e, se necessário, algum membro externo convidado com experiência em certificação.
- Na definição das atribuições da comissão, recomenda-se esclarecer e estabelecer, entre outros, os seguintes procedimentos operacionais e responsáveis ligados:
 - Ao nivelamento e aplicação dos critérios em cada propriedade, conjuntamente com os produtores ou proprietários, com definição clara dos parâmetros, indicadores e meios de verificação a serem seguidos e monitorados e os prazos de adequação;
 - Ao estabelecimento de contrato ou instrumento individual equivalente de certificação;
 - Ao monitoramento dos indicadores e meios de verificação dentro dos prazos estabelecidos;
 - À aplicação da marca nos produtos, serviços ou propriedades;
 - Ao apoio na divulgação dos produtos, serviços ou propriedades certificadas, entre outros benefícios planejados e viabilizados pelo processo de certificação;
 - Aos mecanismos de avaliação ou auditoria dos procedimentos de certificação.
- Após a definição de atribuições, recomenda-se que os critérios, parâmetros e procedimentos metodológicos sejam integrados na estrutura do Banco de Dados e no cadastro de propriedades, conforme ações correlatas previstas no Subprograma de Gestão do Conhecimento.
 - Matriz de atribuições e responsáveis;
 - Formulários de monitoramento.

3.5.1.37. Organizar e promover reunião para apresentar e esclarecer critérios, procedimentos e benefícios da certificação e cadastrar produtores interessados e produtos e serviços potenciais.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida por funcionários ou colaboradores da Unidade de Gestão do Parque, conforme resultado de viabilidade jurídica das consultas e debates com a PROJUR e também da consolidação dos critérios e parâmetros da certificação de produtos, serviços e/ou propriedades, bem como da matriz de atribuições.
- Recomenda-se que a comissão de certificação seja apresentada na reunião, com esclarecimentos das atribuições e responsáveis pelos procedimentos de certificação.
- Para debate e esclarecimentos dos critérios e parâmetros, recomenda-se selecionar previamente uma ou mais propriedades e exemplificar a aplicação dos critérios em conjunto com os proprietários, destacando quais demandas de regulamentação já constituem obrigações legais ou técnicas previstas na legislação e/ou abrangidas pelos projetos pilotos em desenvolvimento.

- A convocação dos proprietários deve ser direcionada prioritariamente aos participantes dos projetos pilotos e outras ações de desenvolvimento territorial promovidas e/ou articuladas pelo Parque.
- Registro fotográfico das reuniões;
- Memória das discussões efetuadas.

3.5.1.38. Implementar e monitorar programa de certificação de produtos ou serviços amigáveis aos objetivos de conservação do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos responsáveis definidos na comissão de certificação, incluindo os funcionários e colaboradores em questão, conforme resultado da consolidação dos critérios e parâmetros da certificação de produtos, serviços e/ou propriedades, bem como da matriz de atribuições.
- O primeiro passo na implementação do Programa deve ser o estabelecimento dos contratos ou instrumentos individuais de certificação com os proprietários, prevendo os direitos e deveres de cada parte na aplicação e monitoramento dos critérios e parâmetros, bem como do uso e exploração da marca, entre outros benefícios associados.
- A periodicidade de monitoramento e avaliação dos critérios e parâmetros também deve ser estabelecida no ato do contrato ou instrumento equivalente, conforme prazo de adequação e alvo de regularização e certificação (atividade, produto, etc.).
- Recomenda-se a realização de reuniões semestrais de monitoramento e avaliação do processo de certificação pela comissão e proprietários beneficiados, as quais devem estar pautadas nos relatórios de consulta ao histórico de dados do monitoramento do Programa de certificação.
- Contratos ou instrumentos individuais de certificação;
- Formulários de monitoramento do Programa de certificação;
- Histórico de dados de monitoramento do Programa de certificação;
- Relatórios de consulta aos dados de monitoramento do Programa de certificação;
- Registro fotográfico e ata das reuniões de avaliação e auditoria do Programa de certificação.

3.5.1.39. Cadastrar com registro fotográfico os animais domésticos (cães e gatos) das propriedades lindeiras ao Parque.

- Esta ação tem caráter pontual, embora deva ser avaliada uma atualização sistemática, e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque simultaneamente à atualização do cadastro de propriedades do entorno, buscando obter um cadastro de controle de animais domésticos que invadem o Parque de forma recorrente.
- Durante o cadastro recomenda-se alertar aos proprietários sobre as normas gerais do Parque e os impactos gerados à fauna nativa pela invasão de animais domésticos na Unidade.
- Entre as informações a serem cadastradas, recomenda-se o número de cães e gatos existentes na propriedade, o registro fotográfico, o nome (se existente), a idade, a situação de castração e principais cuidados veterinários adotados.
- O cadastro deve ser sistematizado no banco de dados da Unidade, seguindo os procedimentos previstos no Subprograma de Gestão do Conhecimento, de forma integrada aos dados das propriedades do entorno.
- Formulários de cadastro;
- Registros fotográficos.

3.5.1.40. Realizar periodicamente o cruzamento do banco de dados fotográficos dos animais domésticos com outros monitoramentos para identificação de invasões recorrentes.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, respeitando as atribuições definidas pelo Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Recomenda-se cruzar o cadastro de animais domésticos com o monitoramento sistemático das transgressões ambientais, buscando-se identificar animais responsáveis por invasões recorrentes ao Parque e seus respectivos proprietários.
- Um breve relatório ilustrando as invasões recorrentes identificadas deve ser elaborado para subsidiar os contatos com os proprietários.
- Relatórios de invasão recorrente de animais domésticos.

3.5.1.41. Promover contatos sistemáticos com os proprietários de animais domésticos com invasão recorrente, discutindo e avaliando medidas de mitigação.

- Esta ação tem caráter contínuo, conforme resultado da identificação de animais domésticos responsáveis por invasões recorrentes ao Parque, a ser realizada por funcionários ou colaboradores.
- Além do relatório de invasão, recomenda-se previamente ao contato o levantamento e sistematização:
 - da participação do proprietário em projetos pilotos e ações de desenvolvimento territorial articuladas/promovidas pelo Parque;
 - das demandas de cuidados veterinário das espécies, incluindo projetos e ações existentes de controle de zoonoses e castração;
 - de alternativas para manejo em domicílio dos animais, incluindo discriminação de recursos e procedimentos.
- A discussão com os proprietários deve estar pautada na identificação de soluções eficientes e factíveis para mitigar as invasões, levando-se em conta a customização e aplicação das demandas de cuidados e alternativas de manejo levantadas previamente nas propriedades em questão.
- Deve-se avaliar o estabelecimento de um termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente (ou a inclusão dos termos, caso já existam) com a descrição das soluções acordadas, incluindo os apoios a serem articulados pelo Parque.
- Registro fotográfico das visitas;
- Memória das soluções identificadas;
- Termos de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente (se houver).

3.5.1.42. Articular parceria com o governo municipal e entidades locais de proteção dos animais, projetos e ações de conscientização dos proprietários, controle de zoonoses e castração dos animais domésticos nas propriedades lindeiras ao Parque e outras interessadas.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelo chefe, funcionários ou colaboradores da UC, com vistas a reduzir o impacto dos animais domésticos sobre a fauna nativa, por meio da conscientização dos proprietários, controle de zoonoses e castração de cães e gatos.
- Sugere-se articulação institucional mediada pelos conselheiros representantes das instituições responsáveis pelo Projeto para diminuir esforços burocráticos.

- Os animais atendidos por ações de controle de zoonoses ou castração devem ter seu cadastrado atualizado no Parque.
- Registro de ações referentes aos animais domésticos do entorno do Parque.

3.5.1.43. Definir procedimentos e promover a divulgação de um programa de cadastramento de ataques da fauna nativa em cultivos e criações agropecuárias dentro da Zona de Amortecimento.

- Esta ação tem caráter pontual e deverá ser promovida pelos funcionários ou colaboradores do Parque, com o objetivo de coletar dados sobre ataques de fauna nativa em cultivos e criações, de modo a subsidiar projetos de pesquisa, técnicas de manejo, estratégias de conscientização e informação qualificada de proprietários, entre outros resultados que reduzam a percepção negativa dos agricultores e a caça de espécies da fauna nativa.
- O programa deve estar condicionado à implantação de telefonia no Parque, conforme previsto no Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos, sendo sua divulgação associada às estratégias do Plano Integrado de Comunicação (Subprograma de Relações Públicas e Institucionais) e da ação do telefone para informação e denúncia de crimes previstos no Subprograma de Proteção.
- Entre os aspectos funcionais do programa de cadastramento, recomenda-se detalhar e divulgar que:
 - O cadastramento deve ocorrer de acordo com a informação repassada pelos agricultores ou proprietários, com verificação da gestão do Parque, se possível, em até 48h;
 - Os registros serão armazenados no banco de dados do Parque;
 - Não haverá nenhum tipo de compensação financeira pelos danos causados;
 - A confirmação do ataque e da espécie animal somente ocorrerá depois da vistoria e dos registros efetuados;
 - A instalação de armadilha fotográfica poderá ser adotada para confirmação e registro de ataques recorrentes;
 - Os dados coletados serão utilizados para fins de pesquisa e monitoramento, bem como para o delineamento de soluções de mitigação dos ataques customizadas à propriedade e práticas produtivas adotadas.
- Os formulários de cadastramento deverão ser desenvolvidos em conjunto com os responsáveis pelas metodologias de monitoramento e estruturação do banco de dados, conforme Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Entre os dados a serem cadastrados, recomenda-se o registro fotográfico dos vestígios de identificação da espécie (rastro, fezes, pelos, penas, etc.), dos danos provocados, seu dimensionamento quali-quantitativo, data e horário aproximado do ataque, descrição sucinta do local de ocorrência (benfeitoria, proximidade a atributos áreas naturais, etc.) e coordenadas geográficas.
- Formulários de cadastro;
- Programa de cadastramento de ataques da fauna nativa em cultivos e criações do entorno do Parque;
- Meios de divulgação do programa.

3.5.1.44. Cadastrar ocorrências de ataques da fauna nativa e promover visitas para fins de confirmação e armazenamento das informações.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque, respeitando as atribuições definidas pelo Subprograma de Gestão do Conhecimento.
- Após o recebimento e sistematização do comunicado de ataque, recomenda-se que os procedimentos de registro sejam efetuados o mais brevemente possível para garantir a qualidade dos dados.
- As ações devem estar integradas aos procedimentos de alimentação e consulta ao Banco de Dados do Subprograma de Gestão do Conhecimento.
 - Formulários de monitoramento preenchidos;
 - Registros fotográficos;
 - Histórico de dados de cadastro de ocorrências de ataques da fauna nativa.

3.5.1.45. Organizar e promover reuniões individuais com os proprietários para identificação conjunta de alternativas e medidas de mitigação aos ataques recorrentes da fauna nativa dentro das práticas de produção adotadas.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários e colaboradores do Parque incluindo o histórico de cadastramento de ataques da fauna nativa em lavouras e criações do entorno.
- Recomenda-se organizar as reuniões individualmente nas propriedades, somente após histórico de recorrência de ataques ou registro de danos muito significativos para discutir alternativas e medidas customizadas à realidade da propriedade ou das práticas de produção adotadas.
- Devem-se levar em consideração as características comportamentais das espécies e as práticas produtivas adotadas, buscando discutir e identificar alternativas cujos procedimentos e recursos estejam ao alcance do proprietário. Recomenda-se avaliar também a articulação de recursos provenientes de projetos de desenvolvimento territorial apoiados pelo Parque com envolvimento do agricultor, dentro do pacote de benefícios disponíveis aos participantes.
- As soluções implementadas devem ser registradas no cadastro para monitoramento da eficácia dos resultados.
 - Registro das alternativas discutidas;
 - Registro fotográfico das soluções implementadas.

3.5.1.46. Articular aquisição do imageamento, elaborar especificação técnica e contratar mapeamento de uso do solo e cobertura florestal da ZA para análise da evolução em 2015.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser promovida pelo chefe ou funcionário do Parque, com o objetivo de avaliar a evolução do uso do solo e cobertura florestal da ZA, de forma comparativa com a avaliação desenvolvida no âmbito da revisão do Plano de Manejo.
- Recomenda-se articular imageamento na TRACTEBEL e/ou Consórcio Itá em função do padrão de imagem utilizado nos mapeamentos e avaliações históricas do Parque e da demanda de atualização das áreas de entorno da Usina Hidrelétrica Itá.
- Recomenda-se prever os seguintes aspectos na especificação técnica para contratação do projeto:
 - Escopo prevendo padronização metodológica de trabalho com o mapeamento realizado na revisão do Plano de Manejo, incluindo as classes de uso e os índices

- adotados, de forma a permitir, além do mapeamento atualizado, a análise da evolução das classes de uso do solo e da cobertura florestal;
- Detalhamento dos produtos a serem apresentados, incluindo o mapa de uso do solo e cobertura florestal, o relatório descritivo da metodologia aplicada, os resultados do mapeamento e a análise da evolução;
 - Apresentação dos resultados aos funcionários e colaboradores para nivelamento e discussão;
 - Forma e prazo de apresentação de proposta técnica e comercial;
 - Forma de qualificação e contratação da empresa, com certidões e documentação básica de funcionamento, escopo mínimo de atividades, custo total dos serviços, cronograma físico-financeiro das obras e portfólio ou currículo da empresa e dos profissionais envolvidos;
 - Obrigação de visita técnica com apresentação de declaração correspondente anexa à proposta.
- O formato de contratação do serviço deve ser definido de acordo com a estratégia e a fonte dos recursos financeiros, adotando-se, sempre que possível, lista de fornecedores previamente aprovada, com comprovada experiência de trabalho, e método de avaliação objetiva das propostas, com critérios e pontuação correspondentes à forma de qualificação e itens do escopo previamente aprovados.
- Especificação Técnica;
 - Lista de fornecedores;
 - Carta-convite ou edital de licitação (a depender da fonte de recursos e formato de seleção e contratação);
 - Mapa de uso do solo e cobertura florestal;
 - Relatório de análise da evolução do uso do solo e cobertura florestal.

3.5.1.47. Extrair, avaliar e dimensionar sistematicamente os impactos dos projetos pilotos e das ações de desenvolvimento territorial articuladas/promovidas pelo Parque nas comunidades do entorno.

- Esta ação tem caráter contínuo, com recomendação de periodicidade anual (podendo ser reduzida caso necessário), devendo ser promovida pelo funcionário e/ou colaborador responsável de acordo com as consultas e análises dos relatórios de monitoramento, avaliação dos projetos e também do Banco de Dados da UC.
- Embora possam ser avaliados impactos gerados durante a execução dos projetos, recomenda-se que a avaliação final observe um período do término das ações, a depender da temática.
- Recomenda-se discutir e formular conjuntamente com as equipes dos projetos perguntas norteadoras para a análise dos impactos e resultados alcançados, as quais devem subsidiar consultas aos relatórios e ao Banco de Dados, bem como entrevistas com participantes beneficiados ou não pelos projetos desenvolvidos.
- Recomenda-se definir estrutura e escopo padrão para os relatórios de avaliação de impactos dos projetos pilotos e das ações de desenvolvimento territorial articuladas/promovidas pelo Parque nas comunidades do entorno.
- Relatórios de avaliação dos impactos dos projetos pilotos e das ações de desenvolvimento territorial articuladas/promovidas pelo Parque nas comunidades do entorno.

3.5.1.48. Divulgar anualmente resultados e impactos dos projetos pilotos e das ações de desenvolvimento territorial articuladas ou promovidas pelo Parque nas comunidades do entorno.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser promovida pelos funcionários e colaboradores do Parque para subsidiar o Plano Integrado de Comunicação com demandas e informações relacionadas aos resultados e impactos dos projetos.
- Recomenda-se que os relatórios de avaliação devem ser submetidos à equipe responsável pelo Plano Integrado de Comunicação, com discussão orientada sobre os formatos e conteúdos de divulgação dos impactos dos projetos.
- Recomenda-se que o conteúdo inclua, além dos registros fotográficos, depoimentos dos participantes beneficiados e apresentações gráficas dos resultados quali e quantitativamente.
- Especial atenção deve ser dada à divulgação nos eventos de Aniversário do Parque, com planejamento integrado às ações correlatas dos Subprogramas de Eventos e de Envolvimento Comunitário.
- Clipping das ferramentas de divulgação.

3.5.2. Subprograma de Envolvimento Comunitário

O Subprograma de Envolvimento Comunitário agrupa ações ligadas à integração efetiva do Parque ao contexto social e cultural das comunidades do entorno, sobretudo com a participação em eventos comunitários, o fortalecimento da participação da comunidade no Aniversário de Visitação da UC, na edição e circulação de informações de interesse comum e no acompanhamento sistemático da evolução da percepção dos moradores sobre o Parque.

O encadeamento dessas ações pode ser visualizado no mapa mental da **Figura 3.5.2-1**.

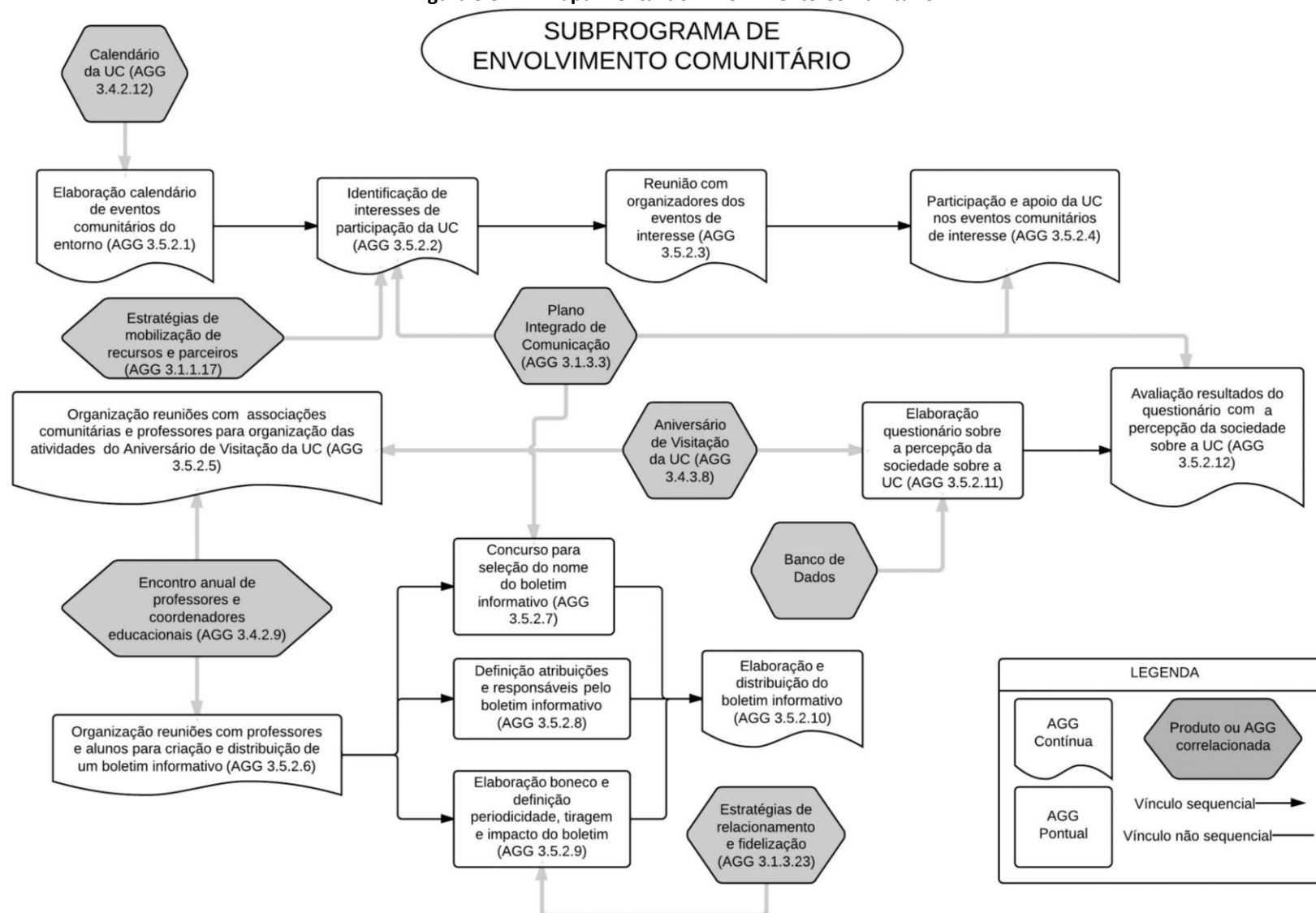
a) Resultados esperados:

- Participação e apoio do Parque em eventos comunitários do entorno avaliados e articulados;
- Envolvimento efetivo das comunidades do entorno nas edições anuais do Aniversário de Visitação do Parque;
- Informações, iniciativas e curiosidades do Parque e das comunidades do entorno articulados e divulgados de forma integrada;
- Evolução da percepção dos moradores do entorno sobre o Parque avaliada e divulgada.

b) Indicadores de desempenho:

- Calendário de eventos comunitários de interesse atualizado anualmente;
- Envolvimento do Parque em, pelo menos, dois eventos comunitários por ano;
- Ampliação do envolvimento das comunidades do entorno nas edições anuais do Aniversário de Visitação do Parque;
- Consolidação e divulgação do balanço anual das ações de envolvimento mútuo em eventos do Parque e das comunidades;
- Boletim informativo criado de forma participativa com a Escola Prof. Francisco Bagatini no segundo ano de implementação do Plano de Manejo;
- Elaboração e distribuição de, pelo menos, 4 edições do boletim informativo para moradores das 3 comunidades do entorno do Parque até o final do terceiro ano de implementação do Plano de Manejo;
- Percepção dos moradores das 3 comunidades sobre o Parque avaliada anualmente.

Figura 3.5.2-I: Mapa mental do Envolvimento Comunitário



c) Ações Gerenciais Gerais:

3.5.2.1. Elaborar e atualizar periodicamente um calendário de eventos comunitários do entorno.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque em contatos sistemáticos com associações e lideranças comunitárias do entorno.
- Objetiva identificar eventos com potencial de participação do Parque para fortalecimento da identidade e envolvimento com as comunidades do entorno, bem como para evitar conflitos de agenda com outros eventos organizados ou promovidos pela UC, os quais podem aproveitar serviços e produtos desenvolvidos pelos moradores.
- As entidades e moradores responsáveis pela organização e promoção dos eventos também devem ser identificados e registrados.
- Recomenda-se a publicação do calendário em agenda virtual compartilhada por todos os funcionários e/ou colaboradores ou em formato impresso fixado na sala administrativa do Centro de Visitantes.
- Calendário anual de eventos comunitários do entorno.

3.5.2.2. Avaliar e identificar interesses de participação do Parque e potenciais de sinergia com os eventos comunitários identificados.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque por meio de reuniões internas após a consolidação do calendário anual de eventos.
- Objetiva identificar e avaliar oportunidades de participação, apoio e divulgação do Parque nos eventos comunitários identificados, para fortalecimento da identidade e envolvimento com as comunidades do entorno.
- Entre as oportunidades potenciais, recomenda-se avaliar as possibilidades de divulgação no Plano Integrado de Comunicação do Parque, bem como o apoio na elaboração de estratégias de mobilização de recursos direcionadas a empresas regionais mapeadas e/ou parceira da UC. Pode-se avaliar também uma agenda especial de visitação ao Parque dentro da programação dos eventos.
- É importante que os custos e/ou esforços para viabilização das oportunidades sejam adequadamente dimensionados, com avaliação prévia de viabilidade técnica e financeira frente aos possíveis benefícios de envolvimento e divulgação do Parque.
- Lista de interesses e potenciais de sinergia por evento.

3.5.2.3. Promover reunião com organizadores dos eventos de interesse para discutir possibilidades de apoio e participação.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque e direcionada aos organizadores dos eventos.
- Recomenda-se que, depois de uma avaliação interna dos potenciais de sinergia e também de apoio na mobilização de recursos, sejam promovidas reuniões com os responsáveis pelos eventos para discutir e acordar as oportunidades de participação e apoio do Parque, com a definição de um plano de ação para tanto.
- O plano de ação deve incluir as tarefas, prazos e responsáveis pela promoção das oportunidades de participação e apoio.
- Ata ou memória de reunião.

3.5.2.4. Articular, promover e registrar a participação e apoio do Parque aos eventos comunitários de interesse.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque designados para promover ações em eventos, sendo de fundamental importância o registro e a divulgação da participação da UC.
- Recomenda-se que o registro seja planejado e realizado tanto para ações de divulgação quanto para dimensionar anualmente o balanço de apoios à comunidade, com a devida discriminação dos recursos viabilizados (humanos, materiais e financeiros).
- O registro fotográfico dos eventos e também o resumo do balanço de recursos viabilizados pelo Parque devem constituir oportunidade de divulgação periódica no Plano Integrado de Comunicação.
 - Registro fotográfico dos eventos;
 - Clipping de notícias e meios de divulgação;
 - Resumo executivo do apoio viabilizado aos eventos.

3.5.2.5. Organizar e promover reuniões com as associações comunitárias e professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini para a organização das atividades nas edições anuais do Aniversário de Visitação do Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque e direcionada aos professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini e representantes das associações comunitárias do entorno, de forma integrada com o planejamento do evento (Subprograma de Eventos)
- Recomenda-se que as reuniões sejam inicialmente balizadas pela apresentação de um balanço da evolução das atividades nas edições anteriores do Aniversário, com avaliação dos aspectos positivos e negativos do envolvimento de professores e alunos.
- A identificação e discussão de novas oportunidades de envolvimento e atividades no evento devem também levar em conta as novas propostas de uso público previstas para o Parque, tanto de estruturas quanto de atividades.
 - Ata ou memória de reunião.

3.5.2.6. Organizar e promover reuniões com professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini para debater a criação e distribuição de um boletim informativo periódico do Parque e das comunidades do entorno.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque e direcionadas aos professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini.
- Para organização da reunião, recomenda-se uma reunião interna baseada na compilação e análise de iniciativas pretéritas similares (“Beira-rio” e “O Fritz”, produzidos e veiculados pela ECOPEF), bem como nas demandas atuais de informação e divulgação direcionadas às comunidades e associações do entorno do Parque.
- Com a diretoria e professoras da escola, recomenda-se avaliar sinergias da proposta do boletim com plano de ensino das diferentes disciplinas curriculares, bem como as séries escolares mais indicadas para participação do projeto do boletim.

- Na reunião, devem ser identificados previamente professores e alunos interessados em participar do projeto do boletim.
- Ata ou memória de reunião.

3.5.2.7. Divulgar e promover concurso para seleção do nome do boletim informativo periódico do Parque e das comunidades do entorno.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque e direcionados aos professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini.
- A abrangência do concurso (somente escola ou todos moradores das comunidades) deve ser discutida e definida em conjunto com os professores e alunos interessados.
- Previamente à divulgação e promoção do concurso devem ser estabelecidos uma comissão julgadora e um regulamento, incluindo a discriminação do organizador, dos participantes, das condições de participação, da mecânica do concurso, da premiação e da escolha do vencedor.
- Recomenda-se avaliar a viabilização de premiação ao vencedor, incluindo além de algum bem ou atividade fornecida por empresas locais com interesse e potencial de patrocínio, uma reportagem para a primeira edição do boletim.
- Regulamento do concurso;
- Balanço dos nomes;
- Ata de escolha do nome vencedor.

3.5.2.8. Definir atribuições e responsáveis para seleção de informações, iniciativas e curiosidades do Parque e das comunidades, diagramação, editoração e distribuição do boletim informativo.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque e direcionada aos professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini interessados no projeto do boletim.
- Recomenda-se a discriminação e discussão de demandas operacionais ligadas à produção e distribuição do boletim, incluindo os fluxos de informação necessários, previamente à nomeação de responsáveis.
- A simulação das atribuições discutidas deve ser realizada com os interessados como forma de testar as competências necessárias a serem desenvolvidas e dimensionar o esforço de envolvimento de cada participante.
- Recomenda-se que uma comissão editorial, formada por um representante dos funcionários ou colaboradores do Parque, um representante dos professores e um dos alunos, seja formada para revisão e aprovação final do conteúdo e diagramação de cada boletim.
- Matriz de atribuições e responsáveis.

3.5.2.9. Elaborar boneco, definir periodicidade, dimensionar tiragem e impacto do boletim e articular apoiadores e financiadores para impressão periódica.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pela equipe responsável pelo projeto do boletim.
- Recomenda-se inicialmente definir os principais espaços destinados aos conteúdos desejados para o boletim, incluindo espaço para mídia de apoio/financiamento. Entre os conteúdos, deve-se avaliar a inclusão de, pelo menos, uma matéria principal, um tópico de iniciativas e curiosidades do Parque e comunidades e um de entrevistas pessoais.

- Recomenda-se a diagramação de um boneco em apenas uma folha (frente e verso), com periodicidade trimestral e tiragem inicial de 200 unidades.
- Para os espaços de mídia, recomenda-se prever faixas de tamanhos proporcionais ao apoio necessário para o custeio do processo de produção e distribuição, com o dimensionamento do impacto inicial do boletim.
- Entre os apoiadores e financiadores potenciais, recomenda-se prospectar inicialmente as empresas locais da comunidade antes de ampliar o leque para a rede de parceiros regionais do Parque.
 - Boneco do boletim;
 - Planilha de custos de produção e distribuição;
 - Memória dos contatos efetuados com apoiadores e financiadores.

3.5.2.10. Reunir responsáveis, elaborar e distribuir periodicamente o boletim informativo do Parque e das comunidades do entorno.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pela equipe responsável pelo projeto do boletim, seguindo as definições resultantes das atividades anteriores.
- Uma agenda de reuniões deve ser montada para a elaboração de cada edição do boletim, com a definição de encaminhamentos e tarefas para a equipe de responsáveis.
- Recomenda-se que a distribuição seja iniciada pelos alunos da escola, pelos centros comunitários e pelas igrejas do entorno do Parque.
 - Clipping do boletim.

3.5.2.11. Organizar e elaborar questionário sobre a percepção da sociedade sobre o Parque para as edições anuais do Aniversário de Visitação do Parque.

- Esta ação tem caráter pontual e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque para aproveitar a consolidação de evento de Aniversário como uma oportunidade sistemática de avaliação da evolução da percepção dos moradores das comunidades do entorno e de outros locais do município de região.
- Para elaboração do questionário, recomenda-se que:
 - A discussão sobre a abordagem seja pautada no grau de conhecimento de dados básicos do Parque, no reconhecimento ou não de seu papel perante a sociedade e nas percepções ou relações decorrentes de sua existência e funcionamento, não abordando questões ligadas ao Aniversário do Parque ou outras atividades promovidas pela UC;
 - Seja analisado o conteúdo do questionário de avaliação promovido pelo Projeto Filó no entorno do Parque para avaliar incorporação de questões pertinentes e consideração dos resultados como marco zero da percepção (pelo menos do perfil “comunidades do entorno”);
 - O formulário apresente estrutura clara e sucinta, de rápido preenchimento, com predomínio de questões objetivas, mas também algum espaço para o registro de colocações subjetivas;
 - Apesar do anonimato recomendado, sugere-se que seja avaliada a identificação de alguns perfis básicos para avaliação dos resultados como município, comunidade/bairro (se morador de Concórdia), ocupação (estudante, agricultor, funcionário público, etc.), entre outros.
 - Seja avaliada uma estratégia de brinde ou lembrança associada ao preenchimento do questionário, como um adesivo, imã ou simplesmente um selo

da marca do Parque a exemplo do canhoto adotado no formulário pós-visita de monitoramento de visitantes.

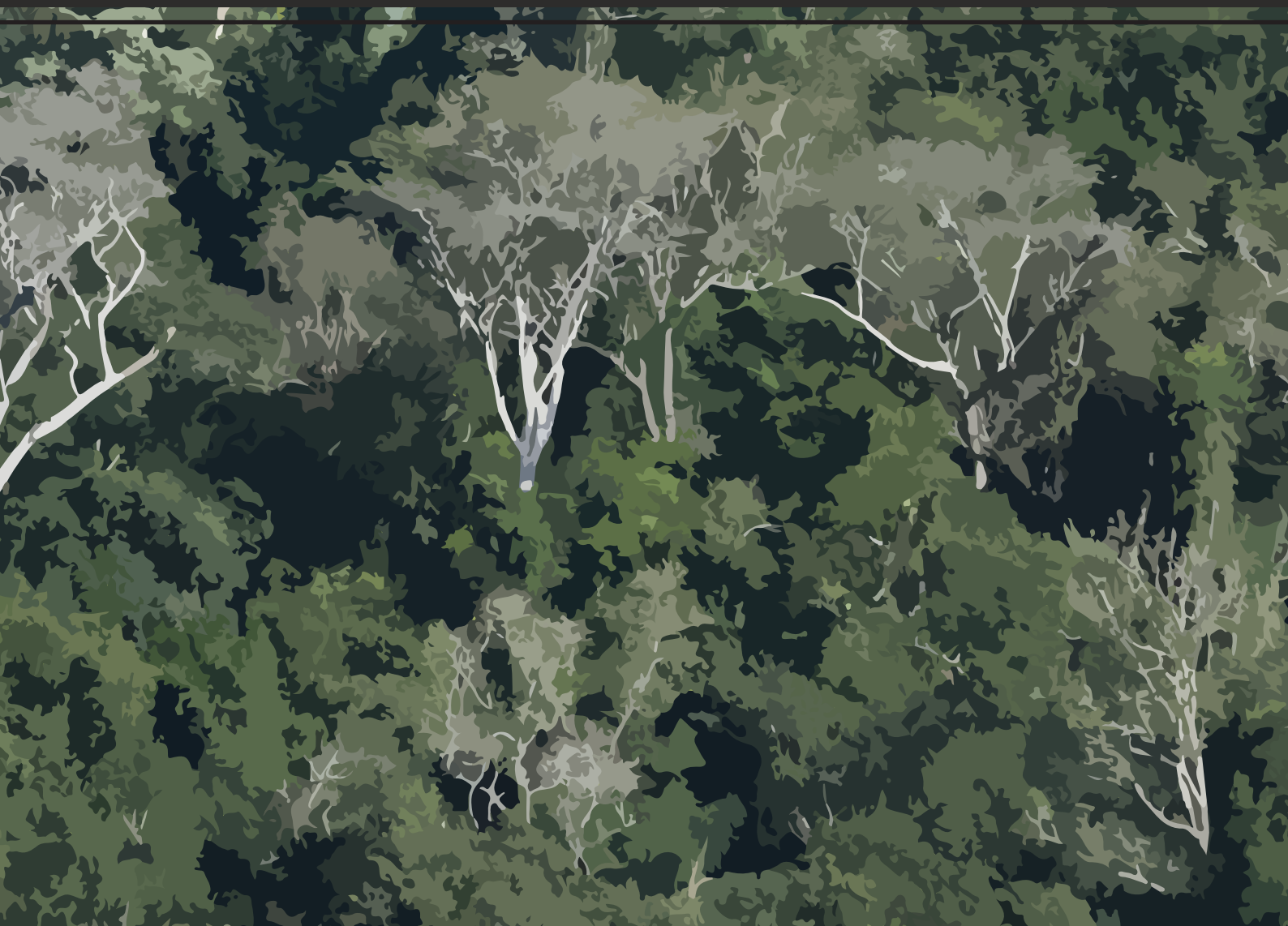
- Os locais de disposição dos formulários, as urnas de recolhimento e as estratégias de divulgação do questionário devem ser definidos conforme o planejamento anual do evento.
- Deve-se avaliar a incorporação do escopo do questionário na estrutura do banco de dados do Parque ou em planilha específica para viabilizar a avaliação sistemática (anual) da percepção.
- A ampliação da aplicação do questionário em outros eventos e atividades do Parque deve ser avaliada pela equipe de funcionários e colaboradores, tendo em vista a metodologia de avaliação e os resultados esperados.
- Formulário de avaliação.

3.5.2.12. Sistematizar e avaliar os resultados do questionário sobre a percepção da sociedade sobre o Parque.

- Esta ação tem caráter contínuo e deve ser realizada pelos funcionários ou colaboradores do Parque com o objetivo de acompanhar a evolução da percepção da sociedade, em especial das comunidades do entorno, sobre a UC.
- A metodologia de avaliação deve levar em conta as diferenças de tamanho da amostragem e de perfis de visitantes, com sistematização dos resultados de forma numérica e gráfica, em números absolutos e em percentuais.
- As questões subjetivas devem ser triadas e agrupadas por tema, com seleção de colocações/comentários/críticas representativas para discussão interna e divulgação externa.
- As ferramentas de divulgação dos resultados da avaliação devem ser definidas e implementadas dentro do Programa Integrado de Comunicação, conforme matriz de planejamento recomendada no Subprograma de Relações Públicas e Institucionais.
- Relatório de análise da percepção.



CRONOGRAMA FÍSICO -FINANCEIRO



4. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Este capítulo apresenta o prazo de execução e o custo estimado para as atividades das Áreas Estratégicas e para as ações gerenciais gerais dos Programas e Subprogramas de Manejo.

O prazo de execução levou em consideração dois aspectos. Um deles foi a temporalidade discutida e acordada com as instâncias de gestão e cooperação do Parque para a implementação do Plano de Manejo Fase II, de cinco anos sendo os primeiros dois anos divididos por semestre. O outro foi o prazo inerente aos indicadores de desempenho estabelecidos para o alcance dos resultados esperados para as Áreas Estratégicas e Subprogramas de Manejo.

A composição de custos das atividades de manejo e ações gerenciais gerais foi baseada principalmente em cotações com fornecedores de insumos e serviços e consultas em outros planos de manejo recentes e etapas de implantação em andamento. Ganhou destaque enquanto referência, neste sentido, os projetos e obras de implantação do Parque Natural Municipal Mata do Rio Uruguai Teixeira Soares, em Marcelino Ramos/RS, processo promovido pela TRACTEBEL Energia, parceira do presente Projeto, e supervisionado por dois membros da equipe de planejamento da revisão do Plano de Manejo.

Foram ainda definidas em conjunto com os parceiros da ECOPEF a composição de despesas correntes para operação e manutenção básica do Parque, considerando sua atual condição de infraestrutura e equipamentos e a expectativa de curto prazo para o pessoal em atividade na Unidade, tanto de funcionários quanto de colaboradores.

Para facilitar a implementação do Plano de Manejo Fase II, a composição dos custos das atividades, ações e despesas correntes foi sistematizada numa memória de cálculo disponibilizada com os demais documentos do acervo digital. Em relação à estrutura e lógica de dimensionamento dos custos da memória de cálculo, vale tecer as seguintes observações:

- Estão destacadas em vermelho todas as atividades de manejo e ações gerenciais gerais consideradas sem custos de implementação, considerando a atual situação dos colaboradores em atividade e dos funcionários a serem futuramente alocados no Parque;
- Para dimensionamento dos custos das demais atividades e ações foram consideradas as demandas de serviços, pessoal (interno), material de consumo, bens e equipamentos permanentes, deslocamentos e viagens;
- No caso de pessoal (interno), foram dimensionados os custos para todas as ações gerenciais gerais que se apresentam como demandas temáticas de monitoramento, considerando que as mesmas se apresentam como estratégias complementares de mobilização de recursos dentro do arranjo de gestão compartilhada esperado para o Parque, potencializando o envolvimento dos colaboradores, ao mesmo tempo que se mostram como requisitos essenciais para monitoramento e avaliação dos resultados de implementação do Plano de Manejo Fase II;
- Já em relação às ações externas de desenvolvimento territorial do Programa de Integração com o Entorno, foram dimensionados custos de pessoal apenas para o fortalecimento organizacional e a restauração de APPs, considerando a prioridade desses temas para o Parque e o grau de incerteza do escopo dos demais projetos propostos, os quais devem ser custeados através de estratégias específicas de mobilização de recursos;

- No tocante às despesas correntes, considerou-se uma estimativa de 12 usuários (3 funcionários, 5 colaboradores da ECOPEF, 1 prestador de serviço e 3 estagiários) com os seguintes itens e quantitativos anuais:
 - Gás – 3 botijões P45/ano;
 - Alimentação – 12 ranchos mensais;
 - Combustível – 185 litros/mês;
 - Internet – 12 mensalidades/ano, considerando valores históricos;
 - Telefone – provisionamento de um plano básico mensal (sem internet);
 - Filtro para purificador de água – 2 trocas anuais;
 - Seguro de vida – para 9 pessoas (exceto funcionários da FATMA);
 - Limpeza do Centro de Visitantes e ajardinamento externo – simulação de contrato terceirizado considerando valores históricos;
 - Manutenções em geral (estrutura e equipamentos) – valor provisionado anual;
 - Manutenção de veículo – lavagem e trocas de óleo e pneu (4/ano);
 - Recarga de extintores de incêndio – 4/ano;
 - Taxa de licença da Anatel para rádio – valor histórico anual;
 - Produtos de higiene e limpeza – papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, desinfetante, etc., com provisionamento anual baseado em quantitativo histórico;
 - Taxa de manutenção do website do Parque – valor semestral, considerando valores históricos;
 - Materiais de escritório – resma de papel, tonner e cartucho para impressoras, caneta esferográfica, caneta para quadro branco, cliques, grampos, com provisionamento baseado em quantitativos mensais histórico e uma taxa anual para manutenção de computadores.

Conforme exposto na memória de cálculo, o valor de despesas correntes anuais é da ordem de R\$ 147.597,00, estando o mesmo disposto no Plano de Investimentos, que representa a planilha de consolidação do Cronograma Físico-financeiro.

	ÁREA ESTRATÉGICA OU SUBPROGRAMA DE MANEJO	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)									
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL	
		I	II	I	II						
2.3 Áreas Estratégicas	Centro de Visitantes	R\$ -	R\$ -	R\$ 160,000.00	R\$ 20,000.00	R\$ 180,000.00	R\$ 703,904.33	R\$ 7,808.67	R\$ -	R\$ 891,713.00	
	Trilha do Lajeado Cruzeiro	R\$ -	R\$ 3,666.67	R\$ 2,333.33	R\$ -	R\$ 6,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,000.00	
	Trilha das Marrequinhas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	Trilha do Mirante	R\$ 5,333.33	R\$ 3,666.67	R\$ -	R\$ 9,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 9,000.00	R\$ 9,000.00	
	Trilha da Canafistula	R\$ -	R\$ 3,666.67	R\$ 2,333.33	R\$ -	R\$ 6,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,000.00	
	Área de Lanche	R\$ -	R\$ -	R\$ 4,000.00	R\$ -	R\$ 4,000.00	R\$ 45,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 49,000.00	
	Mirante do Centro de Visitantes	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,000.00	R\$ -	R\$ 6,000.00	R\$ 60,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 66,000.00	
	Células de Administração, Alojamento e Conhecimento	R\$ -	R\$ -	R\$ 25,000.00	R\$ -	R\$ 25,000.00	R\$ 206,531.00	R\$ 6,531.00	R\$ -	R\$ 238,062.00	
	Complexo Náutico	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 18,750.00	R\$ 18,750.00	R\$ 89,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 107,750.00	
	Estrada de Acesso e Portaria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	Trilha das Marrequinhas II	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10,000.00	R\$ 10,000.00	R\$ 80,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 90,000.00	
	Circuito de Arvorismo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 18,000.00	R\$ 18,000.00	R\$ 100,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 118,000.00	
	Caminhada Esportiva	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 8,000.00	R\$ 8,000.00	R\$ 96,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 104,000.00	
	Tirolesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 21,000.00	R\$ 21,000.00	R\$ 150,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 171,000.00	
	Trilha da Ponta Norte	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 8,000.00	R\$ 36,000.00	R\$ -	R\$ 44,000.00	
	Subtotal das Áreas Estratégicas	R\$ 5,333.33	R\$ 11,000.00	R\$ 199,666.67	R\$ 104,750.00	R\$ 302,750.00	R\$ 1,538,435.33	R\$ 50,339.67	R\$ 9,000.00	R\$ 1,900,525.00	
3.1 Operacionalização	Subprograma de Administração	R\$ 200.00	R\$ 20,450.00	R\$ 710.00	R\$ 25,960.00	R\$ 47,320.00	R\$ 28,120.00	R\$ 27,920.00	R\$ 27,920.00	R\$ 131,280.00	
	Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos	R\$ 1,125.00	R\$ 10,415.00	R\$ 48,900.00	R\$ 68,052.00	R\$ 128,492.00	R\$ 237,192.00	R\$ 4,546.00	R\$ 7,040.00	R\$ 377,270.00	
	Subprograma de Relações Públicas e Institucionais	R\$ 43.75	R\$ 3,536.75	R\$ 1,160.50	R\$ 3,790.50	R\$ 8,531.50	R\$ 7,161.00	R\$ 7,566.00	R\$ 6,986.00	R\$ 30,244.50	
	Subtotal do Programa de Operacionalização	R\$ 1,368.75	R\$ 34,401.75	R\$ 50,770.50	R\$ 97,802.50	R\$ 184,343.50	R\$ 272,473.00	R\$ 40,032.00	R\$ 41,946.00	R\$ 538,794.50	
3.2 Conhecimento	Subprograma de Gestão do Conhecimento	R\$ -	R\$ 6,733.33	R\$ 8,586.67	R\$ -	R\$ 15,320.00	R\$ 5,250.00	R\$ 4,000.00	R\$ 4,000.00	R\$ 28,570.00	
	Subprograma de Pesquisa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4,560.00	R\$ -	R\$ 2,410.00	R\$ 6,970.00	
	Subtotal do Programa de Conhecimento	R\$ -	R\$ 6,733.33	R\$ 8,586.67	R\$ -	R\$ 15,320.00	R\$ 9,810.00	R\$ 4,000.00	R\$ 6,410.00	R\$ 35,540.00	
3.3 Manejo	Subprograma de Proteção	R\$ -	R\$ 113,916.00	R\$ 35,400.00	R\$ 135,476.00	R\$ 284,792.00	R\$ 154,396.00	R\$ 153,516.00	R\$ 153,516.00	R\$ 746,220.00	
	Subprograma de Manejo dos Recursos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15,700.00	R\$ 15,700.00	R\$ 77,654.00	R\$ 69,714.00	R\$ 69,714.00	R\$ 232,782.00	
	Subtotal do Programa de Manejo	R\$ -	R\$ 113,916.00	R\$ 35,400.00	R\$ 151,176.00	R\$ 300,492.00	R\$ 232,050.00	R\$ 223,230.00	R\$ 223,230.00	R\$ 979,002.00	
3.4 Uso Público	Subprograma de Recreação	R\$ 1,200.00	R\$ 1,800.00	R\$ 1,200.00	R\$ 13,335.00	R\$ 17,535.00	R\$ 90,950.00	R\$ 79,950.00	R\$ 79,950.00	R\$ 268,385.00	
	Subprograma de Educação e Interpretação Ambiental	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3,000.00	R\$ 3,000.00	R\$ 38,250.00	R\$ 38,250.00	R\$ 38,250.00	R\$ 117,750.00	
	Subprograma de Eventos	R\$ -	R\$ 5,575.00	R\$ -	R\$ 8,150.00	R\$ 13,725.00	R\$ 10,725.00	R\$ 10,725.00	R\$ 10,725.00	R\$ 45,900.00	
	Subtotal do Programa de Uso Público	R\$ 1,200.00	R\$ 7,375.00	R\$ 1,200.00	R\$ 24,485.00	R\$ 34,260.00	R\$ 139,925.00	R\$ 128,925.00	R\$ 128,925.00	R\$ 432,035.00	
3.5 Integração com o Entorno	Subprograma de Desenvolvimento Territorial Integrado	R\$ -	R\$ -	R\$ 4,600.00	R\$ 24,169.00	R\$ 28,769.00	R\$ 46,769.00	R\$ 32,883.33	R\$ 32,881.67	R\$ 141,303.00	
	Subprograma de Envolvimento Comunitário	R\$ 52.50	R\$ 1,437.50	R\$ 52.50	R\$ 2,502.50	R\$ 4,045.00	R\$ 2,140.00	R\$ 2,140.00	R\$ 2,140.00	R\$ 10,465.00	
	Subtotal do Programa de Integração com o Entorno	R\$ 52.50	R\$ 1,437.50	R\$ 4,652.50	R\$ 26,671.50	R\$ 32,814.00	R\$ 48,909.00	R\$ 35,023.33	R\$ 35,021.67	R\$ 151,768.00	
Despesas Correntes	Subtotal de Despesas Correntes	R\$ 73,798.50	R\$ 73,798.50	R\$ 73,798.50	R\$ 73,798.50	R\$ 295,194.00	R\$ 147,597.00	R\$ 147,597.00	R\$ 147,597.00	R\$ 737,985.00	
	TOTAL	R\$ 81,753.08	R\$ 248,662.08	R\$ 374,074.83	R\$ 478,683.50	R\$ 1,165,173.50	R\$ 2,389,199.33	R\$ 629,147.00	R\$ 592,129.67	R\$ 4,775,649.50	

AE	Item	3.3 - Áreas Estratégicas Internas (AEI)	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ATIVIDADES DE MANEJO	ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
			I	II	I	II					
2.3.1 Centro de Visitantes	2.3.1.1	Planejar e reordenar os espaços de uso administrativo para adequada locação e trabalho dos funcionários concursados e colaboradores em atividade no Parque.	R\$ -				R\$ -				R\$ -
	2.3.1.2	Orçar, adquirir e instalar mobiliário complementar para adequada locação e trabalho dos funcionários concursados e colaboradores em atividade no Parque	R\$ -				R\$ -				R\$ -
	2.3.1.3	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto de ambientação e usos múltiplos da nova sala de exposições				R\$ 100,000.00	R\$ 100,000.00				R\$ 100,000.00
	2.3.1.4	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo de reforma do Centro de Visitantes				R\$ 60,000.00	R\$ 60,000.00				R\$ 60,000.00
	2.3.1.5	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes					R\$ -	R\$ 450,000.00			R\$ 450,000.00
	2.3.1.6	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de ambientação e usos múltiplos da nova sala de exposições do Parque.					R\$ -	R\$ 250,000.00			R\$ 250,000.00
	2.3.1.7	Elaborar especificação técnica, orçar, adquirir e supervisionar a instalação dos equipamentos e mobiliários para o novo auditório do Centro de Visitantes.					R\$ -	R\$ 3,904.33	R\$ 7,808.67		R\$ 11,713.00
	2.3.1.8	Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para exploração comercial do auditório do Centro de Visitantes para eventos temáticos e corporativos.				R\$ 8,000.00	R\$ 8,000.00				R\$ 8,000.00
	2.3.1.9	Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para exploração comercial da lojinha de souvenirs do Parque.				R\$ 12,000.00	R\$ 12,000.00				R\$ 12,000.00
subtotal CV			R\$ -	R\$ -	R\$ 160,000.00	R\$ 20,000.00	R\$ 180,000.00	R\$ 703,904.33	R\$ 7,808.67	R\$ -	R\$ 891,713.00
2.3.2 Trilha do Lajeado Cruzeiro	2.3.2.1	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a elaboração do projeto de ações emergenciais de correção e adequação da trilha.		R\$ 2,500.00			R\$ 2,500.00				R\$ 2,500.00
	2.3.2.2	Elaborar especificação técnica e contratar a execução do projeto de ações emergenciais de correção e adequação da trilha.		R\$ 1,166.67	R\$ 2,333.33		R\$ 3,500.00				R\$ 3,500.00
Subtotal Trilha Lajeado Cruzeiro			R\$ -	R\$ 3,666.67	R\$ 2,333.33	R\$ -	R\$ 6,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,000.00
2.3.3 Trilha das Marrequinhas	2.3.3.1	Planejar e executar ações emergenciais de manutenção da trilha e das estruturas de madeira, incluindo aplicação de antiderrapante no piso.		R\$ -			R\$ -				R\$ -
	2.3.3.2	Realizar manutenção simples das placas interpretativas, orientativas e de advertência da trilha		R\$ -	R\$ -		R\$ -				R\$ -
Subtotal Trilha Marrequinhas			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3.4 Trilha do Mirante	2.3.4.1	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a elaboração do projeto executivo de adequação da trilha, com redefinição do traçado, correção de piso, de degraus, drenagens e estruturas de apoio e facilitação.		R\$ 3,500.00			R\$ 3,500.00				R\$ 3,500.00
	2.3.4.2	Elaborar especificação técnica e contratar a execução do projeto de adequação da trilha, com redefinição do traçado, correção de piso, degraus e drenagem, e estruturas de apoio e facilitação		R\$ 1,833.33	R\$ 3,666.67		R\$ 5,500.00				R\$ 5,500.00
Subtotal Trilha do Mirante			R\$ -	R\$ 5,333.33	R\$ 3,666.67	R\$ -	R\$ 9,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 9,000.00
2.3.5 Trilha da Canafistula	2.3.5.1	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto de adequação da trilha, com correção de piso, degraus, drenagem, e estruturas de apoio e facilitação.		R\$ 2,500.00			R\$ 2,500.00				R\$ 2,500.00
	2.3.5.2	Elaborar especificação técnica e contratar a execução do projeto de adequação da trilha, com correção de piso, degraus, drenagem e estruturas de apoio e facilitação.		R\$ 1,166.67	R\$ 2,333.33		R\$ 3,500.00				R\$ 3,500.00
Subtotal Trilha da Canafistula			R\$ -	R\$ 3,666.67	R\$ 2,333.33	R\$ -	R\$ 6,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,000.00
2.3.6 Área de Lanche	2.3.6.1	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto de reforma e adequação da área de lanche ao ar livre.			R\$ 4,000.00		R\$ 4,000.00				R\$ 4,000.00
	2.3.6.2	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de reforma e adequação da área de lanche ao ar livre.					R\$ -	R\$ 45,000.00			R\$ 45,000.00
Subtotal Área de Lanche			R\$ -	R\$ -	R\$ 4,000.00	R\$ -	R\$ 4,000.00	R\$ 45,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 49,000.00
2.3.7 Mirante do Centro de Visitantes	2.3.7.1	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação do mirante do Centro de Visitantes.			R\$ 6,000.00		R\$ 6,000.00				R\$ 6,000.00
	2.3.7.2	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção do Mirante do Centro de Visitantes e estruturas de acesso e facilitação.					R\$ -	R\$ 60,000.00			R\$ 60,000.00
Subtotal Mirante do CV			R\$ -	R\$ -	R\$ 6,000.00	R\$ -	R\$ 6,000.00	R\$ 60,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 66,000.00
2.3.8 Células de Administração, Alojamento e Conhecimento	2.3.8.1	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.			R\$ 25,000.00		R\$ 25,000.00				R\$ 25,000.00
	2.3.8.2	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.					R\$ -	R\$ 200,000.00			R\$ 200,000.00
	2.3.8.3	Elaborar especificação técnica, orçar, adquirir e supervisionar a instalação dos equipamentos e mobiliários para as Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.					R\$ -	R\$ 6,531.00	R\$ 6,531.00		R\$ 13,062.00
Subtotal Células Administração, Alojamento e Conhecimento			R\$ -	R\$ -	R\$ 25,000.00	R\$ -	R\$ 25,000.00	R\$ 206,531.00	R\$ 6,531.00	R\$ -	R\$ 238,062.00
2.3.9 Complexo Náutico	2.3.9.1	Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) do aluguel de caiaque, pedalinho e/ou floating no interior do Parque				R\$ 8,000.00	R\$ 8,000.00				R\$ 8,000.00
	2.3.9.2	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo de construção do trapiche para embarcações no Parque				R\$ 6,750.00	R\$ 6,750.00				R\$ 6,750.00
	2.3.9.3	Articular e providenciar análise e aprovação do projeto executivo para implantação do trapiche junto ao Consórcio Itá e demais órgãos pertinentes					R\$ -	R\$ -			R\$ -
	2.3.9.4	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto executivo para implantação do trapiche					R\$ -	R\$ 54,000.00			R\$ 54,000.00
	2.3.9.5	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo de construção da garagem náutica do Parque				R\$ 4,000.00	R\$ 4,000.00				R\$ 4,000.00
	2.3.9.6	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção da garagem náutica					R\$ -	R\$ 35,000.00			R\$ 35,000.00
Subtotal Complexo Náutico			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 18,750.00	R\$ 18,750.00	R\$ 89,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 107,750.00
2.3.10 Estrada de Acesso e Portaria	2.3.10.1	Dimensionar e supervisionar a implantação de melhorias no sistema de manejo de águas pluviais e na pavimentação da estrada interna de acesso ao CV					R\$ -		R\$ -		R\$ -
	2.3.10.2	Articular e acompanhar a retirada da placa do Consórcio Itá da entrada do Parque	R\$ -				R\$ -				R\$ -
Subtotal Estrada de Acesso			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3.11 Trilha das Marrequinhas II	2.3.11.1	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação da Trilha das Marrequinhas II				R\$ 10,000.00	R\$ 10,000.00				R\$ 10,000.00
	2.3.11.2	Elaborar especificação técnica, executar e supervisionar o projeto para implantação da Trilha das Marrequinhas II					R\$ -	R\$ 80,000.00			R\$ 80,000.00
Subtotal Trilhas das Marrequinhas II			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10,000.00	R\$ 10,000.00	R\$ 80,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 90,000.00
2.3.12 Circuito de Arvorismo	2.3.12.1	Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para implantação do circuito de arvorismo no Parque				R\$ 12,000.00	R\$ 12,000.00				R\$ 12,000.00
	2.3.12.2	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação do circuito de arvorismo				R\$ 6,000.00	R\$ 6,000.00				R\$ 6,000.00
	2.3.12.3	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção do circuito de arvorismo					R\$ -	R\$ 100,000.00			R\$ 100,000.00
Subtotal Circuito Arvorismo			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 18,000.00	R\$ 18,000.00	R\$ 100,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 118,000.00
2.3.13 Caminhada Esportiva	2.3.13.1	Articular ou contratar pesquisa de opinião pública sobre a atratividade e programa de necessidades para implantação da caminhada esportiva no Parque				R\$ 2,000.00	R\$ 2,000.00				R\$ 2,000.00
	2.3.13.2	Elaborar Especificação Técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação da pista de caminhada esportiva e estruturas complementares				R\$ 6,000.00	R\$ 6,000.00				R\$ 6,000.00
	2.3.13.3	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de implantação da pista de caminhada esportiva					R\$ -	R\$ 96,000.00			R\$ 96,000.00
Subtotal Caminhada Esportiva			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 8,000.00	R\$ 8,000.00	R\$ 96,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 104,000.00
2.3.14 Tiroleza	2.3.14.1	Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para implantação e operacionalização da Tiroleza no Parque				R\$ 12,000.00	R\$ 12,000.00				R\$ 12,000.00
	2.3.14.2	Apresentar o EVEF ao Consórcio Itá e realizar consulta prévia de viabilidade da utilização de área na margem oposta do lago que deverá receber parte das estruturas previstas para a tiroleza				R\$ -	R\$ -				R\$ -
	2.3.14.3	Elaborar especificação técnica e contratar a atualização do projeto executivo para implantação da Tiroleza				R\$ 9,000.00	R\$ 9,000.00				R\$ 9,000.00
	2.3.14.4	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção da Tiroleza					R\$ -	R\$ 150,000.00			R\$ 150,000.00
Subtotal Tiroleza			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 21,000.00	R\$ 21,000.00	R\$ 150,000.00	R\$ -	R\$ -	R\$ 171,000.00
2.3.15 Trilha da Ponta Norte	2.3.15.1	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação da Trilha da Ponta Norte					R\$ -	R\$ 8,000.00			R\$ 8,000.00
	2.3.15.2	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto da Trilha da Ponta Norte					R\$ -		R\$ 36,000.00		R\$ 36,000.00
Subtotal Trilha da Ponta Norte			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 8,000.00	R\$ 36,000.00	R\$ -	R\$ 44,000.00
		TOTAL	R\$ -	R\$ 12,666.67	R\$ 203,333.33	R\$ 95,750.00	R\$ 311,750.00	R\$ 1,538,435.33	R\$ 50,339.67	R\$ -	R\$ 1,900,525.00

3.1 - PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO										
Item	3.1.1 - Subprograma Administração	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.1.1.1	Elaborar e divulgar junto às instâncias de gestão e cooperação do Parque um cronograma anual de visitas técnicas do chefe em exercício da UC lotado em Florianópolis	R\$ -				R\$ -				R\$ -
3.1.1.2	Articular e viabilizar a nomeação e nivelamento básico dos funcionários da FATMA e lotados no Parque através do Concurso 001/FATMA/2011	R\$ -				R\$ -				R\$ -
3.1.1.3	Realizar o mapeamento das competências requeridas e desenho das atribuições dos funcionários da FATMA e lotados no Parque		R\$ 6,000.00			R\$ 6,000.00				R\$ 6,000.00
3.1.1.4	Regularizar e oficializar através de instrumento legal o trabalho dos colaboradores em operação no Parque	R\$ -	R\$ -			R\$ -				R\$ -
3.1.1.5	Organizar e realizar nivelamento e sensibilização de todos os colaboradores em operação do Parque como preparação para a recepção dos funcionários da FATMA que comporão a Unidade de Gestão lotada na UC		R\$ -			R\$ -				R\$ -
3.1.1.6	Organizar e realizar evento de integração entre funcionários da FATMA e colaboradores em operação no Parque		R\$ -			R\$ -				R\$ -
3.1.1.7	Organizar e promover oficinas de fortalecimento da estrutura organizacional do Conselho Consultivo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.8	Definir e descrever o perfil adequado e necessário ao desempenho das atribuições dos conselheiros e submeter para avaliação e aprovação do Conselho Consultivo do Parque	R\$ -				R\$ -				R\$ -
3.1.1.9	Elaborar e manter em acervo um Kit de boas vindas como material versátil de acolhimento e nivelamento dos representantes do Conselho Consultivo		R\$ 1,000.00			R\$ 1,000.00	R\$ 200.00			R\$ 1,200.00
3.1.1.10	Promover reunião para discutir alternativas e propor um plano de ação para valorização do trabalho dos conselheiros junto as entidades que representam		R\$ -			R\$ -				R\$ -
3.1.1.11	Organizar calendário anual e promover reuniões itinerantes do Conselho Consultivo nas entidades representadas	R\$ 200.00	R\$ 200.00	R\$ 200.00	R\$ 200.00	R\$ 800.00	R\$ 400.00	R\$ 400.00	R\$ 400.00	R\$ 2,000.00
3.1.1.12	Estimular a criação e acompanhar o funcionamento de Grupos de Trabalho e/ou Câmaras Técnicas do Conselho Consultivo, conforme perfil dos conselheiros e demandas estratégicas dos Subprogramas de Manejo			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.13	Propor a criação de calendário e conteúdo programático e promover minicursos ou palestras continuadas de auto-capacitação dos membros do Conselho Consultivo			R\$ 510.00	R\$ 510.00	R\$ 1,020.00	R\$ 1,020.00	R\$ 1,020.00	R\$ 1,020.00	R\$ 4,080.00
3.1.1.14	Elaborar e executar Planos Operacionais (PO) para implementação e monitoramento das ações gerenciais gerais e atividades estratégicas previstas no Plano de Manejo Fase II	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.15	Mapear e sistematizar editais de demanda espontânea e induzida, investidores públicos e privados e outras fontes de recursos para implementação do Plano de Manejo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.16	Articular e/ou contratar consultoria para a elaboração de um manual de uso e aplicativos da marca do Parque				R\$ 12,000.00	R\$ 12,000.00				R\$ 12,000.00
3.1.1.17	Organizar, promover e registrar reuniões periódicas para definição de estratégias de mobilização de recursos e de identificação de parceiros para suprir as demandas dos Planos Operacionais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.18	Discriminar despesas correntes, estimar rubricas passíveis de financiamento governamental e articular criação oficial de dotação orçamentária do Parque para implementação do Plano de Manejo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.19	Organizar, promover e registrar dinâmicas de elaboração de projetos, através de grupos de trabalho, para suprir as demandas dos Planos Operacionais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.20	Elaborar e publicar editais de concessão e/ou terceirização de bens e serviços especificados nas Áreas Estratégicas e Subprogramas de Manejo		R\$ -			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.21	Estabelecer e supervisionar os contratos de concessão e terceirização de bens e serviços do Parque		R\$ -			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.22	Promover o gerenciamento financeiro da implementação do Plano de Manejo, com prestação de contas e publicação periódica dos dados, levando em consideração a diversificação das fontes de recursos disponíveis e acessados	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.23	Organizar, promover e registrar reuniões periódicas de Avaliação e Monitoramento da implementação do Plano de Manejo por meio dos Planos Operacionais elaborados e em andamento		R\$ -		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.1.24	Organizar e promover, através de contratações ou parcerias, treinamentos e capacitações temáticas para o desenvolvimento de competências necessárias para implementação do Plano de Manejo		R\$ 13,250.00		R\$ 13,250.00	R\$ 26,500.00	R\$ 26,500.00	R\$ 26,500.00	R\$ 26,500.00	R\$ 106,000.00
TOTAL		R\$ 200.00	R\$ 20,450.00	R\$ 710.00	R\$ 25,960.00	R\$ 47,320.00	R\$ 28,120.00	R\$ 27,920.00	R\$ 27,920.00	R\$ 131,280.00

R\$ 131,280.00

3.1 - PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO										
Item	3.1.2 - Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.1.2.1	Elaborar especificação técnica e contratar serviço terceirizado de limpeza das edificações de uso público e administrativas do Parque		R\$ -			R\$ -	R\$ -			R\$ -
3.1.2.2	Supervisionar o serviço de limpeza das edificações de uso público e administrativas do Parque		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.2.3	Providenciar a correção do Decreto no 797, de 24 de setembro de 2005, e a publicação de novo decreto de alteração dos limites do Parque	R\$ -	R\$ -			R\$ -				R\$ -
3.1.2.4	Acompanhar a retificação das matrículas do Parque e da propriedade confrontante junto a TRACTEBEL Energia		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -				R\$ -
3.1.2.5	Articular ou contratar a elaboração de laudos periódicos de avaliação técnica das estruturas em madeira das trilhas já consolidadas do Parque		R\$ 7,040.00			R\$ 7,040.00	R\$ 7,040.00		R\$ 7,040.00	R\$ 21,120.00
3.1.2.6	Articular junto a FATMA e parceiros ou orçar e adquirir veículo complementar do Parque para implementação do Plano de Manejo				R\$ 40,000.00	R\$ 40,000.00				R\$ 40,000.00
3.1.2.7	Elaborar e orçar projeto(s) de implantação, ampliação e melhoria do sistema de comunicação do Parque (telefonia, rádio e internet)	R\$ 1,125.00	R\$ 3,375.00			R\$ 4,500.00				R\$ 4,500.00
3.1.2.8	Executar e supervisionar projeto de implantação da telefonia fixa e sistema VOIP			R\$ 3,300.00	R\$ 1,800.00	R\$ 5,100.00				R\$ 5,100.00
3.1.2.9	Executar e supervisionar projeto de ampliação da cobertura, transferência e melhoria do sistema de rádio comunicação sobre o Parque e Zona de Amortecimento			R\$ 30,000.00	R\$ 5,000.00	R\$ 35,000.00				R\$ 35,000.00
3.1.2.10	Executar e supervisionar projeto de melhoria da capacidade, transferência e melhoria da internet via rádio no Parque			R\$ -	R\$ -	R\$ -				R\$ -
3.1.2.11	Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação de sistema subterrâneo de abastecimento e distribuição de energia e de melhoria do sistema de aterramento			R\$ 6,000.00		R\$ 6,000.00				R\$ 6,000.00
3.1.2.12	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto para implantação de sistema subterrâneo de abastecimento e distribuição de energia e de melhoria do sistema de aterramento					R\$ -	R\$ 101,000.00			R\$ 101,000.00
3.1.2.13	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar estudo para definição da vazão ecológica do lajeado da Canafístula, do atual consumo mensal de água do Parque e da projeção do aumento de consumo a partir da ampliação das estruturas e de usuários			R\$ 9,600.00		R\$ 9,600.00				R\$ 9,600.00
3.1.2.14	Promover discussão para identificar alternativas para ampliação do sistema de abastecimento de água do Parque				R\$ -	R\$ -				R\$ -
3.1.2.15	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a elaboração e execução de projeto para ampliação do sistema de abastecimento de água do Parque				R\$ 1,752.00	R\$ 1,752.00	R\$ 4,352.00			R\$ 6,104.00
3.1.2.16	Elaborar especificação técnica e contratar elaboração do novo projeto do sistema de sinalização interna e externa do Parque				R\$ 18,000.00	R\$ 18,000.00				R\$ 18,000.00
3.1.2.17	Elaborar especificação técnica e contratar a confecção e instalação do novo sistema de sinalização interna e externa do Parque					R\$ -	R\$ 35,000.00			R\$ 35,000.00
3.1.2.18	Elaborar especificação técnica e contratar elaboração de projeto para implantação de cerca e aceiro nos limites secos do Parque				R\$ 1,500.00	R\$ 1,500.00				R\$ 1,500.00
3.1.2.19	Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto para implantação de cerca e aceiro nos limites secos do Parque					R\$ -	R\$ 89,800.00			R\$ 89,800.00
3.1.2.20	Orçar, adquirir e implantar cancelas na estrada que corta a ponta norte do Parque					R\$ -		R\$ 4,546.00		R\$ 4,546.00
3.1.2.21	Definir procedimentos de atualização, controle e manutenção patrimonial periódica e preventiva do Parque		R\$ -			R\$ -				R\$ -
3.1.2.22	Promover o registro e controle do fluxo de materiais e equipamentos do Parque		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.2.23	Estabelecer e desenvolver mecanismos e/ou rotinas para manutenção dos bens patrimoniais do Parque		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL		R\$ 1,125.00	R\$ 10,415.00	R\$ 48,900.00	R\$ 68,052.00	R\$ 128,492.00	R\$ 237,192.00	R\$ 4,546.00	R\$ 7,040.00	R\$ 377,270.00

3.1 - PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO										
Item	3.1.3 - Subprograma de Relações Públicas e Institucionais	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.1.3.1	Planejar e conceber um Plano Integrado de Comunicação do Parque com base nas demandas de implementação dos Subprogramas do Plano de Manejo Fase II		R\$ -			R\$ -				R\$ -
3.1.3.2	Definir responsáveis e atribuições executivas do Plano Integrado de Comunicação do Parque		R\$ -			R\$ -				R\$ -
3.1.3.3	Operacionalizar e supervisionar o Plano Integrado de Comunicação do Parque		R\$ 493.00	R\$ 493.00	R\$ 493.00	R\$ 1,479.00	R\$ 986.00	R\$ 986.00	R\$ 986.00	R\$ 4,437.00
3.1.3.4	Aprimorar e supervisionar o Programa de Estágio do Parque para apoio à implementação do Plano de Manejo Fase II e formação técnica e profissional de estudantes					R\$ -				R\$ -
3.1.3.5	Ampliar, manter e supervisionar o Programa de Voluntariado do Parque para apoio à implementação do Plano de Manejo e fortalecimento do exercício de cidadania					R\$ -				R\$ -
3.1.3.6	Promover o mapeamento sistemático de entidades e iniciativas ou projetos de interesse para a implementação do Plano de Manejo Fase II					R\$ -				R\$ -
3.1.3.7	Promover o mapeamento sistemático e a participação de representantes do Parque em eventos externos de interesse para a implementação do Plano de Manejo Fase II					R\$ -				R\$ -
3.1.3.8	Articular a disponibilização dos resultados do Projeto Filó desenvolvido em parceria pela EMBRAPA, EPAGRI, ECOPEF e Instituto Federal no entorno do Parque					R\$ -				R\$ -
3.1.3.9	Articular a disponibilização dos resultados do Projeto “Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda ”desenvolvido pela EPAGRI no entorno do Parque					R\$ -				R\$ -
3.1.3.10	Acompanhar a elaboração e implementação do Plano Diretor Rural Sustentável de Concórdia	R\$ 43.75	R\$ 43.75			R\$ 87.50				R\$ 87.50
3.1.3.11	Acompanhar e integrar a execução da Fase 2 do Projeto Águas do Oeste Catarinense			R\$ 43.75	R\$ 43.75	R\$ 87.50	R\$ 87.50			R\$ 175.00
3.1.3.12	Acompanhar as discussões e ações do planejamento e implementação do asfaltamento da estrada de acesso ao Parque e/ou comunidade de Sede Brum					R\$ -				R\$ -
3.1.3.13	Acompanhar as discussões e ações do planejamento e implementação do Roteiro Turístico Integrado Itá-Seara-Concórdia			R\$ 43.75	R\$ 43.75	R\$ 87.50	R\$ 87.50			R\$ 175.00
3.1.3.14	Acompanhar as discussões e ações do Projeto de Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto do município de Concórdia e sensibilizar atores estratégicos para dar celeridade ao processo			R\$ 580.00		R\$ 580.00		R\$ 580.00		R\$ 1,160.00
3.1.3.15	Promover campanha pública para coleta do lixo da foz do rio dos Queimados					R\$ -				R\$ -
3.1.3.16	Articular, estabelecer e formalizar um protocolo de comunicação com o Posto Avançado de Controle Ambiental da FATMA em Concórdia(PACAM/FATMA) para apoio na fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento					R\$ -				R\$ -
3.1.3.17	Articular, estabelecer e formalizar um protocolo de comunicação com a 4a Companhia do Batalhão de Polícia Ambiental (Concórdia e região) para fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento					R\$ -				R\$ -
3.1.3.18	Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com a 4ª Companhia do Batalhão de Polícia Ambiental (Concórdia e região) para fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento					R\$ -				R\$ -
3.1.3.19	Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com o Horto do Consórcio Itá para apoio nos Subprogramas de Pesquisa, Manejo de Recursos e Integração com o Entorno					R\$ -				R\$ -
3.1.3.20	Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com o Museu Entomológico Fritz Plaumann para integração turística e científica				R\$ 210.00	R\$ 210.00				R\$ 210.00
3.1.3.21	Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com a Prefeitura Municipal de Concórdia para abertura, fechamento e manutenção de estradas estratégicas para o Parque				R\$ -	R\$ -				R\$ -
3.1.3.22	Fortalecer intercâmbios ou troca de experiências e informações com Unidades de Conservação e Reservas Indígenas colocalizadas					R\$ -	R\$ 3,000.00	R\$ 3,000.00	R\$ 3,000.00	R\$ 9,000.00
3.1.3.23	Estabelecer e implementar estratégias de relacionamento e fidelização de parceiros, financiadores e colaboradores do Parque		R\$ 3,000.00		R\$ 3,000.00	R\$ 6,000.00	R\$ 3,000.00	R\$ 3,000.00	R\$ 3,000.00	R\$ 15,000.00
TOTAL		R\$ 43.75	R\$ 3,536.75	R\$ 1,160.50	R\$ 3,790.50	R\$ 8,531.50	R\$ 7,161.00	R\$ 7,566.00	R\$ 6,986.00	R\$ 30,244.50

3.2 - PROGRAMA DE CONHECIMENTO										
Item	3.2.1 - Subprograma de Gestão do Conhecimento	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.2.1.1	Discutir e definir atribuições e responsáveis pelas demandas de gestão do conhecimento do Parque					R\$ -				R\$ -
3.2.1.2	Compilar, junto aos pesquisadores, instituições de ensino e outras instâncias, os estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas pretéritas realizadas no Parque		R\$ 500.00			R\$ 500.00				R\$ 500.00
3.2.1.3	Administrar o cadastro de todos os estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas realizados e/ou em andamento no Parque									
3.2.1.4	Avaliar a funcionalidade e praticidade das temáticas de monitoramento e do modus operandi do atual (2013) banco de dados do Parque									
3.2.1.5	Identificar e discutir as temáticas de monitoramento em função das demandas dos Subprogramas de Manejo deste Plano									
3.2.1.6	Definir e discutir as bases metodológicas para os monitoramentos temáticos do Parque									
3.2.1.7	Elaborar especificação técnica e contratar a reestruturação do banco de dados multitemático e integrado do Parque		R\$ 3,733.33	R\$ 7,466.67		R\$ 11,200.00				R\$ 11,200.00
3.2.1.8	Realizar treinamento complementar para coleta de dados temáticos aos funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários do Parque					R\$ -				R\$ -
3.2.1.9	Realizar treinamento complementar para alimentação do banco de dados aos funcionários e colaboradores do Parque			R\$ 1,120.00		R\$ 1,120.00				R\$ 1,120.00
3.2.1.10	Realizar treinamento complementar para consulta e análise do banco de dados aos funcionários, colaboradores, pesquisadores, estagiários e voluntários do Parque					R\$ -				R\$ -
3.2.1.11	Elaborar especificação técnica e contratar a criação e os procedimentos de gestão do servidor do Parque com acessos público e restrito		R\$ 2,500.00			R\$ 2,500.00	R\$ 1,250.00			R\$ 3,750.00
3.2.1.12	Arquivar e disponibilizar no servidor o acervo digital do Plano de Manejo para consulta pública no Parque e no seu sítio eletrônico					R\$ -				R\$ -
3.2.1.13	Avaliar periodicamente os resultados dos monitoramentos temáticos desenvolvidos no Parque					R\$ -	R\$ 4,000.00	R\$ 4,000.00	R\$ 4,000.00	R\$ 12,000.00
3.2.1.14	Consolidar o conhecimento gerado através dos diagnósticos e pesquisas realizadas no Parque mediante promoção da divulgação (interna e externa) dos resultados					R\$ -				R\$ -
3.2.1.15	Acompanhar a elaboração e publicação da Lista Oficial de Espécies da Fauna e da Flora Catarinense Ameaçadas de Extinção					R\$ -				R\$ -
3.2.1.16	Levantar e compilar de forma periódica publicações científicas e/ou oficiais sobre a biodiversidade da Floresta Estacional Decidual					R\$ -				R\$ -
3.2.1.17	Identificar as linhas/temáticas intrínsecas do Parque potenciais para publicações especializadas					R\$ -				R\$ -
TOTAL		R\$ -	R\$ 6,733.33	R\$ 8,586.67	R\$ -	R\$ 15,320.00	R\$ 5,250.00	R\$ 4,000.00	R\$ 4,000.00	R\$ 28,570.00

3.2 - PROGRAMA DE CONHECIMENTO										
Item	3.2.2 - Subprograma de Pesquisa	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.2.2.1	Avaliar, aprimorar e consolidar o manual de orientações ao pesquisador do Parque					R\$ -				R\$ -
3.2.2.2	Discutir estratégias e definir uma política de incentivos à pesquisa no Parque com participação de outros setores correlacionados da FATMA.					R\$ -				R\$ -
3.2.2.3	Realizar nivelamento interno para consolidar e operacionalizar a política de incentivos ao estudo e à pesquisa no Parque.					R\$ -				R\$ -
3.2.2.4	Organizar e promover um workshop “gatilho” para nivelamento do conhecimento técnico-científico disponível, divulgação da política de incentivos e criação de uma rede de entidades e pesquisadores.					R\$ -	R\$ 4,560.00			R\$ 4,560.00
3.2.2.5	Consolidar e manter atualizada a rede de atores (entidades e pessoas) de interesse para o desenvolvimento de estudos acadêmicos, pesquisas científicas e trabalhos técnicos no Parque.					R\$ -				R\$ -
3.2.2.6	Definir e atualizar periodicamente as linhas prioritárias de pesquisa básica e aplicada do Parque					R\$ -				R\$ -
3.2.2.7	Definir e atualizar periodicamente um programa contínuo de linhas prioritárias de pesquisa no Parque					R\$ -				R\$ -
3.2.2.8	Planejar e implementar estratégias de divulgação para atração de estudos acadêmicos, pesquisas científicas e trabalhos técnicos no Parque.					R\$ -				R\$ -
3.2.2.9	Apoiar e monitorar os estudos acadêmicos, pesquisa científicas e trabalhos técnicos realizados no Parque.					R\$ -				R\$ -
3.2.2.10	Organizar e promover palestras temáticas dos estudos acadêmicos, pesquisa científicas e trabalhos técnicos desenvolvidos no Parque.					R\$ -				R\$ -
3.2.2.11	Organizar e promover workshops periódicos de pesquisadores na Unidade.					R\$ -			R\$ 2,410.00	R\$ 2,410.00
3.2.2.12	Promover avaliação periódica de satisfação dos pesquisadores, estudantes e técnicos usuários das estruturas de apoio do Parque.					R\$ -				R\$ -
TOTAL		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4,560.00	R\$ -	R\$ 2,410.00	R\$ 6,970.00

3.3 - PROGRAMA DE MANEJO										
Item	3.3.1 - Subprograma de Proteção	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.3.1.1	Elaborar especificação técnica e contratar serviço terceirizado de vigilância patrimonial para o Parque		R\$ 113,916.00		R\$ 113,916.00	R\$ 227,832.00	R\$ 113,916.00	R\$ 113,916.00	R\$ 113,916.00	R\$ 569,580.00
3.3.1.2	Supervisionar o serviço de vigilância patrimonial para o Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.1.3	Analisar o histórico de dados do monitoramento de transgressões ambientais coletados até o final de 2013 para identificação e caracterização dos principais vetores de pressão sobre o Parque até o presente					R\$ -				R\$ -
3.3.1.4	Caracterizar os aspectos ecológicos básicos das principais espécies cinegéticas de ocorrência esperada e confirmada no Parque para subsidiar estratégias de combate e conscientização sobre a caça					R\$ -				R\$ -
3.3.1.5	Definir locais estratégicos, adquirir equipamentos e implementar sistema de monitoramento por câmera e sinalização alusiva e de advertência às principais transgressões ambientais				R\$ 1,760.00	R\$ 1,760.00	R\$ 880.00			R\$ 2,640.00
3.3.1.6	Criar e divulgar telefone para informação ou denúncia anônima de problemas e crimes ambientais no Parque e Zona de Amortecimento					R\$ -				R\$ -
3.3.1.7	Aprimorar o protocolo de monitoramento de transgressões ambientais do Parque a partir da avaliação do histórico de dados e das demandas funcionais e metodológicas do banco de dados					R\$ -				R\$ -
3.3.1.8	Definir protocolo de monitoramento de danos ambientais das pesquisas realizadas no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.1.9	Operacionalizar e supervisionar o monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas no Parque			R\$ 35,400.00	R\$ 19,200.00	R\$ 54,600.00	R\$ 38,400.00	R\$ 38,400.00	R\$ 38,400.00	R\$ 169,800.00
3.3.1.10	Avaliar anualmente evolução dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas no Parque				R\$ 300.00	R\$ 300.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 2,100.00
3.3.1.11	Planejar estratégias de fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais da 4a Companhia do Batalhão de Polícia Ambiental					R\$ -				R\$ -
3.3.1.12	Operacionalizar e supervisionar estratégias de fiscalização planejadas e desenvolvidas com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais da 4a Companhia do Batalhão de Polícia Ambiental					R\$ -				R\$ -
3.3.1.13	Avaliar anualmente evolução dos resultados do monitoramento de estratégias de fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento				R\$ 300.00	R\$ 300.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 2,100.00
3.3.1.14	Elaborar e implementar materiais de divulgação dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e estratégias de fiscalização					R\$ -				R\$ -
TOTAL		R\$ -	R\$ 113,916.00	R\$ 35,400.00	R\$ 135,476.00	R\$ 284,792.00	R\$ 154,396.00	R\$ 153,516.00	R\$ 153,516.00	R\$ 746,220.00

3.3 - PROGRAMA DE MANEJO										
Item	3.3.2 - Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.3.2.1	Elaborar um guia ilustrado de identificação das espécie exóticas invasoras de ocorrência conhecida no Parque					R\$ -	R\$ 3,140.00			R\$ 3,140.00
3.3.2.2	Promover reuniões para discutir e definir o conhecimento disponível sobre o controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.3	Sistematizar protocolos para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.4	Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir insumos e equipamentos para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque				R\$ 3,000.00	R\$ 3,000.00				R\$ 3,000.00
3.3.2.5	Elaborar projetos executivos para o manejo por parcelas ou unidades amostrais das três espécies exóticas invasoras prioritárias (uva do japão, goiabeira e lírio do brejo)					R\$ -				R\$ -
3.3.2.6	Organizar e promover nivelamentos e treinamento de pessoal para adoção dos protocolos e execução dos projetos para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.7	Operacionalizar e monitorar os projetos e as ações protocolares de controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque					R\$ -	R\$ 38,400.00	R\$ 38,400.00	R\$ 38,400.00	R\$ 115,200.00
3.3.2.8	Avaliar anualmente evolução dos resultados do controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque					R\$ -	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 1,800.00
3.3.2.9	Planejar operacionalização dos protocolos de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica					R\$ -				R\$ -
3.3.2.10	Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir insumos e equipamentos para monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica				R\$ 8,000.00	R\$ 8,000.00				R\$ 8,000.00
3.3.2.11	Operacionalizar e supervisionar o monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica					R\$ -	R\$ 3,600.00	R\$ 3,600.00	R\$ 3,600.00	R\$ 10,800.00
3.3.2.12	Avaliar anualmente evolução dos resultados do monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica					R\$ -	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 1,800.00
3.3.2.13	Promover reuniões para identificar as principais fontes de poluição dos recursos do Parque e entorno e discutir soluções e encaminhamentos					R\$ -				R\$ -
3.3.2.14	Promover reuniões para elaboração de projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.15	Planejar, executar e monitorar os projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque					R\$ -	R\$ 19,200.00	R\$ 19,200.00	R\$ 19,200.00	R\$ 57,600.00
3.3.2.16	Avaliar anualmente evolução dos projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque					R\$ -	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 1,800.00
3.3.2.17	Promover reuniões para discutir e definir o conhecimento disponível sobre o monitoramento e manejo das trilhas no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.18	Sistematizar protocolos para o monitoramento e manejo das trilhas no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.19	Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir insumos e equipamentos para o monitoramento e manejo das trilhas no Parque				R\$ 2,000.00	R\$ 2,000.00				R\$ 2,000.00
3.3.2.20	Organizar e promover nivelamento e treinamento de pessoal para adoção dos protocolos de monitoramento e manejo das trilhas no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.21	Operacionalizar e monitorar as ações de monitoramento e manejo das trilhas no Parque				R\$ 2,400.00	R\$ 2,400.00	R\$ 4,800.00	R\$ 4,800.00	R\$ 4,800.00	R\$ 16,800.00
3.3.2.22	Avaliar anualmente evolução o monitoramento e manejo das trilhas no Parque				R\$ 300.00	R\$ 300.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 2,100.00
3.3.2.23	Promover reuniões para discutir e atualizar as necessidades e procedimentos de gestão de resíduos sólidos gerados no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.24	Sistematizar um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos com protocolos operacionais					R\$ -				R\$ -
3.3.2.25	Operacionalizar as ações do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Parque					R\$ -	R\$ 6,114.00	R\$ 1,314.00	R\$ 1,314.00	R\$ 8,742.00
3.3.2.26	Consulta e discussão com a PROJUR sobre aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.27	Promover o constante mapeamento e caracterização de produtos madeiráveis exóticos e nativos com potencial de aproveitamento no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.28	Promover reuniões para elaboração de projetos de aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque					R\$ -				R\$ -
3.3.2.29	Planejar, executar e monitorar os projetos de aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque					R\$ -				R\$ -
TOTAL		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15,700.00	R\$ 15,700.00	R\$ 77,654.00	R\$ 69,714.00	R\$ 69,714.00	R\$ 232,782.00

3.4 - PROGRAMA DE USO PÚBLICO										
Item	3.4.1 Subprograma de Recreação	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.4.1.1	Aprimorar o protocolo de monitoramento de uso público do Parque a partir da avaliação do histórico de dados, das demandas funcionais e metodológicas do banco de dados e da estruturação de novos atrativos da UC					R\$ -				R\$ -
3.4.1.2	Organizar e promover o nivelamento e treinamento de pessoal para adoção do protocolo de uso público					R\$ -				R\$ -
3.4.1.3	Identificar e consolidar demandas funcionais de conteúdo e sugestões de layout para folheterias de uso público					R\$ -				R\$ -
3.4.1.4	Elaborar especificação técnica e contratar produção de folheterias de uso público				R\$ 935.00	R\$ 935.00				R\$ 935.00
3.4.1.5	Elaborar especificação técnica e contratar profissional para a identificação e caracterização do potencial do Parque para atividades de observação de aves					R\$ -	R\$ 5,000.00			R\$ 5,000.00
3.4.1.6	Planejar, organizar e operacionalizar roteiros e programas de observação de aves no Parque					R\$ -	R\$ 150.00	R\$ 150.00	R\$ 150.00	R\$ 450.00
3.4.1.7	Desenvolver internamente ou elaborar especificação técnica e contratar profissional para elaborar um projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas				R\$ 1,000.00	R\$ 1,000.00	R\$ 3,000.00			R\$ 4,000.00
3.4.1.8	Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir materiais e equipamentos para o Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas					R\$ -	R\$ 3,000.00			R\$ 3,000.00
3.4.1.9	Organizar e promover nivelamentos e treinamento de pessoal para execução das atividades e dinâmicas do Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas					R\$ -				R\$ -
3.4.1.10	Planejar, organizar e operacionalizar as atividades e dinâmicas do Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas nas trilhas					R\$ -	R\$ 57,600.00	R\$ 57,600.00	R\$ 57,600.00	R\$ 172,800.00
3.4.1.11	Planejar, organizar e operacionalizar a integração do turismo náutico com o protocolo de uso público e atrativos do Parque				R\$ 9,600.00	R\$ 9,600.00	R\$ 19,200.00	R\$ 19,200.00	R\$ 19,200.00	R\$ 67,200.00
3.4.1.12	Integrar e supervisionar bens e serviços do Parque desenvolvidos por concessão e terceirização					R\$ -				R\$ -
3.4.1.13	Monitorar todas as atividades recreativas em operação no Parque	R\$ 1,200.00	R\$ 1,200.00	R\$ 1,200.00	R\$ 1,200.00	R\$ 4,800.00	R\$ 2,400.00	R\$ 2,400.00	R\$ 2,400.00	R\$ 12,000.00
3.4.1.14	Avaliar anualmente a evolução global da visitação pública do Parque através do monitoramento de visitantes		R\$ 600.00		R\$ 600.00	R\$ 1,200.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 3,000.00
3.4.1.15	Promover publicação periódica sobre os resultados do monitoramento da visitação pública do Parque					R\$ -				R\$ -
	TOTAL	R\$ 1,200.00	R\$ 1,800.00	R\$ 1,200.00	R\$ 13,335.00	R\$ 17,535.00	R\$ 90,950.00	R\$ 79,950.00	R\$ 79,950.00	R\$ 268,385.00

3.4 - PROGRAMA DE USO PÚBLICO										
Item	3.4.2 - Subprograma de Educação Ambiental	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
	Ações Gerenciais									
3.4.2.1	Levantar e caracterizar as demandas de atualização dos roteiros interpretativos das trilhas e atrativos do Parque					R\$ -				R\$ -
3.4.2.2	Sistematizar, revisar e consolidar os roteiros interpretativos.					R\$ -				R\$ -
3.4.2.3	Nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários para adoção e exploração dos roteiros interpretativos					R\$ -				R\$ -
3.4.2.4	Elaborar especificação técnica e contratar consultor especializado para o desenvolvimento de dinâmicas e práticas pedagógicas no Parque e entorno					R\$ -				R\$ -
3.4.2.5	Articular ou orçar e adquirir materiais e equipamentos para implementação das dinâmicas e práticas pedagógicas estabelecidas				R\$ 3,000.00	R\$ 3,000.00				R\$ 3,000.00
3.4.2.6	Nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários para aplicação das dinâmicas e práticas pedagógicas estabelecidas					R\$ -				R\$ -
3.4.2.7	Atualizar e implementar anualmente o projeto “Qual o conhecimento que a população situada no entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann tem sobre esta Unidade de Conservação e sobre Educação Ambiental?”					R\$ -	R\$ 37,620.00	R\$ 37,620.00	R\$ 37,620.00	R\$ 112,860.00
3.4.2.8	Planejar a divulgação dos resultados do projeto nas escolas participantes e por meio de outros veículos concebidos no Plano Integrado de Comunicação					R\$ -	R\$ 30.00	R\$ 30.00	R\$ 30.00	R\$ 90.00
3.4.2.9	Organizar e promover um encontro anual com os professores e coordenadores educacionais das escolas para organização de um calendário de visitas e atividades e para proposição de ideias e projetos de educação ambiental					R\$ -	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 1,800.00
3.4.2.10	Definir temáticas, articular parceiros e compilar informações para o desenvolvimento de palestras no Parque e no entorno					R\$ -				R\$ -
3.4.2.11	Organizar e divulgar um calendário de palestras em conjunto com coordenadores e professores de escolas cadastradas e atores comunitários chave					R\$ -				R\$ -
3.4.2.12	Organizar e promover palestras em conjunto com coordenadores e professores de escolas cadastradas e atores comunitários chave					R\$ -				R\$ -
3.4.2.13	Manter atualizado o calendário da UC no site do Parque e dos colaboradores					R\$ -				R\$ -
	TOTAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3,000.00	R\$ 3,000.00	R\$ 38,250.00	R\$ 38,250.00	R\$ 38,250.00	R\$ 117,750.00

3.4 - PROGRAMA DE USO PÚBLICO										
Item	3.4.3 Subprograma de Eventos	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.4.3.1	Discutir e definir atribuições e responsáveis pelas demandas de gestão, coordenação e supervisão de eventos a serem realizados no Parque					R\$ -				R\$ -
3.4.3.2	Discutir e consolidar um protocolo de organização e promoção de eventos tendo em vista a ampliação do auditório e diversificação de usos e atividades nele desenvolvidas					R\$ -				R\$ -
3.4.3.3	protocolo de eventos tendo em vista a ampliação do auditório e diversificação de seus usos e atividades					R\$ -				R\$ -
3.4.3.4	Levantar linhas temáticas potenciais e públicos de interesse para a organização e promoção de cursos abertos, encontros/visitas técnicas e eventos corporativos no Parque					R\$ -				R\$ -
3.4.3.5	Mapear e articular fornecedores e parceiros estratégicos para o planejamento, organização e desenvolvimento de eventos temáticos no Parque				R\$ 175.00	R\$ 175.00	R\$ 350.00	R\$ 350.00	R\$ 350.00	R\$ 1,225.00
3.4.3.6	Elaborar e consolidar projetos específicos para a promoção de eventos temáticos no Parque					R\$ -				R\$ -
3.4.3.7	Operar e supervisionar os eventos realizados no Parque				R\$ 2,400.00	R\$ 2,400.00	R\$ 4,800.00	R\$ 4,800.00	R\$ 4,800.00	R\$ 16,800.00
3.4.3.8	Elaborar projeto, articular parceiros e mobilizar recursos para realização anual do Aniversário de Visitação do Parque					R\$ -				R\$ -
3.4.3.9	Organizar e promover anualmente o Aniversário de Visitação do Parque		R\$ 4,605.00		R\$ 4,605.00	R\$ 9,210.00	R\$ 4,605.00	R\$ 4,605.00	R\$ 4,605.00	R\$ 23,025.00
3.4.3.10	Consolidar e divulgar resultados e impactos anuais do Aniversário de Visitação do Parque		R\$ 970.00		R\$ 970.00	R\$ 1,940.00	R\$ 970.00	R\$ 970.00	R\$ 970.00	R\$ 4,850.00
TOTAL		R\$ -	R\$ 5,575.00	R\$ -	R\$ 8,150.00	R\$ 13,725.00	R\$ 10,725.00	R\$ 10,725.00	R\$ 10,725.00	R\$ 45,900.00

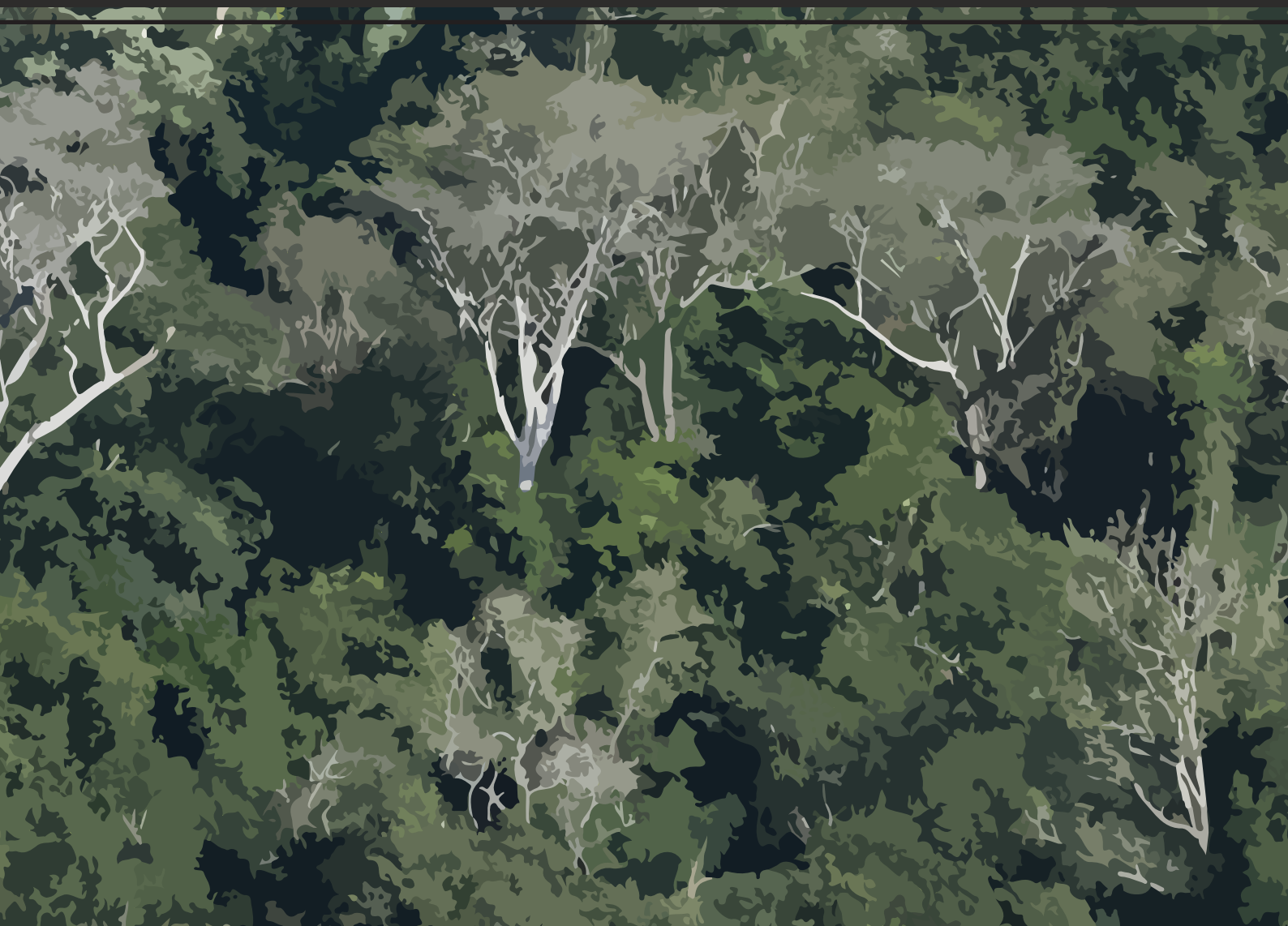
3.5 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COM O ENTORNO										
Item	3.5.1 Subprograma de Desenvolvimento Territorial Integrado	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.5.1.1	Atualizar o cadastro de dados socioeconômicos, fundiários e ambientais das propriedades das três comunidades do entorno do Parque			R\$ 4,000.00	R\$ 140.00	R\$ 4,140.00				R\$ 4,140.00
3.5.1.2	Cruzar e relacionar o cadastro atualizado das propriedades com os limites digitais articulados junto ao Projeto “Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda” desenvolvido pela EPAGRI					R\$ -	R\$ 1,000.00			R\$ 1,000.00
3.5.1.3	Desenvolver e contratar produção de cartilha sobre as normas da ZA e outras referências técnicas e ambientais relevantes para atividades ou práticas produtivas desenvolvidas no entorno				R\$ 3,500.00	R\$ 3,500.00				R\$ 3,500.00
3.5.1.4	Organizar e promover palestras periódicas para divulgação e esclarecimento às comunidades do entorno sobre as normas da ZA e outras referências técnicas e ambientais relevantes para atividades ou práticas produtivas desenvolvidas no entorno					R\$ -				R\$ -
3.5.1.5	Organizar e promover reuniões para debater aspectos de representatividade, funcionamento e sobreposição das associações comunitárias existentes no entorno e seus potenciais de integração com o Parque					R\$ -				R\$ -
3.5.1.6	Articular e promover a construção participativa de um projeto piloto para fortalecimento organizacional do associativismo no entorno, com formalização de parcerias e mobilização de recursos				R\$ 1,500.00	R\$ 1,500.00				R\$ 1,500.00
3.5.1.7	Implementar e monitorar projeto piloto para fortalecimento organizacional do associativismo no entorno e seus potenciais de integração/relacionamento com o Parque					R\$ -	R\$ 8,800.00		R\$ 2,800.00	R\$ 11,600.00
3.5.1.8	Classificar por ordem de prioridade ambiental as propriedades com despejo direto de efluentes domésticos em cursos d’água na ZA					R\$ -				R\$ -
3.5.1.9	Organizar e promover reuniões para debater problemas e soluções para tratamento de efluentes domésticos, identificar interessados e dimensionar a abrangência de um projeto piloto de adequação sanitária					R\$ -				R\$ -
3.5.1.10	Articular e promover a construção participativa de um projeto piloto para instalação de sistemas de tratamento de efluentes domésticos, com formalização de parcerias e mobilização de recursos				R\$ 6,000.00	R\$ 6,000.00				R\$ 6,000.00
3.5.1.11	Implementar e monitorar projeto piloto para instalação de sistemas de tratamento de efluentes domésticos nas propriedades selecionadas					R\$ -	R\$ 12,000.00	R\$ 21,603.33	R\$ 10,801.67	R\$ 44,405.00
3.5.1.12	Cruzar o mapeamento de déficit de APPs da ZA com os limites digitais de propriedades e identificar áreas prioritárias para cercamento e restauração florestal					R\$ -				R\$ -
3.5.1.13	Organizar e promover reunião para debater as obrigações de regularidade ambiental das propriedades, identificar interessados e dimensionar a abrangência de um projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs					R\$ -				R\$ -
3.5.1.14	Articular e promover a construção participativa de um projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs, com formalização de parcerias e mobilização de recursos					R\$ -				R\$ -
3.5.1.15	Implementar e monitorar projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs nas propriedades selecionadas					R\$ -	R\$ 18,489.00	R\$ 4,800.00	R\$ 4,800.00	R\$ 28,089.00
3.5.1.16	Cruzar o mapeamento de cobertura e uso do solo da ZA com os limites digitais de propriedades e identificar áreas potenciais para implementação de estratégias de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental					R\$ -				R\$ -
3.5.1.17	Organizar e promover reunião para debater instrumentos econômicos de valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental, identificar interessados e linhas de incentivo para projetos piloto					R\$ -				R\$ -
3.5.1.18	Articular e promover a construção participativa de projetos piloto de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental, com formalização de parcerias e mobilização de recursos				R\$ 70.00	R\$ 70.00				R\$ 70.00
3.5.1.19	Implementar e monitorar os projetos piloto de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental nas propriedades selecionadas					R\$ -				R\$ -
3.5.1.20	Acompanhar reuniões, implementação e monitoramento do Projeto Erva Mate					R\$ -				R\$ -
3.5.1.21	Cruzar o mapeamento de cobertura e uso do solo da ZA com o cadastro e limites digitais de propriedades e identificar áreas prioritárias para adequação ambiental de silvicultura na ZA					R\$ -				R\$ -
3.5.1.22	Organizar e promover reunião para debater critérios de adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo, identificar e cadastrar interessados para projeto piloto de silvicultura					R\$ -				R\$ -
3.5.1.23	Articular e promover a construção participativa de projetos piloto de silvicultura, com formalização de parcerias e mobilização de recursos					R\$ -				R\$ -
3.5.1.24	Implementar e monitorar os projetos piloto de silvicultura nas propriedades selecionadas					R\$ -				R\$ -
3.5.1.25	Cruzar o mapeamento de cobertura e uso do solo da ZA com o cadastro e limites digitais de propriedades e identificar produtores prioritários para adequação ambiental da bovinocultura de leite na ZA					R\$ -				R\$ -
3.5.1.26	Organizar e promover reunião para debater critérios de adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo, identificar e cadastrar interessados para projeto piloto de bovinocultura de leite					R\$ -				R\$ -
3.5.1.27	Organizar e promover reunião para debater critérios de adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo, identificar e cadastrar interessados para projeto piloto de bovinocultura de leite					R\$ -				R\$ -
3.5.1.28	Implementar e monitorar os projetos piloto de bovinocultura de leite nas propriedades selecionadas					R\$ -				R\$ -
3.5.1.29	Organizar e promover reunião para debater demandas de estruturação, capacitação e integração turística e cadastrar interessados para projeto piloto de roteirização de atrativos potenciais do entorno					R\$ -				R\$ -
3.5.1.30	Articular e promover a construção participativa de projetos piloto para estruturação e roteirização de atrativos turísticos potenciais do entorno, com formalização de parcerias e mobilização de recursos					R\$ -				R\$ -
3.5.1.31	Implementar e monitorar os projetos piloto para estruturação e roteirização de atrativos turísticos potenciais do entorno nas propriedades selecionadas					R\$ -				R\$ -
3.5.1.32	Consultar e debater com a PROJUR da FATMA sobre a viabilidade jurídica de criação de selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos ou serviços ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC					R\$ -				R\$ -
3.5.1.33	Articular ou elaborar especificação técnica e contratar criação e elaboração de manual de uso e aplicativo de um selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos, serviços e/ou propriedades ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC				R\$ 12,000.00	R\$ 12,000.00				R\$ 12,000.00
3.5.1.34	Patentear o selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos, serviços e/ou propriedade ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC					R\$ -				R\$ -
3.5.1.35	Definir e consolidar critérios ambientais e procedimentos de certificação e auditoria de produtos ou serviços amigáveis aos objetivos de conservação da UC					R\$ -				R\$ -
3.5.1.36	Definir atribuições e constituir comissão de certificação de produtos, serviços e/ou propriedades amigáveis aos objetivos de conservação da UC					R\$ -				R\$ -
3.5.1.37	Organizar e promover reunião para debater critérios, procedimentos e benefícios da certificação e cadastrar produtores interessados e produtos e serviços potenciais					R\$ -				R\$ -
3.5.1.38	Implementar e monitorar programa de certificação de produtos ou serviços amigáveis aos objetivos de conservação do Parque					R\$ -				R\$ -
3.5.1.39	Cadastrar com registro fotográfico os animais domésticos (cães e gatos) das propriedades lindeiras ao Parque					R\$ -				R\$ -
3.5.1.40	Realizar periodicamente o cruzamento do banco de dados fotográfico dos animais domésticos com outros monitoramentos para identificação de invasões recorrentes			R\$ 600.00	R\$ 600.00	R\$ 1,200.00	R\$ 1,200.00	R\$ 1,200.00	R\$ 1,200.00	R\$ 4,800.00
3.5.1.41	Promover contatos sistemáticos com os proprietários de animais domésticos com invasão recorrente, discutindo e avaliando medidas de mitigação					R\$ -				R\$ -
3.5.1.42	Articular parceria com o governo municipal e entidades locais de proteção dos animais, projetos e ações de conscientização dos proprietários, controle de zoonoses e castração dos animais domésticos nas propriedades lindeiras ao Parque e outras interessadas					R\$ -				R\$ -
3.5.1.43	Definir procedimentos e promover a divulgação de um programa de cadastramento de ataques da fauna nativa em cultivos e criações agropecuárias dentro da Zona de Amortecimento				R\$ 289.00	R\$ 289.00				R\$ 289.00
3.5.1.44	Cadastrar ocorrências de ataques da fauna nativa e promover visitas para fins de confirmação e armazenamento das informações				R\$ 70.00	R\$ 70.00	R\$ 140.00	R\$ 140.00	R\$ 140.00	R\$ 490.00
3.5.1.45	Organizar e promover reuniões individuais com os proprietários para identificação conjunta de alternativas e medidas de mitigação aos ataques recorrentes da fauna nativa dentro das práticas de produção adotadas					R\$ -	R\$ 140.00	R\$ 140.00	R\$ 140.00	R\$ 420.00
3.5.1.46	Articular aquisição do imageamento, elaborar especificação técnica e contratar mapeamento de uso do solo e cobertura florestal da ZA para análise da evolução em 2015					R\$ -			R\$ 8,000.00	R\$ 8,000.00
3.5.1.47	Extraír, avaliar e dimensionar sistematicamente os impactos dos projetos piloto e das ações de desenvolvimento territorial articuladas/promovidas pelo Parque nas comunidades do entorno					R\$ -	R\$ 4,000.00	R\$ 4,000.00	R\$ 4,000.00	R\$ 12,000.00
3.5.1.48	Divulgar anualmente resultados e impactos dos projetos piloto e das ações de desenvolvimento territorial articuladas ou promovidas pelo Parque nas comunidades do entorno					R\$ -	R\$ 1,000.00	R\$ 1,000.00	R\$ 1,000.00	R\$ 3,000.00
TOTAL		R\$ -	R\$ -	R\$ 4,600.00	R\$ 24,169.00	R\$ 28,769.00	R\$ 46,769.00	R\$ 32,883.33	R\$ 32,881.67	R\$ 141,303.00

3.5 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COM O ENTORNO										
Item	3.5.2 Subprograma Envolvimento Comunitário	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/ANO (R\$,00)								
		ANO I / semestres		ANO II / semestres		TOTAL ANOS I e II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
		I	II	I	II					
3.5.2.1	Elaborar e atualizar periodicamente um calendário de eventos comunitários do entorno					R\$ -				R\$ -
3.5.2.2	Avaliar e identificar interesses de participação do Parque e potenciais de sinergia com os eventos comunitários identificados					R\$ -				R\$ -
3.5.2.3	Promover reunião com organizadores dos eventos de interesse para discutir possibilidades de apoio e participação					R\$ -				R\$ -
3.5.2.4	Articular, promover e registrar a participação e apoio do Parque aos eventos comunitários de interesse	R\$ 52.50	R\$ 1,052.50	R\$ 52.50	R\$ 1,052.50	R\$ 2,210.00	R\$ 1,105.00	R\$ 1,105.00	R\$ 1,105.00	R\$ 5,525.00
3.5.2.5	Organizar e promover reuniões com as associações comunitárias e professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini para a organização das atividades nas edições anuais do Aniversário de Visitação do Parque					R\$ -				R\$ -
3.5.2.6	Organizar e promover reuniões com professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini para debater a criação e distribuição de um boletim informativo periódico do Parque e das comunidades do entorno					R\$ -				R\$ -
3.5.2.7	Divulgar e promover concurso para seleção do nome do boletim informativo periódico do Parque e das comunidades do entorno				R\$ 1,200.00	R\$ 1,200.00				R\$ 1,200.00
3.5.2.8	Definir atribuições e responsáveis para seleção de informações, iniciativas e curiosidades do Parque e das comunidades, diagramação, editoração e distribuição do boletim informativo					R\$ -				R\$ -
3.5.2.9	Elaborar boneco, definir periodicidade, dimensionar tiragem e impacto do boletim e articular apoiadores e financiadores para impressão periódica					R\$ -				R\$ -
3.5.2.10	Reunir responsáveis, elaborar e distribuir periodicamente o boletim informativo do Parque e das comunidades do entorno					R\$ -	R\$ 400.00	R\$ 400.00	R\$ 400.00	R\$ 1,200.00
3.5.2.11	Organizar e elaborar questionários obre a percepção da sociedade sobre o Parque para as edições anuais do Aniversário de Visitação do Parque		R\$ 135.00			R\$ 135.00	R\$ 135.00	R\$ 135.00	R\$ 135.00	R\$ 540.00
3.5.2.12	Sistematizar e avaliar os resultados do questionário sobre a percepção da sociedade sobre o Parque		R\$ 250.00		R\$ 250.00	R\$ 500.00	R\$ 500.00	R\$ 500.00	R\$ 500.00	R\$ 2,000.00
TOTAL		R\$ 52.50	R\$ 1,437.50	R\$ 52.50	R\$ 2,502.50	R\$ 4,045.00	R\$ 2,140.00	R\$ 2,140.00	R\$ 2,140.00	R\$ 10,465.00

DESPESAS CORRENTES					
Item	Especificação	Unidade	Qtd.	Valor unt.	Subtotal
Gás P45	gás de cozinha duração aproximada de 4 meses	semestral	3	R\$ 185.00	R\$ 555.00
Alimentação	compra básica de mercado	mês	12	R\$ 800.00	R\$ 9,600.00
Deslocamento	combustível - ida e volta do parque mais deslocamentos no entorno 185 litros /mês = 2220 ao ano	litros/ano	2220	R\$ 3.50	R\$ 7,770.00
Internet	Provedor	mês	12	R\$ 120.00	R\$ 1,440.00
Telefone	Média de plano básico sem internet	mês	12	R\$ 60.00	R\$ 720.00
Filtros para os purificadores	Troca de filtros para os filtros e purificadores, externos e internos, de água	anual	2	R\$ 450.00	R\$ 900.00
Seguro de vida	Item de obrigação da empresa contratante, no caso, a ECOPEF é a responsável por este pagamento para cada pessoa/funcionário contratado: R\$15 por pessoa x 12 x 9 (5 da ECOPEF+adelar+ 3 estagiários	ano	108	R\$ 15.00	R\$ 1,620.00
Limpeza do CV e ajardinamento externo (trilhas e jardim)	Contrato terceirizado - cálculo utilizado: custo mensal de 2014 X 5 considerando o aumento da equipe , de público e as novas células (administrativa, conhecimento e alojamento) +	ano	60	R\$ 1,850.00	R\$ 111,000.00
Manutenções em geral	Reposição/reparo de materiais em geral do CV, serviços elétricos e hidráulicos	anual	variável		R\$ 2,500.00
Manutenção do Veículo	Manutenções necessárias para o bom funcionamento do veículo, considerando a depreciação do mesmo: lavagem mensal + troca de óleo	anual	variável		R\$ 6,000.00
Pneus para o veículo	Troca e geometria	anual	4	R\$ 400.00	R\$ 1,600.00
Recarga de extintores		anual	4	R\$ 60.00	R\$ 240.00
Taxa de licença - Anatel	Autorização para Radio frequência	anual	1	R\$ 100.00	R\$ 100.00
Produtos de higiene e limpeza	Papel Higiênico e toalha, sabonete líquido, desinfetante, ... (considerado o dobro do uso atual (2013/2014)	anual	variável		R\$ 1,000.00
Taxa de Manutenção do site do Parque		semestral	2	120.00	R\$ 240.00
Subtotal					R\$ 145,285.00
Material de escritório					
Resma de papel	papel sulfite A4 75grs com 500	ano	10	R\$ 15.00	R\$ 150.00
Tonner para impressora		ano	4	R\$ 120.00	R\$ 480.00
Cartucho para impressora		ano	8	R\$ 35.00	R\$ 280.00
Caneta esferográfica	caixa com 50 canetas	ano	3	R\$ 40.00	R\$ 120.00
Caneta para quadro branco	caixa com 4 cores	ano	2	R\$ 25.00	R\$ 50.00
Clipes	caixa com 500	ano	2	R\$ 10.00	R\$ 20.00
Grampos	caixa com 5000 grampos	ano	3	R\$ 4.00	R\$ 12.00
Manutenções de equipamentos	Manutenções, instalações e formatação de computadores/notebooks	ano	variável		R\$ 1,200.00
Subtotal					R\$ 2,312.00
Total					R\$ 147,597.00



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

_____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta os artigos da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998. Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.

_____. Lei Complementar nº140, de 08 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

_____. Lei nº15.133, de 19 de janeiro de 2010. Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (CONSEMA). Resolução nº 08, de 14 de novembro de 2012. Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras no estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

_____. Resolução nº 13, de 23 de janeiro de 2013. Aprova a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental passíveis de licenciamento ambiental no estado de Santa Catarina e a indicação do competente estudo ambiental para fins de licenciamento.

_____. Resolução nº 15, de 25 de janeiro de 2013. Reconhece e dá publicidade à atribuição dos municípios para o exercício do Licenciamento Ambiental de atividades com impacto ambiental local, suinocultura e avicultura.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.

_____. Resolução nº 334, de 3 de abril de 2003. Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

_____. Resolução nº 13, de 06 de dezembro de 1990. Dispõe sobre normas referentes ao entorno das UCs.

_____. Resolução nº 428, de 17 dezembro de 2010. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do Artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA, e dá outras providências.

HERMES-SILVA. E. As transformações do território a partir dos processos de criação e planejamento do Parque Estadual Fritz Plaumann (Concórdia/SC). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Roteiro metodológico para o planejamento de unidades de conservação de uso indireto. Brasília: MMA/IBAMA, 1996.

_____. Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília: MMA/IBAMA, 2002.

_____. Instrução Normativa nº 193, de 02 de outubro de 2008. Estabelece normas de pesca para o período de defeso na área de abrangência da bacia.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Instrução Especial nº 20, de 28 de maio de 1980. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980.

_____. Instrução nº17/b, de 22 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o parcelamento de imóveis rurais.

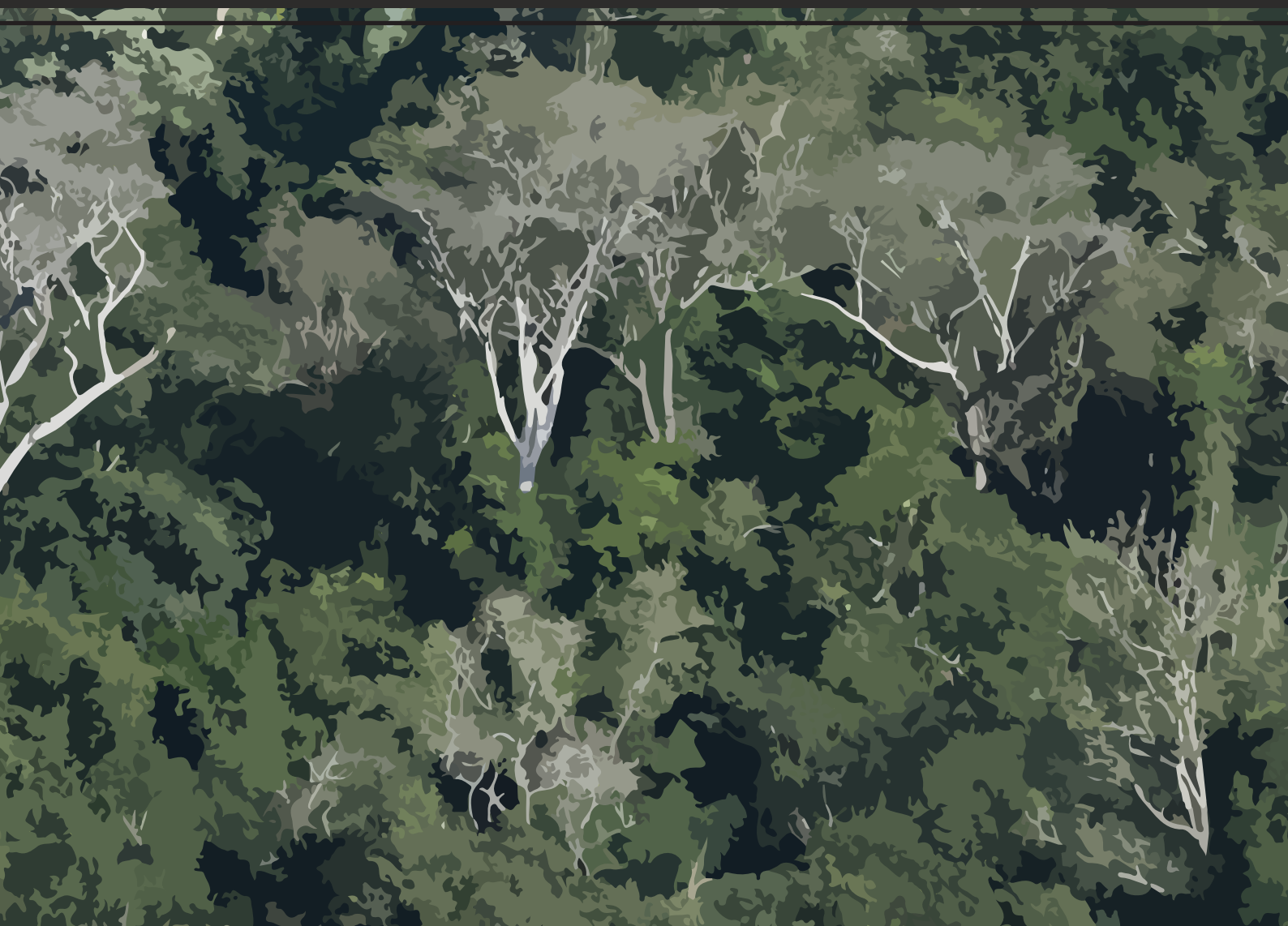
SANTA CATARINA. Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

_____. Decreto 14.250, de 5 de junho de 1981. Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, referentes à proteção e à melhoria da qualidade ambiental.

SOCIOAMBIENTAL Consultores Associados Ltda. Plano de Manejo da Estação Ecológica Barra dos Queimados. Florianópolis/SC, 2001. Documento interno.

_____. Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann. Florianópolis/SC. 217 p, 2003.

ANEXOS



Anexo I: RELAÇÕES DE INGREDIENTES ATIVOS DE AGROTÓXICOS, DOMISSANITÁRIOS E PRESERVANTES DE MADEIRA QUE, ATUALMENTE, NÃO POSSUEM AUTORIZAÇÃO DE USO NO BRASIL (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA).

A	A03 – Acetato de Dinoseb A09 – Aldrin A10 – Aloxidim A13 – Azinfós-Etílico A17 – Ácido Indolil Acético A25 – Anidrido Naftálico A28 – Azafenidina	B	B02 – Benomil B04 – BHC B05 – Bifenoxi B06 – Binapacril B13 – Bromofós-etílico B18 – Butacloro B21 – Butilato B23 – Bensulide
C	C01 – Captafol C04 – Carbofenotiona C11 – Clorambem C14 – Clorfenvinfós C16 – Clorobenzilato C27 – Cihexatina C28 – Clorprofan C42 – Cifenoquina (Racêmico)	D	D01 – 2,4DB D02 – Dalapon D05 – DEF D07 – DDT D08 – Demetom-S-metílico D09 – Dialifós D15 – Dicrotofos D16 – Difenamida D20 – Dinoseb D28 – Diclobenil D30 – Diclobutrazol
E	E03 – Endrin E10 – EPTC E12 – Etidimuron E13 – Etrinfos E14 – Etiofencarb E15 – Estreptomicina	F	F06 – Fensulfotona F11 – Flucitrinato F16 – Formotiom F19 – Fosfamidona F27 – Fenmedifan F30 – Fyomone F52 – Fenogrego
G	G04 – Guazatina	H	H01 – Heptacloro H06 – Haloxifope-metílico
I	I01 – IBP I06 – Isoprocarbe I07 – Isoxationa I11 – Isourom I14 – Isazofós	J	L01 – Lindano
K	K01 – Karbutilate	M	M03 – Manebe M07 – Merfos M08 – Metalaxil M10 – Metamidofós M18 – Metoxicloro M22 – Monocrotofos M41 – Macex M42 – Metil eugenol
N	N03 – Nitratin N04 – Norflurazona N06 – Naptalam	O	O03 – Ometoato O11 – Oxitetraciclina O12 – Oxamil O13 – Oxadixil

P	P02 – Paration P04 – Pebulato P08 – Piracarbólida P14 – Prometon P25 – Prime P28 – Piridato P37 – Pirifenoxi P44 – Pentaclorofenol	Q	Q03 – Quinalfos
S	S04 – Sulprofós	T	T03 – TCA T07 – Terbacila T15 – Tiometona T20 – Triciclo-hexil-estanho T21 – Triclorfom T26 – Tiocarbazil T35 – Tiamina T44 – Tolclófós-metilico
V	V01 – Vamidotiona V02 – Vernolato V04 – Vinclozolina	Z	Z01 – Zineb Z02 – Ziram

Fonte: ANVISA, consultado em julho 2013 e disponível em:

<<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Agrotoxicos+e+Toxicologia/Assuntos+de+Interesse/Monografias+de+Agrotoxicos/Monografias+Excluidas>>

Anexo II: LISTAGEM DAS ATIVIDADES CONSIDERADAS POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL COM IMPACTO LOCAL E RESPECTIVOS ESTUDOS AMBIENTAIS
(Resolução CONSEMA Nº 13/2013)

ATIVIDADE	POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR	PORTE
01 - ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS		
01.12.01 – Pomares e cultivo de palmáceas e musáceas	Ar: Pequeno; Água: Médio; Solo: Médio; Geral: Médio	30 <= AU <= 50: pequeno (RAP) 50 < AU < 200: médio (RAP) AU >= 200: grande (RAP)
01.35.00 – Florestamento e reflorestamento de essências arbóreas	Ar: Pequeno; Água: Pequeno; Solo: Médio; Geral: Médio	50 <= AU <= (100): pequeno (EAS) 100 < AU < 1.000: médio (EAS) AU >= 1.000: grande (EIA)
01.51.00 - Criação de animais confinados de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.)	Ar: Pequeno; Água: Médio; Solo: Pequeno; Geral: Médio	100 <= CmáxC <= 500: pequeno (RAP) 500 < CmáxC < 1000: médio (RAP) CmáxC >= 1000: grande (RAP)
01.52.00 - Criação de animais confinados de médio porte (ovinos, caprinos, etc.)	Ar: Pequeno; Água: Pequeno; Solo: Pequeno; Geral: Pequeno	500 <= NC <= 900: pequeno (RAP) 900 < NC < 2000: médio (RAP) NC >= 2000: grande (RAP)
01.70.00 - Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura)	Ar: Pequeno; Água: Médio; Solo: Pequeno; Geral: Médio	12.000 <= CmáxC <= 36.000: pequeno (RAP) 36.000 < CmáxC < 60.000: médio (RAP) CmáxC >= 60.000: grande (RAP)
01.70.02 – Uso Múltiplo da Pequena Propriedade Rural (contendo mais de uma atividade passível de licenciamento ambiental)	Ar: Pequeno; Água: Pequeno; Solo: Pequeno; Geral: Pequeno	AU <= 30: pequeno (RAP)
01.70.10 - Criação de animais confinados de pequeno porte	Ar: Pequeno; Água: Médio; Solo: Pequeno; Geral: Médio	12.000 <= CmáxC <= 36.000: pequeno (RAP) 36.000 < CmáxC < 60.000: médio (RAP) CmáxC >= 60.000: grande (RAP)
15 - INDÚSTRIA DE MADEIRA		
15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira	Ar: Pequeno; Água: Pequeno; Solo: Pequeno; Geral: Pequeno	0,1 <= AU <= 3: pequeno (RAP) AU >= 8: grande (RAP) Os demais: médio (RAP)
15.11.00 - Desdobramento secundário de madeiras - exclusive serrarias	Ar: Pequeno; Água: Pequeno; Solo: Pequeno; Geral: Pequeno	3.000 <= AE <= 5.000: pequeno (RAP) 5.000 < AE < 8.000: médio (RAP) AE >= 8.000: grande (RAP)
26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES		
26.50.20 Abate de animais de pequeno porte (aves, rãs, coelhos, etc.) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal	Ar: Médio; Água: Médio; Solo: Médio; Geral: Médio	CmáxA <= 15.000: pequeno (RAP) 5.000 < CmáxA < 150.000: médio (EAS) CmáxA >= 150.000: grande (EAS)

26.70.00 - Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios	Ar: Pequeno; Água: Grande; Solo: Pequeno; Geral: Grande	0,02 <= AU <= 1: pequeno (RAP) 1 < AU < 5: médio (RAP) AU >= 5: grande (EAS)
26.70.10 - Resfriamento e distribuição de leite	Ar: Pequeno; Água: Médio; Solo: Pequeno; Geral: Médio	0,01 <= AU <= 0,2: pequeno (RAP) 0,2 < AU < 1,0: médio (RAP) AU >= 1: grande (RAP)
71 - ATIVIDADES DIVERSAS		
71.11.04 - Empreendimentos turísticos sustentáveis com área útil da propriedade superior a 02 (dois) hectares, localizados em áreas rurais de municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor e/ou zoneamento Municipal que normatize a ocupação e uso do solo rural; b) não exista sistema de coleta de lixo na área objeto da atividade; c) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	Ar: Pequeno; Água: Médio; Solo: Médio; Geral: Médio	Porte 1<NL<50: pequeno (RAP) 50 <= NL <= 200: médio (EAS ou EIA, se a área útil da propriedade for superior a 100 ha) AU > 200: grande (EIA)

Sendo a legenda:

NC	Número de cabeças
AU	Área útil (hectares) - área total usada pelo empreendimento, incluindo-se a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: estocagem, depósito, energia, etc.).
AE	Área edificada (m ²)
NL	Número de leitões
RAP ²⁶	Relatório Ambiental Prévio
EAS	Estudo Ambiental Simplificado
CmáxC	Capacidade máxima de cabeças
CmáxA	Capacidade máxima de abate
EIA	Estudo de Impacto Ambiental

²⁶ Deverá cumprir com o estabelecido e especificado na Resolução do CONSEMA nº 001/2006.

Anexo III: MATRIZ DE ATIVIDADES E AÇÕES GERENCIAIS GERAIS

AEI / SUBPROGRAMA	ATIVIDADE / AÇÃO	CARÁTER		PLANO OPERACIONAL	ESTADO			OBS.
		PONTUAL	CONTÍNUO		PENDENTE	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDA	
2.3.1 Centro de Visitantes	2.3.1.1. Planejar e reordenar os espaços de uso administrativo para adequada locação e trabalho dos funcionários da FATMA e colaboradores em atividade no Parque.	X						
	2.3.1.2. Orçar, adquirir e instalar mobiliário complementar para adequada locação e trabalho dos funcionários da FATMA e colaboradores em atividade no Parque.	X						
	2.3.1.3. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto de ambientação e usos múltiplos da nova sala de exposições.	X						
	2.3.1.4. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo de reforma do Centro de Visitantes.	X						
	2.3.1.5. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de reforma do Centro de Visitantes.	X						
	2.3.1.6. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de ambientação e usos múltiplos da nova sala de exposições do Parque.	X						
	2.3.1.7. Elaborar especificação técnica, orçar, adquirir e supervisionar a instalação dos equipamentos e mobiliários para o novo auditório do Centro de Visitantes.	X						
	2.3.1.8. Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para exploração comercial do auditório do Centro de Visitantes para eventos temáticos e corporativos.	X						
	2.3.1.9. Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para exploração comercial da loja de souvenirs do Parque.	X						
2.3.2 Trilha do Lajeado Cruzeiro	2.3.2.1. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a elaboração do projeto de ações emergenciais de correção e adequação da trilha.	X						
2.3.3 Trilha das Marrequinhas	2.3.2.2. Elaborar especificação técnica e contratar a execução do projeto de ações emergenciais de correção e adequação da trilha.	X						
	2.3.3.1. Planejar e executar ações emergenciais de manutenção da trilha e das estruturas de madeira, incluindo aplicação de antiderrapante no piso.	X						
2.3.4 Trilha do Mirante	2.3.3.2. Realizar manutenção simples das placas interpretativas, orientadoras e de advertência da trilha.	X						
	2.3.4.1. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a elaboração do projeto executivo de adequação da trilha, com redefinição do traçado, correção de piso, de degraus, drenagens e estruturas de apoio e facilitação.	X						
2.3.5 Trilha da Canafístula	2.3.4.2. Elaborar especificação técnica e contratar a execução do projeto de adequação da trilha, com redefinição do traçado, correção de piso, degraus e drenagem e estruturas de apoio e facilitação.	X						
	2.3.5.1. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto de adequação da trilha, com correção de piso, degraus, drenagem e estruturas de apoio e facilitação.	X						
2.3.6 Área de lanche ao ar livre	2.3.5.2. Elaborar especificação técnica e contratar a execução do projeto de adequação da trilha, com correção de piso, degraus, drenagem e estruturas de apoio e facilitação.	X						
	2.3.6.1. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto de reforma e adequação da área de lanche ao ar livre.	X						
2.3.7 Mirante do Centro de Visitantes	2.3.6.2. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de reforma e adequação da área de lanche ao ar livre.	X						
	2.3.7.1. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação do mirante do Centro de Visitantes.	X						
2.3.8 Células de Administração, Alojamento e Conhecimento	2.3.7.2. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção do Mirante do Centro de Visitantes e estruturas de acesso e facilitação.	X						
	2.3.8.1. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.	X						
	2.3.8.2. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção das Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.	X						
2.3.9 Complexo Náutico	2.3.8.3. Elaborar especificação técnica, orçar, adquirir e supervisionar a instalação dos equipamentos e mobiliários para as Células de Administração, Alojamento e Conhecimento.	X						
	2.3.9.1. Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) do aluguel de caiaque, pedalinho e/ou floating no interior do Parque.	X						
	2.3.9.2. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo de construção do trapiche para embarcações no Parque.	X						
	2.3.9.3. Articular e providenciar análise e aprovação do projeto executivo para implantação do trapiche no Consórcio Itá e demais órgãos pertinentes.	X						
	2.3.9.4. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto executivo para implantação do trapiche.	X						
	2.3.9.5. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo de construção da garagem náutica do Parque.	X						
2.3.10 Estrada de acesso e portaria	2.3.9.6. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção da garagem náutica.	X						
	2.3.10.1. Dimensionar e supervisionar a implantação de melhorias no sistema de manejo de águas pluviais e na pavimentação da estrada interna de acesso ao CV.	X						
23.3.11 Trilha das Marrequinhas II	2.3.10.2. Articular e acompanhar a retirada da placa do Consórcio Itá da entrada do Parque.	X						
	2.3.11.1. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação da Trilha das Marrequinhas II.	X						
2.3.12 Circuito de Arvorismo	2.3.11.2. Elaborar especificação técnica, executar e supervisionar o projeto para implantação da Trilha das Marrequinhas II.	X						
	2.3.12.1. Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para implantação do circuito de arvorismo no Parque.	X						
	2.3.12.2. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação do circuito de arvorismo.	X						
	2.3.12.3. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção do circuito de arvorismo.	X						
2.3.13 Caminhada Esportiva	2.3.13.1. Articular ou contratar pesquisa de opinião pública sobre a atratividade e programa de necessidades para implantação da caminhada esportiva no Parque.	X						
	2.3.13.2. Elaborar Especificação Técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação da pista de caminhada esportiva e estruturas complementares.	X						
2.3.14 Tiroleza	2.3.13.3. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de implantação da pista de caminhada esportiva.	X						
	2.3.14.1. Articular ou contratar estudo de viabilidade econômica e financeira (EVEF) para implantação e operacionalização da Tiroleza no Parque.	X						
	2.3.14.2. Apresentar o EVEF ao Consórcio Itá e realizar consulta prévia de viabilidade da utilização de área na margem oposta do lago que deverá receber parte das estruturas previstas para a Tiroleza.	X						
	2.3.14.3. Elaborar especificação técnica e contratar a atualização do projeto executivo para implantação da Tiroleza.	X						
	2.3.14.4. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto de construção da Tiroleza.	X						
2.3.15 Trilha da Ponta Norte	2.3.15.1. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação da Trilha da Ponta Norte.	X						
	2.3.15.2. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto da Trilha da Ponta Norte.	X						
3.1.1 Subprograma de Administração	3.1.1.1. Elaborar e divulgar nas instâncias de gestão e cooperação do Parque um cronograma anual de visitas técnicas do chefe em exercício da UC lotado em Florianópolis.	X						
	3.1.1.2. Articular e viabilizar a nomeação e nivelamento básico dos funcionários da FATMA e lotados no Parque por meio do Concurso 001/FATMA/2011.	X						
	3.1.1.3. Realizar o mapeamento das competências requeridas e desenho das atribuições dos funcionários da FATMA e lotados no Parque.	X						
	3.1.1.4. Regularizar e oficializar o trabalho dos colaboradores em operação no Parque por intermédio de instrumento legal.	X						
	3.1.1.5. Organizar e realizar nivelamento e sensibilização de todos os colaboradores em operação do Parque como preparação para a recepção dos funcionários da FATMA que comporão a Unidade de Gestão lotada na UC.	X						
	3.1.1.6. Organizar e realizar evento de integração entre funcionários da FATMA e colaboradores em operação no Parque.	X						
	3.1.1.7. Organizar e promover oficinas de fortalecimento da estrutura organizacional do Conselho Consultivo.		X					
	3.1.1.8. Definir e descrever o perfil adequado e necessário ao desempenho das atribuições dos conselheiros e submeter para avaliação e aprovação do Conselho Consultivo do Parque.	X						
	3.1.1.9. Elaborar e manter em acervo um Kit de boas-vindas como material versátil de acolhimento e nivelamento dos representantes do Conselho Consultivo.	X						
	3.1.1.10. Promover reunião para discutir alternativas e propor um plano de ação para valorização do trabalho dos conselheiros nas entidades que representam.	X						
	3.1.1.11. Organizar calendário anual e promover reuniões itinerantes do Conselho Consultivo nas entidades representadas.		X					
	3.1.1.12. Estimular a criação e acompanhar o funcionamento de Grupos de Trabalho e/ou Câmaras Técnicas do Conselho Consultivo, conforme perfil dos conselheiros e demandas estratégicas dos Subprogramas de Manejo.		X					
	3.1.1.13. Propor a criação de calendário e conteúdo programático e promover minicursos ou palestras continuadas de autocapacitação dos membros do Conselho Consultivo.		X					
	3.1.1.14. Elaborar e executar Planos Operacionais (PO) para implementação e monitoramento das ações gerenciais gerais e atividades estratégicas previstas no Plano de Manejo Fase II.		X					
	3.1.1.15. Mapear e sistematizar editais de demanda espontânea e induzida, investidores públicos e privados e outras fontes de recursos para implementação do Plano de Manejo.		X					
	3.1.1.16. Articular e/ou contratar consultoria para a elaboração de um manual de uso e aplicativos da marca do Parque.	X						
	3.1.1.17. Organizar, promover e registrar reuniões periódicas para definição de estratégias de mobilização de recursos e de identificação de parceiros para suprir as demandas dos Planos Operacionais.		X					
	3.1.1.18. Discriminar despesas correntes, estimar rubricas passíveis de financiamento governamental e articular criação oficial de dotação orçamentária do Parque para implementação do Plano de Manejo.		X					
	3.1.1.19. Organizar, promover e registrar dinâmicas de elaboração de projetos, por meio de grupos de trabalho, para suprir as demandas dos Planos Operacionais.		X					
	3.1.1.20. Elaborar e publicar editais de concessão e/ou terceirização de bens e serviços especificados nas Áreas Estratégicas e Subprogramas de Manejo.		X					
	3.1.1.21. Estabelecer e supervisionar os contratos de concessão e terceirização de bens e serviços do Parque.		X					
	3.1.1.22. Promover o gerenciamento financeiro da implementação do Plano de Manejo, com prestação de contas e publicação periódica dos dados, levando em consideração a diversificação das fontes de recursos disponíveis e acessados.		X					
	3.1.1.23. Organizar, promover e registrar reuniões periódicas de Avaliação e Monitoramento da implementação do Plano de Manejo por meio dos Planos Operacionais elaborados e em andamento.		X					
	3.1.1.24. Organizar e promover, em contratações ou parcerias, treinamentos e capacitações temáticas para o desenvolvimento de competências necessárias para implementação do Plano de Manejo.		X					
3.1.2 Subprograma de Infraestruturas e Equipamentos	3.1.2.1. Elaborar especificação técnica e contratar serviço terceirizado de limpeza das edificações de uso público e administrativas do Parque.	X						
	3.1.2.2. Supervisionar o serviço de limpeza das edificações de uso público e administrativas do Parque.		X					
	3.1.2.3. Providenciar a correção do Decreto nº 797, de 24 de setembro de 2005, e a publicação de novo decreto de alteração dos limites do Parque.	X						
	3.1.2.4. Acompanhar a retificação das matrículas do Parque e da propriedade confrontante na TRACTEBEL Energia.	X						
	3.1.2.5. Articular ou contratar a elaboração de laudos periódicos de avaliação técnica das estruturas em madeira das trilhas já consolidadas do Parque.		X					
	3.1.2.6. Articular na FATMA e com parceiros ou orçar e adquirir veículo complementar do Parque para implementação do Plano de Manejo.	X						
	3.1.2.7. Elaborar e orçar e projeto(s) de implantação, ampliação e melhoria do sistema de comunicação do Parque (telefonia, rádio e internet).	X						
	3.1.2.8. Executar e supervisionar projeto de implantação da telefonia fixa e sistema VOIP.	X						
	3.1.2.9. Executar e supervisionar projeto de ampliação da cobertura, transferência e melhoria do sistema de rádio comunicação sobre o Parque e Zona de Amortecimento.	X						
	3.1.2.10. Executar e supervisionar projeto de melhoria da capacidade, transferência e melhoria da internet via rádio no Parque.	X						
	3.1.2.11. Elaborar especificação técnica e contratar a elaboração do projeto executivo para implantação de sistema subterrâneo de abastecimento e distribuição de energia e de melhoria do sistema de aterramento.	X						
	3.1.2.12. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto para implantação de sistema subterrâneo de abastecimento e distribuição de energia e de melhoria do sistema de aterramento.	X						
	3.1.2.13. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar estudo para definição da vazão ecológica do lajeado da Canafístula, da atual consumo mensal de água do Parque e da projeção do aumento de consumo de acordo com a ampliação das estruturas e de usuários.	X						
	3.1.2.14. Promover discussão para identificar alternativas para ampliação do sistema de abastecimento de água do Parque.	X						
	3.1.2.15. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a elaboração e execução de projeto para ampliação do sistema de abastecimento de água do Parque.	X						
	3.1.2.16. Elaborar especificação técnica e contratar elaboração do novo projeto do sistema de sinalização interna e externa do Parque.	X						
	3.1.2.17. Elaborar especificação técnica e contratar a confecção e instalação do novo sistema de sinalização interna e externa do Parque.	X						
	3.1.2.18. Elaborar especificação técnica e contratar elaboração de projeto para implantação de cerca e aceiro nos limites secos do Parque.	X						
	3.1.2.19. Elaborar especificação técnica, contratar e supervisionar a execução do projeto para implantação de cerca e aceiro nos limites secos do Parque.	X						
	3.1.2.20. Orçar, adquirir e implantar cancelas na estrada que corta a ponta norte do Parque.	X						
	3.1.2.21. Definir procedimentos de atualização, controle e manutenção patrimonial periódica e preventiva do Parque.	X						
	3.1.2.22. Promover o registro e controle do fluxo de materiais e equipamentos do Parque.		X					

AEI / SUBPROGRAMA	ATIVIDADE / AÇÃO	CARÁTER		PLANO OPERACIONAL	ESTADO			OBS.
		PONTUAL	CONTÍNUO		PENDENTE	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDA	
3.1.3 Subprograma de Relações Públicas e Institucionais	3.1.2.23. Estabelecer e desenvolver mecanismos e/ou rotinas para manutenção dos bens patrimoniais do Parque.		X					
	3.1.3.1. Planejar e conceber um Plano Integrado de Comunicação do Parque com base nas demandas de Implementação dos Subprogramas do Plano de Manejo Fase II.	X						
	3.1.3.2. Definir responsáveis e atribuições executivas do Plano Integrado de Comunicação do Parque.	X						
	3.1.3.3. Operacionalizar e supervisionar o Plano Integrado de Comunicação do Parque.		X					
	3.1.3.4. Aprimorar e supervisionar o Programa de Estágio do Parque para apoio à implementação do Plano de Manejo Fase II e formação técnica e profissional de estudantes.		X					
	3.1.3.5. Ampliar, manter e supervisionar o Programa de Voluntariado do Parque para apoio à implementação do Plano de Manejo e fortalecimento do exercício de cidadania.		X					
	3.1.3.6. Promover o mapeamento sistemático de entidades e iniciativas ou projetos de interesse para a implementação do Plano de Manejo Fase II.		X					
	3.1.3.7. Promover o mapeamento sistemático e a participação de representantes do Parque em eventos externos de interesse para a implementação do Plano de Manejo Fase II.		X					
	3.1.3.8. Articular a disponibilização dos resultados do Projeto Filó desenvolvido em parceria pela EMBRAPA, EPAGRI, ECOPEF e Instituto Federal no entorno do Parque.	X						
	3.1.3.9. Articular a disponibilização dos resultados do Projeto “Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda” desenvolvido pela EPAGRI no entorno do Parque.	X						
	3.1.3.10. Acompanhar a elaboração e implementação do Plano Diretor Rural Sustentável de Concórdia.		X					
	3.1.3.11. Acompanhar e integrar a execução da Fase II do Projeto Águas do Oeste Catarinense.		X					
	3.1.3.12. Acompanhar as discussões e ações do planejamento e implementação do asfaltamento da estrada de acesso ao Parque e/ou comunidade de Sede Brum.		X					
	3.1.3.13. Acompanhar as discussões e ações do planejamento e implementação do Roteiro Turístico Integrado Itá-Seara-Concórdia.		X					
	3.1.3.14. Acompanhar as discussões e ações do Projeto de Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto do município de Concórdia e sensibilizar atores estratégicos para dar celeridade ao processo.		X					
	3.1.3.15. Promover campanha pública para coleta do lixo da foz do rio dos Queimados.	X						
	3.1.3.16. Articular, estabelecer e formalizar um protocolo de comunicação com o Posto Avançado de Controle Ambiental da FATMA em Concórdia (PACAM/FATMA) para apoio na fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento.	X						
	3.1.3.17. Articular, estabelecer e formalizar um protocolo de comunicação com o 3º Grupamento de Polícia Militar Ambiental (Concórdia e região) para fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento.		X					
	3.1.3.18. Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com o 3º Grupamento de Polícia Militar Ambiental (Concórdia e região) para fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento.	X						
	3.1.3.19. Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com o Horto do Consórcio Itá para apoio nos Subprogramas de Pesquisa, Manejo de Recursos e Integração com o Entorno.	X						
	3.1.3.20. Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com o Museu Entomológico Fritz Plaumann para integração turística e científica.	X						
	3.1.3.21. Articular, estabelecer e formalizar um convênio ou instrumento de cooperação equivalente com a Prefeitura Municipal de Concórdia para abertura, fechamento e manutenção de estradas estratégicas para o Parque.	X						
	3.1.3.22. Fortalecer intercâmbios ou troca de experiências e informações com Unidades de Conservação e Reservas Indígenas colocalizadas.		X					
	3.1.3.23. Estabelecer e implementar estratégias de relacionamento e fidelização de parceiros, financiadores e colaboradores do Parque.		X					
3.2.1 Subprograma de Gestão do Conhecimento	3.2.1.1. Discutir e definir atribuições e responsáveis pelas demandas de gestão do conhecimento do Parque.	x						
	3.2.1.2. Compilar, com os pesquisadores, instituições de ensino e outras instâncias, os estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas pretéritas realizadas no Parque.	X						
	3.2.1.3. Administrar o cadastro de todos os estudos acadêmicos e pesquisas científicas e técnicas realizados e/ou em andamento no Parque.		X					
	3.2.1.4. Avaliar a funcionalidade e praticidade das temáticas de monitoramento e do <i>modus operandi</i> do atual (2013) banco de dados do Parque.	X						
	3.2.1.5. Identificar e discutir as temáticas de monitoramento em função das demandas dos Subprogramas de Manejo deste Plano.	X						
	3.2.1.6. Definir e discutir as bases metodológicas para os monitoramentos temáticos do Parque.	X						
	3.2.1.7. Elaborar especificação técnica e contratar a reestruturação do banco de dados multitemático e integrado do Parque.	X						
	3.2.1.8. Realizar treinamento complementar para coleta de dados temáticos aos funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários do Parque.		X					
	3.2.1.9. Realizar treinamento complementar para alimentação do banco de dados aos funcionários e colaboradores do Parque.		X					
	3.2.1.10. Realizar treinamento complementar para consulta e análise do banco de dados aos funcionários, colaboradores, pesquisadores, estagiários e voluntários do Parque.		X					
	3.2.1.11. Elaborar especificação técnica e contratar a criação e os procedimentos de gestão do servidor do Parque com acessos público e restrito.	X						
	3.2.1.12. Arquivar e disponibilizar no servidor o acervo digital do Plano de Manejo para consulta pública no Parque e no seu sítio eletrônico.	X						
	3.2.1.13. Avaliar periodicamente os resultados dos monitoramentos temáticos desenvolvidos no Parque.		x					
	3.2.1.14. Consolidar o conhecimento gerado pelos diagnósticos e pesquisas realizadas no Parque mediante promoção da divulgação (interna e externa) dos resultados.		X					
	3.2.1.15. Acompanhar a elaboração e publicação da Lista Oficial de Espécies da Fauna e da Flora Catarinense Ameaçadas de Extinção.	X						
	3.2.1.16. Levantar e compilar de forma periódica publicações científicas e/ou oficiais sobre a biodiversidade da Floresta Estacional Decidual.		X					
	3.2.1.17. Identificar as linhas/temáticas intrínsecas do Parque potenciais para publicações especializadas.		X					
3.2.2 Subprograma de Pesquisa	3.2.2.1. Avaliar, aprimorar e consolidar o manual de orientações ao pesquisador do Parque.	X						
	3.2.2.2. Discutir estratégias e definir uma política de incentivos à pesquisa no Parque com participação de outros setores correlacionados da FATMA.	X						
	3.2.2.3. Realizar nivelamento interno para consolidar e operacionalizar a política de incentivos ao estudo e à pesquisa no Parque.	X						
	3.2.2.4. Organizar e promover um workshop “gatilho” para nivelamento do conhecimento técnico-científico disponível, divulgação da política de incentivos e criação de uma rede de entidades e pesquisadores.	X						
	3.2.2.5. Consolidar e manter atualizada a rede de atores (entidades e pessoas) de interesse para o desenvolvimento de estudos acadêmicos, pesquisas científicas e trabalhos técnicos no Parque.		X					
	3.2.2.6. Definir e atualizar periodicamente as linhas prioritárias de pesquisa básica e aplicada do Parque.		X					
	3.2.2.7. Definir e atualizar periodicamente um programa contínuo de linhas prioritárias de pesquisa no Parque.		X					
	3.2.2.8. Planejar e implementar estratégias de divulgação para atração de estudos acadêmicos, pesquisas científicas e trabalhos técnicos no Parque.		X					
	3.2.2.9. Apoiar e monitorar os estudos acadêmicos, pesquisa científica e trabalhos técnicos realizados no Parque.		X					
	3.2.2.10. Organizar e promover palestras temáticas dos estudos acadêmicos, pesquisa científica e trabalhos técnicos desenvolvidos no Parque.		X					
	3.2.2.11. Organizar e promover workshops periódicos de pesquisadores na Unidade.		X					
	3.2.2.12. Promover avaliação periódica de satisfação dos pesquisadores, estudantes e técnicos usuários das estruturas de apoio do Parque.		X					
3.3.1 Subprograma de Proteção	3.3.1.1. Elaborar especificação técnica e contratar serviço terceirizado de vigilância patrimonial para o Parque.	X						
	3.3.1.2. Supervisionar o serviço de vigilância patrimonial para o Parque.		X					
	3.3.1.3. Analisar o histórico de dados do monitoramento de transgressões ambientais coletados até o final de 2013 para identificação e caracterização dos principais vetores de pressão sobre o Parque até o presente.	X						
	3.3.1.4. Caracterizar os aspectos ecológicos básicos das principais espécies cinegéticas de ocorrência esperada e confirmada no Parque para subsidiar estratégias de combate e conscientização sobre a caça.	X						
	3.3.1.5. Definir locais estratégicos, adquirir equipamentos e implementar sistema de monitoramento por câmera e sinalização alusiva e de advertência às principais transgressões ambientais.	X						
	3.3.1.6. Criar e divulgar telefone para informação ou denúncia anônima de problemas e crimes ambientais no Parque e Zona de Amortecimento.		X					
	3.3.1.7. Aprimorar o protocolo de monitoramento de transgressões ambientais do Parque de acordo com a avaliação do histórico de dados e das demandas funcionais e metodológicas do banco de dados.	X						
	3.3.1.8. Definir protocolo de monitoramento de danos ambientais das pesquisas realizadas no Parque.	X						
	3.3.1.9. Operacionalizar e supervisionar o monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas no Parque.		X					
	3.3.1.10. Avaliar anualmente evolução dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e danos das pesquisas no Parque.		X					
	3.3.1.11. Planejar estratégias de fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais da 4a Companhia do Batalhão de Polícia Ambiental.		X					
	3.3.1.12. Operacionalizar e supervisionar estratégias de fiscalização planejadas e desenvolvidas com os fiscais da PACAM/FATMA e com os policiais da 4a Companhia do Batalhão de Polícia Ambiental.		X					
	3.3.1.13. Avaliar anualmente evolução dos resultados do monitoramento de estratégias de fiscalização do Parque e Zona de Amortecimento.		X					
	3.3.1.14. Elaborar e implementar materiais de divulgação dos resultados do monitoramento de transgressões ambientais e estratégias de fiscalização.		X					
3.3.2 Subprograma de Manejo	3.3.2.1. Elaborar um guia ilustrado de identificação das espécies exóticas invasoras de ocorrência conhecida no Parque.	X						
	3.3.2.2. Promover reuniões para discutir e definir o conhecimento disponível sobre o controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.	X						
	3.3.2.3. Sistematizar protocolos para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.	X						
	3.3.2.4. Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir insumos e equipamentos para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.	X						
	3.3.2.5. Elaborar projetos executivos para o manejo por parcelas ou unidades amostrais das três espécies exóticas invasoras prioritárias (uva-do-Japão, goiabeira e lírio-do-brejo).	X						
	3.3.2.6. Organizar e promover nivelamentos e treinamento de pessoal para adoção dos protocolos e execução dos projetos para controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.		X					
	3.3.2.7. Operacionalizar e monitorar os projetos e as ações protocolares de controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.		X					
	3.3.2.8. Avaliar anualmente a evolução dos resultados do controle e manejo das principais espécies exóticas invasoras de ocorrência no Parque.		X					
	3.3.2.9. Planejar a operacionalização dos protocolos de monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.	X						
	3.3.2.10. Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir insumos e equipamentos para monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.	X						
	3.3.2.11. Operacionalizar e supervisionar o monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.		X					
	3.3.2.12. Avaliar anualmente evolução dos resultados do monitoramento da qualidade da água do Parque e entorno, da potabilidade e vazão da fonte superficial de abastecimento da UC e da precipitação pluviométrica.		X					
	3.3.2.13. Promover reuniões para identificar as principais fontes de poluição dos recursos do Parque e entorno e discutir soluções e encaminhamentos.	X						
	3.3.2.14. Promover reuniões para elaboração de projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque.	X						
	3.3.2.15. Planejar, executar e monitorar os projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque.		X					
	3.3.2.16. Avaliar anualmente a evolução dos projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas no interior do Parque.		X					
	3.3.2.17. Promover reuniões para discutir e definir o conhecimento disponível sobre o monitoramento e manejo das trilhas no Parque.	X						
	3.3.2.18. Sistematizar protocolos para o monitoramento e manejo das trilhas no Parque.	X						
	3.3.2.19. Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir insumos e equipamentos para o monitoramento e manejo das trilhas no Parque.	X						
	3.3.2.20. Organizar e promover nivelamento e treinamento de pessoal para adoção dos protocolos de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.		X					
	3.3.2.21. Operacionalizar e monitorar as ações de monitoramento e manejo das trilhas no Parque.		X					
	3.3.2.22. Avaliar anualmente a evolução do monitoramento e manejo das trilhas no Parque.		X					
	3.3.2.23. Promover reuniões para discutir e atualizar as necessidades e procedimentos de gestão de resíduos sólidos gerados no Parque.	X						
	3.3.2.24. Sistematizar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos com protocolos operacionais.	X						
	3.3.2.25. Operacionalizar as ações do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Parque.		X					
	3.3.2.26. Consulta e discussão com a PROJUR sobre aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque.	X						
	3.3.2.27. Promover o constante mapeamento e caracterização de produtos madeiráveis exóticos e nativos com potencial de aproveitamento no Parque.		X					
	3.3.2.28. Promover reuniões para elaboração de projetos de aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque.		X					
	3.3.2.29. Planejar, executar e monitorar os projetos de aproveitamento de produtos madeiráveis exóticos e nativos existentes no Parque.		X					
3.4.1 Subprograma de	3.4.1.1. Aprimorar o protocolo de monitoramento de uso público do Parque de acordo com a avaliação do histórico de dados, das demandas funcionais e metodológicas do banco de dados e da estruturação de novos atrativos da UC.	X						
	3.4.1.2. Organizar e promover o nivelamento e treinamento de pessoal para adoção do protocolo de uso público.		X					

AEI / SUBPROGRAMA	ATIVIDADE / AÇÃO	CARÁTER		PLANO OPERACIONAL	ESTADO			OBS.
		PONTUAL	CONTÍNUO		PENDENTE	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDA	
Recreação	3.4.1.3. Identificar e consolidar demandas funcionais de conteúdo e sugestões de layout para folheterias de uso público.	X						
	3.4.1.4. Elaborar especificação técnica e contratar produção de folheterias de uso público.	X						
	3.4.1.5. Elaborar especificação técnica e contratar profissional para a identificação e caracterização do potencial do Parque para atividades de observação de aves.	X						
	3.4.1.6. Planejar, organizar e operacionalizar roteiros e programas de observação de aves no Parque.		X					
	3.4.1.7. Desenvolver internamente ou elaborar especificação técnica e contratar profissional para elaborar um projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas.	X						
	3.4.1.8. Elaborar especificação técnica, orçar e adquirir materiais e equipamentos para o Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas.	X						
	3.4.1.9. Organizar e promover nivelamentos e treinamento de pessoal para execução das atividades e dinâmicas do Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas.		X					
	3.4.1.10. Planejar, organizar e operacionalizar as atividades e dinâmicas do Projeto lúdico recreativo para o Sistema de Trilhas Interpretativas nas trilhas.		X					
	3.4.1.11. Planejar, organizar e operacionalizar a integração do turismo náutico com o protocolo de uso público e atrativos do Parque.	X						
	3.4.1.12. Integrar e supervisionar bens e serviços do Parque desenvolvidos por concessão e terceirização.		X					
	3.4.1.13. Monitorar todas as atividades recreativas em operação no Parque.		X					
	3.4.1.14. Avaliar anualmente a evolução global da visitação pública do Parque por meio do monitoramento de visitantes.		X					
	3.4.1.15. Promover publicação periódica sobre os resultados do monitoramento da visitação pública do Parque.		X					
	3.4.2.1. Levantar e caracterizar as demandas de atualização dos roteiros interpretativos das trilhas e atrativos do Parque.	X						
	3.4.2.2. Sistematizar, revisar e consolidar os roteiros interpretativos.	X						
3.4.2. Subprograma de Educação Ambiental	3.4.2.3. Nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários para adoção e exploração dos roteiros interpretativos.	X						
	3.4.2.4. Elaborar especificação técnica e contratar consultor especializado para o desenvolvimento de dinâmicas e práticas pedagógicas no Parque e entorno.	X						
	3.4.2.5. Articular ou orçar e adquirir materiais e equipamentos para implementação das dinâmicas e práticas pedagógicas estabelecidas.	X						
	3.4.2.6. Nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários para aplicação das dinâmicas e práticas pedagógicas estabelecidas.		X					
	3.4.2.7. Atualizar e implementar anualmente o projeto “Qual o conhecimento que a população situada no entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann tem sobre esta Unidade de Conservação e sobre Educação Ambiental?”		X					
	3.4.2.8. Planejar a divulgação dos resultados do projeto nas escolas participantes e por meio de outros veículos concebidos no Plano Integrado de Comunicação.		X					
	3.4.2.9. Organizar e promover um encontro anual com os professores e coordenadores educacionais das escolas para organização de um calendário de visitas e atividades e para proposição de ideias e projetos de educação ambiental.		X					
	3.4.2.10. Definir temáticas, articular parceiros e compilar informações para o desenvolvimento de palestras no Parque e no entorno.		X					
	3.4.2.11. Organizar e divulgar um calendário de palestras em conjunto com coordenadores e professores de escolas cadastradas e atores comunitários chaves.		X					
	3.4.2.12. Organizar e promover palestra em conjunto com coordenadores e professores das escolas cadastradas e atores comunitários chaves.		X					
	3.4.2.13. Manter atualizado o calendário da UC no site do Parque e dos colaboradores.		X					
	3.4.3.1. Discutir e definir atribuições e responsáveis pelas demandas de gestão, coordenação e supervisão de eventos a serem realizados no Parque.	X						
	3.4.3.2. Discutir e consolidar um protocolo de organização e promoção de eventos tendo em vista a ampliação do auditório e diversificação de usos e atividades nele desenvolvidas.	X						
3.4.3 Subprograma de Eventos	3.4.3.3. Nivelar e capacitar os funcionários, colaboradores, estagiários e voluntários para aplicação do protocolo de eventos tendo em vista a ampliação do auditório e diversificação de seus usos e atividades.		X					
	3.4.3.4. Levantar linhas temáticas potenciais e públicos de interesse para a organização e promoção de cursos abertos, encontros/visitas técnicas e eventos coorporativos no Parque.		X					
	3.4.3.5. Mapear e articular fornecedores e parceiros estratégicos para o planejamento, organização e desenvolvimento de eventos temáticos no Parque.		X					
	3.4.3.6. Elaborar e consolidar projetos específicos para a promoção de eventos temáticos no Parque.		X					
	3.4.3.7. Operar e supervisionar os eventos realizados no Parque.		X					
	3.4.3.8. Elaborar projeto, articular parceiros e mobilizar recursos para realização anual do Aniversário de Visitação do Parque.		X					
	3.4.3.9. Organizar e promover anualmente o Aniversário de Visitação do Parque.		X					
	3.4.3.10. Consolidar e divulgar resultados e impactos anuais do Aniversário de Visitação do Parque.		X					
	3.5.1.1. Atualizar o cadastro de dados socioeconômicos, fundiários e ambientais das propriedades das três comunidades do entorno do Parque.		X					
	3.5.1.2. Cruzar e relacionar o cadastro atualizado das propriedades com os limites digitais articulados conforme o Projeto “Levantamento e mapeamento de solos e aptidão de uso das terras participativo e por demanda” desenvolvido pela EPAGRI.	X						
3.5.1 Subprograma de Desenvolvimento Territorial Integrado	3.5.1.3. Desenvolver e contratar a produção de cartilha sobre as normas da ZA e outras referências técnicas e ambientais relevantes para atividades ou práticas produtivas desenvolvidas no entorno.	X						
	3.5.1.4. Organizar e promover palestras periódicas para divulgação e esclarecimento às comunidades do entorno sobre as normas da ZA e outras referências técnicas e ambientais relevantes para atividades ou práticas produtivas desenvolvidas no entorno.		X					
	3.5.1.5. Organizar e promover reuniões para debater aspectos de representatividade, funcionamento e sobreposição das associações comunitárias existentes no entorno e seus potenciais de integração com o Parque.		X					
	3.5.1.6. Articular e promover a construção participativa de um projeto piloto para fortalecimento organizacional do associativismo no entorno, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.		X					
	3.5.1.7. Implementar e monitorar projeto piloto para fortalecimento organizacional do associativismo no entorno e seus potenciais de integração/relacionamento com o Parque.	X						
	3.5.1.8. Classificar por ordem de prioridade ambiental as propriedades com despejo direto de efluentes domésticos em cursos d’água na ZA.	X						
	3.5.1.9. Organizar e promover reuniões para debater problemas e soluções para tratamento de efluentes domésticos, identificar interessados e dimensionar a abrangência de um projeto piloto de adequação sanitária.	X						
	3.5.1.10. Articular e promover a construção participativa de um projeto piloto para instalação de sistemas de tratamento de efluentes domésticos, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.	X						
	3.5.1.11. Implementar e monitorar projeto piloto para instalação de sistemas de tratamento de efluentes domésticos nas propriedades selecionadas.		X					
	3.5.1.12. Cruzar o mapeamento de déficit de APPs da ZA com os limites digitais de propriedades e identificar áreas prioritárias para cercamento e restauração florestal.	X						
	3.5.1.13. Organizar e promover reunião para debater as obrigações de regularidade ambiental das propriedades, identificar interessados e dimensionar a abrangência de um projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs.	X						
	3.5.1.14. Articular e promover a construção participativa de um projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.	X						
	3.5.1.15. Implementar e monitorar projeto piloto de cercamento e restauração florestal de APPs nas propriedades selecionadas.		X					
	3.5.1.16. Cruzar o mapeamento de cobertura e uso do solo da ZA com os limites digitais de propriedades e identificar áreas potenciais para implementação de estratégias de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental.	X						
	3.5.1.17. Organizar e promover reunião para debater instrumentos econômicos de valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental, identificar interessados e linhas de incentivo para projetos pilotos.	X						
	3.5.1.18. Articular e promover a construção participativa de projetos pilotos de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.	X						
	3.5.1.19. Implementar e monitorar os projetos pilotos de incentivo e valorização de iniciativas particulares de conservação ambiental nas propriedades selecionadas.		X					
	3.5.1.20. Acompanhar reuniões, implementação e monitoramento do Projeto Erva-Mate.		X					
	3.5.1.21. Cruzar o mapeamento de cobertura e uso do solo da ZA com o cadastro e limites digitais de propriedades e identificar áreas prioritárias para adequação ambiental de silvicultura na ZA.	X						
	3.5.1.22. Organizar e promover reunião para debater critérios de adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para aprimoramento produtivo, identificar e cadastrar interessados para projeto piloto de silvicultura.	X						
	3.5.1.23. Articular e promover a construção participativa de projetos pilotos de silvicultura, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.	X						
	3.5.1.24. Implementar e monitorar os projetos pilotos de silvicultura nas propriedades selecionadas.		X					
	3.5.1.25. Cruzar o mapeamento de cobertura e uso do solo da ZA com o cadastro e limites digitais de propriedades e identificar produtores prioritários para adequação ambiental da bovinocultura de leite na ZA.	X						
	3.5.1.26. Organizar e promover reunião para debater critérios de adequação ambiental, demandas e potenciais benefícios para a aprimoramento produtivo, identificar e cadastrar interessados para projeto piloto de bovinocultura de leite.	X						
	3.5.1.27. Articular e promover a construção participativa de projetos pilotos de bovinocultura de leite, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.	X						
	3.5.1.28. Implementar e monitorar os projetos pilotos de bovinocultura de leite nas propriedades selecionadas.		X					
	3.5.1.29. Organizar e promover reunião para debater demandas de estruturação, capacitação e integração turística e cadastrar interessados para projeto piloto de roteirização de atrativos potenciais do entorno.	X						
	3.5.1.30. Articular e promover a construção participativa de projetos pilotos para estruturação e roteirização de atrativos turísticos potenciais do entorno, com formalização de parcerias e mobilização de recursos.	X						
	3.5.1.31. Implementar e monitorar os projetos pilotos para estruturação e roteirização de atrativos turísticos potenciais do entorno nas propriedades selecionadas.		X					
	3.5.1.32. Consultar e debater com a PROJUR da FATMA sobre a viabilidade jurídica de criação de selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos ou serviços ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC.	X						
	3.5.1.33. Articular ou elaborar especificação técnica e contratar criação e elaboração de manual de uso e aplicativo de um selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos, serviços e/ou propriedades ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC.	X						
	3.5.1.34. Patentear o selo ou marca associada ao Parque para certificação de produtos, serviços e/ou propriedade ambientalmente amigáveis aos objetivos de conservação da UC.	X						
	3.5.1.35. Definir e consolidar critérios ambientais e procedimentos de certificação e auditoria de produtos ou serviços amigáveis aos objetivos de conservação da UC.	X						
	3.5.1.36. Definir atribuições e constituir comissão de certificação de produtos, serviços e/ou propriedades amigáveis aos objetivos de conservação da UC.	X						
	3.5.1.37. Organizar e promover reunião para apresentar e esclarecer critérios, procedimentos e benefícios da certificação e cadastrar produtores interessados em produtos e serviços potenciais.	X						
	3.5.1.38. Implementar e monitorar programa de certificação de produtos ou serviços amigáveis aos objetivos de conservação do Parque.		X					
	3.5.1.39. Cadastrar com registro fotográfico os animais domésticos (cães e gatos) das propriedades lindeiras ao Parque.	X						
	3.5.1.40. Realizar periodicamente o cruzamento do banco de dados fotográfico dos animais domésticos com outros monitoramentos para identificação de invasões recorrentes.		X					
	3.5.1.41. Promover contatos sistemáticos com os proprietários de animais domésticos com invasão recorrente, discutindo e avaliando medidas de mitigação.		X					
	3.5.1.42. Articular parceria com o governo municipal e entidades locais de proteção dos animais, projetos e ações de conscientização dos proprietários, controle de zoonoses e castração dos animais domésticos nas propriedades lindeiras ao Parque e outras interessadas.	X						
	3.5.1.43. Definir procedimentos e promover a divulgação de um programa de cadastramento de ataques da fauna nativa em cultivos e criações agropecuárias dentro da Zona de Amortecimento.	X						
	3.5.1.44. Cadastrar ocorrências de ataques da fauna nativa e promover visitas para fins de confirmação e armazenamento das informações.		X					
	3.5.1.45. Organizar e promover reuniões individuais com os proprietários para identificação conjunta de alternativas e medidas de mitigação aos ataques recorrentes da fauna nativa dentro das práticas de produção adotadas.		X					
	3.5.1.46. Articular aquisição do mapeamento, elaborar especificação técnica e contratar mapeamento de uso do solo e cobertura florestal da ZA para análise da evolução em 2015.	X						
	3.5.1.47. Extrair, avaliar e dimensionar sistematicamente os impactos dos projetos pilotos e das ações de desenvolvimento territorial articuladas/promovidas pelo Parque nas comunidades do entorno.		X					
	3.5.1.48. Divulgar anualmente resultados e impactos dos projetos pilotos e das ações de desenvolvimento territorial articuladas ou promovidas pelo Parque nas comunidades do entorno.		X					
3.5.2 Subprograma de Envolvimento Comunitário	3.5.2.1. Elaborar e atualizar periodicamente um calendário de eventos comunitários do entorno.		X					
	3.5.2.2. Avaliar e identificar interesses de participação do Parque e potenciais de sinergia com os eventos comunitários identificados.		X					
	3.5.2.3. Promover reunião com organizadores dos eventos de interesse para discutir possibilidades de apoio e participação.		X					
	3.5.2.4. Articular, promover e registrar a participação e apoio do Parque aos eventos comunitários de interesse.		X					
	3.5.2.5. Organizar e promover reuniões com as associações comunitárias e professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini para a organização das atividades nas edições anuais do Aniversário de Visitação do Parque.		X					
	3.5.2.6. Organizar e promover reuniões com professores e alunos da Escola Prof. Francisco Bagatini para debater a criação e distribuição de um boletim informativo periódico do Parque e das comunidades do entorno.		X					
	3.5.2.7. Divulgar e promover concurso para seleção do nome do boletim informativo periódico do Parque e das comunidades do entorno.	X						
	3.5.2.8. Definir atribuições e responsáveis para seleção de informações, iniciativas e curiosidades do Parque e das comunidades, diagramação, editoração e distribuição do boletim informativo.	X						
	3.5.2.9. Elaborar boneco, definir periodicidade, dimensionar tiragem e impacto do boletim e articular apoiadores e financiadores para impressão periódica.	X						

AEI / SUBPROGRAMA	ATIVIDADE / AÇÃO	CARÁTER		PLANO OPERACIONAL	ESTADO			OBS.
		PONTUAL	CONTÍNUO		PENDENTE	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDA	
	3.5.2.10. Reunir responsáveis, elaborar e distribuir periodicamente o boletim informativo do Parque e das comunidades do entorno.		X					
	3.5.2.11. Organizar e elaborar questionário sobre a percepção da sociedade sobre o Parque para as edições anuais do Aniversário de Visitação do Parque.	X						
	3.5.2.12. Sistematizar e avaliar os resultados do questionário sobre a percepção da sociedade sobre o Parque.		X					

Anexo IV: PLANILHAS PARA CONTROLE FINANCEIRO DO PARQUE PREVISTAS NA AGG 3.1.1.22.

Tabela 3.1.1.22-I: Controle semestral do fluxo de caixa como projeção de entradas e saídas de recursos do Parque

PLANILHA DE FLUXO DE CAIXA SEMESTRAL												
	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado
	1	1	2	2	3	3	4	4	5	5	6	6
ENTRADAS												
TOTAL DAS ENTRADAS	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
SAÍDAS												
TOTAL DAS SAÍDAS	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1 (ENTRADAS - SAÍDAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 SALDO ANTERIOR			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 SALDO ACUMULADO (1 + 2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 NECESSIDADE EMPRÉSTIMOS												
5 SALDO FINAL (3 + 4)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Tabela 3.1.1.22-II: Planilha para registro semanal de entradas e saídas de recursos

CONTROLE DE CAIXA				
DIA	HISTÓRICO	ENTRADA	SAÍDA	SALDO

Fonte: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Tabela 3.1.1.22-III: Planilha para o controle bancário do Parque

CONTROLE BANCÁRIO				
Banco:	Agência:		Conta:	
DATA	HISTÓRICO	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO

Fonte: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Tabela 3.1.1.22-IV: Planilha controle de recursos de diferentes fontes

CONTROLE CONTAS A RECEBER					
DIA	FONTE/ORIGEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)	RECEBIMENTO	
				DATA	VALOR (R\$)

Fonte: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Tabela 3.1.1.22-V: Planilha controle de pagamentos

CONTROLE CONTAS A PAGAR					
DIA	FONTE/ORIGEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)	PAGAMENTO	
				DATA	VALOR (R\$)

Fonte: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Anexo V: Carta 01/2013 encaminhada para a Procuradoria Jurídica da FATMA



Caipora Cooperativa para Conservação da Natureza

Florianópolis, 03 de Maio de 2013

CARTA 01/2013

A/c:

Fundação do Meio Ambiente - FATMA

Procuradoria Jurídica - PROJUR

Assunto: Esclarecimento de viabilidade jurídica e procedimentos administrativos para potenciais de exploração comercial de bens e serviços a serem previstos no Projeto de “Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann e fortalecimento dos seus mecanismos de gestão”.

Considerando que:

- A CAIPORA Cooperativa para Conservação da Natureza, em parceria com a FATMA (Fundação do Meio Ambiente) e ECOPEF (Equipe Co-gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann), contando com apoio da TRACTEBEL Energia Suez, aprovou o Projeto “Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann e fortalecimento de seus mecanismos de gestão” através da Chamada 01/2011 do FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), no âmbito do Programa TFCA (Tropical Forest Conservation Act).
- Na Avaliação de Efetividade do Plano de Manejo Fase 1, etapa integrante do Projeto supracitado, realizada a partir de consulta à equipe de supervisão do Projeto (FATMA), do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação e da Equipe Co-gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann, foi verificada baixa efetividade nas ações relacionadas à concessão de serviços de uso público, exploração comercial da marca e imagens da UC, certificação de produtos e serviços da Zona de Amortecimento, aproveitamento de recursos florestais do manejo de espécies exóticas;
- Como resultado dos diagnósticos temáticos e das oficinas participativas, das quais participaram as três instâncias de gestão e cooperação do Parque (FATMA, Conselho Consultivo e ECOPEF), foram indicados novos potenciais de exploração de bens e serviços da UC.

Venho por meio deste solicitar esclarecimentos a cerca da viabilidade jurídica e procedimentos administrativos relacionados aos seguintes assuntos e bases legais:

1. Exploração comercial da marca do Parque

Potencial	<ul style="list-style-type: none">• Venda de suvenires no Centro de Visitantes
Dúvidas	<ul style="list-style-type: none">• A ECOPEF pode explorar comercialmente suvenires com a marca do Parque e de própria entidade, contando com recursos próprios ou captados de terceiros, nos moldes do atual contrato de prestação de serviços para a FATMA?• A ECOPEF pode ceder a seus patrocinadores o uso da marca do Parque na forma de retorno de marketing pelos investimentos feitos em atividades na UC?• Em caso afirmativo, quais procedimentos administrativos para a ECOPEF explorar comercialmente suvenires da marca do Parque e de própria entidade?• Como deve funcionar a concessão do espaço, a repartição dos resultados financeiros e a prestação de contas da loja de suvenires dentro do Parque, seja com a ECOPEF ou outra entidade interessada?
Bases legais	<ul style="list-style-type: none">• Art. 33 da Lei Federal nº 9.985/2000• Artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do Decreto Federal nº 4.340/2002

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Art. 154 da Lei Estadual nº 14.675/2009
Potencial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uso da marca para certificação de produtos e serviços amigáveis ao Parque
Dúvidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levando-se em consideração o Sistema de Integração da Zona de Amortecimento (SINZA) previsto no Plano de Manejo Fase 1, qual a viabilidade legal para uso da marca do Parque para certificação de produtos e serviços amigáveis do entorno do Parque? ▪ Caso seja inviável, é possível criar uma marca independente mas vinculada a imagem do Parque para esta finalidade? ▪ Existe algum exemplo de órgão da esfera estadual de Santa Catarina que tem entre suas atribuições a certificação de produtos e serviços? ▪ De que forma a FATMA poderia participar de um processo de certificação de produtos e serviços amigáveis ao Parque, com a finalidade de reduzir impactos ambientais sobre a UC e ampliar benefícios socioeconômicos às comunidades do seu entorno, a partir de critérios técnicos previstos no Plano de Manejo?
Bases legais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Decreto Estadual nº 3.572/98 ▪ Decreto nº 3.573/98

2. Exploração comercial das imagens do Parque

Potencial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação e comercialização de guias fotográficos
Dúvidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A ECOPEF pode explorar comercialmente as imagens do Parque através de publicação especializada, nos moldes do atual contrato de prestação de serviços para a FATMA? ▪ Em caso afirmativo, quais procedimentos administrativos para a ECOPEF explorar comercialmente imagens do Parque em uma publicação especializada? ▪ Como deve funcionar a repartição dos resultados financeiros e a prestação de contas da exploração comercial de imagens do Parque em uma publicação especializada, seja pela ECOPEF ou outra entidade interessada?
Bases legais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Art. 33 da Lei Federal nº 9.985/2000 ▪ Artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do Decreto Federal nº 4.340/2002 ▪ Art. 154 da Lei Estadual nº 14.675/2009

3. Exploração comercial de serviços turísticos dentro do Parque

Potenciais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Circuito de arvorismo contemplativo ▪ Atividade de tirolesa ▪ Aluguel de caiaques, floating e pedalinho ▪ Turismo científico
Dúvidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A ECOPEF pode explorar comercialmente algum dos serviços turísticos potenciais dentro do Parque, nos moldes do atual contrato de prestação de serviços para a FATMA? ▪ Em caso afirmativo, quais procedimentos administrativos para a ECOPEF explorar comercialmente um serviço turístico dentro do Parque? ▪ Os estudos de viabilidade econômica e investimentos que devem fundamentar a

	<p>autorização para exploração comercial de produtos podem ser viabilizados por recursos privados sob a supervisão da FATMA, ouvido o Conselho Consultivo, ou somente através de recursos públicos?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais são os limites legais para participação de pessoas físicas e jurídicas na exploração comercial de serviços turísticos dentro do Parque? • Quais procedimentos administrativos, além da autorização formal, são necessários para a concessão de serviços turísticos dentro do Parque por pessoa física ou jurídica? • A implantação de infraestrutura e/ou aquisição de equipamentos para exploração comercial de serviços turísticos pode ser viabilizada como contrapartida dos interessados no processo de concessão? • Como deve funcionar a manutenção de infraestrutura e equipamentos para exploração comercial de serviços turísticos dentro do Parque? • Como deve funcionar a repartição dos resultados financeiros e a prestação de contas da exploração comercial de serviços turísticos dentro do Parque? • Como deve ser estabelecida a responsabilidade sobre danos ao ambiente e riscos ao visitante na exploração comercial de bens e serviços dentro da UC?
Bases legais	<ul style="list-style-type: none"> • Art. 33 da Lei Federal nº 9.985/2000 • Artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do Decreto Federal nº 4.340/2002 • Art. 154 da Lei Estadual nº 14.675/2009

4. Aproveitamento de recursos florestais do manejo de espécies exóticas e da queda natural de espécies nativas

Potencial	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento de recursos florestais do manejo de espécies exóticas e da queda natural de espécies nativas para implantação e manutenção de estruturas de uso público
Dúvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Levando-se em consideração o caráter de proteção integral da UC, seu potencial de uso público e sua problemática de contaminação biológica é legalmente possível o aproveitamento de recursos florestais do manejo de espécies exóticas e da queda natural de espécies nativas para implantação e manutenção de estruturas de uso público? • Em caso afirmativo, quais os requisitos técnicos e administrativos para autorização formal deste aproveitamento? • Este aproveitamento pode ser viabilizado de alguma das seguintes formas: <ul style="list-style-type: none"> o Contratação de serviço exclusivo para retirada e beneficiamento? o Permuta (contrato de doação) de parte dos recursos florestais como contrapartida pelo serviço de retirada e beneficiamento?
Bases legais	<ul style="list-style-type: none"> • Artigos 31, 34 e 35 da Lei Federal nº 9.985/2000

5. Gestão compartilhada

Potencial	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão compartilhada de programas de manejo do Parque com a ECOPEF
Dúvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Levando-se em consideração o histórico de atuação da ECOPEF entre 2008 e

Caipora Cooperativa para Conservação da Natureza

	<p>2013, como resultado do Plano de Incubação da Gestão do Parque aprovado e supervisionado pela FATMA entre 2005 e 2008, quais procedimentos administrativos serão realizados para formalização da gestão compartilhada da UC?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual a previsão para formalização da gestão compartilhada do Parque (tendo em vista a aprovação do novo Plano de Manejo em agosto de 2013)? ▪ A formalização privilegiará entidades com objetivos afins aos do Parque e com experiência prática no bioma, na formação florestal e na própria Unidade de Conservação (por meio de projetos, ações e convênios)? ▪ A formalização ocorrerá por meio da modalidade de co-gestão total ou parcial (por programas de manejo)? ▪ Haverá previsão de repasse de recursos governamentais para execução das atividades alvo da gestão compartilhada?
Bases legais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Art. 30 da Lei Federal nº 9.985/2000 ▪ Artigos 17, 21, 22, 23 e 24 do Decreto Federal nº 4.340/2002

Atenciosamente,



Eduardo Hermes Silva
Coordenador do Projeto
CAIPORA Cooperativa

Anexo VI: Protocolo de Intenções para a Implementação do Plano de Manejo Fase II



Concórdia, 13 de novembro de 2013.

Oficina de Nivelamento e Capacitação das Instâncias de Gestão e Cooperação do Parque Estadual Fritz Plaumann Protocolo de Intenções para a Implementação do Plano de Manejo Fase II

Considerando o acompanhamento e integração ao processo de revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann, sob responsabilidade técnica da CAIPORA Cooperativa para a Conservação da Natureza, em parceria com a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e Equipe Co-gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann (ECOPEF), e com apoio da TRACTEBEL Energia Suez e envolvimento do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação nas reuniões e oficinas do referido processo.

Considerando o reconhecimento da significância do Parque Estadual Fritz Plaumann, expressa no Plano de Manejo Fase II em função do histórico da Unidade de Conservação e dos novos conhecimentos gerados pelos diagnósticos e monitoramentos temáticos desenvolvidos.

Considerando a construção participativa e o alinhamento aos novos objetivos de manejo, missão e visão do Parque Estadual Fritz Plaumann definidos no Plano de Manejo Fase II.

Considerando as novas diretrizes de planejamento, resultados esperados e ações de manejo definidos para a consecução dos objetivos de conservação do Parque e fortalecimento das instâncias de gestão e cooperação atuantes.

Considerando as necessidades de articulação e integração efetiva das instâncias de gestão e cooperação do Parque para implementação do Plano de Manejo Fase II, vimos por meio deste Protocolo manifestar:

1. O reconhecimento de que o Plano de Manejo Fase II é resultado de uma construção coletiva e que permitiu importantes avanços na compreensão da função ambiental, social, econômica, turística e científica do Parque e no delineamento das novas demandas de planejamento para a Unidade de Conservação;
2. A legitimidade de que o Plano de Manejo Fase II é um marco norteador para a continuidade e ampliação dos resultados a serem alcançados pelos próximos cinco anos;
3. O comprometimento dos participantes da Oficina para efetiva implementação do Plano de Manejo Fase II, de acordo com as atribuições legais de cada entidade nas instâncias de gestão e cooperação que representam;
4. O comprometimento em gestionar o apoio de diferentes segmentos da sociedade, em especial das instâncias competentes, para assegurar os meios e recursos necessários à efetiva implementação do Plano de Manejo Fase II.

Assinam este Protocolo os participantes da Oficina constantes na Lista de Presença anexa.

